

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

CAIO BASTOS RODRIGUES

**O “DESENVOLVIMENTO” EM QUATRO TEMPOS DA POLÍTICA
BRASILEIRA:** bases sociais e produção escrita de seus intérpretes

São Luís, 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**O “DESENVOLVIMENTO” EM QUATRO TEMPOS DA POLÍTICA
BRASILEIRA:** bases sociais e produção escrita de seus intérpretes

CAIO BASTOS RODRIGUES

Tese apresentada como requisito
parcial à obtenção do grau de doutor
em Ciências Sociais.

ORIENTADOR: PROF. DR. IGOR GASTAL GRILL

São Luís, 2019

**O “DESENVOLVIMENTO” EM QUATRO TEMPOS DA POLÍTICA
BRASILEIRA: bases sociais e produção escrita de seus intérpretes**

Tese apresentada ao Programa de Pós-
graduação em Ciências Sociais da
Universidade Federal do Maranhão como
requisito parcial para obtenção do título de
doutor em Ciências Sociais. Orientador:
Prof. Dr. Igor Gastal Grill

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Igor Gastal Grill (PPGCSoc/UFMA-Orientador)

Prof. Dr. Rodrigo da Rosa Bordignon (PPGCSP/UFSC)

Prof. Dr. Wheriston Silva Neris (PPGHIST-UEMA)

Profa. Dra. Cíndia Brustolin (DESOC/UFMA)

Profa. Dra. Eliana Tavares dos Reis (PPGCSoc/UFMA)

AGRADECIMENTOS

Essa tese não teria sido possível não fosse o apoio da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Ambas contribuíram com o acesso e aquisição de materiais importantes, participação em eventos, bem como cursos e disciplinas ofertadas, além da bolsa de estudos concedida pela CAPES.

Agradeço, igualmente, ao meu orientador, Prof. Dr. Igor Gastal Grill, pela dedicação incomensurável, desde a graduação. Por parte dele não faltaram conselhos, palavras de incentivo e apoio, no sentido de que essa tese tivesse alguma relevância sociológica. Obrigado Igor, por ler, reler, revisar e criticar esse trabalho incontáveis vezes. Se ele tem alguma qualidade, você tem grande parte do mérito. Sinto-me privilegiado por poder ser orientado por alguém tão competente e pela possibilidade de interlocução com pessoa tão hábil em fazer ciências sociais. Sou grato por todos esses anos de ensino, colaboração e amizade (que espero que continuem).

Outra pessoa muito competente, que faz parte da minha jornada, é a Profa. Dra. Eliana Tavares dos Reis. Obrigado Eliana, também pela possibilidade de usufruir da tua sapiência, do teu comprometimento e do teu rigor com as ciências sociais. Também foram inúmeras as vezes que você leu e debateu esse trabalho, e, em todos os casos, sobretudo na qualificação, teus comentários foram e são imprescindíveis. Agradeço a todos os outros membros do LEEPOC (Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais) com quem aprendi a fazer pesquisa em ciências sociais e interagi ao longo desses anos.

Obrigado ao Prof. Dr. Juarez Lopes de Carvalho, por também ter participado da qualificação e ter se imbuído em indicar bibliografias. Presto homenagem a todos os outros professores do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais e do Departamento de Ciências Sociais da UFMA. Agradeço, em particular, ao Prof. Dr. Rodrigo da Rosa Bordignon (UFSC) pelas diretrizes, que deram um norte fundamental para a pesquisa. Obrigado, também, a todos os outros professores, de diversas instituições, que criticaram, debateram e fizeram sugestões.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Região de origem dos 74

Tabela 2 - Região de origem e temáticas privilegiadas

Tabela 3: Principal ocupação do pai.

Tabela 4: Curso superior dos 299 parlamentares que escrevem

Tabela 5: Principal curso superior dos 74 parlamentares que escrevem sobre “desenvolvimento”.

Tabela 6: Estados da federação em que se formaram

Tabela 7: Formação universitária versus temáticas

Tabela 8 – Ocupação prévia mais relevante fora da política

Tabela 9: Principal ocupação prévia versus diploma superior dos 74

Tabela 10: Profissão de origem versus temáticas privilegiadas

Tabela 11 – Região de origem versus geração dos 74

Tabela 12 – Principal formação universitária versus geração

Tabela 13 – Temáticas e gerações

Tabela 14: Idade no primeiro cargo eletivo por geração

Tabela 15: Tempo de carreira por geração.

Tabela 16 – Tipo de carreira versus geração dos 74

Tabela 17 - Região de origem da segunda geração.

Tabela 18: profissão do pai dos agentes da segunda geração.

Tabela 19: Região de origem versus temáticas privilegiadas na segunda geração.

Tabela 20: Tipo de carreira versus temáticas privilegiadas.

Tabela 21 - Região de origem da terceira geração

Tabela 22: Títulos de ensino superior versus temática privilegiada na terceira geração.

Tabela 23: Tipo de carreira política e temática privilegiada na terceira geração

Tabela 24: Região de origem da quarta geração

Tabela 25: Padrões de filiação partidária versus temáticas privilegiadas

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Perfis de políticos magistrados e escritores.

Quadro 2 – Agentes e gerações.

Quadro 3 – Origens sociais da primeira geração.

Quadro 4 – Principais ocupações da primeira geração

Quadro 5 – Carreiras Políticas da primeira geração.

Quadro 6 – Obras Publicadas primeira geração

Quadro 7 – Livros publicados por Alexandre Barbosa Lima Sobrinho por década.

Quadro 8 – Obras de San Tiago Dantas

Quadro 9 – Relações políticas das “famílias” da segunda geração.

Quadro 10 – Formação escolar da segunda geração

Quadro 11 – Curso superior e instituição dos agentes da segunda geração

Quadro 12 – Produção escrita da segunda geração.

Quadro 13 – Carreira política da segunda geração.

Quadro 14 – Origens sociais e primeiras escolas da terceira geração.

Quadro 15 – Formação acadêmica e profissional terceira geração

Quadro 16 – Carreira política da terceira geração.

Quadro 17 – Publicações da terceira geração.

Quadro 18 – Descrição das famílias e escolas da quarta geração

Quadro 19 – Títulos de graduação, pós-graduação e ocupações profissionais

Quadro 20 – Carreira política da quarta geração.

Quadro 21 – Produção escrita da quarta geração

Quadro 22 – Produção escrita de Cristovam Buarque

Quadro 23 – Publicações de José Serra.

Quadro 24 – Cronologia de cargos políticos ocupados por José Serra na década de 1990 e anos 2000

Quadro 25 – Publicações de Yeda Crusius

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – San Tiago Dantas em Washington – D.C.

Figura 2 – Wilson Braga conversa com o presidente Figueiredo.

Figura 3 - Capa de “O Nordeste e outros problemas” de Wilson Braga.

Figura 4 - Capa do livro "Problemas do desenvolvimento econômico" de Sergio Magalhães.

Figura 5 - Capa do livro "Participação: desenvolvimento com democracia" de André Franco Montoro.

Figura 6 - André Franco Montoro discursando.

Figura 7 - Montoro autografa livros.

Figura 8 - André Franco Montoro, José Serra e Paulo Renato Souza discursam em lançamento de livro de Montoro

Figura 9 - "Na vaquejada, o vaqueiro, homem símbolo, dá uma demonstração do vigor do homem cearense e nordestino" (Título atribuído pela fonte).

Figura 10 - "Serviço de processamento de dados" (Título atribuído pela fonte)

Figura 11 - "A sangria espetacular do Açude Orós, no Rio Jaguaribe" (Título atribuído pela fonte)

Figura 12 - "Guindastes no Porto Mucuripe" e "Preparo de lagostas para exportação" (Títulos atribuídos pela fonte).

Figura 13 - : Capas de dois livros de Delfim Netto.

Figura 14 - Capa do livro “A virada do Rio” de Marcio Fortes

Figura 15 - Celso Furtado e Cristovam Buarque na capa de “Foto de uma conversa”

Figura 16 – Capa do livro “A desordem do progresso” de Cristovam Buarque.

RESUMO

A presente tese está inserida em um conjunto de pesquisas realizadas pelo Laboratório de Estudos Sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC), situado no Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, que visam examinar justaposições entre “política” e “cultura” no Brasil. O trabalho ora apresentado, especificamente, se inscreve em uma agenda coletiva do LEEPOC que aborda a relação entre as condições de exercício da atividade política profissionalmente e a dedicação ao trabalho de produção e publicação escrita por parte de parlamentares brasileiros, atuantes entre 1945-2010. Na investigação em tela, toma-se o “desenvolvimento” como categoria de percepção e classificação constituída e constitutiva das/nas estratégias desses especialistas. Partindo do método prosopográfico, análise de trajetórias e exame de escritos publicados pelos políticos, reconstituímos a ativação de trunfos e recursos *pari passo* à edição, por parte dos agentes, de textos escritos com temáticas correlatas ao “desenvolvimento”. Foram localizados 74 casos de parlamentares que denotam, nos títulos das “obras”, afinidades com debates acerca do “desenvolvimento” e coletados e comparados dados seus biográficos (inscrições sociais, políticas e culturais). Dividimos os agentes em quatro gerações segundo os momentos de “entradas na política”. Acompanhamos o processo de redefinições das modalidades de especialização política e de reativações da questão do “desenvolvimento” como instrumento de tomada de posição política e cultural.

Palavras-chave: elites, especialização política, produção escrita, “desenvolvimento”, prosopografia.

ABSTRACT

This thesis is part of a set of research carried out by the Laboratory of Studies on Political and Cultural Elites (LEEPOC), located in the Research and Postgraduate Program in Social Sciences of the Federal University of Maranhão, which aim to examine juxtapositions between “politics” and “culture” in Brazil. The work presented here, specifically, is part of a collective LEEPOC agenda that addresses the relationship between the conditions of exercising political activity professionally and the dedication to the work of production and written publication by Brazilian parliamentarians, working between 1945-2010. In this research, “development” is taken as the category of perception and constitution constituted and constitutive of / in the strategies of these specialists. Starting by the prosopographic method, trajectory analysis and examination of published writing by politicians, we reconstitute the activation of assets and resources simultaneously with the editing, by the agents, of texts written with themes related to “development”. We found 74 cases of parliamentarians who denote, in the titles of “works”, affinities with debates about “development”. We have collected and compared their biographical data (social, political and cultural inscriptions). We also divided the agents into four generations according to the moments of “political entry”. We follow the process of redefining the modalities of political specialization and reactivating the issue of “development” as an instrument of political and cultural position making.

Key-words: Elites, Political specialization, written production, “development”, prosopography.

RÉSUMÉ

Cette thèse fait partie d'un ensemble de recherches menées par le Laboratoire d'études sur les élites politiques et culturelles (LEEPOC), situé dans le programme de recherche et de troisième cycle en sciences sociales de l'Université fédérale de Maranhão, qui vise à examiner les juxtapositions entre la «politique» et «culture» au Brésil. Le travail présenté ici, en particulier, fait partie d'un programme collectif LEEPOC qui aborde la relation entre les conditions d'exercice professionnel de l'activité politique et l'engagement au travail de production et de publication écrite par les parlementaires brésiliens, qui ont travaillé de 1945 à 2010. Dans cette recherche, le «développement» est considéré comme la catégorie de perception et de constitution constituée et constitutive dans les stratégies de ces spécialistes. À partir de la méthode prosopographique, de l'analyse de trajectoire et de l'examen des «livres» publiés par les politiciens, nous reconstituons l'activation des atouts et des ressources simultanément à l'édition, par les agents, des textes écrits sur des thèmes liés au «développement». Nous avons trouvé 74 cas de parlementaires qui dénotent dans les titres d'"œuvres" des affinités avec des débats sur le "développement" et ont rassemblé et comparé leurs données biographiques (inscriptions sociales, politiques et culturelles). Nous avons divisé les agents en quatre générations en fonction des moments de «l'entrée politique». Nous suivons le processus de redéfinition des modalités de la spécialisation politique et de réactivation de la question du "développement" en tant qu'instrument de prise de position politique et culturelle.

Mots-Clés : Elites, spécialisation politique, écriture, "développement", prosopographie.

SUMÁRIO

Introdução.....	15
Capítulo 1: Porta-vozes do “desenvolvimento” em quatro tempos no Brasil: análise prosopográfica	56
1.1 Quatro momentos de <i>justaposições integradas</i>	59
1.2 Primeira geração: agentes que iniciam suas trajetórias políticas na “era Vargas” (1930-1945).....	60
1.3 Segunda geração: reabertura do mercado político e entrada de agentes na “redemocratização” (1945-1964).....	65
1.4 Terceira geração: fechamento do mercado político, condições de entrada e permanência em jogo político cerceado pelo “golpe militar de 64” (1964-1982).....	69
1.5 Quarta geração: a doxa sob xeque, novos modelos de intervenção e repertórios de políticos a partir do fim do bipartidarismo (1982-1994).....	72
1.6 Características sociais dos 74 “políticos escritores” sobre “desenvolvimento”	74
1.7 As quatro gerações em perspectiva.....	94
Capítulo 2: <i>Regere Fines, Regere Sacra</i> : constituição, classificação e consagração de fronteiras na primeira geração.....	104
2.1 Origens sociais da primeira geração.....	108
2.2 Carreiras políticas na primeira geração.....	119
2.3 Produção escrita na primeira geração.....	123
2.4 Alexandre Barbosa Lima Sobrinho: o trânsito entre temáticas “regionais”, “nacionais” e “internacionais” como modalidade de (dupla) representação política.....	127
2.5 Francisco de San Tiago Dantas: “desenvolvimento” e construção de uma “política externa independente”	137
Capítulo 3: As condições e os limites do “desenvolvimento”: modalidades de especialização política na segunda geração.....	149
3.1 Origens sociais da segunda geração.....	154

3.2 Produção escrita na segunda geração.....	164
3.3 Carreiras políticas na segunda geração.....	168
3.4 Wilson Leite Braga: Capital político familiar e divisão sexual do trabalho de dominação.....	173
3.5 Sergio Nunes de Magalhães: linguagem econômica e os duplos vínculos com política e universidade.....	181
3.6 André Franco Montoro: modelos de intervenção calcados na “causa democrática” e “desenvolvimento”.....	190

Capítulo 4: Quando a “política” se torna “econômica”: diversificação de trunfos na terceira geração.....	206
4.1 Origens sociais da terceira geração.....	212
4.2 Carreiras políticas da terceira geração.....	221
4.3 Produção escrita da terceira geração.....	224
4.4 César Cals Filho: um capital político familiar reproduzido na escrita sobre “desenvolvimento”.....	233
4.5 Antônio Delfim Netto: trunfos universitários, ativação de cadeias de líderes e seguidores e a escrita sobre “desenvolvimento”.....	245
4.6 Márcio Machado Fortes: as difusas fronteiras entre política, mercado e “desenvolvimento”.....	260

Capítulo 5: Militância, saber técnico-econômico e circulação internacional na quarta geração: produção escrita e afirmações político-intelectuais “pós-ditadura”.....	269
5.1 Origens sociais na quarta geração.....	274
5.2 Carreiras políticas na quarta geração.....	283
5.3 Produção escrita na quarta geração.....	287
5.4 Cristovam Buarque: Escrever sobre “desenvolvimento” e afirmação política via recursos universitários especializados.....	293
5.5 José Serra: Escrever sobre “desenvolvimento” e afirmação política via militância católica e “luta contra a ditadura”.....	307
5.6 Yeda Crusius: Escrever sobre “desenvolvimento” e afirmação política via sucesso profissional, acadêmico e jornalístico.....	317
Considerações finais.....	330
Referências Bibliográficas.....	339

INTRODUÇÃO

Essa tese e muitas pesquisas precedentes nas quais ela se apoia, foram realizadas no âmbito do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC), situado no Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSOC), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Trata-se de um trabalho vinculado à agenda coletiva mais geral, que visa apreender intersecções entre domínios políticos e culturais. Um dos focos de questões enfrentadas pelo grupo colocam em tela os nexos entre atividade política e produção, edição e publicação de livros por parlamentares brasileiros, entre 1945-2010.

Dessas investigações originaram-se uma série de publicações acadêmicas. Destacamos, principalmente, o livro “Elites parlamentares e a dupla arte de representar: intersecções entre ‘política’ e ‘cultura’ no Brasil” (GRILL e REIS, 2016). Essa e outras publicações, anteriores e posteriores, inspiraram diversos trabalhos, que partiram de diferentes ângulos e operacionalizaram variados procedimentos metodológicos, recortes e dimensões de análise. A principal fonte de captação e construção dos dados no estudo mais amplo é o Dicionário Histórico-Biográfico do Brasil, produzido no âmbito do Centro de Pesquisa e Documentação Histórica do Brasil (CPDOC), sediado na Fundação Getúlio Vargas (FGV), mas também são utilizados os sites da Câmara Federal (www.camara.leg.br), do Senado Federal (www.senado.leg.br), além de biografias, memórias e produções escritas veiculadas pelos próprios agentes investigados.

Na pesquisa mais ampla foram localizados, inicialmente, 1.181 casos de parlamentares que publicaram algum livro no período indicado. Efetuaram-se análises quantitativas mais gerais, observando regularidades concernentes a origens geográficas, períodos históricos em que exerceram cargos políticos e gêneros de escrita mobilizados. Em um segundo momento, foram selecionados 299 casos, dentre esse universo de agentes, com “forte, constante e equilibrada dedicação tanto à carreira política, quanto à produção escrita” (GRILL & REIS, 2016: 38).

Os 299 “parlamentares escritores” se caracterizam como agentes recrutados majoritariamente em reconhecidas escolas de formação de elites (não só políticas, mas também culturais e econômicas), advindos de famílias bem estabelecidas socialmente (sendo 154 de “famílias de políticos”). Suas instâncias de consagração cultural (como o reconhecimento em “academias”, em universidades, em instituições “culturais” no geral) foram levadas em consideração, destacando as mudanças nas instituições legitimadas para tais reconhecimentos e as lógicas de hierarquização relevantes para o sucesso nos ciclos de consagração. Outro critério taxonômico, que se tornou pedra angular para essa linha de pesquisas, está relacionado aos gêneros de escrita preferidos pelos políticos, são eles:

- 1). **Setorial**: obras que discorrem sobre assuntos ligados a um setor de atuação sócio profissional específico, normalmente ligado à formação acadêmica dos “autores”.
- 2). **Generalista**: obras acerca de amplas temáticas, relativas à discursos com diretrizes gerais sobre as visões de mundo do “autor”;
- 3) **Biografias Históricas**: escritos a respeito de itinerários de “personalidades” escolhidas pelos autores como “exemplo” de conduta ou “eventos” considerados relevantes;
- 4) **Literatura**: Investimento em obras no formato de romances, prosas, poesias, etc;
- 5) **Confissões políticas**: espécie de revisão pessoal do trajeto político-social percorrido pelo próprio autor, de modo a supostamente dar uma “visão diferenciada” dos “bastidores da política”.

O uso dessa estratégia metodológica, que pretendemos também operacionalizar, se inspira nas pesquisas operadas por Christian Le Bart, pesquisador francês preocupado, especificamente, com as modalidades de publicação de “obras escritas” como forma de atuação política na França. O autor assinala que as formas dos bens simbólicos forjados por agentes presos às redes de interdependência da política só podem ser compreendidas, do ponto

de vista sociológico, se analisadas juntamente com a lógica de distribuição do capital político (LE BART, 1998).

Não que o objetivo central seja delimitar as fronteiras entre uma atividade e a outra. Christian Le Bart (2012) alude que a prática da escrita entre “políticos profissionais” franceses envolve uma série de simbologias e trocas sociais, que transcendem barreiras entre os “campos”, no sentido dado por Bourdieu. Para nosso trabalho, é mais importante a análise de como os casos exemplificam osmoses, imbricações e correspondências entre lógicas sociais do que traçar um “limite” entre a “ação política” e “ação cultural”.

Para esses 299 agentes, observou-se, ainda, uma série de correlações entre indicadores de: a) origens sociais e geográficas (sendo as principais variáveis “estado de atuação”, “profissão do pai”, “curso superior conquistado” e “ocupação prévia”, entre outras); b) carreira política (descrita através das variáveis “década da conquista do primeiro cargo eletivo”, “primeiro cargo eletivo”, “cargo eletivo mais elevado”, “cargo administrativo mais elevado” e “tipo de carreira”¹ e assim por diante) e c) estratégias de publicação (“gêneros privilegiados” e “década de publicação”). Através dessas correlações, chegou-se, *grosso modo*, a dois padrões:

- O primeiro, composto por agentes procedentes de famílias enraizadas em grupos dirigentes mais antigos. Tiveram passagens por instituições de ensino superior prestigiadas, em cursos também valorizados, sobretudo Direito, Engenharia e Medicina, com formação essa mais “humanista” e não específica. Exerceram ocupações profissionais, mormente funções ligadas ao domínio jurídico, seja na advocacia, seja no funcionalismo público. Quando se dedicam ao magistério, o fazem enquanto atividade auxiliar, relacionada ao acúmulo de prestígio e notabilidade enquanto “erudito”. Tiveram inclinação a privilegiar gêneros de escrita mais “generalistas”, “biografias históricas”, e, quando escrevem de uma perspectiva mais “setorial”, se apoiam no próprio saber jurídico (GRILL & REIS, 2016: 49).

1 Se mais eletiva, mais administrativa ou equilibrada.

- O segundo padrão é formado, predominantemente, por agentes egressos de camadas sociais de recente ascensão política e social. Formam-se e exercem profissões mais ligadas à área “técnica”, sobretudo economia. Exercem atividades no ensino superior em modalidade mais específica, bem como justificam posições ocupadas, no espaço público, por competências atestadoras de saberes mais especializados. Seus escritos refletem e refratam essas distinções, privilegiando o gênero mais “setorializado”, ou seja, apoiado em conhecimentos *experts (idem)*.

Relativamente à carreira política, Grill e Reis (2016) observam que a obtenção e a ocupação de cargos administrativos são cada vez mais estruturantes nessa reconfiguração. O peso da pós-graduação/circulação internacional em carreiras acadêmicas, coaduna-se com o peso da ocupação de cargos técnico-administrativos (tanto no “mundo universitário” quanto na política). Nota-se a extensa diversificação dos lugares de consagração intelectual (das “academias” para institutos e associações profissionais e/ou partidárias), bem como a reconfiguração do espaço do poder composto pela lógica política, cultural, intelectual e universitária.

Acompanhada dessas diversificações houve uma variação dos gêneros de escrita preferencialmente praticados pelos agentes. Os autores apreendem que houve um aumento significativo de escritas do tipo mais setorialista (que advoga em nome da importância de conhecimentos específicos como chave de compreensão e resolução de “problemas mais gerais”) que rivaliza com um tipo de escrita mais generalista (que valoriza a posse de uma gama de conhecimentos mais variada e se embasa em concepções do mundo social mais abrangentes).

Nessa mesma linha de pesquisa, foi defendida uma dissertação de mestrado intitulada “Produção escrita de ‘herdeiros políticos’: perfis e trajetórias de parlamentares brasileiros” (RODRIGUES, 2015), na qual foram descritos usos políticos das “heranças” (PATRIAT, 1992; GRILL, 2008; CANEDO, 2011) e estratégias de alguns agentes, dentre os 299, que ocuparam seus primeiros cargos eletivos entre as décadas de 1960 e 1980. Resumidamente, buscamos relacionar as propriedades das “famílias” com o tipo de livro publicado pelos seus “herdeiros”. Nessa exploração, chamou atenção a convergência de agentes

advindos de “famílias” mais “tradicionais” e das que chegaram às arenas de poder “mais recentemente” a escrever sobre um mesmo tema: o “desenvolvimento”.

Assim surgiu a ideia de empreender uma pesquisa sobre os especialistas na “dupla arte de representar” (GRILL & REIS, 2016) que escrevem sobre “desenvolvimento”. Foram localizados, entre os 299, 74 casos de parlamentares, cujos títulos das publicações denotam essa questão. Em muitos casos, o próprio termo “desenvolvimento” aparece nos títulos, em outros, expressões correlatas, como: “modernização”, “urbanização”, “progresso”, “avanços econômicos”, “secas”, “primeiro mundo”, “terceiro mundo”, “subdesenvolvimento”, “dependência”, etc.

Os agentes que compõem o universo aqui investigados não só reproduziram essa polarização, como suas estratégias de publicação, se analisadas diacronicamente, são reveladoras do processo de valorização de certos atributos na afirmação da condição de representante político e cultural. Ou seja, os “políticos que escrevem sobre desenvolvimento” são particularmente exemplares da recomposição dos dois perfis citados anteriormente.

O “desenvolvimento” é objeto de luta no âmbito da política, mas também em diversos outros domínios da vida social. Defensores de diversas “causas” advogam contra e a favor de diferentes versões do “desenvolvimento”. Constantemente, são colocados em prática neologismos e expressões que tentam redefinir, exaltar, desconstruir ou desqualificar a categoria “desenvolvimento” como: “subdesenvolvimento”, “pós-desenvolvimento” “desenvolvimento sustentável”, etc. Tais termos variam bastante de significado, dependendo de quem o utiliza e em quais condições.

A legitimidade de categorias de percepção (e ação) tem relação com o grau de compatibilidade entre os esquemas de interpretação e os instrumentos de objetivação de tais categorias. Os usos do “desenvolvimento” se configuram, nesse sentido, em artefatos acessórios de delimitação de fronteiras, mobilizadas nas lutas por formatações do próprio mundo social. Algumas divisões, por meio dele, se (re) produzem, por exemplo: a territorial (tal “região” é “desenvolvida” ou “subdesenvolvida”), a econômica (economias “desenvolvidas”,

“subdesenvolvidas”, etc), a científica (“desenvolvimento” tecnológico, do conhecimento, do saber, etc), a cultural (“culturas desenvolvidas”) e assim por diante.

A força social da categoria desenvolvimento decorre da justaposição entre saber econômico (gestado em instituições acadêmicas ou não) e questões relativas à agenda do Estado (processada e circulada nos governos, burocracias e parlamentos). Tal imbricação, contudo, ocorre segundo lógicas e mecanismos discrepantes, em diferentes configurações nacionais. Nesse sentido, tal categoria subsidia múltiplos sistemas de oposição relativos a determinadas engrenagens do jogo político.

Muitos trabalhos analisam, no Brasil, o encadeamento do *corpus* produzido por agentes que se afirmam em domínios políticos e culturais, levando em consideração suas intersecções. Na esteira de Grill e Reis (2012, 2016), acreditamos que o tema das influências que a “política” exerce no “trabalho intelectual”, no caso relativa ao “saber econômico”, foi excelentemente tratado por pesquisadores brasileiros, que conseguiram atacar problemas de pesquisa riquíssimos nesses âmbitos. Destacam-se os trabalhos de Loureiro (1997), Garcia Jr. (1998), Grün (2005), Kluger (2017), entre outros. Essa agenda de pesquisas alcançou trabalhos extensos que vão desde a reconstrução analítica do “campo dos economistas”, aos seus ciclos de consagração específicos e sistema de desvios. Essas investigações perpassam, ainda, a reconstituição do espaço profissional, que credenciou os economistas a atuarem em instituições públicas e privadas na área administrativa, nas universidades, bem como por papéis exercidos em instâncias do “setor financeiro”.

Na linha de Grill & Reis (2012: 102), acreditamos que a análise do “processo inverso” pode desvelar dinâmicas sociais relevantes para contribuir com essa agenda de pesquisas. Qual seja, os impactos do “trabalho intelectual” nas modalidades de exercício da atividade política. Com efeito, tentaremos acompanhar a acumulação simultânea de reconhecimentos sociais, que permitiram aos agentes a afirmação em variados domínios, alicerçados na condição de representante político:

‘Arte de escrever’ e ‘vocação para representar’ sintetizam um duplo e indissociado reconhecimento instituído na inscrição em domínios concorrenciais de atuação e na autoridade reivindicada/atribuída para definir e agir sobre o mundo social (REIS E GRILL, 2015: 332).

Assim, elencaremos e descreveremos recursos e trunfos que permitiram a esses 74 agentes “representar duplamente o “desenvolvimento”. Buscaremos compreender textos sobre o “desenvolvimento”, mas também os contextos que propiciaram os debates em torno dele.

A. Diretrizes teóricas e epistemológicas mais gerais da investigação

Nas próximas 3 subseções do texto serão expostos três eixos de considerações sobre limites e alcances dos modelos que inspiraram a constituição dos problemas de pesquisa e esquemas de análise mobilizados nessa tese. Propomos, de maneira geral, o exame das condições de gênese e emergência de domínios sociais, em que se disputa e são feitos investimentos dos rendimentos e recursos indissociavelmente políticos e culturais. Outra consideração importante e correlacionada a esta é sobre o tratamento de segmentos dominantes, que se destacam nessas atividades. Assim, sublinhamos agendas de pesquisa sobre as condições de monopólio, autonomização, especialização e institucionalização de uma esfera especificamente política no Ocidente, levando em consideração, igualmente, o contexto brasileiro, bem como a influência dos modelos de intervenção intelectual. Ou seja, o esforço, neste tópico, é apresentar as formas de tratamento das controvérsias e posicionamentos estabelecidos em torno da questão do “desenvolvimento”, associando-os à constituição do Estado, da política e de produtores de representações sobre o mundo social.

Dividimos a análise em três fios condutores mais amplos. Primeiro, oferecemos reflexões sobre os efeitos e consequências de tomar como objeto instrumentos de apreciação e interferência, gestados no Estado e dependentes da lógica de afirmação de problemas sociais. Segundo, nos debruçamos nos condicionantes históricos e sociais de surgimento de um domínio relativamente independente de hierarquização política, sua especialização e profissionalização. Terceiro, analisamos como requisitos e disposições associados à condição de produtor de bens simbólicos estabelece nexos com a própria política e com a emergência de domínios sociais compostos por amálgamas de lógicas sociais, que se fundamentam numa justaposição integrada (CORADINI & REIS, 2012; REIS & GRILL, 2017b) entre problemáticas políticas, e intelectuais. Tentamos ajustar a aplicação de um referencial teórico elaborado em situações e contextos nacionais exógenos. Cientes das implicações que a circulação internacional das ideias (BOURDIEU, 2002a) induz, propomos reflexões sobre limites e possibilidades de aplicação desse esquema analítico mais amplo para o “caso brasileiro”.

A.1 - Gênese do Estado e emergência dos problemas sociais

considerados legítimos: princípios de classificação, categorias de luta e dinâmica mais geral de importação de modelos.

Inicialmente, vale frisar, que privilegiamos a análise genética das estruturas sociais. Examinaremos os aspectos relacionais e concorrenciais, que, em detrimento de uma série de possíveis históricos, fez sobressair modelos de organização, integração e interdependência, acompanhados de um processo de diferenciação social alicerçados na afirmação do Estado como instituição reguladora de relações sociais. Tais fenômenos se compreendem através do exame da sociogênese, como também da psicogênese, dos processos de configuração e reconfiguração social (ELIAS, 2011a).

Elias (2011b) retoma a acepção weberiana de que o Estado seria, sinteticamente, definido pelo monopólio dos *meios* de aplicação *legítima* da violência física. Podemos tomar como ponto de partida, para compreender a perspectiva elisiana da constituição do Estado-Nação, o conceito de *mecanismo monopolista*. Segundo o autor, dois tipos de monopólio são fundamentais para a gênese e constituição desse processo social. Além do próprio domínio bélico, é preciso que haja uma concentração fiscal em um centro administrativo. A fundamentação desse mecanismo é histórica, paulatina e processual. Essas dimensões se retroalimentam, ou seja, quanto mais se monopoliza as armas mais se tem condições de cobrar impostos e vice-versa.

O autor observa que, na Europa da Idade Média, forças *centrífugas* impunham entraves à solidificação de tais monopólios. A busca e a oferta de soberania em determinado espaço geográfico, por parte das casas dinásticas, promoviam constantes refluxos à concentração, nos quais os centros administrativos perdiam o controle social sobre seus membros, que, ao sabor de embates e alianças, redesenhavam a distribuição territorial constantemente, ao longo dos séculos IX, X e XI. A partir do século XII, informa o autor, há uma reconfiguração crescente motivada, principalmente, por pelo menos três fatores: a) desenvolvimento tecnológico das comunicações, que facilitava com que os centros administrativos exercessem seu poder monopolista mais eficazmente, contra as forças de regiões mais distantes; b) substituição de uma “economia de

trocas” por uma “economia monetária”, que, ao padronizar e facilitar transações mercadológicas, promoveu maior controle fiscal e financeiro por parte dos monopolistas e c) diminuição da oferta de terras conquistáveis, que forçavam os competidores a renegociar as propriedades disponíveis, com vistas ao seu caráter cada vez mais valioso, o que facilitava o cumprimento de acordos e tratados, que garantiam o acesso a esse recurso, cada vez mais raro. A compreensão, neste sentido, é tributária do exame das configurações sucessivas que desembocam em diferentes modalidades de monopólio e controle social, que, gradualmente constitui-se em autocontrole.

Para Bourdieu (1996), tais condições são precedidas de outra forma de monopólio: o capital simbólico. Nas palavras do autor:

Nenhum poder pode-se satisfazer ao existir apenas como poder, isto é, como força bruta, destituído de qualquer justificação – em uma palavra, arbitrário - e deve, então, justificar sua existência, bem como a forma que toma, ou pelo menos garantir que a natureza arbitrária de sua fundação não seja percebida, e, desta forma, reconhecida como legítima. (BOURDIEU, 1996: 265, tradução nossa)

A concentração de espécimes variados de poder (seja mais associado ao acúmulo de força objetiva e econômica, seja de poder simbólico propriamente dito) caracteriza o Estado como espaço social no qual princípios de classificação e nomeação se redefinem constantemente. Essas reconfigurações se dão de acordo com a distribuição e do valor relacional dos capitais em posse dos agentes. A distribuição desses poderes temporais e atemporais, por parte dos centros dinásticos, se constituiu com base nas competências sociais de seus representantes. Ou seja, a eficácia simbólica do poder de classificação e nomeação se funda, *à priori*, no poder de instituição e delegação, centrais nas lutas que definiram o Estado como monopolizador e concentrador do poder discricionário. A especificidade, das formações sociais que tem no Estado seu principal alicerce regulador da integração e interdependência, reside na concentração de variadas formas de capital, mormente militar, econômico e simbólico (BOURDIEU, 2014).

Nas lutas simbólicas, pela nomeação e classificação, mais do que interações entre indivíduos, tem-se o encontro de estruturas sociais. Essas

estruturas, ao passo que incorporadas pelos agentes, se objetivam em instituições. Diferentemente da retroalimentação entre o fisco e o poder militar, presente na perspectiva elisiana, recursos e trunfos, para Bourdieu (2014), se situam na dinâmica incorporação-objetivação.

Esse processo ecoa nas estratégias de reprodução familiares, que se voltam para a formação de quadros compatíveis com as posições vistas e assumidas como privilegiadas na hierarquia social. Por meio, sobretudo do sistema de educação (artefato indispensável no conjunto de estratégias de reprodução), mas também de outros espaços de socialização (como jurídico, religioso, militar e etc.), o Estado emerge geneticamente como princípio produtor e reproduzidor da representação legítima do mundo social. Nos filiamos à concepção de ciências sociais que tenta se distanciar do sentido prático que o uso dessas palavras remete. Favorecemos, desta forma, a análise de embates e disputas acerca dessas categorias, objetivando não ser guiados pelas lógicas e pensamentos “de Estado”.

As instituições e os *habitus*, que engendram as práticas científicas, são fundamentados por agentes, que, de certa forma, são cúmplices dessa duplicidade das estruturas sociais. Isso gera, seguindo com o mesmo autor, “efeitos de teoria” (*idem*: 63), nos quais as análises “eruditas” se constituem em instrumento de construção do Estado, em detrimento da compreensão de suas dinâmicas. Os pesquisadores em ciências sociais, a despeito de sua intenção de tratar o Estado de maneira “objetiva”, são produtos da lógica de Estado, e, inclusive, só se produzem ao produzir o próprio Estado e a própria linha imaginária em relação à “sociedade civil”, legitimada e garantida por um “senso comum” que reconhece tais fronteiras, através de um conjunto de categorias que se “vulgarizam nas lutas políticas” (LACROIX, 1985).

Bernard Lacroix (1985) afirma que muitas das dificuldades da análise sociológica distanciada e autônoma, em relação a jogos impactantes e impactados pela política, se fundamentam em uma espécie de “ilusão realista” que determina que certos produtos constituídos sejam apreendidos apenas *ex post*, ou seja, como realidades dadas a partir das “categorias e discursos que os definem”. Segundo o autor, é preciso considerar exatamente o oposto para compreender tais dinâmicas, ou seja *ex ante*, desvelando as próprias condições

históricas e sociais que possibilitaram a formação e imposição de determinados discursos e práticas (*idem*: 515).

Apesar desses impasses que parecem, à primeira vista, intransponíveis, Bourdieu (2014) faz, pelo menos, duas recomendações mais gerais e interligadas entre si, que, acreditamos, ajudam a superar os obstáculos. A primeira recomendação é tomar o Estado de um ponto de vista histórico e genético. Ou seja, tentar analisar as dinâmicas sociais pelas quais os objetos que pretendemos investigar estão implicados nas condições de emergência e transformação do próprio Estado. A segunda recomendação, fizemos questão de deixar clara desde as primeiras páginas de apresentação dessa tese: o trabalho coletivo. Dele é possível extrair não apenas uma série mais vasta, ampla e organizada de informações sobre os objetos, como tornar factíveis comparações mais controladas de diversos pontos de vista sobre os mesmos objetos.

As Ciências Sociais se constituem em área do conhecimento que tenta compreender a lógica de produção das categorias de luta mobilizadas nessas dinâmicas. Geralmente, há uma imposição de agendas e problemas considerados mais relevantes. Por exemplo, em relação ao próprio “desenvolvimento”, percebe-se que questões como as condições de consecução do “desenvolvimento” por países considerados mais pobres, avaliações negativas ou positivas sobre os “tipos de desenvolvimento”, prescrições, diagnósticos e receitas são, sobremaneira, valorizadas no debate público. Cientistas sociais são constantemente instados a emitir pareceres, alicerçados numa moral cívica, que demanda a instrumentalização de seus saberes, em prol de alguma versão do próprio mundo social.

Em oposição, um conhecimento independente dessas lutas classificatórias se funda na razão teórica. Nesta linha, tenta-se apreender as regularidades, tendências, condicionantes e dinâmicas sociais, que se produzem e reproduzem, com relativa independência dos objetos em disputa. Os próprios cientistas sociais, lembramos, são produto (e produtores) da lógica de Estado. Todo o processo de formação e aprendizagem é mediado por instituições e agentes, que objetivaram e incorporaram princípios de classificação estatais.

A perspectiva aqui adotada é a indicada por Remi Lenoir (1998), a respeito do tratamento sociológico das problemáticas sociais que se constituíram como legítimas. Este autor demonstra que a constituição das problemáticas sociais legítimas é o resultado de lutas acerca das representações do mundo social, mas com bases em condicionantes objetivos. O trabalho do sociólogo é, neste sentido, desnaturalizar as problemáticas e observar a relação entre a construção das categorias sociais e os determinantes contextuais que marcam os produtores de bens simbólicos. Ou seja, observar as dinâmicas concorrenciais e relacionais (dentro e fora da política) que subjazem a produção da categoria “desenvolvimento”, no nosso caso.

Patrick Champagne, (1998), observa como, na França, se constituíram campos de produção da “opinião pública” legitimados pelas competências dos agentes que constituem tais campos, sob a égide da lógica de Estado e de princípios universalizantes. O discurso político, em suas mais variadas formas, é uma das instâncias de consagração e de reafirmação de um problema social. Assim, o “desenvolvimento” não pode ser tratado como produto isolado da ação de determinados perfis sociais ou profissionais, mas fruto de disputas pela circulação, contrabando e transporte das categorias legítimas de interpretação e prescrição do mundo social.

A constituição do Estado nacional brasileiro é caracterizada por uma conjuntura de maior dispersão relativa de recursos (materiais e simbólicos) em oposição ao centro político. Observa-se forte competição entre particulares, que importam o Estado, suas instituições e seus meios e bens culturais de representação, avaliação e hierarquização.

Badie e Hermet (1993) destacam que o processo de transformação do modo de dominação patrimonial no modo burocrático, observado na Europa Ocidental, não constitui o esquema mais apropriado de explicação da composição dos “sistemas políticos periféricos”. O que ocorre, segundo os autores, é a readequação do patrimonialismo em uma nova modalidade: o neopatrimonialismo. O patrimonialismo se refere ao período das disputas entre as casas dinásticas, que, ao sabor de disputas, alianças, estratégias matrimoniais e diversos outros artefatos de luta, configuraram uma formação política baseada no poder tradicional e carismático do “patriarca”. Enquanto isso,

no neopatrimonialismo, apesar da grande importância dos “líderes tradicionais”, a fachada de uma dominação racional-legal constitui um elemento importante para a legitimação do poder político.

O peso dos recursos políticos, monopolizados e privatizados nesse sistema, submetem o domínio social da produção cultural a determinadas lógicas de hierarquização. Esse processo induz em a sobrevalorização do capital simbólico personificado.

Para a América Latina, incluindo o Brasil, acreditamos que a “modernização” (e correlativa importância do “desenvolvimentismo”) do sistema político só pode ser compreendida se levadas em conta o histórico das relações desses países com seus respectivos “centros de referência”, bem como as estratégias impetradas por suas elites, sobretudo, nas suas tentativas de estancar o surgimento de uma “soberania popular efetiva” (BADIE & HERMET, 1993: 199).

Nessa configuração, debates públicos, sejam eles científicos, artísticos, midiáticos, entre outros, são fortemente atravessados pela distinção política. Esta dimensão da vida social (a “política”) estrutura e invade os princípios de classificação, que, em outras conjunturas, como a europeia ocidental, lhes são exógenos (principalmente nos polos dominantes e mais autonomizados). Isto culmina e alicerça outro conjunto de crenças sobre o sentido conferido à própria política e suas atribuições. Portanto, há uma acentuada heterogeneidade na constituição de espaços da representação política (CORADINI, 1998; 2011; GRILL, 2013).

Sobre o estudo de segmentos sociais que monopolizam o acesso às posições privilegiadas nessa conjuntura, na esteira de Grynszpan (1996), pensamos que o uso da categoria “elite” deve tomar como ponto de partida as próprias condições de importação dessa categoria. O autor defende que a afirmação de um tipo de ciência política brasileira se deu ao introduzir debates normativos, calcados em uma “genealogia consagrada” de textos, referências e conceitos ligados à “teoria das elites” norte-americana. Sinteticamente, as clivagens entre modelos de democracia representativa, em debate nos Estados Unidos, desembocaram em um uso pragmático e rotinizado de um *corpus*, que

atesta e legitima agendas que, antes de científicas, são notadamente voltadas para o próprio desenho das relações políticas. O autor frisa que determinadas concepções de uma “moral cívica democrática” levaram pesquisadores a aplicar modelos de pretensão diagnóstica sobre o papel das elites na constituição da sociedade.

As “elites políticas e culturais” em si, destaca o próprio Grynszpan (1996), mas também Coradini (2008) e Reis & Grill (2015; 2017b), não constituem o objeto de estudo propriamente dito para quem quer compreender as relações de poder de um ponto de vista reflexivo. As próprias estruturas de poder e dominação, estas sim em foco de análise, perpetuam ou rechaçam determinados agentes ou grupos de agentes em posições, simultaneamente dominantes na “política” e na “cultura”.

Tais camadas, por um lado, se notabilizam pelo acúmulo de reconhecimentos em múltiplos *domínios*. Por outro, se especializam em determinadas práticas sociais, sobretudo a ocupação de postos públicos e a atividade escrita. Assim, se os campos se definem pelo processo de profissionalização, descrever os detentores de poder como pertencentes a múltiplos domínios e frações de elites, em contraposição, permite observar mais detalhadamente determinados princípios de legitimação estruturantes no “caso brasileiro”, sobretudo os aspectos ligados ao acúmulo de multinotabilidades, capital simbólico personificado, prestígio frente a profissionais e profanos e peso das relações pessoais diretas.

A. 2- Fenômeno geral da profissionalização política: especialização, peso dos capitais e mediação política e cultural

A construção da dimensão política da vida social oscila diacrônica e sincronicamente. A própria concepção de “política” e de categorias correlatas varia de acordo com o contexto que se objetiva compreender. Lagroye (2006) indica que é possível observar fenômenos mais ou menos generalizados, no que se refere à constituição e prescrição de papéis especificamente políticos. A autonomização deste espaço, no entanto, nunca se dá por completo. Há variados graus de dependência e correlação com outros domínios da vida social. A especificidade da luta política reside justamente em sua capacidade de redefinir práticas e procedimentos relativos a múltiplas esferas da vida social. O autor sustenta que há uma percepção geral e superficial do senso comum, inclusive o acadêmico, de que a “política” seria uma dimensão, que poderia ser associada à ideia de “governo do estado”. A desconstrução dessa naturalização passa pela análise das condições específicas de autonomização e das modalidades de delegação e especialização de papéis atribuídos aos políticos.

Paralelamente, outra gradação fundamenta a perspectiva de Lagroye (2006). Trata-se de um debate estruturante na sociologia da dominação weberiana: as condições de se viver “para” e “da” política. Na primeira modalidade, como exemplo, podemos citar a “política de notáveis” exercida, em grande parte, na Europa Ocidental até o século XIX. Caracterizada pela atuação generalista, que se auto apresentava como desinteressada, quase como um *hobby* praticado por figuras concentradoras de prestígio e notoriedade, atestadas por ciclos de consagração mútuos e manejo de relações pessoais diretas. No segundo arquétipo de modalidade de exercício da atividade política, crescentemente estabelecida a partir de meados do século XIX, temos agentes que se afirmam por competências específicas, que dedicam seu tempo e existência profissional à atuação política, portadores de reconhecimento de habilidades e *savoir-faire* mais complexos e exclusivos. A passagem da “política de notáveis” para a “política de profissionais” não se dá de maneira estanque. Como demonstra Phéllppeau (2001), houve uma coadunação de elementos característicos dos dois modelos na sociogênese do “homem político moderno”.

Ou seja, as variadas crenças e versões do fenômeno político são tributárias das modalidades e condições de acesso dos agentes às e nas arenas. Há diversos elos entre essas duas matrizes. Quanto mais especializados são os atributos legitimadores da intervenção política, maior a tendência de que se constituam *carreiras profissionais* especificamente voltadas para a ocupação de cargos públicos.

Essas nuances reverberam em configurações diferenciadas entre si, na aferição dos pesos de trunfos e recursos nas lutas pela legitimidade para se ocupar um posto público. Esses predicados se vinculam, geralmente, à posse de atributos particulares, baseados em características pessoais de seu detentor. Por outro lado, podem também se pautar na delegação e na investidura advindas de um *ato de instituição*, como meio de captação do reconhecimento (BOURDIEU, 1989a). Notadamente, não se trata de uma questão de exclusão de uma forma de acúmulo em benefício da outra. É significativo, isto sim, o grau em que essas duas dinâmicas sociais fundamentam a hierarquização política, através de certa complementaridade entre os dois princípios de afirmação da condição de representante.

Offerlé (2011) destaca a importância de analisar a “profissionalização política” como uma luta de constante redefinição de lógicas e sentidos, entre elas: especialização e demarcação de fronteiras frente aos não-políticos; fixação de uma ética e moral profissional para “fazer política”; e a reivindicação dos serviços políticos, que eles oferecem de maneira específica, como suposto interesse geral dos “profanos”. O autor destaca como a “profissão política” se forma por meio de diversos modelos e que as incumbências do “profissional” tem também um caráter volátil, dadas as reconfigurações dos espaços. Assim, o surgimento da “profissão política” vai além da oposição “notáveis/profissionais”, compreendendo a gênese da profissão através de trânsitos, osmose, imbricações e complementaridades entre os papéis prescritos para os diversos perfis de políticos ao longo de sua história social (DOGAN, 1999).

A formação desse espaço de agentes especializados se fundamenta na legitimação do modelo representativo. Gaxie (2004) discorre, especificamente, sobre a cristalização paulatina e processual do “ideal democrático” como linguagem política inelutável nos sistemas políticos mais

recentes. Para o autor, a crescente pacificação das lutas sociais (freio do que Elias denominou *efeito centrífugo*) aproximou as disputas sociais de uma luta pelos sentidos do mundo social, em detrimento da violência civil pura. Diversas mitologias são gradativamente construídas, em prol da delegação do poder político. Nesse modelo de sociedade, acredita-se que a democracia é capaz de neutralizar a desigualdade econômica, sendo o voto, por exemplo, um dos principais mecanismos que assegurariam o acesso das “camadas populares” à participação no processo decisório. A profissionalização dependeu, desta maneira, da constituição de um corpo de mandatários, que se especializaram na atividade de veicular e representar versões do mundo social, que pretendem “dar voz”, ratificar e sancionar a existência dos próprios grupos sociais. Outrossim, disputam-se os próprios princípios de construção desses grupos.

Nessa guerra simbólica pela representação legítima do mundo social o recurso à dita “linguagem econômica” se construiu, historicamente, como instrumento eficaz de manutenção da *ordem legítima* (DULONG, 1996; LE BARON, 2012). Pensamos que a consolidação desse esquema de percepção não se deu por uma suposta “proximidade natural” entre aspectos do *savoir-faire* político (sobretudo a dimensão que lida com as “contas públicas”) e as competências adquiridas via acúmulo de “saber econômico”. A solidificação desse tipo de linguagem como forma legítima de expressão está relacionada a diversas dinâmicas históricas. Nota-se, por exemplo, que os intérpretes autorizados da Economia podem assumir funções mais ou menos próximas dos governos de acordo com o contexto nacional analisado (LOUREIRO, 1997).

Como indicamos anteriormente, as conjunturas de importação desses modelos, no Brasil, sucedem uma menor diferenciação entre os domínios. Coradini (2017) indica a importância, nessas condições, de estratégias de simulação, promulgadas na “periferia”, por parte de grupos dirigentes, que, no máximo, virtualizam relações de *representação política* comparáveis com as construídas nas sociedades ocidentais. A chave de compreensão das relações de poder está na busca dos outros significados atribuídos e assumidos nas sociedades extra ocidentais (BADIE e HERMET, 1993). Tal diferença advém do fato de que não só a construção social da política se deu de maneira dessemelhante, em relação ao “centro”, mas sobretudo pelas discrepantes

concepções de “política”, “sociedade”, “cultura”, entre outros, que se estabelecem na “periferia”. Essas redes de significação germinaram em “circuitos específicos e restritos”, em detrimento da aceitação de um “algum público geral” (*idem*: 44). Segundo o próprio Coradini (2017), sobre as condições de operacionalização dessa abordagem:

Metodologicamente, uma das principais consequências disso consiste na necessidade de contemplar nas pesquisas tanto as categorias que aparecem como explicitamente referidas à ‘política’ quanto as condições de sua enunciação e legitimação e os universos sociais que as respaldam. Além disso, passa a ser decisiva a inclusão daqueles interesses e categorias não necessários e diretamente referidos à ‘política’, mas cuja realização de interesses, direta ou indiretamente, passa por instâncias ‘políticas’. (CORADINI, 2017: 44)

O “desenvolvimento”, sustentamos, além de acumular uma polissemia, se constitui em ferramenta acessória de formulação e tradução de posicionamentos acerca das mais variadas “questões sociais”. Como resultado, a aplicação desse esquema analítico, nas condições dadas, requer considerar a maior multiplicidade e variações de lógicas sociais. O autor afirma que a importação dos modelos de política e representação são mais dependentes de demandas e estratégias preexistentes nas “periferias”, do que de equivalências entre assimetrias nos dois polos. Desta forma, o acesso a posições elevadas na pirâmide social é intrinsecamente vinculado à própria política, tornando redundante o argumento da politização no sentido atribuído por Lagroye (2017). No entanto, segundo Coradini (2017), é possível vislumbrar uma oposição diferencial concernente a tais aspectos que nos auxilia a pensar o “caso brasileiro”:

Em síntese, nesta multiplicidade de modalidades e condições de politização, se destaca um polo mais diretamente centrado em interesses organizados cuja legitimação depende menos diretamente da proclamação pública de seu caráter ‘político’ e, no polo oposto, se situa a miríade de empresas de mobilização as mais variadas, inclusive aquelas associadas a empresas morais, frequentemente configurando algo próximo de vanguardas culturais. (...). Ocorre que com o grau de interdependência entre a estrutura de representação política e a de mediação e representação de interesses, ao mesmo tempo em que há um maior peso e importância daquilo que é atribuído à ‘política’ na hierarquização social, as modalidades e os recursos de politização em pauta têm menor afinidade com o engajamento e a afiliação partidárias. (CORADINI, 2017: 65 - 66).

Assim, o ingresso no domínio da política profissional aduz um múltiplo, e, geralmente, ambivalente reconhecimento. A representação política “propriamente dita” se completaria na representação de “interesses específicos”. Depreende-se disso que a observância do peso dos capitais pessoalizados e institucionalizados nas condições de acesso e afirmação à atividade política ganham centralidade. Dito de maneira mais correspondente ao caso em pauta, cabe atenção aos recursos, trunfos, aptidões, dotes, patrimônios mobilizados nas lutas por diferenciação no *sistema de desvios* (BOURDIEU, 1989), que caracterizam os requisitos da legitimação de um posto público, seja ele garantido pelo voto ou não.

Esse espaço relativamente autônomo da representação política interage com outros âmbitos. Há uma justaposição entre atribuições assumidas por agentes posicionados em múltiplos domínios. As lutas políticas, calcadas nas condições de reprodução ou subversão dessas representações, se dão em espaço entrecruzado por variadas intersecções. Há um jogo de requalificações, que estabelece diversos esquemas de reconhecimento e detração, redefinindo e redimensionando acordos práticos acerca dos limites da intervenção política em outras atividades sociais, além das possibilidades de (des) politização (LAGROYE, 2017).

A. 3- Condição de intelectual: dependência de centros exportadores e dos modelos legítimos de (dupla) representação

Dada essa multiplicidade mais acentuada de lógicas sociais, atravessadas pela política, configura-se uma indistinção na prescrição dos papéis de representação do social (no sentido amplo) e da atividade política especializada. O peso da notoriedade pessoal é forte, em detrimento dos recursos acumulados através das instituições. A capacidade de representar simbolicamente o social, com base em uma versão considerada legítima, é facilmente traduzível em capital político. Por sua vez, a consecução de posições privilegiadas nas arenas políticas geralmente induz o reconhecimento da condição de intérprete da cultura.

Eric Wolf (2003) defende que, em sociedades complexas não ocidentais, a figura do *broker* ilustra e clarifica esse processo social. Essa figura seria responsável pela mediação de interesses entre “grupos voltados para a nação” e “grupos voltados para a comunidade”. A integração nacional e a legitimação da ordem política dependem do sucesso desses agentes em mediar tais interesses. Algumas pesquisas que tentam dar conta dessas condições em sistemas políticos periféricos são particularmente elucidativas.

Os estudos de José Carlos Gomes dos Anjos (2003), que analisa intelectuais e escritores cabo-verdianos, podem nos servir de parâmetro. Segundo o autor, as lutas internas em Cabo-Verde sobre “identidade”, “mestiçagem”, “raça”, entre outros signos, vetores da unificação nacional, se atualizam com base nas demandas por produtos simbólicos confeccionados nos campos de produção localizados nos “centros”. Simultaneamente, essa dinâmica assegura relações clientelísticas entre nações e que garantem, secundariamente, a existência dos elos entre os intelectuais e políticos “periféricos” e seus mandatários.

Os intelectuais periféricos, em suas lutas internas, remodelam e “modernizam” seus trunfos e recursos. As “contribuições” (políticas e literárias) vão, paulatinamente, de geração em geração, funcionando como uma “espécie de forma *a priori* de sensibilidade incorporada, que contém os princípios geradores das atuais formulações da identidade nacional” (*idem*: 602).

Na mesma linha, Sylvia Sigal (2012) reitera que o estudo do contexto intelectual argentino remete à uma “limitação importante da utilização do conceito de campo para o estudo de sociedades latino-americanas” (*idem*: 62). Segundo a autora, o “campo” constituído nessas sociedades, por ser dependente e periférico em relação aos modelos internacionais, mormente europeus, remete à uma espécie de heteronomia automática e constitutiva das relações entre intelectuais com a intervenção política. O “campo cultural periférico”, instrumento analítico de Sigal, sustenta a afirmação de que a “atividade cultural nas sociedades periféricas remete a instâncias de consagração externas e, ao mesmo tempo, interioriza critérios externos de valorização” (*idem*: 63).

Tais estudos preconizam que a relação entre as esferas políticas e culturais teriam, supostamente, tendência à submissão do domínio cultural em “situações periféricas” aos “centros” (ocidentais e políticos). Em outros países da América Latina, vemos que um mesmo processo se repete: a saber, os usos táticos, por parte de agentes públicos, de recursos forjados em outras lógicas de produção. Os bens culturais servem, nesse sentido, de comprovação direta de competências políticas, sem significativa exigência de “crivo” ou poder de refração.

Assim, as próprias formulações simbólicas transmitem e reificam versões do mundo social, creditadas pelas “elites políticas e culturais”, que solidificam o processo de coesão nacional. Daniel Pécaut (1990) sustentou, para o caso do Brasil, que a constituição do domínio intelectual/cultural brasileiro tem pouca (ou nenhuma) autonomia em relação às disputas políticas e que os dois espaços (da cultura e da política) formam um amálgama. As lutas entre concepções particulares sobre o próprio Estado e suas instituições deram a tônica das produções culturais e intelectuais. O autor encontra uma série de vestígios históricos que demonstram que o surgimento dos “intelectuais brasileiros” nada mais foi do que o resultado de estratégias de construção da própria política por parte de certas camadas sociais.

Grill (2013) apresenta um programa de pesquisa que tenta dar conta de tais especificidades. Em sua perspectiva, há, sinteticamente, apreciação do *background* social dos agentes profissionalizados em política, suas modalidades

de carreira e afirmação, e, por fim, suas estratégias de mobilização de redes de relações interpessoais. O estudo sistemático e comparativo desses caracteres sociais permite construir espaços em que se disputa a condição de mediador. Para o pesquisador é preciso apreender:

1) os recursos sociais acumulados pessoalmente ou reunidos por instituições passíveis de reconversão por parte de “políticos profissionais” em bases de poder político e em fontes de constituição de clientelas; 2) as definições e redefinições dos papéis políticos em diferentes contextos e momentos e como estão atrelados às concepções de política em concorrência, fixadas por especialistas oriundos de diferentes segmentos, bem como alocados em distintos âmbitos de atuação (eleitoral, midiático, jurídico, intelectual etc.); 3) finalmente, a multiplicidade de regras às quais se submetem (de reciprocidade, de lealdade, normativas, pragmáticas, estratégicas etc.) (GRILL, 2013: 233).

Tentamos seguir esses direcionamentos na sistematização e análise dos dados coletados. No inspiramos, paralelamente, em contribuições de pesquisas que, igualmente, privilegiaram tais dimensões. Destacamos Grill & Reis (2016), que sustentam que considerar essa multiplicidade de funções atribuídas à especialização política são sintetizadas no duplo reconhecimento dos “políticos escritores”. Afirmam que essa condição não pode ser reduzida à análise de um espaço multiposicional, como averiguado por Boltanski (1973). No caso do pesquisador francês, as análises se pautam nas condições de apropriação, trânsito e contrabando entre campos dotados de maior ou menor grau de refração. Ou seja, o enfoque recai nas condições sociais de redesenho do espaço social, relativo à duplicidade das estruturas sociais. Já no caso analisado pelos pesquisadores brasileiros tratou-se, isto sim, de uma reprodução das condições de dominação, nas quais se assentam a própria legitimidade das linguagens políticas, e, indissociavelmente, intelectuais, sem sequer entrar em pauta, nas lutas dos agentes, os limites/fronteiras entre os âmbitos de atuação.

Grill e Reis (2016) assinalam, ainda, para os “parlamentares que escrevem”, uma situação em que o reconhecimento dessas habilidades, por si só, não são suficientes para afirmação política. A multinotabilidade, conceito sugerido pelos autores, inspirada na própria ideia weberiana de “notável”, seria decorrente de reputações construídas não via especialização profissional, mas

por meio da demonstração da capacidade de lidar com os “problemas sociais” (descrevendo, prescrevendo, comentando, criticando, diagnosticando, prognosticando e etc.) de um ponto de vista mais generalista e diletante, atestada pelos múltiplos papéis exercidos, simultânea ou alternadamente.

É possível observar, segundo os autores, a centralidade da “dupla representação”, simultaneamente, como atividade política (ocupação de cargos) e atividade intelectual (via inscrição em domínios universitários, literários jornalísticos, jurídicos, religiosos, etc.). Associadamente, os agentes são reconhecidos enquanto representantes de determinadas “causas” (enquanto políticos, escritores, jornalistas, advogados...) e são autorizados para prescrever e/ou julgar os meios legítimos de intervenção duplamente, enquanto políticos, e, indistintamente, escritores. Ao longo do século XX captam, entretanto, dinâmicas de especialização e de mobilização de outros recursos de legitimação, anexados no léxico mais “técnico-setorial”.

As atribuições ligadas a tais profissões convergem com a afirmação da condição de escritor. Atividades de ensino universitário e atuação jornalística, por exemplo, pressupõem o domínio da escrita e compõem o complexo de causas e efeitos descritos pelos autores. Assim, os domínios de atuação, que sustentam as duplas inscrições, também estão ligados ao mundo acadêmico-profissional. Esses direcionamentos são congruentes com as possibilidades de sucesso na imposição de uma versão do “desenvolvimento”. Atributos políticos e intelectuais são personificados pelos jogadores, que acumulam um duplo e indissociável reconhecimento, no sentido de Grill & Reis (2016), inclusive na definição de problemas atinentes a linguagens consideradas mais “modernas”.

A.4 A categoria “desenvolvimento” como instrumento em disputa nos domínios da política e da cultura.

Nesse tópico, oferecemos algumas reflexões sobre a história da categoria “desenvolvimento” nas ciências sociais e as intersecções entre esses debates e a luta política.

Os primeiros estudiosos das “sociedades de mercado” –cujo principal expoente fora John Stuart Mill - tenderam a explicar o processo de amplificação das influências do mercado na vida social por uma característica supostamente “natural” à condição humana, como propensa às trocas mercadológicas. Já para Karl Polanyi (2000), uma gama de acontecimentos históricos, que tiveram seu auge no século XIX - queda do padrão-ouro como linguagem internacional de comércio, crise do sistema de mercado autorregulado, desclassificação do estado liberal como provedor das necessidades básicas da população e supressão dos princípios e regras que mantinham o equilíbrio de poder entre as nações – que levaram as sociedades capitalistas ao domínio da lógica de mercado.

O autor destaca que até o século XIX o mercado cumpria um entre tantos papéis das dimensões da vida social. Este passa, no século XX, cada vez mais, a invadir os outros domínios e impor sua lógica própria. Esses fatores contribuíram para certa desintegração diplomática entre as nações europeias, que fez com que - do início até meados do século XX - se perpetuassem conflitos entre estas nações (que, inclusive, levaram às duas grandes guerras), de modo que os modelos econômicos europeus se fragilizassem em relação ao modelo emergente dos Estados Unidos.

Como as formulações das ciências sociais contribuíram para o estabelecimento do “desenvolvimento” como instrumento de visão e divisão social? A ideologia justificadora dos planos de reconstrução, que catalisaram o processo de exportação do modelo americano, se pautava na retomada do “desenvolvimento econômico” europeu. A primeira dimensão na qual a categoria se insere é naquela ligada às relações econômicas. Atingir o “desenvolvimento econômico” fora, antes de tudo, se sobressair diante de determinadas regras “impostas pelo mercado”. Assim, a mobilização das ciências sociais e de sua

capacidade descritiva e prescritiva impunha aos seus pesquisadores esse conjunto de questões.

Assim, sendo o domínio universitário cada vez mais estruturado segundo relações “centro-periferia”, a categorização de determinado país em relação ao “desenvolvimento” é tributária das relações internacionais e do tecido nos quais as nações se inserem, sobretudo dos critérios em disputa nessas definições. Esteve em jogo, notadamente, um sistema de classificação e hierarquização, que mantém as nações em relação de interdependência. Uma evidência disto é como a linguagem legítima, operada por órgãos e agentes do “desenvolvimento”, esteve estreitamente ligada à posse de saberes em Economia.

No contexto da Guerra Fria, a disputa pela categoria se acirrou. Os investimentos desembocaram em diversas proposições acerca da relação “desenvolvimento” – “subdesenvolvimento”. A questão pode ser resumida da seguinte maneira: se os “países desenvolvidos” só o são pois se sobressaem no mercado internacional, como levar o “desenvolvimento” aos países que ainda não constituíram um mercado considerado autossuficiente? As soluções propostas podem ser divididas em dois grupos: uma que prega a organização e dinamização dos mercados internos dos “países subdesenvolvidos” e outra que prega a ajuda internacional dos “países desenvolvidos” como única forma de “salvar” os países pobres.

Tais proposições estão relacionadas com dois paradigmas das “Teorias do Subdesenvolvimento”: o primeiro seria o Colonialismo Mercantil, que defende que as formas de colonização (de exploração e de povoamento) perpetradas pelos “centros” estabeleceu a divisão entre “países desenvolvidos” e “países subdesenvolvidos”. O segundo paradigma seria o “Centro-Periferia”, ou estruturalista, que afirma que o subdesenvolvimento está atrelado às forças produtivas periféricas que mantém o antigo “pacto colonial” através da produção de um excedente que é usurpado pelos centros.

Mântega e Rêgo (1999) afirmam que quando o nacional-desenvolvimentismo ganhou a alcunha de doutrina ideológica dominante no Brasil, a “saída” proposta para o “subdesenvolvimento brasileiro” foi o

engajamento de uma suposta burguesia nacional, em nome de um “projeto de modernização da economia” - algo bastante semelhante ao que vimos sobre a situação francesa. Este “projeto” consistia em integrar setores “tradicionais” e “modernos”, dinamizando o setor produtivo brasileiro.

Como contraponto a esta tese, Bresser Pereira (1963), Fernando Henrique Cardoso (1964) e Celso Furtado (1966) (todos agentes que tiveram influência direta em muitas trajetórias aqui analisadas, sendo que o próprio FHC figura no nosso universo de análise), propõem que as relações de dominação transcendem as barreiras nacionais e que o “subdesenvolvimento” seria consequência da dependência de grupos sociais nacionais em relação ao exterior, sendo impossível, pura e simplesmente, através da “dinamização interna”, atingir o “desenvolvimento”.

Vemos, então, que o espaço de posições se divide em dois polos: um versa que o “desenvolvimento” é consequência de medidas e atitudes em relação ao “interior” e o outro defende que o “desenvolvimento” só é possível diante de tomadas de posição em relação ao “exterior”. De um lado a modernização e dinamização do sistema produtivo, de outro, a busca pelo equilíbrio e igualdade nas relações internacionais.

Até aqui descrevemos concepções de “desenvolvimento” que o tem como necessário e inelutável. Contudo, há algumas definições que tentam problematizar, criticar, e, por vezes depreciar a ideia de “desenvolvimento”. Por exemplo, para Guilherme Radomsky e Francisco (2011):

No entanto, com todas as vicissitudes e os desgastes, a ideia de desenvolvimento (e todos os derivados que geralmente aparecem ligados ao termo “desenvolvido”: sub, semi, pós) não perde força imaginativa e poder conceitual, mesmo em meio à ruína que um olhar crítico poderia depurar. Artifício ideológico, implicação de um poder discursivo ou esperança de superação de problemas como a pobreza e a desigualdade, deve-se destacar sua resiliência diante das tentativas de desconstrução (RADOMSKY & FRANCISCO, 2011, p. 149)

Radomsky e Francisco (2011) propõem que esta resistência não é fruto de uma naturalidade da própria ideia de “desenvolvimento”. Quer dizer, não

é que o “desenvolvimento” seja algo inexorável, algo que produziria um bem comum inabalável e desejado por “todos”. Noções como “modernização social” e “crescimento econômico”, não passam, neste esquema, de artefatos utilizados pelos atores em busca da afirmação de uma visão de mundo “imperialista”. Apontam que a crítica ao “desenvolvimento” seguiu os caminhos baseada em dois autores: Gilbert Rist e Arturo Escobar. Para o primeiro:

“Desenvolvimento” consiste de um conjunto de práticas, às vezes aparecendo em conflito uma com outra, que requer – para a reprodução da sociedade – a transformação geral e a destruição do ambiente natural e das relações sociais. Seu objetivo é aumentar a produção de mercadorias (bens e serviços) direcionadas, pelo mecanismo da troca, para demanda efetiva (RIST, 2008, p. 13)

Esse raciocínio anularia qualquer possibilidade de estabelecimento do “desenvolvimento” como orientador de práticas, uma vez que as contradições bloqueiam justamente os objetivos prometidos pelo próprio “desenvolvimento”. Já para Arturo Escobar:

A reflexão sobre o desenvolvimento se alinha mais claramente à crítica da modernidade. Porém, há uma ambiguidade, enquanto a visão crítica da modernidade é almejada, ela não descarta certa afinidade com projetos menos radicais que ainda possam ser transformadores. (ESCOBAR, 2007, p. 155).

Assim, as próprias ciências sociais ocuparam lugar central nas definições de como, onde e o porquê do “desenvolvimento” ter importância na constituição dos domínios. A partir desses embates – de certo protagonizados não só por intelectuais, mas também por políticos profissionais – é possível observar como trunfos e recursos estruturantes dos domínios políticos e culturais condicionam a “dupla representação” (GRILL & REIS, 2016) nas condições brasileiras.

Veremos que muitas oposições próprias à disputa internacional sobre a definição de “desenvolvimento” se reproduzem e repercutem nos trajetos políticos e intelectuais analisados nessa tese. A própria categorização

“regional/nacional/internacional” parece estar atrelada a esses debates mais amplos. Além disso, foi possível observar como os agentes aqui investigados certamente contribuíram para a adaptação desse debate às condições brasileiras e como foram amoldadas algumas categorias de luta específicas. Para além da valorização universal, que o “desenvolvimento” teve no léxico político e intelectual do século XX, conjecturamos que as próprias tentativas de o definir estavam em jogo nas disputas políticas/intelectuais brasileiras desse período.

Nessas conjunturas, o “discurso desenvolvimentista” foi frequentemente associado à ideia de superação de uma “crise”. Seja ela “econômica”, “natural”, “moral”, “simbólica”, etc.. As “crises”, por vezes, aparecem como enfermidades sociais, para as quais muitas soluções se esteiam em concepções e versões do “desenvolvimento”. Outra avaliação reiteradamente propagada são os pareceres retrospectivos, que diagnosticam os sintomas da “crise”, por meio da ausência de determinado “desenvolvimento”.

Nesse sentido, tentamos sistematizar e analisar as regularidades atinentes aos modelos de afirmação política e intelectual e a mobilização da linguagem relativa ao “desenvolvimento”. Tentaremos observar como certos indicadores impactam nas adesões dos políticos a tais versões.

B. Problema de pesquisa e justificativas

Como sugerimos anteriormente, há uma tendência geral, em diversos espaços, inclusive “acadêmicos”, à naturalização da “importância” da economia na estruturação não apenas das relações sociais, mas também das lutas políticas. Difunde-se a ideia de que lidar com representação política é, inseparavelmente, lidar com a produção econômica de uma sociedade, por exemplo. Termos como “administração pública”, “gestão” e mesmo “empreendedorismo” são tidos como associados à imagem do “homem político moderno” (DULONG, 1999, PHÉLLIPEAU, 2001).

Um processo histórico que impulsionou esse movimento foi a recepção europeia dos planos de recuperação da “livre iniciativa”, particularmente na França pós-Segunda Guerra Mundial, que gerou um novo léxico nas arenas de disputa. O *New Deal* e o Plano Marshall, por exemplo, demarcam mais do que “políticas econômicas” do Estados Unidos perante o mundo. São também vestígios das lutas pela constituição de uma nova modalidade de monopólio do poder simbólico, centrada em sistemas de oposição que valorizam a “eficácia administrativa”, “capacidade de gestão”, etc (POLLAK, 1976; LEBARON, 2012).

Nesta hodierna linguagem, difundida no pós-Segunda Guerra Mundial, atingir o “desenvolvimento econômico” traduz-se em sinônimo de se sobressair ante determinadas injunções “impostas pelo mercado”. Tal noção é aplicada *à priori*, aos países individuais. Em momento posterior, torna-se legítimo falar em grupos de “países desenvolvidos”, “países em desenvolvimento”, “países subdesenvolvidos” e outras indexações similares. Na América Latina, especificamente, diversos órgãos multilaterais e instâncias aglutinadoras de representantes ligados às “relações internacionais”, de diversas nações, foram criados. A CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) fora forjada, em 1948, no âmbito da ONU (Organizações das Nações Unidas) justamente com o intuito de reposicionar países latino-americanos no plano internacional (KLUGER, 2017). Uma das justificativas para sua criação era a de constituição de um espaço de mediação de demandas desse tipo. Os embates

frequentemente giravam ao redor do “acesso ao desenvolvimento”. Por exemplo, na própria gênese da CEPAL uma oposição à sua criação era de que os países devastados pela Segunda Guerra Mundial mais diretamente mereceriam maior atenção. Ao passo que os latino-americanos argumentavam que sua condição de “pobreza” precedia aos conflitos. A categorização de um país em relação ao “desenvolvimento” era tributária das relações internacionais e do tecido nos quais as nações se inseriam na estruturação da Guerra Fria. Está em jogo, notadamente, um sistema de classificação e hierarquização que mantém as nações em relação de interdependência (BOLTANSKI, 1981; LE BARON, 2016).

Yves Dezalay e Bryant Garth (2000) consideraram que o período entre 1960 e 2000 caracterizou uma emergência de nova base de legitimação e léxico de dominação. Segundo os autores, passaram a ser operacionalizados esquemas e modelos de exportação da política e de instituições, calcados em estratégias internacionais, estabelecendo modalidades, até então inéditas, de vinculação e “paralelismos” entre “centros” e “periferias” internacionais.

A linguagem do poder emergente foi, em grande parte, resultado da reconfiguração das relações internacionais estabelecidas no pós-Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria e na reestruturação dos pontos de ligação entre grupos dirigentes de países “centrais” e “periféricos”. Esses nexos, continuam os autores, variam sincrônica e diacronicamente, de acordo com as condições e situações de cada nação ante o âmbito internacional.

A mudança, de polo e ponto de referência da Europa Ocidental para os Estados Unidos, gerou diversas consequências em termos de hierarquizações políticas e econômicas. Uma das principais resultantes foi a ascensão da economia como disciplina capaz de moldar a renegociação de fronteiras, associada aos modelos de intervenção dessas elites (posto, até então, ocupado pelas ciências jurídicas e sociais).

Observa-se que o grau de homologia entre as hierarquizações dos espaços de poder dos países exportadores e importadores influenciam nas condições de difusão dos modelos. Por intermédio de análises das estratégias internacionais praticadas por profissionais do Direito, Dezalay & Garth (2000) assinalam, que, nas ordenações internas dessa disciplina, vigora uma dinâmica

onde há homologia mais acentuada entre espaços periféricos e centrais quando a linguagem dominante é a dos “técnico-políticos”. Em contrapartida, quando a linguagem que intermedia centros e periferias é associada aos “políticos-bacharéis” as correspondências são menos observáveis. Por exemplo, os “direitos humanos” e o “direito empresarial” ocupam posições de sinal oposto no “centro” e na “periferia”. Nos centros, argumentam, os dominantes, no século XX, tinham maior tendência a se ligar ao primeiro e se distanciar do segundo, contrariamente ao que ocorre nos países ditos “periféricos”. Já a Economia, sustentam, constitui-se, no âmbito internacional, por uma equiparação e interdependência mais acentuadas entre dominantes e dominados em ambos espaços (“centro” e “periferia”).

O termo “desenvolvimento” não perde sua relevância durante essa transformação. Pelo contrário, foi chave fundamental de expansão dos novos modelos internacionais de economia, Estado e sociedade. O *welfare state* é um dos exemplos desse processo. Estrutura típica da ordem política legítima dita “moderna” e presente desde a “Grande Depressão” de 1929, o *welfare state* atingiu seu ápice quando do fim dos regimes totalitários europeus. A doxa resultante deslocou, paulatina e processualmente, o centro de referência simbólica, em termos de modelos econômicos (mas também políticos, culturais e científicos), da Europa ocidental para o polo estadunidense, como dito anteriormente.

Elites de países “periféricos”, como os que compõem a América Latina, gradualmente, modificaram seus sistemas de recrutamento, hierarquização e seleção de pessoal, influenciados também por esta transformação. No Brasil é possível observar uma variante correlata ao desencadeamento desse processo mais amplo identificado nessas outras configurações. Especificamente, diversos trabalhos observam a emergência de novos perfis de agentes dominantes em domínios associados ao saber econômico, mas principalmente universitários, profissionais e político-culturais (LOUREIRO, 1997; NEIBURG, 2004; GRILL & REIS, 2016; KLUGER, 2017, entre outros). Tais trabalhos, de grande fôlego, focalizam suas reflexões em processos e dinâmicas sociais atinentes à circulação nacional e internacional, de agentes implicados em embates centrais para as “políticas nacionais”, que se

colocam na posição de tradução e implantação da reconfiguração das fronteiras políticas, geográficas e culturais, que alicerçam o plano das relações internacionais.

O trabalho aqui empreendido visa partir da comparação entre dinâmicas sincrônica e diacronicamente localizadas. As variedades de exercício da escrita como modalidade de atuação política, objetivaram-se em diferentes concepções de “desenvolvimento”. A comparação, de um lado, das transformações em termos de “profissionalização política”, e, de outro, de temáticas e gêneros de escrita relacionados ao “desenvolvimento”, permitiu observar elos entre o que é definido pelos próprios agentes como o “regional”, o “nacional”, o “internacional” e a “técnica” como artefatos de leitura e intervenção sobre o mundo social. Detectamos essas estratégias não apenas através do uso do “desenvolvimento” nos títulos dos bens simbólicos examinados, mas também pela presença de suas categorias correlatas, como “desenvolvimento regional”, “progresso”, “crescimento econômico”, “modernização”, “primeiro, segundo e terceiro mundo”, etc.

O “desenvolvimento” faz parte de um conjunto de referências complexo e multifacetado, que envolve um arsenal de outros instrumentos de legitimação. Os agentes aqui analisados fazem parte de certas cadeias produtivas de problemas sociais, ocupando, inclusive simultaneamente, diversas posições em domínios sociais. O estudo das relações entre os *locus* de produção de representações políticas e culturais exigiu a reflexão sobre como tais elos incidem nas práticas dos agentes e a forma como estes se deslocam nas arenas.

Por exemplo: determinado “político profissional”, que publica livros, está influenciado por uma série de injunções, relacionadas a jogos concorrenciais mais ou menos conectados com o “mundo da política” (LE BART, 2012). É possível que tal político esteja em disputas em domínios sociais totalmente distintos, que compartilhe significados com outras dimensões das práticas sociais, que não a da “representação política”, diretamente. Tais livros podem estar relacionados à sua formação acadêmica, extremamente codificados, ao ponto de sua “clientela na política” não possuir os instrumentos necessários para interpretar aquela obra, nem por isso tal livro não se traduz em

um catalisador de recursos e bases políticas, uma vez que a própria notoriedade que a condição de escritor produz é facilmente convertida em trunfo.

Sustentamos que o material analisado permitiu observar alguns condicionantes das tomadas de posição acerca do “desenvolvimento”. A importância da “linguagem econômica”, por exemplo, esteve atrelada a determinadas características pessoais e personificadas, captadas nas biografias dos políticos que escrevem sobre o tema ou questão. As “regiões” de pertencimento, a configuração familiar de origem, os títulos e profissões prévias ou concomitantes à *carreira política*, os vínculos com instâncias de consagração cultural e as demonstrações da capacidade de mediação política e cultural são os fatores primordiais que pautam as interpretações. Dito de outro modo, o debate sobre “desenvolvimento econômico” é fortemente condicionado pelos recursos pessoais disponíveis e pelo papel de mediador entre centros e periferias (locais, regionais ou nacionais) a ser desempenhado pelos agentes, de acordo com a posição na hierarquia ocupada e com a etapa da biografia. Devido à baixa diferenciação entre esferas e à constituição de domínios de *justaposição integrada*, agindo como *notáveis* importadores para a política de versões e leituras do desenvolvimento (produzidos em centros políticos e universitários) conseguem reconhecimento enquanto intelectuais de temas constituídos nos espaços acadêmicos do plano internacional.

Estratégia de pesquisa: direcionamentos de construção de dados, instrumentos de organização do universo e técnicas mobilizadas

Com base nos direcionamentos mais abrangentes, no contexto analisado e no problema de pesquisa atacado, privilegiamos três dimensões de análise interligadas: 1) a composição do *background* social dos agentes, ou seja, suas propriedades e recursos de legitimação, como condições de investimento de suas famílias, aquisição de saberes convertidos em trunfos, via inscrições universitárias e profissionais; 2) suas relações com a “política profissionalizada”, a saber, modalidades de entrada e de exercício de cargos públicos (eletivos ou não), instituições partidárias e militantes pelas quais passaram e 3) estratégias de publicação de produções escritas sobre “desenvolvimento”, metodologia, formato, sequenciamento e preferência por determinados gêneros e temáticas correlacionadas à essa questão. Nessa subseção explicitamos as estratégias metodológicas utilizadas para captar tais dimensões de maneira relacional, processual e concorrencial.

Privilegiamos, na trilha de Grill e Reis (2016), quatro eixos de análise mais gerais: a) reflexões sobre a fundamentação de “causas” operada pela condição de “político-escritor”, especificamente o “desenvolvimento” e a constante renegociação das “fronteiras fluidas, os princípios amalgamados, os perfis híbridos e os trânsitos possíveis de serem operados” (*idem*); b) exame das dinâmicas sociais constituídas e constitutivas de amálgamas entre domínios políticos e culturais, sobretudo processos de politização dos instrumentos ditos intelectuais; c) investigação de como essas práticas remetem à própria disputa pela definição e prescrição de papéis políticos e culturais, legitimando *sistemas de desvios*, consagradores ou detratores; d) apreensão de estratégias de auto apresentação, bem como administração de *identidades estratégicas* (COLLOVALD, 1988), relacionadas à capacidade dos agentes de, nesses jogos de descrição e prescrição do mundo social relacionados ao “desenvolvimento”, terem uma contrapartida na gestão própria imagem mais ou menos controlada.

Nossas dimensões e eixos tentam dar conta de componentes do amálgama “política-cultura” no Brasil e suas influências nas concepções em disputa pela definição do “desenvolvimento”. Primeiro, do grau de imbricação

entre domínios, destacando confluências, similaridades, discrepâncias, e, por vezes, ambivalências entre “arte de escrever” e “vocação para representar” (GRILL & REIS, 2016). Segundo, dos trunfos calcados na notabilidade como critério distintivo. Ou seja, o acúmulo de capital simbólico personificado, como fator de diferenciação social. Terceiro, do peso que as relações pessoais e de reciprocidade (LANDÉ, 1977) têm na consecução de carreiras e trajetos político-profissionais “bem-sucedidos”. Por fim, da captação da politização de diversos domínios sociais, a dependência que as hierarquizações sociais e culturais mais amplas guardam em relação ao poder político “propriamente dito”.

A própria diferença geracional e as estratégias de controle da imagem, por parte dos políticos, ajuda a explicar essas  nfases. Na primeira e segunda gerações acessamos, principalmente, verbetes no DHBB, uma vez que todos os políticos que a compõem ou já haviam falecido na “era da internet” ou já haviam “saído de cena”. No entanto, foi possível encontrar certos veículos *online* com intuito de consagrar e objetivar suas “memórias”, como diversos *sites* que reverenciam sua biografia. Na terceira e quarta gerações, principalmente nessa última,   possível encontrar *sites* e *blogs* pessoais e de terceiros que apresentam os agentes em pauta.

Investigou-se âmbitos da atuação política em que se especializaram tais agentes sociais, que, por mais que atuem em domínios marcados pela sobreposição de lógicas, ainda guardam algo de extraordinário, que os autorizou social, política e intelectualmente. A produção escrita - lastro e confirmação de inscrições culturais, compatibilizadas com o acúmulo de outros recursos - torna a militância política, as inscrições em “fundações partidárias” (REIS & GRILL, 2017), a ocupação de cargos políticos, parâmetros de comparação, que permitiram observar clivagens, ao longo do século XX.

Tentaremos demonstrar, ao longo da tese, que algumas características biográficas dos políticos que escrevem sobre “desenvolvimento” tem correlação com as suas ênfases identificadas nas produções escritas. Sejam eles de regiões mais ou menos centrais nos processos decisórios do governo federal, sejam de origens sociais elevadas, ligados a “famílias de políticos” ou não (em suas múltiplas “variantes”), sejam de formação mais humanista/jurídica ou de formação mais técnica/econômica, sejam agentes internacionalizados ou

não e etc. Tentamos observar, nesse sentido, aproximações sincrônicas e diacrônicas entre modelos de especialização e intervenção política e versões do “desenvolvimento” nos escritos dos 74 agentes.

Operamos com uma periodização guiada pelos momentos de “entradas na política” (OFFERLÉ, 1996). A estratégia metodológica da pesquisa se pautou, inicialmente, no seguinte procedimento: dividiu-se os 74 agentes em quatro gerações, definidas a partir do período em que iniciam suas atuações políticas/profissionais/culturais. Chegou-se, assim, a seguinte composição com base na data de ingresso no espaço público: a) entre 1930 e 1945, 11 agentes; b) entre 1945 e 1964, 28 agentes; c) entre 1964 e 1982, 20 agentes; e d) entre 1982 e 1994, 15 agentes.

Foi feita a caracterização prosopográfica (CHARLE, 2006) de aspectos de suas origens sociais, de suas carreiras políticas e das temáticas privilegiadas (associadas ao “desenvolvimento”). Buscamos observar as discrepâncias entre as gerações e captar as dinâmicas concorrenciais que levaram tais políticos a escrever sobre o “desenvolvimento” e a relação disso com suas propriedades sociais e políticas.

Para fins de explicitação da estratégia metodológica, cabe sublinhar os marcos delimitados pelos anos que demarcam o início do período de cada ciclo de “entradas na política”² dos agentes investigados. Para a primeira geração, o ano de 1930, no qual foi inaugurado um novo regime político decorrente de uma “revolução”, que culminou em modificação drástica no esquema de hierarquização mais amplo (intra-elites). Para a segunda geração, o ano de 1945, que significou o retorno de “bases eleitorais” como trunfo de legitimação política e conseqüente diversificação e reposicionamentos de várias camadas dirigentes. Para a terceira geração, o ano de 1964, no qual instalou-se uma ditadura militar no Brasil e, assim como nas duas primeiras gerações, resultou em impactos no sistema de recrutamento de elites políticas e culturais. Para a última, uma “reabertura política”, baseada no fato de que 1982 foi o ano

2 “Entrada na política” em um sentido amplo, não necessariamente pelo “primeiro cargo ocupado”, mas do envolvimento dos agentes em domínios, sejam ele profissionais ou não, que têm impacto e impactam na “política formal” e na acumulação de recursos que legitimam a condição de multinotável.

em que ocorreram as primeiras eleições multipartidárias desde a extinção das siglas na ditadura militar.

A ferramenta metodológica que utilizamos para descrever as características sociais dos agentes foi a prosopografia (CHARLE, 2006). Tal técnica consiste na aplicação de um questionário a um conjunto de agentes, evidenciando frequências e/ou distinções. Pretendeu-se, com isto, costurar um tecido relacional e comparativo. Estas regularidades, relativas às propriedades sociais dos agentes aqui investigados, só têm valor explicativo se confrontadas com as configurações históricas (o que justifica a periodização apresentada acima).

Vale ressaltar que não procuramos apenas identificar diferentes matizes e segmentos da “elite letrada e votada” (REIS & GRILL, 2008) que escreve sobre “desenvolvimento”. Nosso objetivo principal foi de captar lógicas e dinâmicas de produção, reprodução e subversão da dominação, que se pautam nas práticas aqui indicadas. A prosopografia é um método de analisar discrepâncias e regularidades em determinado espaço social (diacrônica e sincronicamente), resultando na identificação de certos padrões, que permitem selecionar casos representativos e exemplares, elucidando, assim, dinâmicas e reconfigurações mais amplas. O método prosopográfico ou de biografia coletiva permitiu, em momento inicial, analisar as especificidades atinentes à composição sociográfica dos 74 agentes que escrevem sobre “desenvolvimento”, em comparação com os 299 políticos que escrevem estudados por Grill e Reis (2016). Em todos os capítulos foram retratadas as três dimensões indicadas no início desta subseção (*background* socioeconômico, escolar e profissional; carreira política; e perfil de produção escrita). Lançamos mão das seguintes informações: 1) origem geográfica (estado de nascimento), 2) origens familiares (profissões dos pais e relação de ascendentes com elites de diferentes tipos), 3) origens sociais (profissão e escolarização), 4) carreira política (cargos políticos ocupados, idade no primeiro cargo político, tempo de carreira, partidos pelos quais se filiaram) e 5) tipos de livros que denotam proximidade com o “desenvolvimento” (preferência temática).

Le Bart (2012) indica algumas estratégias de investigação a respeito de obras publicadas por políticos. Há, segundo o autor, uma série de elementos

constitutivos das próprias obras que tem relação com outros atributos sociais mais ou menos ligados às disputas políticas específicas. Há ligação entre a posição ocupada por determinado agente na estrutura de poder político e suas tendências e preferências em relação à “produção escrita”. A partir da apreensão dessas regularidades sociais e das dinâmicas atinentes, selecionamos casos específicos de agentes, de cada geração, para caracterizar mais detidamente suas propriedades sociais, suas modalidades de afirmação e carreira política, bem como às tomadas de posição presentes nas produções escritas e nos livros publicados pelos mesmos. Tentamos, a partir disso, exemplificar as reconfigurações nos modelos de seleção e recrutamento político, mas também o processo de redefinição de: 1) recursos e trunfos pertinentes nas lutas; 2) estratégias de auto apresentação; 3) linguagens relacionadas ao “desenvolvimento”, bem como disciplinas e *savoir-faire* que foram mobilizados nas condições de enunciação de suas versões; e, por fim, 4) mobilização de redes sociais e cadeias de líderes-seguidores em momentos de disputa em arenas políticas e culturais.

No primeiro capítulo caracterizou-se, de maneira comparativa, o universo de pesquisa aqui estudado. Foi realizada, ainda, contextualização histórica que justifica a divisão geracional, bem como a comparação das propriedades encontradas em cada geração. Nesse capítulo, é possível observar de forma mais panorâmica o conjunto dos agentes examinados na tese. Comparamos dados mais gerais sobre origens sociais, carreira política e temáticas mobilizadas na escrita sobre “desenvolvimento”. Cotejamos continuidades e discontinuidades nas características sociais reproduzidas ou introduzidas no jogo político, de geração em geração. Nos capítulos posteriores analisou-se as condições específicas de cada geração.

O segundo capítulo, que trata da primeira geração, toma como foco os itinerários de 11 políticos que ocupam primeiros postos (administrativos ou eletivos) entre 1930 e 1945. Destaca-se, para essa população, uma homogeneidade mais visível nas propriedades sociais. A maior parte com origens em famílias enraizadas nos grupos dominantes politicamente à época. Se envolveram, alguns mais lateralmente, outros mais diretamente, nos movimentos que culminaram na posse de Getúlio Vargas, em 1930. Suas

ascendências sociais familiares, formação escolar, itinerário político e compreensões sobre o “desenvolvimento” indicam a predominância de perfis voltados à mediação de questões tidas como “modernas” naquele período. Suas “entradas na política” foram influenciadas pelas capacidades de apreender uma gramática relacionada à “urbanização”, à “industrialização”, etc. Pertenciam ao perfil de “político escritor” mais generalista, humanista e legitimado pela linguagem jurídica (GRILL & REIS, 2016). Analisaremos o caso de Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, oriundo de uma “tradicional família nordestina”, formado na Faculdade de Direito de Pernambuco e beneficiário de estratégias de reprodução familiares efetuadas desde o Império. Observamos mais detalhadamente, também, o caso de Francisco San Tiago Dantas, mineiro, radicado no Rio de Janeiro, filho de um militar de altíssima patente (posto mais alto da Marinha, almirante do Estado Maior), formado em Direito, na Faculdade Nacional do Rio de Janeiro.

No terceiro capítulo, no qual se analisa a segunda geração, percebe-se, por intermédio das características sociais de seus 28 membros, o germe da diversificação dos modelos de intervenção política e de produção escrita. Suas formações são também generalistas, humanistas e jurídicas, mas aparecem, de forma incipiente, investimentos na direção da linguagem econômica. A partir dessa geração é possível contemplar, mais claramente, agentes oriundos de grupos familiares sem ascendência nas arenas políticas de âmbito nacional. Verificamos presença de políticos que se afirmam primeiro localmente para depois acessar cargos federais, como o caso do advogado Wilson Braga, tratado mais detalhadamente, filho de um prefeito de pequena cidade da Paraíba. Observamos, também, casos de políticos cujas gerações anteriores já pertenciam às arenas políticas “centrais”, como o caso do engenheiro Sergio Magalhães, cujo irmão mais velho, Agamenon, fora um dos líderes da Revolução de 1930, em Pernambuco. Já o caso de André Franco Montoro representa um itinerário que se afirmou sem o recurso às “heranças familiares”, uma vez que é filho de pequenos comerciantes (pai fora tipógrafo), mas com relativo acesso a instituições escolares de elite (estudou em escolas e na faculdade de Direito prestigiadas nacionalmente).

No quarto capítulo, em que se examina a terceira geração, composta por 20 casos, definitivamente há maior diversificação social. Observam-se casos de políticos oriundo de extração social mais baixa, em comparação às duas gerações anteriores, que se afirmaram como representantes/mediadores nos domínios políticos, bem como intérpretes do “desenvolvimento”. Há, ainda, casos exemplares do acesso ao capital cultural combinado com a presença em “famílias de políticos” (GRILL, 2003, 2008; CANEDO, 2011). Nessa geração estão presentes agentes com formação em economia e que se dedicam aos escritos mais “setoriais” com maior veemência. Analisaremos o caso de César Cals, que combina pertencimento à uma família bem estabelecida política e economicamente (pai foi médico e político) com o sucesso escolar via formação militar e no campo da engenharia. Como representante dos agentes que ascendem via sucesso escolar, quase exclusivamente, temos o exemplo do paulista Antônio Delfim Netto. Finalmente, o caso de Márcio Fortes, carioca, ilustra o arquétipo de agente cujas origens são de uma família bem-sucedida economicamente, na qual o “herdeiro” fora responsável pela aquisição dos trunfos intelectuais e políticos como condição de continuidade e reprodução do grupo no topo da hierarquia social.

No quinto e último capítulo, no qual investigamos itinerários de 15 agentes que iniciam suas atuações políticas entre 1982-1994, percebe-se que os trunfos e recursos mobilizados sofrem efeitos mais diretos da internacionalização universitária. Alguns casos são exemplares da aquisição de saberes “técnico-econômicos”, sobretudo nos Estados Unidos, mobilizados como recursos de afirmação. Em outros, há uma retenção de trunfos mais alicerçados nas “retribuições do militantismo” (GAXIE, 2005). Analisaremos casos onde essas duas modalidades de afirmação se combinam, porém, com graus de importância discrepantes. O caso de Cristovam Buarque ilustra um arranjo equilibrado entre a aquisição do saber “técnico-econômico” e a condição de mediador de “causas políticas”. O caso de José Serra retrata, com maior intensidade, o acúmulo de recursos mais ligados à “linguagem militante”, com a “técnica-econômica” funcionando acessoriamente. Contrariamente, o caso de Yeda Crusius demonstra mais proximidade com a legitimação via condição de especialista e a condição de “militante” cumprindo papel coadjuvante

Capítulo 1: Porta-vozes do “desenvolvimento” em quatro tempos no Brasil: análise prosopográfica dos 74 agentes

O presente capítulo oferece uma explanação geral sobre a topografia do universo pesquisado. Dele, resultaram parâmetros comparativos para as quatro gerações, examinadas nos capítulos posteriores. Além disso, pontuaremos alguns processos históricos e sociais mais abrangentes, que consideramos pertinentes para compreender as reconfigurações examinadas. Em um primeiro momento, empreendemos uma reconstituição histórica, levando em consideração situações nacionais e internacionais, que influenciaram nas condições de ingresso no jogo político profissional nos diferentes contextos e a consolidação do “desenvolvimento” como produto político. Em um segundo momento, exploramos propriedades relativas às origens geográficas e sociais, ao percurso escolar, aos itinerários e modalidades de ocupação de cargos públicos (sejam eles eletivos ou administrativos) e às temáticas mobilizadas na acepção e recepção do “desenvolvimento” nos escritos dos 74 agentes investigados.

Essa estratégia metodológica cumpriu, inicialmente, a função de localizar os agentes perante o macrocosmo social mais amplo. Isso viabiliza observar como múltiplos perfis (recursos e trunfos) são recrutados nas lutas concorrenciais pela legitimidade política e de escrita sobre “desenvolvimento” em quatro estados de composição dos domínios políticos e culturais no Brasil. Como destaca Bourdieu (1989a), a compreensão das dinâmicas que produzem a separação entre “agentes politicamente passivos” e “agentes politicamente ativos”, deve levar em consideração as determinantes econômicas e culturais que hierarquizam esses mesmos agentes, segundo seu volume e estrutura de capitais.

Posteriormente, ainda com Bourdieu (1989a), por meio desse procedimento, foi possível demarcar o *sistema de desvios* mediante o qual os próprios “parlamentares escritores” se diferenciam entre si. Especificamente, efetuou-se comparações entre os “299 parlamentares que escrevem” (GRILL & REIS, 2016) e os “74” aqui enfocados. Se o “desenvolvimento” é um artefato

político, que se configura como instrumento de percepção, expressão e intervenção social, coube-nos analisar o que diferenciou esses 74 casos dos 299, nas suas características sociais, para aderirem a essa “causa” específica, em detrimento de tantas outras.

Por fim, esse pano de fundo comparativo permitiu analisar, sincrônica e diacronicamente, as aproximações entre parlamentares de perfis específicos, em torno de temáticas auxiliares, que estão associadas à produção escrita sobre “desenvolvimento”. Foi possível observar como, no universo específico de 74 agentes, são definidas as proximidades e distanciamentos de agentes detentores de determinados expedientes, tipos de carreiras políticas em relação aos 299 parlamentares escritores estudados por Grill & Reis (2016). Bem como captamos formas de adesão à “problemática desenvolvimentista”. Correlacionar tais fatores leva a observar os códigos vigentes na hierarquização dos problemas sociais mais amplos, além das lutas pela definição das próprias concepções de “política” e “sociedade” (CORADINI, 2001, 2008). A disputa por definição das fronteiras, sejam elas “regionais”, “nacionais”, “internacionais” ou ligadas ao domínio da “técnica” é também uma batalha acerca das próprias regras para jogar esses jogos de demarcação dos limites.

A divisão das obras por temáticas desvelou lógicas e padrões sociais, ligados à hierarquização política e cultural, em distintos e abrangentes contextos brasileiros. Foi feita a análise dos marcadores de posição social, política e cultural dos agentes, descrevendo os pontos de contato com a temática privilegiada, em termos de (re)apropriação da categoria “desenvolvimento”. Observamos que os temas associados e as concepções variaram de acordo com as características sociais de seus “autores”, correspondendo a interesses e modalidades de intervenção relativas a tentativas de fundamentação, aceção e circulação de concepções do “regional”, do “nacional”, do “internacional” e da “técnica”.

Deste modo, colocou-se em relevo discrepâncias e regularidades sociais, presentes na constituição do volume e estrutura de recursos de legitimação, que autorizaram esses 74 políticos a, de um lado, terem exitosas carreiras políticas, e, de outro, a (re)definir, (re)produzir ou subverter fronteiras,

por intermédio da produção escrita sobre “desenvolvimento”. Antes de demonstrar as correlações e regularidades encontradas, propomos reflexões sobre o amálgama entre política-cultura em quatro estados das conjunturas nas quais os agentes iniciam seus itinerários de ocupação de cargos na política.

Novamente, objetivamos ilustrar regularidades sociais que demonstram as correlações entre a atividade política e a produção escrita. Tomamos como ponto de partida dados quantitativos, construídos com base nas características sociais dos 74 agentes investigados, no intuito de captar tendências nos elos entre estratégias de publicação de escritos sobre “desenvolvimento” com modalidades de afirmação e legitimação, bem como princípios de classificação que regem as próprias regras do jogo político.

Antes disso, no entanto, dispomos considerações sobre alguns marcos que redefiniram amplamente a relação entre política, economia e produção escrita. Cada geração corresponde a um momento histórico distinto no que tange à justaposição entre esses elementos.

1.1 Quatro momentos de *justaposições integradas*

As subseções que se seguem tentam dar conta de algumas dimensões históricas e sociais, que influenciaram diretamente nas lógicas de recrutamento de elites políticas e culturais no Brasil do século XX. Partimos da constatação de que alguns desses marcos são traduções de pontos de inflexão, resultantes de processos mais amplos de redefinição, que culminam em mudanças de regras nessas arenas. Demarcamos, como já citado anteriormente: a “Revolução de 1930”; a “redemocratização de 1945”; o “golpe militar de 1964” e, por fim, a “reabertura de 1982”.

Sabemos que tais acontecimentos não são definidos por mudanças abruptas nos processos de seleção de elites e nos seus esquemas de percepção mais amplos. No entanto, delineiam, de alguma forma, resultados de disputas entre lógicas de dominação e entre grupos que tentaram se afirmar nas cenas políticas do século XX.

Para nosso problema de pesquisa é importante levar tais inflexões em consideração pois, na análise das produções escritas, viu-se a centralidade que a definição de fronteiras e limites entre categorias territoriais ou setoriais de percepção têm. Em determinados momentos, as lutas por definição e propagação do “desenvolvimento”, se atém aos critérios do que são ou do que seriam as “regiões brasileiras”. Em outros, tais embates se centram em como aspectos da “economia” ou da “política nacional” podem influenciar e ser influenciados. Em outros, o que importa são as tomadas de posição frente ao “exterior”. Por fim, há aqueles que favorecem a luta por fronteiras entre o que é “científico”, ou que é “tecnológico e ambiental” em detrimento das subdivisões citadas anteriormente. Enfim, coube-nos analisar as redefinições mais amplas nos domínios políticos, culturais e intelectuais que influenciaram nesses jogos.

1.2 Primeira geração: agentes que iniciam suas trajetórias políticas na “era Vargas” (1930-1945)

Para compreender as mudanças nos esquemas de recrutamento e seleção de elites políticas brasileiras pós “Revolução de 1930” é preciso considerar fatores que vinham em curso, desde décadas anteriores, tanto no plano nacional, como internacional.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918, houve esforços, por parte de agentes de diversos países, em criar instâncias multilaterais que servissem de espaço de negociações. Em 1919, criou-se uma organização internacional denominada “Liga das Nações”, que mediou a assinatura do Tratado de Versalhes, garantindo o acordo de paz entre os países envolvidos no conflito. Ali estava o germe da ONU, que mais tarde, ao fim da Segunda Guerra Mundial, ficaria responsável não apenas por mediar a paz, mas por ser um meio de interação de promulgasse a reconstrução dos países devastados.

Esse período se caracterizou por um processo de reconfiguração nas redes de interdependência política e econômica entre nações, afetando diretamente na balança de poder entre agentes que as representavam. Do ponto de vista econômico e social, as disputas se centralizavam ao redor de categorias como “modernização”, “industrialização” e “urbanização”, todas constituídas em produtos políticos pertencentes ao mesmo léxico do qual fazia parte o “desenvolvimento”.

No Brasil, nesse período, as forças políticas bem posicionadas concentravam seus recursos, principalmente, através do acúmulo de riquezas advindas da exportação de produtos agrícolas, como açúcar, café, algodão, borracha, etc. O incipiente setor industrial era dependente do agroexportador, de modo que facções políticas ligadas a esses ramos reproduziam essa lógica de dominação (FAUSTO, 1997). O movimento de 1930 foi, de certa forma, também, uma tentativa de alinhar os padrões de comportamento econômico das elites com o modo de dominação internacional, tendente ao industrialismo. Politicamente, a seleção ocorria, majoritariamente, nos estados de produção cafeeira.

Garcia Jr (2007) destaca como essa configuração abriu oportunidades para que diversas camadas sociais formassem alianças e reconvertessem recursos de diferentes sortes. O setor agroexportador, como um todo, na década de 1920, vinha experimentando certo declínio, decorrente de crises de superprodução internacionais. No entanto, tais “crises” eram amenizadas pela temporalidade da lógica comercial de cada gênero (se café estava em crise, açúcar compensava e vice-versa, por exemplo), de modo que os grupos produtores locais ficavam em relação de dependência do governo central e de suas políticas de intervenção, mas que, simultaneamente, gozavam de relativo controle dessa dinâmica (sendo as elites cafeeiras de São Paulo certamente privilegiadas nesse processo).

Os descendentes de grupos mais “periféricos”, cujas famílias estavam estabelecidas em estados menos poderosos, tinham de lidar com a incerteza do sistema de reprodução social. A carreira política local era um subterfúgio a tais intempéries. No entanto, logrados todos os passos do curso de posições estaduais, invariavelmente sofriam com o bloqueio à continuidade, em possível carreira política no governo central, como mostram exemplarmente os casos dos líderes revolucionários de 1930, Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha, (GARCIA JR, 2007).

Outra estratégia empreendida (e extremamente relacionada à anterior), era o investimento em instituições militares e religiosas, que, inclusive, possibilitavam o acesso ao capital cultural legítimo, passível de ativação na “política profissional”. Essa segunda estratégia era preferida por grupos mais marginalizados ainda, se comparados aos que investiam mais diretamente em posições simultaneamente intelectuais e políticas.

Sofriam, da mesma maneira, de bloqueios em termos de reconhecimentos, ligados ao governo federal, como demonstram as trajetórias de Juarez Távora e José Américo de Almeida (GARCIA JR, 2007). Tais facções políticas se colocavam, no plano local/regional, em contraposição a outras facções (LANDÉ, 1977). Uma aliança entre essas camadas (“elites políticas” e “militares coadjuvantes” em seus respectivos domínios de atuação), para fazer frente ao governo central, era impensada antes do final da década de 1920. No entanto, uma série de acontecimentos, coordenados e interdependentes,

permitiu que certos agentes, poderosos nos planos intelectual e político locais, promovessem certos conflitos e pudessem, a partir da construção de laços sociais, “voltados para a nação”, no sentido de Eric Wolf (2003), se mobilizar (e mobilizar outrem) em nome de novos critérios de classificação e hierarquização sociais.

Na “intelectualidade brasileira” essas dinâmicas sociais correlatas e justapostas redimensionavam tais princípios. Sergio Miceli (2001: 76) assinala que o investimento em “carreiras intelectuais” na “República Velha” tornou-se possível por expansões ocorridas em três setores desse mercado específico inter-relacionados entre si: 1) proliferação de siglas partidárias e instituições culturais, mormente as ligadas às “oligarquias paulistas”; 2) florescimento do “mercado do livro”, com a criação de editoras e órgãos que facilitavam a circulação desse bem simbólico, bem como a constituição de um público leitor mais perene e 3) ampliação no serviço público, que recrutou agentes dotados de competências compatíveis com atividades exercidas pelos “intelectuais” e que tinham utilidade na “administração pública”. O autor destaca que os agentes implicados nesses jogos estavam em uma situação de “dupla dependência”, das forças políticas oligárquicas e das referências aos modelos culturais internacionais, demarcando forte heteronomia no “campo intelectual” brasileiro (considerando que boa parte do treinamento e *cursus honorum* dos intelectuais se estruturavam em trono de universidades e instituições situadas no exterior).

Já Daniel Pecaú (1990) defende que a constituição desse domínio só foi possível mediante a legitimação dos intelectuais, enquanto interventores na arquitetura da própria “política”. Antes de se alicerçarem em conhecimentos específicos, tais agentes teriam sua existência justificada pela capacidade de construir, inicialmente e sobretudo, o “povo” e a “nação”, mas também na fundamentação de outros artefatos, como o próprio “desenvolvimento”. Desta forma, é problemático pensar na emergência de um “campo intelectual” autônomo, uma vez que suas modalidades de intervenção (SAPIRO, 2012) só são possíveis mediante uma adesão refratária à tomada de posição distanciada dos problemas práticos mais imediatos. Sempre posicionados e reposicionados em relação à prescrição de paradigmas, ideais e referências, concernentes a outros domínios, mormente o político.

Os protagonistas dessas lutas foram importantes vértices para que o “governo central”, agora liderado por elites até então coadjuvantes no processo político (GARCIA JR, 2007), consolidasse a adesão à *doxa* internacional acerca da linguagem técnica e dos problemas de economia política, constituída a partir das crises de produção econômica, cuja mais emblemática foi a Grande Depressão de 1929.

Há uma vasta gama de trabalhos produzidos por economistas e cientistas sociais que versam sobre esse tema (BIELSCHOWSKY, 1988; LOUREIRO, 1997; NEIBURG, 2010; KLUGER, 2017; entre outros). Diversas variáveis são apontadas para que esse processo histórico se constituísse. As principais seriam: 1) as “preocupações” e reações às “crises econômicas internacionais” e 2) o “uso defensivo” da linguagem econômica pelos políticos, para justificar suas tomadas de posições. Para além dos impactos dos condicionantes históricos-estruturais, conectados com a disputa pelo intervencionismo (versus o *laissez-faire*), é preciso considerar as estruturas de poder e formas de organização estatais que convergem para o entrelaçamento entre meios acadêmicos e políticos.

Os 11 agentes da primeira geração viveram, na “Revolução de 1930” e nos anos que a sucederam, suas primeiras experiências de disputa pelo reconhecimento social e político no âmbito nacional. Em 1945, ano que marca o fim do Estado Novo, todos os 11 trajetos são, novamente, mais ou menos afetados. Com alguma bagagem na ocupação de cargos políticos, foram, em 1945, em maior parte, protagonistas nas articulações que culminaram na “mudança de regime”, seja aderindo aos agrupamentos formados por Vargas ligados a PSD e PTB, seja em regime opositorista nas forças associadas à UDN.

Em 1964, outra ruptura, e esses 11 já eram políticos tidos como experientes, sendo que alguns deles já tinham se afastado da “vida pública”. Tentaremos observar propriedades sociais que marcaram as trajetórias, no intuito de captar como as mudanças nas “regras do jogo” influenciaram em suas tomadas de posição e como a “escrita sobre desenvolvimento” emerge e se encaixa nesses fluxos de acontecimentos. Em 1982, ano do fim do bipartidarismo, dez trajetórias se desvincularam da participação política e da

produção escrita, a exceção do caso de Alexandre Barbosa Lima Sobrinho. Com efeito, essa periodização não tem por objetivo isolar especificidades de determinada época. Vale a pena, isto sim, considerar os processos e contraprocessos sociais, que influenciaram na “dupla arte de representar” (GRILL & REIS, 2016) e seu impactos na reatualização nas modalidades de intervenção política.

Segunda geração: reabertura do mercado político, entrada de agentes na “redemocratização” (1945-1964)

O “nacional-desenvolvimentismo”, como artefato de unificação nacional, como frisa Pécaut (1990), se estabeleceu na vanguarda “intelectual/política/cultural” a partir de meados da década de 1940. Essa reconfiguração se dá concomitantemente às consequências da Segunda Guerra Mundial, *pari passu* outra reconfiguração no plano das relações políticas internacionais.

Nesse contexto, os usos políticos da racionalização econômica ganham espaço em arenas de disputa transnacionais em inúmeros setores. Essa ampliação, que tem sua gênese no processo de autonomização das ciências econômicas em relação às ciências jurídicas, é correlata ao surgimento de novas demandas sociais e do redesenho dos próprios “modelos de Estado” legítimos. A proeminência norte-americana modificou a balança de poder, alterando o polo de exportação da França para os Estados Unidos. Essa substituição reverberou em novos modelos de planificação econômica e de oposições relativas, como é possível observar na remodelação de universidades nos países da Europa Ocidental (POLLAK, 1976; BOLTANSKI, 1981).

Delphine Dulong (1996) e Frédéric Lebaron (2016) analisam como a “crença na economia”, enquanto instrumento de atuação e legitimação políticas, foi condicionada por uma série de mudanças nos planos científicos internacionais. A partir de meados do século XX, as ações governamentais passam a funcionar nessa lógica, consequência da mudança no panorama político, ideológico e econômico mundial. Após a Segunda Guerra Mundial, as relações internacionais passaram por uma reconfiguração nas posições dos agentes (nações, órgãos internacionais, políticos “cosmopolitas”). A economia foi uma forma de mobilizar a própria política, por parte dos “técnicos responsáveis” pela “reconstrução” dos países assolados pelos conflitos, utilizando-se de um discurso que se reivindicava como “técnico”, “de gestão” e “racional” em contraposição ao saber mais “humanista”, “jurídico” e “generalista” (BOLTANSKI, 1981; DEZALAY & GARTH, 2000).

Inversa e paralelamente, a “participação política” dos profissionais em ciências econômicas, em países da Europa Ocidental e dos EUA, foi

fundamentada com vistas às disputas ideológicas entre suas próprias “elites políticas”, que passaram a mobilizar, em contrapartida a Economia como um recurso acessório. Ou seja, houve uma legitimação de competências para ler, traduzir, interpretar e diagnosticar o social, os tornando, conseqüentemente, mediadores e interventores tidos como aptos e capazes de promover boas práticas em diversos aspectos do engajamento político (DULONG, 1996).

Na França, argumenta Dulong (1996), alguns desses modelos se consolidam, calcados na relativa dependência econômica e política que esse país teve dos Estados Unidos na época da “reconstrução”. Basicamente, os agentes legitimados pela linguagem econômica puderam, com sucesso, impor sua gramática em termos de equipagem (não) intervencionista.

Tais lutas e esquemas de percepção não se impuseram, todavia, pelo menos nas “condições periféricas”, simplesmente por meio de relações de homologias ou “paralelismos” e proximidades sociais entre exportadores e importadores. Para compreender tais dinâmicas é necessário observar os usos práticos e interesses sociais em jogo nas “periferias” e como a recepção desses móveis, pelos quais se luta constantemente pela (re)definição, influenciam nas tomadas de posição e concorrências “locais”. As etapas de consolidação do “desenvolvimento” como instrumento de luta são marcadas pelo transporte, contrabando e imposição da própria categoria, sempre levando em consideração as condições de absorção das linguagens que impõem o “desenvolvimento” como legítimo em condições ditas periféricas, ou “órfãs”, segundo terminologia de Badie e Hermet (1993).

Os domínios da política e da produção escrita ocupam funções centrais não apenas na produção e resolução desses problemas, mas também na forma como ele circula em determinado macrocosmo social, lembrando que a própria política tende a concentrar funções de dominação social onde não há separações (ou sequer lutas por separações) entre determinadas dimensões da vida social (CORADINI, 2017).

Ao passo que tais mudanças se instituíaam nos palcos de luta política internacional, o Brasil, em 1945, passava, do ponto de vista da “política profissional”, além da já citada “redemocratização” e ampliação dos segmentos

sociais com acesso à própria política, por uma série de mudanças. No nosso caso, valeu observar como os políticos se apropriam dessas bases de dominação simbólica, se equipando com instrumentos de autopromoção em termos políticos e culturais. Outro fator a ser considerado é o processo que Maria Rita Loureiro (1997) e Elisa Klüger (2017) analisam. Quer dizer, como os economistas emergem no plano político não apenas como *experts*, mas também como detentores de uma legitimidade para a ocupação de cargos no governo e para a implementação de políticas públicas. No entanto, o peso que esses agentes terão nos diversos momentos vai variar de acordo com as condições históricas e sociais.

Sobre a constituição desse espaço, vale sublinhar que, desde sua “fase embrionária”, havia correspondência entre a posição ocupada no domínio profissional específico da economia e o papel exercido na política, principalmente através da ocupação de cargos dirigentes, como de ministro e gestor de órgãos estatais responsáveis pelas finanças públicas (LOUREIRO, 2006). Nesse sentido que tentamos observar correlações estabelecidas nas trajetórias de agentes que se destacaram por carreiras políticas relativamente exitosas e publicam, ostensivamente, sobre “desenvolvimento”. Em diversas fases desse processo, protagonizaram tais lutas sobre concepções de “região”, “nação” e “relações internacionais”, bem como sobre temas correlatos à ciência, à tecnologia e ao meio-ambiente”.

Até a década de 1940, o ensino de Economia era bastante incipiente no Brasil. Todo o conhecimento nesta área era difundido através de cursos que não conseguiam se equiparar (nem institucionalmente, muito menos “simbolicamente”) aos outros cursos de “formação de elites”, como Direito, Medicina e Engenharia, ligados, normalmente, a cursos técnicos em contabilidade (DE SAES & CYTRYNOWICZ, 2000). As principais correntes de pensamento econômico difundidas no Brasil eram ainda ligadas aos saberes mais humanistas, muito ligados aos cursos de Direito (LOUREIRO, 1997).

A partir de meados dessa mesma década, no entanto, começou o processo de ascensão dos economistas aos cargos de dirigentes políticos no Brasil. A forma dessas disputas pode ser compreendida, segundo Loureiro

(1997), a partir da contenda entre Eugênio Gudín e Roberto Simonsen acerca do papel do estado no “planejamento econômico”. Ambos descendentes de “famílias de imigrantes” bem posicionadas no contexto brasileiro (KLÜGER, 2017). O primeiro formado em engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1905), e o segundo, também engenheiro civil, mas titulado pela Escola Politécnica de São Paulo (1910). Ambos exerceram longa carreira docente no ensino superior. Se destacaram, nos meios acadêmicos, por ensinar teorias econômicas cosmopolitas e atualizadas em termos de referências internacionais.

Suas discordâncias se relacionam com o “planejamento econômico”, enquanto Gudín era mais afeito a teses “não intervencionistas” e “liberais”, Simonsen defendia “maior intervenção do Estado na economia”. Os dois ocuparam postos no governo. Gudín foi Ministro da Fazenda (além de ter acumulado cargos administrativos de menor relevância) e Roberto Simonsen foi presidente da Confederação Industrial do Brasil e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, além de ter sido deputado federal (1934-1937) e senador (1947-1948)³.

O duelo baseou-se exatamente em duas versões dos modelos de intervenção ora exaltados por profissionais situados nos Estados Unidos (Gudín) e Europa Ocidental (Simonsen) (POLLAK, 1976). A resultante desses embates foi a constituição de inúmeras correntes de pensamento econômico. O recrutamento dessas primeiras levas de economistas, no entanto, era condicionada pelo acesso a universidades no exterior, uma vez que tais instituições ainda não haviam se consolidado no Brasil (FÁVERO, 2006). Recrutados nos cursos tradicionalmente procurados por indivíduos advindos de famílias detentoras de recursos, mormente Direito e Engenharia, completavam suas capacitações em universidades no exterior (GARCIA JR, 1998; LOUREIRO, 1997; KLUGER, 2017).

3 Só não figura no nosso universo de pesquisa por não possuir longa carreira parlamentar, pois escreveu diversas obras com temática “desenvolvimento”: A evolução industrial do Brasil (1939), Níveis de vida e a economia nacional (1940), A indústria e seus problemas econômicos e sociais (1945), entre muitos outros.

Terceira geração: fechamento do mercado político, condições de entrada e permanência em jogo político bloqueado pelo “golpe militar de 64” (1964-1982)

A “modernização” dos cursos de economia no Brasil nos anos 1960 e 1970 teve, como principal referência, o modelo dolarizado de economia, importado dos Estados Unidos (LOUREIRO, 1997). Da mesma forma, a *doxa* “desenvolvimentista” se configurou em instrumento central de alinhamento e posicionamento dos grupos em disputa pelo poder político e intelectual, bem como protagonizou disputas de definição de fronteiras geográficas, políticas, ideológicas, consagrando a “democracia pluralista” norte-americana como “estágio último de evolução política” (LACROIX, 1985: 489). Essa *doxa* se unificava a partir da matriz de interpretação de que as “crises econômicas” entravavam a constituição do “desenvolvimento” no Brasil, como foi possível observar, reiteramos, na própria “contenda originária” entre Eugênio Gudim e Roberto Simonsen (KLÜGER, 2017).

Todavia, essas “crises econômicas” não são interpretadas, pelos “políticos de carreira”, nem pelos acadêmicos economistas, descoladas das chamadas “crises de representação política”. A ideia de “crise”, em ciências sociais, é bastante controversa, por conter, em sua própria definição, o caráter denunciativo e, conseqüentemente, atrelado à razão prática. Nossa concepção vai na direção dos trabalhos de Michel Dobry (2014), que influenciaram outro trabalho que nos é caro, produzido no Brasil por Eliana Tavares dos Reis e intitulado “Contestação, engajamento e militantismo: da ‘luta contra a ditadura’ à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul”, tese de doutorado defendida em 2007.

Esses dois trabalhos tomam a “situação de crise” como um contexto propício para apreender a luta, dos próprios grupos que disputam o poder, para preservar ou subverter as regras estabelecidas. A fluidez acompanha a dinâmica histórica, na qual grupos e indivíduos se ligam em relação de interdependência e as configurações sociais vão redefinindo-se ao sabor do acirramento das batalhas pelos lucros diversos.

Ambos trabalhos consideram que a questão da diferenciação social e o surgimento de espaços e configurações sociais não são fruto natural de uma “evolução funcional”, mas sim de um processo social (ELIAS, 2011b), que só pode ser compreendido se levadas em consideração as lutas protagonizadas pelos agentes e os usos táticos do vocabulário político, especialmente por aqueles que tentam afirmar tomadas de posição “neutras”, que classifica determinada situação como “crítica” ou “de crise”, etc.

Reis (2007) faz a seguinte consideração para o caso brasileiro: o processo de constituição das “unidades de auto referência” (campos, domínios, setores, etc.) é largamente influenciado pela ascensão da “lógica de Estado” específica. Ou seja, o espaço do poder mais amplo constitui relações de dominação correlacionadas ao modelo de estabelecimento do Estado vigente. No Brasil, tais espaços de auto referência são acompanhados de um processo de importação de categorias de pensamento e instrumentos de visão de mundo, que, na ausência de espaços bem consolidados, são mobilizados em diversos domínios da vida social indistintamente. Nesse contexto, as conjunturas fluidas longe de serem momentos eventuais, do processo de dessetorialização/ressetorialização de uma “sociedade complexa”, são peças constantes e fundamentais da consolidação de regras e jogos sociais.

Nesse sentido, nossa pesquisa foi também sobre a consolidação de um “produto político”, que assume um *status* tão importante para os jogadores que obriga a tomada de posição acerca do tema por todos, independentemente de suas bases sociais e/ou ideológicas, inclusive os “analistas” que pretendem um ponto de vista pretensiosamente objetivista (LACROIX, 1985). Essas diversificações de “produtos”, passíveis de mobilização na legitimação da condição de mediador, são também inseridos nas arenas de acordo com a importância que a dimensão política tem para a vida social em geral.

Decorrente da fraca institucionalização e baixa autonomia entre tais domínios, a hiperpolitização enfraquece, paradoxalmente, seus órgãos representativos objetivados, seja em sindicatos, partidos, movimentos sociais e etc. Assim, os empreendimentos em torno objetos simbólicos legítimos, em matéria de política, são diretamente dependentes de estratégias de agentes desvinculados, pelo menos de maneira direta, do capital de delegação que

poderia ser instituído por tais agremiações. Nessa disputa, se legitimam agentes com recursos e trunfos variados, associados à conquista de posições sociais dignas de notabilidade, ou melhor, de multinotabilidades acumuladas no exercício de distintos papéis e maneiras de representar o social (GRILL e REIS, 2016).

Quarta geração: a doxa sob xeque, novos modelos de intervenção e repertórios de políticos que iniciam a carreira com o fim do bipartidarismo (1982-1994)

A última geração, cujos membros iniciam a atuação na política a partir de 1982, no processo de suposta reabertura política (o bipartidarismo havia findado em 1979 e, em 1982, houve a primeira eleição constituída por múltiplos partidos desde a década de 1960), teve, nessas gramáticas das “crises”, móveis fundamentais de concorrência e distinção políticas (REIS, 2007).

No plano internacional, principalmente na América Latina, a interpretação de que se vivia uma “crise econômica” era amplamente divulgada por políticos, intelectuais e jornalistas. Categorias de percepção como “inflação”, “juros” e “PIB” (Produto Interno Bruto) passaram a ocupar lugar central nos debates. Uma das narrativas acerca da época era de que se viveu um “milagre econômico”, iniciado na década de 1960 e finalizado em 1980. Concomitantemente, havia uma guerra armamentista, mas também cultural e simbólica entre EUA e URSS, pela hegemonia enquanto polo de exportação de modelos econômicos (POLLAK, 1976; BOLTANSKI, 1981).

Nicolas Guilhot (2003) analisa - a partir de trajetórias de agentes situados em múltiplos espaços de reconhecimento intelectuais e culturais americanos (universidades, *think tanks*, fundações fomentadoras, etc.), ligados também a determinado *foreign policy establishment*, através de ongs e órgãos de ação estatal internacional - que uma das formas de consolidação da “hegemonia americana” advém da disputa e aglutinação cultural entre bases de reconhecimento acadêmico (especificamente entre ciência política e economia).

O Consenso de Washington pode ser considerado um dos marcos que consolidou a posição de agentes norte-americanos no mercado de exportação de modelos de “economia política” para a América Latina. Resultante e resultado de uma série de embates políticos, culturais e intelectuais, assentou a matriz de interpretação econômica neoliberal, cujas origens remontam aos economistas da Universidade de Chicago e seus homólogos na Universidade do Chile, que conduziram a política econômica do governo Pinochet no Chile (vieram a ficar conhecidos como “Chicago Boys”), que depois seria adotada por

diversos outros países “desenvolvidos” e “em desenvolvimento”. Essa *doxa* neoliberal se pautou em regras como “investimento estrangeiro direto”, “abertura comercial”, “privatização de estatais”, “desregulação” e uma série de outras estratégias econômicas estatais, que foram seguidas por muitos países latino-americanos, inclusive Brasil (DEZALAY & GARTH, 1998; GUILHOT, 2003).

Assim, os parlamentares, que fizeram carreira política a partir da década de 1980, no plano nacional, tiveram, necessariamente, que se equipar de instrumentos de lutas que legitimassem tomadas de posição acerca desses debates. Na quarta geração aparecem, com maior incidência, livros mais diretamente confrontados com temáticas mais internacionais e políticos mais especializados e treinados para disputar produtos políticos e objetos simbólicos ligados a tais “causas”. Além disso, nessa geração, apresentam-se políticos que investiram intensamente no acúmulo de experiências internacionais, sobretudo na obtenção de títulos escolares em universidades dos Estados Unidos e França.

Apreender essas dinâmicas sociais, concorrenciais, relacionais e multidimensionais, mediante práticas empreendidas na política, na cultura, nas universidades, nos espaços de produção simbólica em geral, permitiu explorar, sociologicamente, as relações entre atrações por temáticas (relativas ao “desenvolvimento) e o perfil social e profissional dos parlamentares.

Características sociais dos 74 “políticos escritores” sobre “desenvolvimento”

Origens geográficas

Tabela 1 – Região de origem dos 74

Região	Número de casos
Nordeste	36 (48,6%)
Sudeste	22 (29,7%)
Norte	9 (12,1%)
Sul	6 (8,3%)
Centro-Oeste	1 (1,3%)
Total	74

Fonte: DHBB-FGV-CPDOC.

Observa-se uma concentração de políticos que escrevem sobre “desenvolvimento” nas regiões Nordeste e Sudeste. Já os 299 componentes das “elites letradas e votadas”, distribuem-se nos estados: “São Paulo (39), Minas Gerais (37), Rio de Janeiro (35), Rio Grande do Sul (27), Pernambuco (24), Ceará (18), Paraná (14), totalizando 222 casos, os outros 77 casos (25%) distribuem-se nos 20 estados restantes, equilibradamente, não ultrapassando 9 casos por unidade federativa” (GRILL & REIS, 2012: 111).

Bourdieu (1989b) indica que a definição da “região” é resultado de embates de uma série de saberes produzidos em espaços sociais mais ou menos relacionados com o mundo universitário. “Ciência”, “política”, “cultura” são categorias utilizadas como “armas” para classificar e definir determinada “região”, bem como o “desenvolvimento”.

O “desenvolvimento” é mais um elemento que influencia na constante luta por redefinição das “regiões”. Essa luta se dá nos interstícios dos espaços

da ciência e da política. Uma “região” só faz sentido como categoria de percepção se toda uma rede de relações sociais se estruturarem com base em um sentido comum acerca da própria categoria.

A proporção de “parlamentares escritores” com origem no Nordeste é significativamente maior na população composta por 74 agentes. Sudeste continua bem representado e a região Sul tem queda drástica (sendo superada, inclusive, pela região Norte). Um dos argumentos mais correntes, mediante o qual políticos e intelectuais nordestinos justificam seus modelos de intervenção e construções simbólicas, é de que os estados que formam essa região seriam prejudicados pela balança de poder e hierarquia entre estados da federação, os colocando em posição de “subdesenvolvimento”, “pobreza”, “carência tecnológica e econômica”, etc. Esse “mito da necessidade” (CASTRO, 1992) funciona, assim, como filtro das leituras atinentes às questões do “desenvolvimento”.

Já as elites do Sudeste, veremos adiante, tem maior tendência a “pensar o desenvolvimento” em outros termos, mais conectados ao “cosmopolitismo” de alguns dos seus membros, do que sua capacidade em representar a “região” de origem. Nesse sentido, destaca-se a forte sobreposição entre competências universitárias e acadêmicas e os atributos para constituir carreiras políticas, sobretudo nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A missão de “constituir a identidade nacional”, pautada na aquisição de saberes ditos cosmopolitas, com forte tendência à importação de modelos (intelectuais e políticos) de Europa Ocidental e Estados Unidos deixou marcas nessas configurações regionais (GARCIA JR., 1998).

Vejamos o que outras propriedades sociais captadas na prosopografia nos informam. Se cruzarmos as informações sobre origens geográficas e preferências temáticas, temos:

Tabela 2 - Região de origem e temáticas privilegiadas

Região de origem/Temáticas preferidas	Regionais	Nacionais	Internacionais	Técnicas	Total
Nordeste	19 (52,8%)	8 (22,2%)	3 (8,3%)	6 (16,7%)	36 (100%)
Sudeste	2 (9,1%)	10 (45,4%)	2 (9,1%)	8 (45,4%)	22 (100%)
Norte	9 (100%)	-	-	-	9 (100%)
Sul	-	3 (50%)	0	3 (50%)	6 (100%)
Centro-Oeste	1 (100%)	0	0	0	1 (100%)
Total	31 (42%)	21 (28,3%)	5 (6,7%)	17 (23%)	74 (100%)

Fontes: DHBB – CPDOC – FGV; www.camara.leg.br; www.senado.leg.br

É plausível que os livros analisados possam se encaixar em mais de uma dessas temáticas. Consideramos o conjunto dos títulos para definir a predileção de cada político em relação à temática. O fato de um político ter sido classificado na categoria “temas regionais”, não quer dizer que em suas obras também não apareçam outros elementos e assim por diante. As mudanças de temas, ao longo das trajetórias atentam, inclusive, para marcadores de efeitos ambivalentes da posição ocupada na política. Por exemplo, políticos consolidados em regiões ditas “não-desenvolvidas” em relação às outras, quando ocupam posições mais locais tendem a relevar esses aspectos (“carência”, “pobreza”, etc.) na escrita. No entanto, se alçados a jogos “nacionais” ou mesmo “internacionais” tendem a mudar suas estratégias de publicação. Mas

tudo isso só é possível observar por intermédio das trajetórias examinadas nos próximos capítulos. Políticos que ocupam protagonismo em disputas da “política nacional” tendem a se posicionar em relação ao “desenvolvimento” do “país como um todo”. Da mesma forma, agentes que ganham destaque internacional reverberam, em suas produções, posicionamentos acerca da “política externa” das “relações internacionais” e seus “impactos” no “desenvolvimento”.

Dos 36 políticos nordestinos que escrevem sobre “desenvolvimento”, 19 (52,4%) têm temáticas “regionais” como foco privilegiado. Todos os 9 “políticos-escritores” oriundos do Norte escrevem sobre essa temática. Bem como o único representante da região Centro-Oeste, que também escreve sobre a temática “regional”. Ou seja, políticos de regiões mais periféricas tendem a escrever sobre tal temática. Já nas regiões Sudeste e Sul, há outra distribuição. Políticos do Sudeste são mais propensos a escrever sobre as “nacionais” e “internacionais”, enquanto os sulistas escrevem equilibradamente sobre “nacionais” e “técnicas” – devemos, no entanto, relativizar essa informação, uma vez que o número de políticos com origem em estado do Sul é bastante reduzido.

A construção do “imaginário regional”, que representa o Nordeste como espaço que sofreria entraves à “modernização econômica” e ao “desenvolvimento”, tem ampla participação de textos e discursos parlamentares, como já demonstrou Castro (1992). No entanto, essa estrutura simbólica transcende às “condições naturais” das “secas e longas estiagens”. Há componentes associados à legitimação política, ativados em outras caracterizações operadas pela “elite letrada e votada” nordestina. Além disso, como a própria Iná Castro argumenta, as representações de grupos dirigentes, localizados em outras regiões, contribuem com a sustentação do “mito da necessidade”.

A concepção de “desenvolvimento”, que legitimou e consolidou a relação “centro-periferia” no plano internacional (países desenvolvidos x países subdesenvolvidos x países não desenvolvidos), parece se reproduzir nas produções escritas dos parlamentares brasileiros (Sul-Sudeste desenvolvido x Norte-Nordeste subdesenvolvido). Enquanto agentes de Sul e Sudeste majoritariamente advogam em nome do “nacional”, em busca do “desenvolvimento” frente às outras nações, instituições internacionais e debatem

“questões” de um ponto de vista mais técnico-setorial, os “políticos letrados”, de origem norte-nordestina, tendem a destacar as diferenças entre as “regiões” e a debater as condições de emergência dos estados considerados periféricos em relação aos padrões de “desenvolvimento”.

Além disso, os políticos de estados do Sudeste, que publicam livros desse tipo, endossam a ideia de que sua região é “desenvolvida”⁴. Novamente, a centralidade das instituições que conferem reconhecimento universitário, aliada ao peso político que as elites dos estados do Sudeste têm comparativamente as do Sul, parecem explicar o porquê de tão poucos parlamentares dessa última “região” escreverem sobre “desenvolvimento”.

Há obras cujos títulos denotam que as temáticas tratadas não estão circunscritas à delimitação de um escopo “regional”, “nacional” ou “internacional”. A transversalidade de temáticas, cuja forma de tratamento não corresponde a esses recortes, aparece mais frequentemente em livros nos quais os principais elementos do texto indicam que o autor possui algum saber “técnico”, ligado à “ciência, tecnologia e meio-ambiente”.

Estão em jogo os próprios instrumentos legítimos de “leitura do real”. O “desenvolvimento” é mais um ingrediente que influencia na constante luta por redefinição de tais fronteiras. Tais fatores apontam para os registros construídos e assumidos pelos parlamentares associados à própria definição dessas categorias. Indistinta e indissociavelmente, categorias de percepção e ação sobre o mundo social demarcam lógicas e repertórios de intervenção, operados por agentes que se notabilizam em múltiplos domínios da vida social (GRILL e REIS, 2016). As estratégias de publicação, nesse sentido, cumprem o papel de colocá-los na posição intermediária e amalgamada entre dois registros, a “dupla arte de representar” (GRILL e REIS, 2016), facilitando a construção e a explicitação da imagem legítima que pretendem desfrutar no jogo político.

4 Renato Johnsson, curitibano, formado em Direito na UFPR, publicou: *As telecomunicações no Paraná* (1973), *Monocanal: uma solução simples e lucrativa* (1976), *Experiências resultantes de um plano de telecomunicações* e *Modelo de planejamento e avaliação de incertezas* (1977), *Telefonia rural: sua importância para a telefonia brasileira* (1978) e *Importância das telecomunicações no desenvolvimento econômico: o exemplo do Paraná* (1980). Destaca-se o caráter do papel “exemplar”, que determinadas técnicas no setor de telecomunicações, cumpriram no “desenvolvimento econômico paranaense”.

Na prosopografia, foram consideradas também as propriedades sociais (recursos) dos agentes que emitem tais discursos sobre determinadas temáticas, bem como os contextos nos quais atuaram. As estratégias de acúmulo de trunfos podem ser relacionadas às modalidades de tratamento do “desenvolvimento” como “chave de compreensão do real” (PÉCAUT, 1990), seja ele relativo à “ideia de região” ou à própria “nação” ou a qualquer outra temática.

Pensando nesses termos, tentamos mapear as características sociais dos 74 parlamentares que assinam a autoria de livros cuja principal problemática central se relaciona com “desenvolvimento”. Iniciaremos pela variável “profissão do pai”. Tal dado nos informa a posição social de origem dos agentes que incide inicialmente sobre os seus *espaços de possíveis*:

Tabela 3: Principal ocupação do pai.

Profissão do pai	N
Empresário/industrial/fazendeiro	12
Militar	10
Advogado	9
Médico	4
Pequeno comerciante	4
Descrito apenas como “político”	2
Jornalista	2
Professor (não conseguimos precisar em qual nível)	1
Engenheiro	1
Juiz	1
Agricultor	1
Contador	1
Escriturário	1
Dentista	1
Funcionário Público	1
Operário	1
Tecelão	1
Sem informações	22
Total	74

Fonte: DHBB –CPDOC-FGV, biografias e autobiografias presentes nos sites pessoais dos políticos e matérias jornalísticas disponíveis na internet.

A partir das profissões ocupadas pelos pais dos agentes estudados é possível extrair primeiras pistas sobre a composição de seus patrimônios

culturais, econômicos e políticos. Antes disso, é fundamental pontuar algumas considerações acerca da própria concepção de profissão e das fontes utilizadas para coletar essas informações. Em primeiro lugar, reiteramos, tratamos de uma população que atuou em diversos contextos sociais, políticos e econômicos, logo, o valor simbólico das profissões ocupadas flutuou de acordo com tais conjunturas, de modo que as “profissões dos pais” assumem significados distintos em cada geração. Em segundo lugar, as informações retiradas do Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro contêm apenas parte da atuação profissional, tanto dos agentes investigados como de seus pais. Vale lembrar que as “elites escritoras” que compuseram o parlamento, na época estudada, são compostas de grupos familiares que baseiam suas estratégias de reprodução nas multinotabilidades e nas multiposicionalidades, muitas vezes acumuladas pelos mesmos agentes (GRILL e REIS, 2016).

Há um número significativo de agentes que não conseguimos apurar a profissão do pai (22). Grill & Reis (2016) encontram para os pais dos 299: 131 sem informações. Entre os demais há a seguinte distribuição: “Fazendeiros (47), militares de alta patente (24), empresários (17), comerciantes (20), advogados (13), magistrados (13), professores (7), altos ou médios funcionários públicos (8), médicos (7), dentistas (3), agricultores (2), historiador, tabelião, jornalista, embaixador, alfaiate, barbeiro, metalúrgico, pedreiro (1 de cada)” (p. 39). Não há grandes discrepâncias, em termos proporcionais, na distribuição observada nos dois universos. Apesar de termos utilizado formas de categorizações profissionais (e fontes) um pouco diferentes, os dados apontam para uma reprodução do universo mais amplo no universo específico. As duas populações são compostas, majoritariamente, por filhos de fazendeiros, empresários, militares e advogados. São profissões relativamente valorizadas, durante o século XX, no plano nacional. O agrupamento das categorias “empresário”, “fazendeiro” e “industrial” seguiu a linha de raciocínio de que tais agentes geralmente acumularam mais de uma dessas funções.

Podemos afirmar, acerca das informações coletadas, que nosso universo é composto de agentes oriundos de camadas privilegiadas econômica, cultural e politicamente, não só em relação ao macrocosmo social mais amplo, mas considerando também a própria “elite letrada e votada”. Veremos adiante,

em trajetórias específicas, que, por exemplo, agentes oriundos de famílias de classes populares, contrabalanceiam a escassez econômica, com investimentos na aquisição de trunfos fundados no saber escolar (sobretudo em instituições públicas), mormente relativos ao acúmulo de títulos e reconhecimentos em instâncias de consagração cultural.

Destaca-se o número de filhos de militares. Podemos dizer que - assim como Charles Wright Mills (1962) tivera a impressão de que as “elites do poder” norte-americanas têm seus protagonistas recrutados ora no empresariado, ora na política e no exército - as “elites” que pesquisamos, têm sua seleção fortemente atrelada a trajetórias alicerçadas na conquista de reconhecimento militar, além de posições empresariais e políticas. As forças armadas são, ainda, compostas por instituições que facilitam o acesso de agentes à circulação nacional e internacional de pessoas e ideias. Tais circulações são fundamentais para o estabelecimento do “desenvolvimento” como produto político.

Uma dimensão da vida social que proporciona o acúmulo de recursos raros é o acesso à educação em nível superior. O parâmetro comparativo será novamente as informações coletadas por Grill e Reis (2016) para os 299 “parlamentares escritores:

Tabela 4: Curso superior dos 299 parlamentares que escrevem

Direito	Economia	Ciências Humanas	Engenharia	Medicina	Escola Militar	Outros	Total
170 (56,9%)	28 (9,4%)	23(7,7%)	21 (7%)	30 (10%)	8 (2,7%)	19 (6,4%)	299 (100%)

Fonte: GRILL & REIS, 2016

Tabela 5: Principal curso superior dos 74 parlamentares que escrevem sobre “desenvolvimento”.

Direito	Engenharia	Economia	Escola Militar	Ciências Sociais/ Administração	Medicina	Outros/não possui	Total
30 (40,5%)	18 (24,3%)	11 (15%)	3 (4%)	5 (6,7%)	3 (4%)	4 (5,5%)	74 (100%)

Fontes: DHBB – CPDOC – FGV; www.camara.leg.br; www.senado.leg.br

Há prevalência da formação acadêmica em Direito nas duas populações. Essa constatação segue a linha de outros achados em relação ao recrutamento de “elites políticas” no Brasil do século XX. O próprio sistema universitário brasileiro, até meados do século passado, era quase exclusivamente voltado para o ensino da ciência jurídica. Esta, por sua vez, compunha local privilegiado e quase osmótico, no sentido de Dogan (1999), na formação de pessoal para a administração pública estatal. Todavia, se compararmos proporcionalmente as duas populações vemos que os agentes que escrevem sobre “desenvolvimento” tem menos propensão a investir nesse tipo de formação (mormente em períodos mais recentes, como veremos depois). Outros tipos de formação acadêmica (logo outros tipos de recursos culturais) assumem maior centralidade no treinamento acadêmico percorrido pelos agentes do universo de 74.

Agentes com formações ligadas às áreas militar, engenharia e economia aparecem com maior relevo na população específica. Comparando as proporções vemos que o curso de Direito forma 56,6% da população no universo de 299 agentes e esse número desce para 40,5% nos 74. Já no que tange a agentes formados em engenharia, há aumento de 7% para 24,3%. Bem como a proporção de formados em Economia cresce de 9,4% no universo mais amplo para 15% no específico. Estas disparidades merecem ser destacadas, pois tem relação direta com as modalidades de afirmação política e intelectual em torno da categoria “desenvolvimento” na atuação política e produção escrita.

O modelo de organização de governos baseado na “eficácia administrativa” e a legitimidade desfrutada por habilidades em lidar com as “contas públicas” premia agentes com tais formações acadêmicas. Assim, publicar livros sobre o “desenvolvimento” é uma forma de reafirmar um saber, que diferencia de outros “profissionais da política” nesses contextos. Em relação ao curso de Medicina, também local de recrutamento de “elites políticas” desde o Império, tem-se uma sub-representação. Ao que parece, não há relação entre a formação nesse curso específico e a propensão a escrever sobre “desenvolvimento”.

Os estados que abrigam as instituições nas quais tais títulos foram obtidos são:

Tabela 6: Estados da federação em que se formaram

Estado	Quantidade de casos
Rio de Janeiro	13
Pernambuco	13
São Paulo	9
Ceará	6
Bahia	5
Pará	4
Rio Grande do Sul	4
Minas Gerais	4
Amazonas	3
Paraíba	3
Distrito Federal	3
Sem informações	2
Alagoas	2
Mato Grosso	1
Paraná	1
Rio Grande do Norte	1
Internacional	1
Total	74

Fonte: DHBB-CPDOC-FGV

Há uma forte concentração nos estados Rio de Janeiro, Pernambuco e São Paulo. Nesses três estados estavam localizadas as primeiras faculdades do Brasil, especificamente cursos de Ciências Jurídicas e Sociais. A concentração nos estados do Nordeste e Sudeste revelam que esses são polos de atração da elite que utilizou o “desenvolvimento” como instrumento de legitimação. Grill & Reis (2016: 40) classificaram os 299 casos examinados pela instituição em que se formaram e chegam a resultado semelhantes: “UFRJ (50), UFPE (36), USP (36), UFBA (30), UFMG (25), UFRGS (12), UFCE (12), UFPR (9), UFAM (7), UFPA (6)”, totalizando 223 casos, em um universo de 287 parlamentares apurados (há políticos que acumulam mais de um diploma e políticos que não tem nenhum diploma).

Dos 35 agentes, dentre os 74, que se formaram no Rio de Janeiro, Pernambuco e São Paulo (quase 50 por cento de nosso universo), 14 se formam em Ciências Jurídicas/Direito, 11 em engenharia, 6 em economia, 3 em ciências humanas e 1 em medicina. Como vimos anteriormente, esses três primeiros cursos são os mais recorrentes. Pode-se dizer, então, que tratamos de uma população que tende a ser formar em escolas superiores bem localizadas no Sudeste e Nordeste e com grandes chances de terem adquirido um dos três diplomas (Direito, Engenharia e Economia), nessas configurações. Veremos em capítulos posteriores como a distribuição desses cursos e locais de formação vão variando ao longo do tempo e se combinando com outros tipos de recursos associados às diversas estratégias universitárias. Ao cruzarmos informações sobre os cursos superiores e as preferências temáticas, temos:

Tabela 7: Formação universitária versus temáticas

Curso de formação/temática privilegiada	Regionais	Nacionais	Internacionais	“Técnicas”	Total
Direito	15	10	3	2	30
Engenharia	5	3	1	9	18
Economia	3	5	-	3	11
Medicina	3	-	-	-	3
Formação militar	1	2	-	-	3
Ciências Humanas	1	-	-	2	3
Administração	1	-	-	1	2
Odontologia	1	0	-	0	1
Não obteve	1	1	1	-	3
Total	31	21	5	17	74

Fonte: DHBB-FGV-CPDOC

A maior parte de políticos formados em Direito escreve sobre temas “regionais” e “nacionais” ao discorrer sobre “desenvolvimento”. A economia enquanto disciplina era difundida nos anos 1950, através das matérias de “economia política”, normalmente vinculadas aos cursos de Direito (LOUREIRO, 1997), o que decerto sugere que o “desenvolvimento” fosse uma pauta levantada nesses cursos. Contudo, suas produções escritas tendem a valorizar mais os aspectos gerais das definições de “região” e “nação” do que da afirmação de saberes “técnicos” relativos à cátedra econômica. Já os engenheiros, que também fizeram parte da construção do “espaço dos economistas” tiveram suas prerrogativas assentadas em cadeiras mais matematizadas, como demonstra Klüger (2017). Outrossim, têm maior tendência a escrever sobre “desenvolvimento” o associando ao saber “técnico”, e, secundariamente, às temáticas “regionais”. Já agentes que obtêm principais diplomas especificamente em Economia escrevem equilibradamente sobre questões “regionais”, “nacionais” e “técnicas”. Se tomarmos a distribuição dos diplomas dos políticos que escrevem sobre temas “internacionais” é possível observar a ainda prevalente linguagem do poder internacional “humanista”, vinculada ao polo dos “políticos-bacharéis” (DEZALAY & GARTH, 2000).

Analisando, de maneira geral, a variável “formação universitária” parece exercer influência relativamente menor do que a “região de origem”. Há um equilíbrio nas correlações/distribuições. A exceção são as temáticas “internacionais”, que são tendencialmente preferidas por profissionais formados em Direito. No entanto, vale ressaltar que essas “preferências temáticas” devem ser relativizadas, no que tange à própria hierarquização em jogo. A maioria dos agentes investigados transitou entre tais temáticas, de acordo com os contextos e posições ocupadas. Desta forma, tais dados não excluem a possibilidade de posse de outros títulos e a dedicação a “causas” vinculadas a esse escopo mais global.

Essas informações, se complementadas com outras características sociais, explicam melhor como as diferenças na formação incidem nas escolhas. Se tomarmos a “profissão mais relevante”, fora a própria política, que consta no DHBB, temos:

Tabela 8 – Ocupação prévia mais relevante fora da política

Profissão	N.
Professor universitário	24
Juiz/Advogado/promotor da justiça	18
Empresário/fazendeiro/industrial	12
Engenheiro	6
Sem Informações	3
Militar	3
Médico/dentista	3
Jornalista	2
Comerciante	2
Funcionário Público	1
Total	74

Fonte: DHBB-FGV-CPDOC

Na tabela acima, observamos as “ocupações prévias” dos 74 políticos que escrevem sobre “desenvolvimento”. Prevaecem, numericamente, casos de agentes que se notabilizam com passagens exitosas no ensino superior. Há também um número significativo de agentes que são descritos como profissionais do “mundo dos negócios” e ligados ao domínio jurídico. Há, ainda, alguns casos de engenheiros e militares.

Nessa tabela, fica mais clara a importância do acúmulo recursos escolares nessa população. Vemos que, mesmo a profissão menos valorizada na hierarquia social tem relação com esse tipo de trunfo (auxiliar de escritório). Mesmo agentes que se ligam, profissionalmente, ao domínio empresarial, tem,

no acúmulo de títulos escolares, forte meio de legitimação política, como veremos adiante.

Sobre a baixa quantidade de “jornalistas” veremos, ao longo dos próximos capítulos, que essa função foi exercida por muitos dos parlamentares que estudamos, mas de forma paralela e acessória ao exercício do magistério e da advocacia. Outra informação relevante é de que há muitos casos para os quais a “profissão de origem” não tem relação direta com o diploma conquistado no ensino superior:

Tabela 9: Principal ocupação versus principal diploma superior dos 74

Ocupação /diploma	Direito	Engenharia	Economia	Ciências Humanas	Formação de oficiais	Outros/sem curso superior	Total
Professor Universitário	8	6	7	3	0	0	24
Profissões Jurídicas ⁵	18	0	0	-	0	0	18
Empresário/fazendeiro/industrial	2	4	1	-	2	3	12
Engenheiro	-	6	0	-	0	0	6
S/I ⁶	1	-	2	-	0	-	3
Militar	-	2	0	-	1	0	3

⁵ Juiz/Advogado/promotor, da justiça.

⁶ Sem informações

Comerciante	-			-		2	2
Médico/dentista	-	0	0	-	0	3	3
Jornalista	1	0	-	-	0	1	2
Funcionário Público.	-	-	1	-	-	-	1
Total	30	18	11	3	3	9	74

Fonte: DHBB-FGV-CPDO

O intuito do cruzamento dessas variáveis foi de demonstrar como esses “políticos-escritores” se especializam em domínios variados, algumas vezes até fora do domínio de atuação “compatível” com sua formação. Os 24 professores universitários têm diplomas distribuídos em todas as áreas (veremos, em outro momento, que suas temáticas privilegiadas estão equilibradamente distribuídas), bem como os profissionais dos domínios dos “negócios”.

Se tomarmos os que são caracterizados, do ponto de vista profissional, como “políticos”, no entanto, há uma concentração de detentores dos diplomas em Direito e alguns em Economia. As linguagens do poder humanistas e técnicas se mesclam, tanto nas estratégias de acumulação do capital cultural em suas variadas modalidades (BOURDIEU, 1998a), como das “ocupações prévias”. Se compararmos as “profissões de origem” com as temáticas correlatas ao “desenvolvimento”, temos:

Tabela 10: Profissão de origem versus temáticas privilegiadas

Profissão de origem/temática privilegiada	Regionais	Nacionais	Internacionais	Técnicas	Total
Professor universitário	4	7	5	8	24
Profissões Jurídicas.	10	6	-	2	18
Empresário/fazendeiro/industrial	5	3	-	4	12
Engenheiro	3	1	0	2	6
Sem Informações	2	1	-	-	3
Militar	1	1	-	1	3
Médico/dentista	3	-	-	0	3
Comerciante	1	1	-	-	2
Jornalista	1	0	1	-	2
Funcionário Público	1	-	-	-	1
Total	33	18	6	8	74

Fontes: DHBB-FGV-CPDOC; www.camara.leg.br; www.senado.gov.br

Destacamos os seguintes dados: professores universitários preferem escrever sobre “desenvolvimento” apoiados na temática mais “técnica” (33,3%) e “nacionais” (29,2%), mas também oferecem escritos que sugerem interesse nos temas “regionais” (16,5) e “internacionais” (21%). Se tomarmos as investigações de Grill & Reis (2016) sobre professores universitários presentes no universo de 299 parlamentares escritores é possível supor que os perfis geracionais encontrados pelos autores se reflita na preferência temática dos aqui

examinados. Os autores identificam três perfis de professor universitário “parlamentar-escritor”.

Quadro 1: Perfis de políticos magistrados e escritores

1º Perfil (15)	2º Perfil (10)	3º Perfil (15)
Nascidos entre o final do século XIX até 1920	Nasceram entre 1928 e 1940	Nascidos a partir de 1940
Título Superior entre 1920 e 1940	Título Superior entre 1950 e 1964	Titulados entre 1964 e 1979 (regime militar)
Magistério de 1930 a 1950	Magistério entre década de 50 a 70	Magistério de 1980 em diante,

Fonte: GRILL & REIS (2016)

Agentes situados no primeiro e segundo perfis têm maior tendência a buscar acúmulo de títulos superiores de diferentes naturezas. Enquanto isso, agentes situados no terceiro têm maior chance de buscar pós-graduações (principalmente no exterior) em detrimento de um segundo curso superior. Isso indica, além de uma maior especialização focada em determinada área, o aumento do peso da circulação internacional na seleção e recrutamento desses grupos dirigentes, uma vez que grande parte desses títulos são obtidos em outros países.

Voltando à análise da tabela 10, observa-se que profissionais do domínio jurídico escrevem de maneira mais equilibrada entre “regionais” e “nacionais”, preterindo as outras duas temáticas. Bem como profissionais ligados ao “mundo dos negócios” e engenheiros.

Esses dados indicam a direção do processo pelo qual o “desenvolvimento” constitui-se, através de temáticas distintas, em problemática política. Agentes munidos de diferentes competências para afirmação social (com destaque para as profissões de origem) recorrem ao “desenvolvimento” para consolidar e intervir em “causas” e fronteiras distintas.

Além da exigência, em relação ao diploma, devemos levar em consideração a já citada relação entre o estado/região de atuação e as preferências por temáticas. A suposta competência em um desses temas,

correlatos ao “desenvolvimento”, não se condiciona apenas pelo capital escolar dos agentes, mas também pelas conjunturas políticas por eles enfrentadas.

Os dados indicam que, quantitativamente, políticos com *background* no domínio universitário têm mais propensão a escrever sobre “desenvolvimento”, uma vez que mais da metade dos professores universitários (24 entre os 40) tem predileção pelo tema.

Vislumbra-se, desta forma, três modelos de políticos que escrevem sobre “desenvolvimento”. No primeiro, parlamentares atuantes e advindos das regiões Norte e Nordeste, formados majoritariamente em Direito e Engenharia, que são, do ponto de vista profissional, empresários, industriais e/ou fazendeiros, com tendência a relacionar o “desenvolvimento” aos temas “regionais” em sua produção escrita. No segundo tem-se agentes de origem e atuação em estados do Sul e Sudeste, formados majoritariamente em Economia, com atuação profissional ligada ao ensino superior, e, quando formados em Direito, Engenharia, Medicina (ou seja, relacionados a “profissões liberais”), atuam na sua formação de origem, e apresentam maior tendência a escrever sobre temas “nacionais”. Por fim, no terceiro, agentes que escrevem sobre temáticas mais “técnicas” e que parecem combinar essas propriedades. Ou seja, vem de diferentes regiões do país e contam com variados *backgrounds* sociais em termos de origem familiar, escolar e ocupacional.

Há, todavia, uma série de gradações entre esses modelos, que se constituem, modificam-se e se consolidam a partir da aglutinação desses elementos em trunfos de distinção política. Como vimos anteriormente, o principal motivo, que nos levou a dividir nosso universo em quatro gerações, foram as diferenças nos contextos políticos e a variedade de princípios de hierarquização que condicionaram as “carreiras políticas” dos parlamentares ao longo do século XX, marcadas por constantes reestruturações, aberturas e fechamentos dos mercados políticos. Vale, nesse sentido, uma comparação mais generalizada acerca das modalidades de profissionalização política, relativas às gerações e, conseqüentemente, às temáticas relacionadas ao “desenvolvimento” em voga em cada estado dos domínios políticos, culturais e econômicos em questão.

Nota-se que o principal critério de divisão escolhida se relaciona, de um lado, a acontecimentos no domínio político brasileiro que, de certa forma, modificaram as próprias regras do jogo de *multinotabilidades*, e, por outro lado, acompanha mudanças no plano internacional que se relacionam diretamente com o surgimento e propagações de concepções de “desenvolvimento” no mundo:

Quadro 2 – Agentes e gerações

Quantidade de agentes/geração	Primeira geração (entram na política entre 1930-1945)	Segunda Geração (entram na política entre 1945 – 1964)	Terceira geração (entram na política entre 1964-1982)	Quarta Geração (entram na política entre 1982 – 1993)	Total
	11	28	20	15	74

Fonte: DHBB-CPDOC-FGV

Essa é uma dimensão de análise importante, que visa aprofundar a compreensão da relação entre determinados modelos de especialização política e prescrições de papéis (LAGROYE, 1994) e estratégias de publicação implementadas (LE BART, 1998; 2012).

Consideramos que a ocupação de um primeiro cargo político é consequência de investimentos anteriores, de inserções sociais múltiplas, enfim, de acúmulos de reconhecimentos variados. Essa é apenas uma das modalidades de acesso ao jogo político, usualmente precedida por outras formas de engajamento e acúmulos, sejam eles partidários, militantes, sindicais, universitários, entre outros (GAXIE, 2005; OFFERLÉ, 2011). Nesse ponto, acreditamos que a observância dos recursos acumulados previamente, constituídos em trunfos (CORADINI, 2001) vinculados à *multinotabilidade* (GRILL & REIS, 2016), deslindam algumas regularidades norteadoras.

Antes de compararmos os perfis dos parlamentares e as concepções de “desenvolvimento” mais gerais que guiaram os agentes investigados é preciso contextualizar, tanto do ponto de vista nacional como internacional, as

conjunturas que delineiam os domínios de atuação. Vemos, de antemão, que os parlamentares que escrevem sobre “desenvolvimento” concentram seus inícios de carreira política entre 1945 (ano que inaugura a segunda geração) e 1982 (ano que finda a terceira e inicia a quarta), somando 52, entre os 74. No entanto, vale analisar os estados anteriores e posteriores a esse “ápice” do “desenvolvimento” enquanto instrumento legítimo e passível de mobilização nas produções escritas dessas elites parlamentares.

As quatro gerações em perspectiva

O exame comparativo desses conjuntos de agentes permitiu observar a construção e imposição de várias versões do “desenvolvimento”. No entanto, foi preciso, primeiro, construir um espaço mais amplo de políticos que escrevem sobre “desenvolvimento” para facilitar o exercício comparativo. Tentaremos observar quais regularidades estão presentes nos momentos históricos definidos e, a partir das trajetórias dos agentes, elaborar o estudo das “taxonomias desenvolvimentistas”. Iniciamos essa caracterização observando como os agentes se distribuem, regionalmente, em cada geração:

Tabela 11 – Região de origem versus geração dos 74

Região/geração	Primeira geração (30-45)	Segunda Geração (45-64)	Terceira Geração (64-82)	Quarta geração (82-94)
Nordeste	5 (45,5%)	16 (57%)	9 (45%)	6 (40%)
Sudeste	4 (36,3%)	8 (28,5%)	4 (20%)	6 (40%)
Norte	2 (18,2%)	1 (3,75%)	5 (25%)	1 (6,5%)
Sul	0	2 (7%)	2 (10%)	2 (13,5%)
Centro-oeste	0	1 (3,75%)	0	0
Total	11 (100%)	28 (100%)	20 (100%)	15 (100%)

Fonte: DHBB – CPDOC – FGV

Na primeira geração, há concentração e equilíbrio nas e entre regiões Sudeste e Nordeste. Em todas as gerações há mais parlamentares que escrevem sobre “desenvolvimento” com origem em estados do Nordeste, especificamente. Vemos, no entanto, que a segunda geração é que mais concentra, proporcionalmente, políticos dessa região. Já a região Sudeste é mais bem representada na terceira geração e políticos do Sul se destacam na terceira e quarta gerações.

Essas informações se complementam com diversos achados relativos aos reposicionamentos de grupos de elites durante o século XX e das lógicas de acúmulos de recursos de afirmação nos domínios que transitaram. A segunda geração, de políticos que entram pós 1945, é marcadamente mais diversificada do que a primeira em termos de origens sociais, como veremos adiante. A reabertura dos mercados políticos significou, não apenas oportunidades de reposicionamentos para os grupos rechaçados em 1937, mas também a ascensão, para a política, de perfis sociais compostos pelo acúmulo de recursos, trunfos e reconhecimento indissociavelmente políticos e intelectuais até então relativamente inéditos e raros nas arenas (destacadamente, o fato de escrever sobre “desenvolvimento”, por exemplo).

Em relação à quarta geração, que aparece com políticos de Sul e Sudeste com maior relevo, é possível pensar como o processo contrário, ou seja, de fechamento de alguns desses mercados políticos, reconfigurando a distribuição desses mesmos recursos e formas de agilização de competências para descrever e prescrever o “desenvolvimento”. Entram em cena uma série de questões e sistemas de desvios relativos ao “golpe de 64”, que faz com que o recrutamento e a seleção de elites e sua relação com escrita sobre “desenvolvimento” mude. Consequentemente, veremos adiante, modificam-se alguns recursos de legitimação. Se analisarmos a formação universitária, levando em consideração cada geração, chega-se à seguinte tabela:

Tabela 12 – Principal formação universitária por geração.

Formação Universitária	Primeira Geração	Segunda Geração	Terceira Geração	Quarta Geração	Total
Direito	7	15	6	2	30
Engenharia	3	6	4	5	18
Economia	0	2	5	4	11
Curso de formação de oficiais	1	2	-	-	3
Ciências Humanas e Sociais	-	-	2	1	3
Medicina	-	-	2	1	3
Não tem curso superior	-	2	1	-	3
Administração	-	-	-	2	2
Odontologia	-	1	-	-	1
Total	11	28	20	15	74

Fonte: DHBB-CPDOC-FGV, www.senado.leg.br; www.camara.leg.br

De modo geral, houve um aumento proporcional, gradativo e paulatino de formações mais ligadas às áreas técnicas e matematizadas, em detrimento das alicerçadas no saber jurídico e humanista. Enquanto nas primeira e segunda gerações há mais agentes formados em Direito e cursos de formação de oficiais (geralmente compostos por um conhecimento mais abrangente), diplomados em

engenharia, economia e administração prevalecem nas terceira e quarta gerações.

Em relação à primeira geração: os 11 agentes têm diploma, sendo que 7 são formados em Direito, 3 em engenharia e 1 em curso de formação de oficiais de forças armadas. A preponderância da linguagem jurídica, nesse período, como instrumento legítimo de expressão e intervenção, faz com que esse curso apareça fortemente nas trajetórias dos agentes aqui analisados. Destaca-se, também, a ausência de diplomados em Medicina, à época curso que fornecia quadros para funções públicas e consagrador de “elites” (CORADINI, 2005). Essa constatação, é importante frisar, constitui um elemento comparativo central, em relação às outras gerações, fundamental para compreender as dinâmicas de afirmação política e intelectual.

Na segunda geração: 15 diplomados em Direito, 6 em engenharia, 2 em cursos de formação de oficiais; 2 em economia, 2 sem diploma e um em odontologia e outro em ciências humanas e sociais. O Direito, novamente, é preponderante, mas com forte presença de diplomados em Engenharia, e, aparecem os dois primeiros casos de agentes que se formam em Economia:

Divaldo Suruagy, alagoano, formado em economia em 1959 pela UFAL, iniciou carreira política via cargo comissionado na prefeitura de Maceió (1961), passando pelo secretariado de Alagoas e chegando a governador e senador pelo mesmo estado. Vítor Faccioni, gaúcho, antes de obter diploma em economia pela Faculdade de Ciências Econômicas de Caxias do Sul, formou-se contabilista na PUC de Porto Alegre, também iniciou na política via cargo municipal, vereador de Caxias do Sul (1962), chegando a deputado federal pelo Rio Grande do Sul. Ou seja, casos discrepantes em relação a outros componentes dessa geração, devido à origem social mais baixa e o itinerário acadêmico em instituições periféricas considerando-se o plano nacional.

Na terceira geração: 6 agentes formados em Direito, 5 em Economia, 4 em Engenharia, 2 em Medicina, 2 em ciências humanas e sociais e 1 sem diploma. Esses dados sugerem que um dos pontos de inflexão, que reconfigurou o esquema de recrutamento, se dá nessa geração, com o aumento do peso da formação em Economia. O número de agentes, na terceira geração, que calcam suas competências em áreas do saber “matematizadas” (DULONG, 1996) supera aqueles baseados no saber jurídico-humanista.

Na quarta e última geração, formada por políticos que ocupam cargos a partir de 1982, esse transcurso se torna mais visível e destacado. Dos 15 agentes, apenas 2 são formados em Direito. 9 são formados em economia (4) ou engenharia (5). Além disso, aparecem dois formados em administração, formação até então inexistente, como curso principal, nas outras gerações (há alguns casos em que foi cursado “secundariamente”). A escrita sobre “desenvolvimento” é, na quarta geração, empregada por agentes com formações mais técnicas, de certa forma antenados com a “dolarização”. Gradualmente o Direito deixa de ser o principal curso de formação, dando lugar à Economia e Engenharia.

Veremos, no capítulo específico dessa última geração, que os agentes são, além de *experts* na “área econômica” e/ou da “administração pública”, através de seus cursos de graduação, também investidores exitosos em capital de circulação internacional acadêmica vinculada ao acúmulo de pós-graduações.

Tabela 13 – Temáticas e gerações

Temáticas/geração	Primeira Geração	Segunda Geração	Terceira Geração	Quarta Geração	Total
Regionais	6	13	9	4	31
Nacionais	4	10	3	4	21
Internacionais	1	2	1	1	5
Técnicas	0	4	7	6	17
Total	11	28	20	15	74

Fontes: DHBB – CPDOC – FGV; www.camara.leg.br; www.senado.leg.br

Vê-se que as intensidades, relativas às ênfases temáticas, variaram de acordo com conjunturas e condições de acesso e permanência nos jogos políticos. Inclusive, o trânsito entre tais temáticas, mais do que a preferência por uma delas, nos diz muito acerca das dinâmicas concorrenciais, que ligam

posições na hierarquia política e produção de bens simbólicos conectados com “desenvolvimento”. Contudo, para descrição mais geral da população e de sua relação com esses fatores, foi importante detectar a preponderância nas trajetórias de uma das ênfases.

Nas três primeiras gerações vemos que a distribuição é menos equilibrada, com tendência a se escrever sobre temas “regionais”. Essa correlação, no entanto, vai se equalizando com o passar do tempo. Na última geração, essa distribuição é mais equilibrada. Os que privilegiam conteúdos mais “técnicos” aumentam proporcional e gradativamente ao longo do tempo: bastante representado na terceira geração, e, na quarta geração, o tipo mais recorrente.

Outro fator de destaque é que mesmo os agentes da quarta geração que escrevem sobre questões “regionais” o fazem utilizando categorias relativas à linguagem da economia, bem como os com predileção por questões “nacionais” e “internacionais”, como veremos no quinto capítulo. Os políticos que entram na política até 1964 privilegiam, majoritariamente, definições da “região”, como categoria correlata ao “desenvolvimento” e com a importância da economia política como instrumento de legitimação social.

A partir daí, elementos “técnicos” - que hierarquizam espaços mais amplos da política em oposição ao saber “humanista” (DEZALAY & GARTH, 2000) - passam a se refletir mais diretamente na produção simbólica de “políticos que escrevem sobre desenvolvimento”. Esse elemento parece se coadunar com redefinições das intersecções entre *métier* político e concepção dominante de produção escrita. Os parlamentares escritores, gradualmente, publicam gêneros mais setorializados e generalistas, em detrimento de biografias históricas, confissões e literatura, esses cada vez mais monopolizados por profissionais de outros domínios da vida social (GRILL & REIS, 2016).

Dado relevante, também, é o alto número de agentes, na terceira geração, que preferem associar o “desenvolvimento” mais diretamente às questões de internacionais. Como vimos anteriormente, esse período se caracterizou por muitas modificações nas balanças de poder compostas por agentes representantes de suas nações no plano internacional. Especificamente, os com origem no Estados Unidos constituem eficaz rede de

influência e cooptação, em favor da promoção de um hodierno “modelo de democracia”, calcado não apenas na ação de órgãos estatais, como também de ONG’s, universidades, instituições filantrópicas e etc (GUILHOT, 2003).

Por fim, analisamos como cada geração estabeleceu tipos diferentes de “carreira política”.

Tabela 14: Idade no primeiro cargo eletivo por geração

Idade no primeiro cargo político/geração	Primeira	Segunda	Terceira	Quarta	Total
18-30	9	16	5	1	31
30-50	2	10	15	8	35
50+	-	2	-	6	8
Total	11	28	20	15	74

Fonte: DHBB-CPDOC-FGV; www.senado.leg.br; www.camara.leg.br

A “idade no primeiro cargo eletivo” pode ser considerada variável descritiva da profissionalização na atividade política. Quanto mais cedo se obtém um cargo público maior a chance de que se percorra uma trajetória profissional dependente da relação com a política. Essa é a primeira dimensão apontada por Marengo dos Santos (2013: 36), qual seja “ingresso precoce”. Observa-se que a primeira e segunda gerações, de fato, são compostas, em grande parte, por políticos iniciantes antes dos 30 anos. Na terceira e quarta gerações isso se inverte, aparecem mais casos de políticos que iniciam após 30 anos. Na quarta geração há quantidade significativa de agentes que estreiam depois dos 50. Tais informações assinalam para um aumento progressivo na “idade mínima” para ocupação de um cargo político nessa população. Há a possibilidade, na mesma linha, de que as conjunturas tornem complexo esse “rito de passagem”, exigindo

um acúmulo maior e mais qualificado de recursos para o estabelecimento de neófitos.

Outra dimensão indicada por Marengo dos Santos (2013) é a duração e longevidade das carreiras. Nesse sentido, quanto mais tempo da “vida adulta” se passa em cargo político, maior a tendência de que se viva *da* política, no sentido weberiano:

Tabela 15: Tempo de carreira vs. gerações

Tempo de carreira política/geração	Primeira	Segunda	Terceira	Quarta	Total
8 a 20 anos	1	9	8	8	36
20 a 30 anos	4	6	10	2	22
+30	6	13	2	5	26
Total	11	28	20	15	74

Fonte: DHBB-CPDOC-FGV

Novamente, as duas primeiras gerações parecem apresentar agentes que se dedicaram com mais exclusividade a funções ocupacionais na política (eletiva e administrativa). Devemos considerar, para terceira e quarta geração, que as inflexões que o “regime militar” lhes impôs muito provavelmente influenciou nesse tempo relativamente mais curto de “carreira política”. Vimos, em informações anteriores e veremos com maior detalhamento nos próximos capítulos, que as outras duas outras dimensões destacadas por Marengo dos Santos (2013: 36) são mais estruturantes no processo de especialização desse conjunto de agentes. A saber, o “capital político gerado principalmente a partir de funções políticas exercidas e o domínio de uma *expertise* específica da

função pública”, independentemente da fase cronológica que se situa seus itinerários de ocupação de cargos.

Se examinarmos os tipos de cargos ocupados com mais intensidade, fazendo uma distinção entre os conquistados através de sucesso eleitoral ou por indicação administrativa de outro político chegamos a:

Tabela 16 – Tipo de carreira versus geração dos 74

Tipo de carreira	Primeira geração	Segunda geração	Terceira geração	Quarta geração	Total
Eletiva	8	20	12	8	48
Equilibrada (entre cargos eletivos e administrativos)	3	8	8	7	26
Total	11	28	20	15	74

Fonte: DHBB – CPDOC – FGV

Considerando que os períodos de entrada se caracterizam por (re) aberturas ou fechamentos totais e/ou parciais do mercado político parlamentar-legislativo, em 1930, 1945, 1964 e 1982, compreende-se a presença relativa de carreiras que se iniciam via indicação, por mais que depois se transfigurem em carreiras pautadas no sucesso eleitoral. “Escrever sobre desenvolvimento”, no geral, tem uma associação com itinerários políticos mais eletivos.

Essa informação nos levou a refletir em duas direções: primeiro que se tratam de políticos que contam com redes de políticos para galgar cargos; em segundo lugar, que há, em alguma medida, o reconhecimento de seu conhecimento setorial por parte, também, de outros políticos. No entanto, como tratamos de políticos que iniciaram sob condições distintas de entrada no domínio político, optamos por caracterizar melhor essas dimensões nas próprias

gerações, levando em consideração os contextos e inflexões que constituíram a realização da política profissional em suas trajetórias.

Com base nas informações sobre os itinerários políticos é possível afirmar que o universo de pesquisa se constitui de uma população profissionalizada e especializada. A precocidade na ocupação de um primeiro cargo, o tempo relativamente elevado de ocupação de cargos públicos, bem como o sucesso eleitoral (ainda que, por vezes, combinado com a consecução de cargos comissionados) são características típicas de populações que fazem da política uma profissão (OFFERLÉ, 2011; MARENCO DOS SANTOS, 2013).

Apesar dessa aparente homogeneidade, em contrapartida, veremos que em cada geração estão presentes políticos que se afirmam e constituem seus trajetos através de diferentes rotas e percursos. Determinadas características sociais influenciam diretamente nesses modelos. As origens sociais e escolares, como por exemplo, acesso à educação superior e à pós-graduação, fundamenta determinada relação com o jogo político. A relação com partidos (ou a impossibilidade de estabelecer tal relação) também reverbera em distintas modalidades de entrada e progressão de postos públicos. Ao longo dos próximos capítulos tentaremos examinar mais detalhadamente a relação entre tendências no *background* social, nas carreiras políticas e nas concepções de “desenvolvimento” presentes nos escritos dos agentes.

CAPÍTULO 2 – *Regere Fines, Re gere Sacra*: constituição, classificação e consagração de fronteiras na primeira geração

O período que compreende as estreias em cargos públicos, dos agentes da primeira geração, é associado à uma dinâmica na qual a afirmação da condição de intelectual era vinculada à tarefa de “construir e definir a nação e seus rumos” (PÉCAUT, 1990). Houve um processo de conversão em massa desse universo à “ação política” e ocupação de postos no Estado, possibilitada pela expansão de organizações e instituições mediadoras, “florescimento do mercado do livro” e reconfiguração do serviço público de Estado, que favoreceriam competências ditas intelectuais (MICELI, 2001). Sergio Miceli (2001) e Daniel Pécaut (1990) analisam reposicionamentos de grupos protagonistas na cena intelectual brasileira do período em questão (e o comparam com a geração posterior), utilizando arsenais metodológicos distintos.

O debate entre esses autores caracterizou-se pela discordância acerca das estratégias de realinhamentos dos intelectuais entre os anos de 1920 e 1945. Para Miceli (2001), a classe intelectual se reposicionava diante uma mudança no *status* de suas “famílias oligárquicas”, que nesse período passava por decadência e desclassificação social. Essas estratégias consistiam em acumular postos no “estamento burocrático”, com intenção de preservar seu *status* e posição de classe, entre os grupos dirigentes. Já para Pécaut (1990), esse reposicionamento foi tradução de uma postura que se pretendia “modernizadora”, que antes de endossar o “modo de dominação oligárquico”, dizia o questionar.

Pécaut (1990) assinala que as oposições estabelecidas entre intelectuais de duas gerações diferentes (1920-1940 e 1954-1964) se referiam a uma mesma *cultura política*, responsável por colocar os intelectuais em uma situação “acima do social”, análoga à do próprio Estado ocidental. Os principais aspectos dessa *cultura política* podem ser identificados, nas duas gerações, a partir de: 1) *posição social* dos intelectuais frente ao macrocosmo social mais amplo, considerando o lugar reivindicado, assumido e outorgado como *elite dirigente*; 2) *representações do fenômeno político*, cujo ponto de encontro seria uma espécie de incerteza em relação à democracia representativa, que se traduziu em uma constante “busca, dentro do real, de uma unidade anterior a

todos os processos de instituição do social” (*idem: 18*) e 3) *articulações entre campo político e esfera intelectual*, que se refere ao fato de que ambas gerações tiveram sua atividade intelectual guiada pelo imperativo de construção do “nacional”, impossibilitando uma dissociação entre esses dois domínios da vida social.

Para o problema em pauta nessa tese, cabe destacar os recursos de legitimação possuídos por agentes que, além de desfrutarem de reconhecimentos ligados ao domínio intelectual, eram, sobretudo, “políticos de carreira”. Essa época marcou a emergência de certos equipamentos, que constituíram novas modalidades de acúmulo de capital simbólico, estruturante nessas lutas.

A “revolução de 1930” demarcou o sucesso de estratégias de subversão do esquema de seleção e hierarquização de elites políticas. Diversos autores, pautados em perspectivas distintas, concordam que esse movimento político foi se constituindo, ao longo dos anos de 1920, por uma série de alinhamentos e realinhamentos entre determinadas camadas sociais, representativas de “poderes temporais e atemporais”, nos termos de Afrânio Garcia Júnior (2007). Organizações políticas - com base na representação de interesses econômicos, militares, culturais, intelectuais e religiosos - contribuíram para a derrocada do sistema vigente na República Velha.

Se há relativo consenso de que tal movimento político se caracterizou por mudanças desse tipo, há grande discordância acerca dos motivos que fizeram a balança de poder pender para outros grupos. Uns atentam para o “fator crise” (seja ela econômica, política ou uma mescla das duas coisas), outros para o questionamento das “oligarquias” como formas legítimas de exercício do poder.

Para nosso intento, cabe destacar, para além de apurar o que realmente teria decidido o *out come* da revolução, os artifícios táticos e estratégicos utilizados (e importados) pelas camadas emergentes, afirmando sua condição de dominantes. Nesse sentido, produzir escritos sobre “desenvolvimento” alude a um duplo movimento: reivindicação da condição de mediador de produtos políticos tidos como eficientes, e, simultaneamente, a inserção no mercado de bens simbólicos via hodierna linguagem.

Tentamos relacionar as propriedades sociais desses agentes com as condições de disputa, no início do século XX. Exploramos as características sociográficas dessa população para tentar reconstituir os espaços de possíveis dos 11 agentes que a compõem.

Constituem a primeira geração:

- Alexandre Barbosa Lima Sobrinho (nascido em Recife – PE, 1897)
- Aluísio Afonso Campos (nascido em Campina Grande – PB, 1914)
- Aluísio Chaves (nascido em Viseu – PA, 1920)
- Apolônio Jorge de Faria Sales (nascido em Altinho – PE, 1904)
- Celso Peçanha (nascido em Santo Eduardo – RJ, 1916)
- João Cleofas (nascido em Santo Antão – PE, 1899)
- José Joffily (nascido em Campina Grande – PB 1914)
- Leopoldo Neves (nascido em Manaus – AM, 1898)
- Manuel José de Almeida (nascido em Januária – MG, 1912)
- San Tiago Dantas (nascido em Rio de Janeiro – DF, 1911)
- Tristão da Cunha (nascido em Teófilo Otoni – MG, 1890)

Vê-se que são oriundos, em sua maior parte, de estados centrais na política nacional daquela época. Sendo dois deles de Minas Gerais e dois do Rio de Janeiro, estados que tiveram protagonistas (a favor e contra) no movimento armado que depôs Washington Luís, impediu a posse de Júlio Prestes e garantiu a ascensão de Getúlio Vargas ao posto presidencial. Cinco parlamentares são oriundos dos estados de Pernambuco (3) e Paraíba (2), centros de recrutamento de elites ligadas ao movimento que ocasionou a “Revolução de 1930” no Nordeste (MICELI, 1981; FAUSTO, 1997; GARCIA JR, 2007;).

Os casos destoantes são de políticos oriundos de estados do Norte: Aluísio Chaves, do Pará, e Leopoldo Neves, do Amazonas (ambos iniciam suas carreiras políticas via cargos e disputas municipais e estaduais em suas próprias regiões). Podemos afirmar, então, que, pelo menos em relação às origens

geográficas, a maior parte do grupo está posicionada em posições privilegiadas para o êxito e reconhecimento no âmbito político nacional, considerando a reconfiguração política das décadas de 1930 e 1940.

Para além do debate acerca da “Revolução de 30” ter significado ou não uma mudança na lógica de seleção política, veremos que as propriedades sociais dos agentes investigados são compatíveis com determinados princípios de classificação e esquemas de percepção. O movimento deflagrado em 1930 teve, entre seus protagonistas, figuras representativas de elites de diversos estratos sociais, mas considerados coadjuvantes comparativamente a outros grupos estabelecidos desde a República Velha (GARCIA JR, 2007). Sem entrar, também, no debate normativo acerca da “lógica oligárquica”, os “revolucionários de 1930” se aliaram com parcelas militarizadas de segmentos sociais distantes do poder político central, em nome de novos parâmetros de legitimação na e da política.

Origens sociais da primeira geração

No quadro abaixo, descrevemos o perfil social das famílias. Destacamos a ocupação dos pais e posições ocupadas por outros membros de suas famílias, cujas informações estão presentes no DHBB-CPDOC-FGV e/ou são divulgados em outros veículos de comunicação, como *sites* e *blogs* que se dedicam à exegese de “panteões” das elites brasileiras (CORADINI, 2008). Destacamos, também, as primeiras escolas e os diplomas superiores obtidos:

Quadro 03 – Origens sociais da primeira geração.

Nome	Posição social da família.	Primeiras Escolas	Cursos Superiores
Alexandre Barbosa Lima Sobrinho	Pai fora Tabelião. Mãe professora. Descendente de tradicionais famílias do Nordeste, seu nome lhe foi dado em homenagem a um tio do lado materno, Alexandre José Barbosa Lima, que foi governador de Pernambuco de 1892 a 1896 e senador pelo Amazonas de 1923 a 1929.	Instituto Ginásial de Pernambuco – Recife (PE) (público)	Faculdade de Direito Recife (1917)
Aluísio Campos	Pai Professor da Faculdade de Direito de Recife e fazendeiro. Mãe assume fazenda da família devido morte precoce do esposo.	-	Faculdade de Direito de Recife.
Aluísio Chaves	Seu pai, Abel Augusto Chaves, foi Juiz de Direito ⁷ .	Escola Técnica de Comércio de Belém.	Escola Superior de Agricultura de São Bento (PE)
Apolônio Salles	Sem informações	Escola Municipal de Altinho-PE. Colégio São Bento, Olinda – PE.	Faculdade de Direito de Belém (1944)
Celso Peçanha	Filho de Rui Peçanha e Maria Crespo Peçanha, dos quais não encontramos informações sobre trajetória profissional. Seu avô, Sebastião Peçanha, era dono de um sítio em Campo dos Goytacazes, e depois dono de uma padaria. Vários relatos, no DHBB, ligam seu tio Nilo Peçanha ⁸ a segmentos cafeeiros cariocas da Primeira República.	Sem informações	Faculdade de Direito de Niterói (1943)
João Cleofas	Pai, Augusto Teixeira de Oliveira, era dono de usina açucareira e seria “pouco instruído”. Mãe, Maria Florentina de Oliveira, professora, chegou a cursar a Faculdade de Direito de Recife, sem concluir o curso.	Colégio Porto Carreiro (particular) – Recife (PE)	Formado em Engenharia pela Escola Politécnica

7 Informação retirada de <https://www.oestadonet.com.br/noticia/5078/o-prefeito-que-obidos-esquece/> em 10/04/2019.

8 Foi deputado constituinte em 1890, senador em 1903 e presidente do Rio de Janeiro até 1906. Foi vice-presidente de Afonso Pena, assumindo o cargo presidencial em 1909, quando da morte de Pena.

			do Rio de Janeiro. (1920)
José Joffily	Pai, Antonio Bezerra de Melo, funcionário público. Mãe, Maria Joffily Bezerra de Melo, professora. Entre seus familiares, destacou-se Irineu Joffily, interventor federal no Rio Grande do Norte de 1930 a 1931 e deputado pela Paraíba à Assembléia Nacional Constituinte em 1934.	Liceu Paraibano (público) e no Colégio Diocesano Pio X (privado religioso)	Faculdade de Direito de Recife (1938)
Leopoldo Neves	Pai coronel do exército.	Ginásio Amazonense Pedro II (público)	Escola de Engenharia de Manaus (1921)
Manuel José de Almeida	Pai militar (sargento). Mãe não encontrado.	Colégio Estadual – Oliveira (pública) (MG)	Curso de formação de oficiais na Força Pública Mineira (1936), formado em Educação Física na escola militar Fortaleza de São João, localizada no Rio de Janeiro, especializando-se em psicologia educacional e pedagogia (1941).
San Tiago Dantas	Raul de San Tiago Dantas, seu pai, trilhou carreira exitosa na marinha brasileira. Participou de operações navais durante a Primeira Guerra Mundial. Foi diretor de várias companhias de navegação estatais. Chegou ao posto de Almirante-de Esquadra e nomeado Chefe do Estado-Maior da Armada (EMA) entre 1951-1953 (maior graduação na Marinha brasileira)..	Escola particular no Rio de Janeiro	Faculdade Nacional de Direito Rio de Janeiro (1932)
Tristão da Cunha	Pai foi professor do município Teófilo Otoni. Seu primo, Simão da Cunha Pereira, foi constituinte em 1934 e deputado federal de 1935 a 1937. Seu sobrinho, Sadi da Cunha Pereira, foi deputado estadual em Minas Gerais entre 1959 e 1963. Era casado com Júlia Versiani Ferreira da Cunha — filha de tradicional família atuante na política mineira — , com quem teve sete filhos, entre os quais destacaram-se Celso Cunha, professor e decano da Universidade Federal do Rio de	Colégio Alfredo Gomes – Rio de Janeiro – Distrito Federal, à época (pública)	Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, especializando-se em economia política, ciência das

	Janeiro (UFRJ), e Aécio Cunha, deputado federal entre 1963 e 1967. Seu neto, Aécio Neves, foi constituinte de 1987-1988, deputado federal entre 1991 e 2002, governador de Minas Gerais entre 2003 e 2010 e eleito senador em 2010.		finanças e direito público. (1914).
--	---	--	-------------------------------------

Fonte: DHBB-CPDOC-FGV, blogs: <https://www.oestadonet.com.br/noticia/5078/o-prefeito-que-obidos-esquece/>, <https://educacao.uol.com.br/biografias/nilo-procopio-pecanha.jhtm>, <https://paraibaonline.com.br/colunistas/o-centenario-de-morte-de-afonso-campos/>.

Os agentes dessa geração parecem ser oriundos de famílias bem estabelecidas do ponto de vista econômico e cultural, excetuando-se Apolônio Salles do qual não conseguimos informações sobre as origens familiares. Três são filhos de militares, sendo um sargento, um coronel e um almirante, patentes que garantem alguma distinção social. No grupo de 74 parlamentares constam 12 casos de pais militares (como vimos no capítulo anterior). Se considerarmos que essa primeira geração é a menor (composta por apenas 11 casos) vemos que, proporcionalmente, há uma significativa concentração nesse grupo. Enquanto 16% dos parlamentares do universo mais amplo são filhos de militares, esse número sobe para cerca de 27% nesse universo específico, que circunscreve a primeira geração de políticos que escrevem sobre “desenvolvimento”.

Dois deles estão associados a grupos familiares firmemente apoiados no acúmulo de recursos advindos de atividades empresariais. João Cleofas (filho de usineiro de açúcar) e Alexandre Barbosa de Lima Sobrinho (filho de dono de cartório), são oriundos de famílias bem-sucedidas em certos “negócios” no plano local. Suas famílias também são caracterizadas como participantes de círculos políticos e intelectuais.

Aluísio Campos, José Joffily e Tristão da Cunha estão ligados, de alguma forma, à participação em domínios políticos e intelectuais locais, mas com reentrâncias de “parentes distantes” na esfera federal. Principalmente Aluísio Campos, cujo pai, que morreu cedo (aos 35 anos), ganhou o “prêmio de viagem” (que indicava o melhor aluno da turma), e teria sido admitido em concurso para a Faculdade de Direito de Recife “poucos anos após a formatura”, sendo classificado como “homem de inteligência e de caráter” (informações retiradas de <https://paraibaonline.com.br/colunistas/o-centenario-de-morte-de-afonso-campos/>

[afonso-campos/](#), em 10/04/2019). Mesmo o pai de Tristão da Cunha, Benjamin, que era professor municipal, apresenta relação com o domínio intelectual, uma vez que tal posição, reservada para estratos sociais minimamente escolarizados, pressupõe acesso a capital escolar, raro no Brasil da República Velha. Tristão da Cunha teve acesso a instituições escolares (de formação secundária e universitária) raras para os padrões da época, além de contar com vários tios e primos com atuação política no âmbito nacional. O caso de José Jofilly, cujo pai é funcionário público e a mãe professora, também se enquadra nesse segmento (parentes pelo lado materno tem histórico de participação na política).

Além disso, se considerarmos, que, dentre os 11, 4 casos têm relatos sobre posições ocupadas pelas mães (sendo três professoras e uma administradora da herança do marido, precocemente falecido), identifica-se posições de origem relativamente elevadas, uma vez que as condições de acesso à própria alfabetização eram restritas aos homens na Primeira República e apenas uma fração muito pequena e privilegiada de famílias podiam investir na escolarização de suas filhas. O caso extremo de origem social elevada é de Celso Peçanha, que é descrito, no DHBB e em outras fontes, como pertencente a grupos familiares que descendem de facções bem posicionadas desde República Velha.

Vale ressaltar que as fontes, as quais tivemos acesso, são limitadas em termos de informações sobre parentes que ocuparam posições consideradas de menor relevância (como cargos políticos municipais e estaduais). No entanto, quando os agentes advêm de longas linhagens de ascendentes e descendentes familiares, que ocuparam posições de poder político, o DHBB é mais detalhado na descrição de cargos e funções públicas exercidas. Complementamos o uso do dicionário com outras pesquisas na internet sobre os agentes investigados. Utilizamos, também, os sites da Câmara Federal e do Senado..

Nota-se, então, que pelo menos 9 dos 11 casos tem pelo menos um parente que ocupou postos sociais privilegiados, facilitando o trânsito em domínios políticos e intelectuais. Resultando que cerca de 80% dessa população tinha parentes posicionados em meios sociais que conferem notabilidades, o que atesta investimentos e competências compatíveis com o protagonismo em diversos planos. No universo mais amplo (de 74 parlamentares) 31 agentes têm

relatos, no DHBB, sobre algum ascendente, descendente ou contemporâneo com inscrições desse tipo, totalizando 41% dos casos e, para os 299, 154 (51,5%) (GRILL & REIS, 2016).

Assim, ao que parece, o peso dessa variável parece ser mais presente no grupo agora analisado. Os relatos do DHBB, para essa geração, apontam para duas famílias estabelecidas desde antes da “Revolução de 1930”, casos de Celso Peçanha e Alexandre Barbosa Lima Sobrinho. Os outros casos têm forte presença em círculos político-culturais locais (a exceção do caso de Manuel José de Almeida). Há alguns indícios de que tais grupos estavam em processo de investimentos iniciais com vistas à ocupação de cargos na política. Os verbetes de Tristão da Cunha e José Jofilly apontam parentes que passaram a ocupar posições políticas na década de 1930, antenados com a reconfiguração política vigente. Os perfis de João Cleofas e Leopoldo Neves retratam agentes que, advindos de famílias estabelecidas política e economicamente, em pequenas cidades, alçaram posições relevantes no plano nacional.

Ressalta-se que as “heranças”, longe de se configurarem como “dádiva”, têm como consequência diversas obrigações e compromissos sociais. O espaço de possíveis de um agente é condicionado pelas estratégias de reprodução empreendidas pelos ascendentes na própria família (BOURDIEU, 2002b; PATRIAT, 1992; GRILL, 2003, 2008; CANÊDO, 2011). Assim, é possível afirmar que a “Revolução de 1930” afetou as estratégias empreendidas pelas elites (consequentemente pelas “famílias” que as compunham), redirecionando objetivos e metas assumidos pelos agentes em termos profissionais, políticos e culturais, inclusive ao assumirem os riscos de se dedicarem à “missão” de edificar uma “causa” relativamente nova no jogo político brasileiro, como era o “desenvolvimento” nessa época. Há representantes de famílias estabelecidas há mais tempo na política, bem como de grupos familiares que experimentaram o sucesso econômico e escolar e migraram seus investimentos para a política e para a cultura.

O grupo que estamos investigando, nesse capítulo, é composto de agentes que entram em um jogo multifacetado, em relação aos princípios de legitimação, mas implicados por problemáticas políticas, em vias de consolidação, ligadas à economia, à “política externa”, à “urbanização”, à

“industrialização”, etc. Para complementar as informações acerca das origens geográficas, sociais e da relação das famílias com a política, buscamos caracterizar os investimentos escolares dos agentes pertencentes a esses grupos familiares que tiveram participação política e escreveram sobre “desenvolvimento”.

Cinco estudaram em escolas públicas (criadas durante o II^o império), 3 em escolas particulares (sendo uma de orientação religiosa/católica), um se formou em escola de ensino técnico e dois não temos informações (José Joffily estudou em escola pública no ensino básico e particular/religioso no ensino médio). Fizemos uma breve pesquisa sobre as escolas pelas quais os agentes se formaram e encontramos que, mesmo as escolas públicas, eram destinadas a clientelas de alta extração social, como o Instituto Ginásial Pernambucano, primeiro colégio fundado no Brasil (em 1825). Por essa escola, passariam importantes figuras da intelectualidade e política do século XX (como Ariano Suassuna, Celso Furtado, Clarice Lispector, Eitácio Pessoa e outros)⁹. O Ginásio Amazonense Pedro II é uma instituição do mesmo tipo. Foi construído nos moldes do seu homônimo carioca e era local de recrutamento de elites políticas amazonenses¹⁰. Outro caso similar é o Colégio Diocesano Pio X, até hoje local de recrutamento de elites paraibanas (hoje com o nome de Colégio Marista Pio X). Foi fundado pelo arcebispo Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques, descendente de família de senhores engenho luso-brasileiros.

A escola é uma das primeiras instituições de Estado que reflete ou refrata os aprendizados adquiridos no âmbito familiar. Os agentes aqui examinados passaram por escolas que remontam ao início do processo de institucionalização do sistema educacional no Brasil (uma vez que a primeira Lei Imperial que passou a exigir a criação de “escolas de primeiras letras” data de 15 de outubro de 1827). Assim, o acesso à educação, mesmo que básica, era restrita. Esse indicador aponta para uma população oriunda de famílias com acesso a recursos culturais raros, sobretudo formação escolar. Para

9 Informações retiradas da página do colégio na Wikipédia (https://pt.wikipedia.org/wiki/Gin%C3%A1sio_Pernambucano, acessado em 23/02/2018)

10 Informações retiradas de <https://noamazonaseassim.com.br/a-historia-do-colegio-amazonense-dom-pedro-ii/>.

complementar tais dados, buscamos outras informações acerca das origens sociais dos agentes.

No que tange à formação no ensino médio, os agentes, no máximo, precisaram migrar do interior para as capitais dos estados para ter acesso ao tipo de educação almejado (o que já é bastante exigente em termos de relações sociais e investimentos econômicos) e não de um estado para o outro. Algo que se não se repete, na mesma medida, ao analisarmos os trajetos universitários.

Dos 11 agentes: 7 são formados em Direito, 3 em engenharia e 1 em curso de formação militar. A preponderância da linguagem jurídica, nesse período, como instrumento legítimo de expressão política e cultural, faz com que esse curso apareça fortemente nos perfis dos agentes aqui analisados.

É possível observar, ainda, que as instituições de formação universitária são também reservadas às altas camadas da sociedade (assim como foram as escolas). O processo de criação e difusão das universidades era incipiente, tendo, nas faculdades, instâncias menos abrangentes, as principais instituições de treinamento das próprias elites. Além disso, há uma clara concentração na Faculdade de Direito de Recife e na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, instituições formadoras de elites “votadas e letradas” (GRILL & REIS, 2016). Inclusive, nos casos de Aluísio Campos, João Cleofas e Tristão da Cunha, há mudança de cidade/estado para realizar curso superior nessas instituições, o que exige mobilização de recursos econômicos familiares, para deslocamento e instalação, e ativação de redes de relações (muitas vezes parentes) na cidade de acolhida.

Os usos do diploma contam tanto pela distinção diante uma população, em sua maioria analfabeta, como pela certificação da posse de instrumentos compatíveis para aplicação de técnicas e práticas condizentes com o ofício de político. Longe de ser resultado de determinado processo natural de organização social, tais saberes se consolidam no bojo de disputas relativas à interpretação/formulação das problemáticas legítimas (LENOIR, 1998). A capacidade, na política, daqueles que “estando no jogo” e vendo nele sentido, de justificar sua adesão utilizando linguagens, retóricas e atributos reconhecidos “fora do jogo”, pode ser comparada à eficácia simbólica, que membros dos

domínios culturais alcançam utilizando convenções definidas nas áreas de atuação para interpelar seus públicos.

Mapeamos as demais ocupações que esses 11 agentes exerceram, no intuito de justamente apreender outros recursos e trunfos acumulados, que, combinados com os títulos, possibilitaram carreiras políticas exitosas acompanhadas de publicação de livros sobre “desenvolvimento”.

Quadro 04 – Principais ocupações da primeira geração.

Nome	Principais ocupações.
Alexandre Barbosa Lima Sobrinho	Jornalista e procurador do estado (RJ)
Aluisio Campos	Empresário, pecuarista e advogado
Aluisio Chaves	Professor de Geografia escola estadual e Professor universitário (chegando a reitor da UFPA).
Apolonio Sales	Professor universitário, agrônomo, empresário e banqueiro.
Celso Peçanha	Procurador do Tribunal de Contas do RJ, advogado, jornalista e professor universitário
João Cleofas	Fazendeiro e empresário
José Joffily	Advogado e Jornalista.
Leopoldo Neves	Engenheiro agrônomo.
Manuel José de Almeida	Comandante PMMG.
San Tiago Dantas	Advogado, Jornalista e Professor universitário
Tristão da Cunha	Professor de Alemão no colégio Pedro II, e de economia e estatística no Colégio Universitário da Universidade do Brasil. Promotor público e advogado.

Fonte: DHBB – FGV-CPDOC

A formação superior em Direito, no caso estudado, apesar de majoritária, não se converteu em trajetórias ocupacionais unicamente ligados às posições no domínio jurídico. Quando aparecem, nas modalidades “advogado” e “promotor”, estão combinadas com outras atribuições, ligadas à docência (tanto em nível básico e médio, como superior) e ao jornalismo. Tal informação corrobora com a constatação de que a inscrição em distintos domínios é trunfo primordial para a legitimação da participação na política nessa configuração (GRILL e REIS, 2016).

Weber, em “A política como vocação” (2004), já argumentava sobre a possibilidade de determinadas profissões constituírem “portas de entrada” para a profissão política. O “exercício profissional” da política seria facilitado pela aquisição de determinadas habilidades, conquistadas em outras esferas da vida social. Uma dessas profissões é justamente a advocacia, por diversos motivos, desde o “conhecimento da lei” até a “capacidade retórica”, ambos atributos requisitados aos e pelos profissionais do domínio jurídico.

Grill (2007) ressalta, em contrapartida, que se deve evitar a postura de tomar como “evidente” ou “natural” os laços entre “política” e “advocacia”. Em primeiro lugar, essa postura induz uma mistificação de processos históricos, agentes e instituições, que se legitimam segundo variadas modalidades de repertórios relativos a cada contexto singular de homogeneização das práticas (relativas à “política” e ao “Direito”). Em segundo lugar, a “ênfase na eloquência originária da formação jurídica” (*idem*: 86) omite determinantes e dinâmicas sociais de seleção e recrutamento tão quanto ou, por vezes, mais importantes que a formação escolar, como as origens sociais, o parentesco, redes de relações, além das aquisições de competência política em outros espaços, como a militância em partidos e movimentos sociais, relação com grupos religiosos, sindicatos, associações e etc.

Tentamos mapear as relações estabelecidas pelos agentes no âmbito da cultura e da intelectualidade, para além das já abordadas relações com os domínios jornalísticos e universitários. Vimos que suas origens sociais, profissionais e geográficas permitiram o acúmulo de trunfos que os qualificaram para “representar duplamente”. No entanto, há formas específicas de reconhecimento da condição de intelectual que estão associadas a ciclos e processos de consagração calcados em outros tipos de inserções. Tais ciclos de consagração se edificam na ocupação de posições na “cultura legítima”, que fazem parte, inclusive, do processo de (re) constituição das “imagens” administradas pelos profissionais da política (COLLOVALD, 1988). Seguindo essa linha de raciocínio apuramos as instâncias culturais nas quais tais agentes foram reconhecidos ou tiveram alguma participação:

Quadro 05: Instâncias de consagração da primeira geração.

Nome	Institutos e órgãos ligados ao “desenvolvimento”	Reconhecimento em instâncias culturais.
Alexandre Barbosa Lima Sobrinho	Presidente Instituto Açúcar e do Alcool.	Associação Brasileira de Imprensa, presidente (1969-1995) Academia Brasileira de Letras, presidente (1953-1954)
Aluízio Campos	Assessor jurídico da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.	Academia de Letras de Campina Grande (PB) – Fundador (1981)
Aloysio Chaves	Participou da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)	Quando governador do Pará, em 1976, fez a doação do prédio onde hoje funciona a Academia Paraense de Letras.
Apolonio Sales	-	-
Celso Peçanha	-	-
João Cleofas	Diretor e vice-presidente da Confederação Rural Brasileira Presidente da Associação Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco.	-
José Joffily	Membro do Conselho Nacional de Economia.	Academia Paraibana de Letras
Leopoldo Neves	-	Academia Amazonense de Letras (benemérito)
Manuel José de Almeida	-	-
San Tiago Dantas	Membro do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais e do conselho técnico consultivo da Confederação Nacional do Comércio.	Patrono na Academia Paulista de Direito
Tristão da Cunha	Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), cuja presidência ocupou de junho de 1964 até sua morte, ocorrida no Rio de Janeiro em 3 de janeiro de 1974.	-

Fontes: DHBB – FGV-CPDOC; Sites das Academias de Letras dos estados de origem e Academia Brasileira de Letras.

Nesse quadro, conseguimos identificar inserções extra universidade/jornalismo que têm relação direta com a atuação político/intelectual dos agentes. As instâncias associadas à ideia de “desenvolvimento” se dividem entre órgãos classificados como “institutos” ou “conselhos”, normalmente associados à causas “nacionais”, e os “conselhos” e “federações”, ligadas à causas ditas “regionais”. Há prevalência dos primeiros (o único caso que conseguimos apurar de participação em “federações”, foi o de João Cleofas). Em

relação as instâncias de consagração cultural vemos o forte peso das “academias de letras”. A exceção, nesse sentido, é o caso de San Tiago Dantas, patrono em academia de Direito.

O processo de constituição de especialização política está relacionado tanto às lógicas de afirmação de modelos de intervenção política dos intelectuais, como das reconversões dos recursos adquiridos, enquanto intelectuais, em trunfos na atividade política. O que pode ocorrer seja associando-se à figura do “pensador europeu generalista”, seja ao *expert* americano pautado no conhecimento supostamente científico.

Carreiras políticas na primeira geração

Tentamos levar em conta as modalidades de intervenção política, os modos de entrada e as condições de permanência e defecção nas arenas. O que nos levou ao quadro que segue, sobre as carreiras políticas da primeira geração:

Quadro 06 – Carreiras Políticas da primeira geração.

Nome	Idade no Primeiro cargo político	Tempo de Carreira ¹¹	Cargos ocupados	Primeira filiação partidária	Partido em 45.	Partido em 67.
Aluísio Campos	20	54	-Dep. Est. PB (1934) -Dep. Est. PB (1951). -Dep. Fed. PB (83-88)	PP (Partido Progressista) da PB ¹²	PSB	ARENA
Aluisio Chaves	22	49	-Chefe de gabinete do Interventor. PA. (1942). -Gov. PA (1975). -Sen. PA (76-81). -Dep. Fed. PA (87-91)	PSD	PSD	ARENA
Barbosa Lima Sobrinho	37	30	-Dep. Fed. PE (1935-37). -Dep. Fed. PE (46-48). -Gov. PE (48-51). -Dep. Fed. PE (59-63)	PSD de Pernambuco ¹³	PSD	MDB
Celso Peçanha	25	49	-Pref. Bom Jardim-RJ (1941-43). -Pref. Rio Bonito- RJ (43-50). -Dep. Fed. RJ (51-59). -Gov. RJ. (61-62). -Dep. Fed. RJ (79-87).	PTB	PSD	MDB
João Cleofas	23	35	-Pref. Santo Antão (1922-1925). -Dep. Est. PE (26-28). -Dep. Fed. PE (35-37). -Dep. Fed. PE (46-51). -Min. Agric. (51-54). -Dep. Fed. PE (54-55; 59-63; 65-67). -Sen. PE (67-75)	Sem informações	UDN	ARENA
José Jofilly	28	21	-Sec. Est. Agric. PB (42-45). -Dep. Fed. PB (46-63).	PSD	PSD	ARENA

11 Tempo em anos de exercício de cargos eletivos e administrativos, valor aproximado.

12 Partido criado em 1933, apenas no estado da Paraíba, sob liderança de José Américo de Almeida, extinto em 1937.

13 Partido criado em 1932, apenas no estado de Pernambuco, sob liderança de Carlos de Lima Cavalcanti, extinto em 1937.

Leopoldo Neves	24	30	-Pref. Paratins. AM (1922-25). -Sec. Est. Faz. AM (1941). -Dep. Fed. AM (46-47). -Gov. AM (47-50).	PTB	PTB-UDN	-
Apolônio Sales	33	22	-Chefe do Serviço Estadual da Cana. PE (1934). -Sec. Est. Agric. PE (37-42). -Min. Agric. (42-45). -Sen. PE (47-54). -Min Agric (54). -Sen. PE (54-59).	PSD	PSD	-
Manuel José de Almeida	27	25	-Delegado especial do Interventor. MG (39-49). -Comandante PMMG (49-51). -Dep. Fed. MG (49-59).	PSD	PSD	ARENA
San Tiago Dantas	23	20	-Gabinete. Min. da Educação (1930). -Dep. Fed. MG (59-61). -Min. Rel. Ext. (61-62). -Dep. Fed. MG (62-63). -Min. Faz. (63). -Dep. Fed. MG (63-64).	Ação Integralista	PTB-PSD	-
Tristão da Cunha	26	30	-Ver. Teófilo Otoni (1916). -Oficial de Gabinete. Interventor de MG (22-24). -Dep. Est. MG (34-37). -Dep. Fed. MG (47-50; 51; 53-55; 58-63).	PRM	PR	ARENA

Fontes: DHBB – CPDOC – FGV; www.camara.leg.br; www.senado.leg.br

Em 9 casos, a ocupação do primeiro cargo público se deu entre os 20 e 30 anos. Os primeiros cargos se distribuem da seguinte maneira: 4 cargos municipais em cidade pequenas (3 prefeitos e 1 vereador); 4 cargos estaduais (1 deputado estadual, 1 assessor de interventor e 2 secretários) e 2 cargos federais (1 deputado federal e 1 como assessor de ministro). Desta forma, essa primeira geração de parlamentares inicia em cargos relativamente baixos na hierarquia. Resumidamente, “entram na política” jovens e “por baixo”.

Na mesma linha de raciocínio, o tipo de cargo pelos quais esses agentes iniciam a carreira política é relevante em dois sentidos. Em primeiro lugar devido à ilustração do recrutamento político vigente naquelas condições. Em segundo lugar, pela observância, na própria “profissionalização política”, das condições de entrada e permanência nesse domínio específico (OFFERLÉ,

1999; SAWICKI, 2013; GRILL, 2013; MARENCO DOS SANTOS, 2013). Observamos trajetórias nas quais o engajamento em diversos domínios sociais é necessário para galgar posições privilegiadas. Sendo assim, a exploração das condições de início da “vida política” é diretamente relacionada à capacidade, por parte dos agentes, de fixar um ponto estável na ocupação de cargos eletivos e administrativos.

Se levarmos em consideração o cargo político mais elevado vemos que: 2 chegam a Ministro de importantes pastas (Agricultura e Fazenda); 4 chegam a Senador ou Governador e 4, chegam, no mínimo, ao cargo de Deputado Federal. Houve uma escalada, em termo de importância, nos cargos ocupados ao longo dos itinerários. Iniciam por cargos relativamente periféricos, mas tem carreiras exitosas, alcançando cumes da hierarquia política nacional. Logo, as carreiras não são apenas precoces e longevas, mas também ascendentes. Além disso, dos 11, pelo menos 8 são compostos por vitórias eletivas consecutivas, que pressupõem acúmulo de reconhecimento em múltiplas instâncias intelectuais, culturais e políticas, além da inserção em redes de relações sociais passíveis de mobilização na concorrência (GRILL, 2013).

Se pensarmos as informações coletadas e organizadas, relativas às origens sociais e carreiras política, é possível delinear o perfil social da primeira geração. São agentes oriundos de grupos familiares bem estabelecidos economicamente, com acesso a modalidades raras de capital cultural (sobretudo escolar) e que jogam, com sucesso, o jogo político. Na linha de Sawicki (2013), é preciso romper com explicações estritamente societais da especialização política. É preciso, na mesma medida, considerar como o trânsito por determinadas instituições de delegação de capital político influenciaram nessas trajetórias. Levando isso em consideração, foram mapeadas as filiações partidárias.

O fechamento de partidos e organizações políticas vigentes de 1937 a 1945 teve um impacto. Alguns dos agentes acumularam recursos em outras arenas, não necessariamente ligados a partidos políticos, devido a tal injunção. Nessa conjuntura, tiveram sucesso em adquirir trunfos, que, na volta ao “período democrático”, puderam mobilizar, em seu favor, como instrumentos de reconhecimento intelectual, político, universitário, etc.

Como é possível observar no quadro 06, há 3 casos de políticos que tiveram suas primeiras filiações a partidos políticos pós-redemocratização de 1945 (nas legendas do PSD e UDN). Os três, conseqüentemente, são os que iniciam a carreira política via cargos administrativos Aluísio Chaves, José Joffily e Manuel José de Almeida). Para o restante das primeiras filiações partidárias, observa-se: três ligados a legendas regionais que, em 1930, estavam alinhadas com o “movimento revolucionário”, pelo menos em seus estágios iniciais - Aluísio Campos (PP da Paraíba, Barbosa Lima Sobrinho, PSD de Pernambuco e San Tiago Dantas, Ação Integralista), 2 casos de filiação a partidos criados pelo próprio Getúlio Vargas pós-30 (Leopoldo Neves e Celso Peçanha, ambos no PTB) e 2 casos de primeira filiação em partido oposicionista à Vargas (Tristão da Cunha, no PRM e João Cleofas, que filiou à UDN, mas já havia passado por outros partidos que não conseguimos identificar)¹⁴.

Veremos, com mais detalhamento, nas relações entre trajetórias de publicação de livros e carreira política, como o estabelecimento dessa conjuntura afetou os destinos dos agentes.

14 O caso de João Cleofas, criador e protagonista da UDN, partido dito de oposição, tem sua história precedente “apagada”, o que denota certo viés das fontes do FGV-CPDOC-DHBB, uma vez que o mesmo ocupou cargos eletivos de 1922 até 1934, ano que teria rompido com o governo estadual, mesmo assim se elegendando deputado federal.

Produção escrita na primeira geração

Se analisarmos alguns dos escritos publicados por essa população temos:

Quadro 07 – Obras Publicadas primeira geração

Nome	Principais “Obras” com problemática “desenvolvimento”	Temática privilegiada	Gênero
Alexandre Barbosa Lima Sobrinho	Pernambuco e o rio São Francisco (1929) Problemas econômicos e sociais da lavoura canavieira (1941) Máquinas para transformar cruzeiros em dólares (1963)	Regionais	Generalista/setorial
Aluíso Campos	Realidade e desenvolvimento do Nordeste (1950) Fundamentos e objetivos da Operação Nordeste(1959) Estrutura a financiamento da Sudene (1962)	Regionais	Generalista/setorial
Aluíso Chaves	Aspectos geo-humanos do vale do Gurupi. Aspectos geoeconômicos da Amazônia. Problemas da população — atualidade e teoria. Amazônia : meio ambiente : soberania	Regionais	Generalista
Apolônio Sales	A recuperação de um vale (1946) Problemas do São Francisco (1947) Aspectos da economia brasileira (1949)	Nacionais	Generalista
Celso Peçanha	A reforma agrária e o desenvolvimento econômico nacional (1962). Planejamento da Administração Pública do Estado do Rio, 1962 Álcool: Combustível que se Planta e Brasil.	Nacionais	Setorial
Francisco San Tiago Dantas	Política externa independente (1962) Reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética (1962) A ALALC e o neo-subdesenvolvimento (1964)	Internacionais	Setorial
João Cleofas	Estudos da economia pernambucana, 1933; Desorganização financeira do País, 1946; A mecanização agrícola no Brasil, 1954; Reforma Agrária no Brasil, 1960.	Regionais	Generalista
José Joffily	Industrialização da Paraíba (1945) O Plano Salte no desenvolvimento do Nordeste (1948) Brasília e o desenvolvimento do Nordeste. Brasília e o desenvolvimento econômico.	Regionais	Setorial
Leopoldo Neves	-O sentido econômico da Amazônia Imigração — agente natural do progresso.	Regionais	Setorial

	-Plano de reestruturação da região do baixo Amazonas -A situação econômica da Amazônia face a sua nova guerra.		
Manuel José de Almeida	“Pecuária Nacional em Crise” “Município”: célula e base do Desenvolvimento Nacional. “Política de Incentivo ao Produtor Rural”.	Nacionais	Generalista
Tristão da Cunha	Realidade econômica e a Carta de Teresópolis Flagrantes econômicos Ilusões econômicas e a lição dos economistas	Nacionais	Generalista

Fontes: DHBB – CPDOC – FGV; www.camara.leg.br; www.senado.leg.br

Sobre as informações presentes no quadro, algumas considerações iniciais. Há poucos dados acerca do ano de publicação e nenhuma sobre as editoras utilizadas. O fato da “questão desenvolvimentista” ainda estar em vias de consolidação contribui para que, nesse primeiro momento, as “obras” não explicitem sua presença de maneira mais direta.

Na primeira geração, houve uma leve tendência a gêneros de escrita que se embasam em visões mais abrangentes e menos alicerçadas em saberes setoriais, mas este já estava presente em alguns casos. As publicações sobre “desenvolvimento” parecem particularmente exemplares do processo descrito por Grill & Reis (2016) de ramificação dos perfis de “políticos escritores” entre esses dois gêneros (generalista e setorial). Com o passar do tempo, defendem os autores, o gênero setorial ganha mais destaque, frente à valorização do conhecimento técnico-econômico nos domínios políticos e culturais.

Dos 11: 2 escrevem equilibradamente sobre os dois gêneros, 4 tem predileção ao setorial e 5 ao generalista. Desta forma, a primeira geração de políticos que escrevem sobre “desenvolvimento” já aponta indícios da emergência do gênero setorial. Destacamos, sobre as temáticas, que não há nenhum caso de agente que escreve sobre as “técnicas”, realçando a definição das fronteiras “regionais”, “nacionais” e “internacionais”, como *móbile* em disputa. Na mesma linha, constatamos que aqueles, dessa primeira geração, que privilegiaram o gênero setorial se dedicam a temáticas atinentes às divisões

regionais. Dos 4, 2 escrevem sobre a “região de origem”, 1 sobre temas “nacionais” e 1 sobre os “internacionais”.

Ainda sobre as temáticas, há relativa tendência às “regionais” (6 de 11). Vemos, no entanto, que alguns agentes que preferem tal temática se caracterizam pelo trânsito entre as outras, como no caso de Alexandre Barbosa Lima Sobrinho.

Agentes que preferem as temáticas “nacionais” e “internacionais”, têm maior tendência a permanecer nelas. É importante frisar, no entanto, que, independentemente das temáticas, desde a primeira geração prevalece a linguagem associada à economia, de maneira geral. As poucas informações sobre os anos de publicação informam que, aparentemente, as temáticas “regionais” aparecem nos escritos durante os anos 30 e 40 (Estudos da economia pernambucana, 1933, por João Cleofas; Pernambuco e o rio São Francisco, 1929, por Lima Sobrinho; e Industrialização da Paraíba, 1945, por José Joffily). Do mesmo modo, temáticas “nacionais” tendem a aparecer na década de 1960 em diante. Nenhum dos agentes utiliza-se, de maneira significativa, de temáticas “técnicas”, nas publicações. Determinados termos como “realidade econômica”, “sentido econômico”, “estudos e aspectos sobre determinada região” prevalecem sobre termos como “planejamento”, “administração pública”, etc.

As condições de produção de discursos mais puramente “técnico-econômicos” seriam forjadas, aos poucos, a partir das décadas de 1940 e 1950. Tanto é que os escritos, dessa geração, com temáticas voltadas para a defesa da “região” (Nordeste) com base na própria Economia são publicados nesses anos: *Realidade e desenvolvimento do Nordeste* (1950), publicado por Aluísio Campos; *O Plano Salte no desenvolvimento do Nordeste* (1948), publicado por José Joffily. Além disso, dos poucos livros em que foi possível detectar os anos de publicação, vê-se que se concentram entre as décadas de 1940 e 1960, independentemente de temática e gênero. A partir das décadas de 1960, mas principalmente 1970 e 1980, os livros que versam sobre as temáticas “nacionais” apresentarão relação mais direta com a categoria “desenvolvimento”.

Assim, analisaremos o caso de Alexandre Barbosa Lima Sobrinho como caso exemplar de político da primeira geração cujas preferências

temáticas foram se readaptando conforme a posição ocupada no domínio político. Vê-se, destarte, nas publicações inicialmente elencadas no quadro acima, como os títulos dos livros foram sendo modificados de maneira geral. Acompanharemos seu itinerário político e publicações, observando as mudanças nas bases de legitimação, trunfos e recursos *pari passu* às estratégias de publicação e consagração cultural.

O único caso de político que escreve sobre temáticas “internacionais” da primeira geração, Francisco San Tiago Dantas, é significativo e analisaremos sua trajetória mais detidamente em momento posterior. Vale dizer, inicialmente, que ele é reconhecido, em diversas instâncias que lidam com as disciplinas ligadas às “relações internacionais”. É, inclusive, homenageado com uma pós-graduação nessa disciplina, que leva seu nome, vinculada a universidades de São Paulo: UNESP, UNICAMP e PUC. Veremos o itinerário político percorrido por esse agente e as relações entre suas condições de afirmação, enquanto político, e a prática da produção escrita. Caso raro pela escolha temática incomum, mas também por se tratar de um agente que alcançou cargos políticos elevados (chegando a Ministro das Relações Internacionais).

Assim tentaremos dar conta de duas estratégias de distinção mobilizadas por dois políticos bem-sucedidos considerando o escopo mais geral de políticos que escrevem. A primeira estratégia, relativa à alternância de temáticas relacionadas ao “desenvolvimento” e a segunda à ênfase em uma temática excepcional, tanto considerando a primeira geração, como as três seguintes.

Alexandre Barbosa Lima Sobrinho: o trânsito entre temáticas “regionais”, “nacionais” e “internacionais” como modalidade de (dupla) representação política

Um dos casos que destacamos é o de Alexandre Barbosa Lima Sobrinho. Se analisarmos as produções escritas desse agente veremos que ele se dedicou às temáticas “regionais”, “nacionais” e “internacionais”, em diferentes momentos.

Nascido em Recife, no dia 22 de janeiro de 1897, Lima Sobrinho é oriundo de uma “família de origem urbana”, de Recife. Diz Sobrinho em entrevista ao CPDOC:

Entrevistador (a). - Dr. Barbosa, o senhor podia nos falar um pouco sobre sua infância e juventude em Recife, sua família, seus pais...

B.L. - Meu pai era tabelião em Recife. Minha família era uma família de classe média. Minha mãe era irmã do velho Barbosa Lima. Meu pai também gostava muito de escrever; tinha uma certa vocação para a imprensa, mas com o exercício do tabelionato sacrificou essa vocação, entregando-se mais à função que lhe cabia. Minha mãe tinha uma educação de certa maneira intelectual. Ela gostava muito de poesias. Eu me lembro que ela sabia de cor pedaços e pedaços do Dom Jaime. Aliás, isso era uma característica geral da família; havia um irmão seu que conhecia uma quantidade enorme de poesias. Minha mãe era fascinada pelo Juvenal Galeno. Ela passara uma fase no Ceará, onde se enfronhara muito na poesia do Juvenal Galeno.

Entrevistador (a). - O senhor tem origem no interior de Pernambuco?

B.L. - Não; minha família quase toda é do Recife. Não é uma família de tradição ruralista; é de cidade mesmo. Eu tinha parentes no interior do estado - como os Cintras - na cidade de São Bento. Elias Cintra, por exemplo, um antepassado longínquo, veio de Portugal, meteu-se no comércio e foi uma figura influente na fase de 1830 a 1840. Tive também um antepassado que morreu quando fazia um discurso na Câmara (como o Simonsen, aqui na Academia de Letras e Ciências, que morreu na ocasião em que fazia um discurso). Penso que esse meu antepassado foi o primeiro parlamentar da família. (Entrevista realizada no CPDOC, entre 26/04/1977-11/10/1977)

Destaca-se como o agente classifica o ato de escrever como vocação. Além disso, exalta uma “característica geral” de sua família, a posse de determinados atributos “tradicionais”, que os credenciaria à atividade intelectual. Vê-se, também, que Lima Sobrinho se coloca como uma espécie de guardião da memória familiar, ao apontar um “antepassado longínquo”, que teria sido o “primeiro parlamentar” do grupo.

Seu nome foi dado em homenagem a um tio do lado materno, Alexandre José Barbosa Lima (filho de Joaquim Barbosa Lima e de Rita de Cássia Cintra Barbosa Lima), que fora governador de Pernambuco, entre 1892 e 1896, e Senador pelo Amazonas, entre 1923 e 1929. Seu pai, Francisco de Cintra Lima, era tabelião, e a mãe, Joana de Jesus Cintra Barbosa Lima, professora. As primeiras instituições escolares pelas quais passou são notadamente conhecidas por treinar e recrutar futuras elites: frequentou o Colégio Salesiano de Recife (até hoje instituição de renome em termos regionais) e finalizou estudos escolares no Ginásio Pernambucano (colégio formador de elites, como já salientamos), formando-se em 1911.

Aos 13 anos, no Ginásio Pernambucano, publicava, com o amigo Edmundo Jordão (que viria a fazer notável carreira jurídica, chegando ao posto de desembargador), um pequeno jornal intitulado “A Verdade”, fato esse relembado por outro colega de escola, que viria a se tornar seu amigo e receptor na Academia Brasileira de Letras: Múcio Leão. A comparação entre alguns aspectos das trajetórias de Sobrinho e Leão é elucidativa no que toca à fusão entre política e literatura. Tomamos como base dados biográficos disponíveis no site da Academia Brasileira de Letras e os discursos de posse e recepção de ambos para traçar um paralelo, acerca dos perfis e os pontos chave, que levaram Lima Sobrinho a escrever sobre “desenvolvimento” e a relação disso com sua “carreira política”.

O discurso de recepção proferido por Múcio Leão, na cerimônia de admissão de Lima Sobrinho na ABL, sugere que suas famílias eram próximas e que eram amigos desde a infância. Nessa recepção, Múcio Leão, um ano mais novo que Lima Sobrinho, destaca que os dois foram colegas em muitas instituições pernambucanas de formação escolar. Além de terem frequentado as mesmas escolas (Salesiano e Ginásio Pernambucano), fizeram o curso de Direito na Faculdade de Direito do Recife. Alexandre Barbosa Sobrinho se formou em 1917 e Múcio Leão colou grau em 1919. Através da análise do discurso de Leão, é possível observar estratégias de divisão do trabalho de dominação, adaptadas às imbricações entre política, literatura, academia, Direito, etc.

Enquanto Múcio Leão se dedicou mais ao domínio literário, Lima Sobrinho trabalhou, com mais afinco, no domínio político. Ambos se engajaram fortemente no jornalismo. Em diversos pontos tais atividades se entrecruzam. Os dois, no entanto, tem na escrita a principal estratégia de tomada de posição. Escreveram para diversos jornais como Correio da Manhã (no Rio de Janeiro), Jornal do Brasil (também no Rio de Janeiro), Diário de Pernambuco, Jornal Pequeno (pernambucano), Jornal do Recife, entre outros. Abaixo, trecho da recepção que corrobora:

Esse jornalista, esse historiador, esse homem de letras, tem sido, em todos os passos de sua vida, uma voz sempre pronta, na defesa da sua terra e da sua gente. Quando lhe coube, no Congresso da República, uma cadeira de deputado, desenvolveu, na tribuna parlamentar, a mesma atuação generosa e destemida em prol de tudo o que interessasse ao Brasil.

Nos acentos vigorosos dessa voz, eu encontro aquele antigo destemor e aquela antiga elegância com que falavam os homens do Leão do Norte.

Sim, ilustre confrade, eu não receio dizer que sois a mais autorizada personificação da alma e do espírito pernambucano, nos dias de hoje. É para Pernambuco, é por Pernambuco, que tendes vivido e combatido e sofrido. Num momento difícil da política do Estado, quando as forças do poder central ameaçavam destruir a livre opinião dos pernambucanos, foi a vossa pena, entre todas eloqüente, que se agitou no Jornalismo carioca para evitar o ominoso golpe. Vossas campanhas contra os açambarcadores do açúcar, contra os absurdos da Great Western, são conhecidas de todos.

Mas existe um entre os demais serviços que tendes prestado a Pernambuco, que ninguém poderá jamais esquecer: é o vosso livro sobre o São Francisco. Que esforço do beneditino esse livro representa! Quando vos dispusestes a estudá-la, a questão do São Francisco já tinha sido tratada por Braz do Amaral, Ulisses Brandão, Pereira da Costa, Eduardo Espínola, Gonçalves Maia, Goudim Filho, José Cirino dos Santos e alguns outros. Mas vós não sois desses que se contentam com o fruto das pesquisas já feitas, concluindo sobre os trabalhos alheios. E pondo de lado o que os vossos antecessores haviam descoberto ou estabelecido, tratastes de pesquisar por vossa própria conta. Meses e meses trabalhastes na Biblioteca Nacional. Removestes manuscritos de leitura difícilíssima. Oitenta peças foram assim examinadas, estudadas, copiadas. E, enfim, aí está esse volume, diante do qual o nosso querido mestre João Ribeiro exclamou, ao estudá-lo num dos registros do *Jornal do Brasil*: “Eis um dos melhores livros de história que possuímos.”

E Pernambuco bem merece o calor do vosso carinho. Ele tem sido um trabalhador incansável na obra de civilização do Brasil.

E tem sido, ainda, esta coisa tão rara: um trabalhador que não costuma fazer lembrar os serviços que presta.

Esses serviços são, porém, magníficos, e valem como belos títulos de glória. (Trecho do discurso de recepção proferido por Múcio Leão, na posse de Alexandre Barbosa Sobrinho na Academia Brasileira de Letras, em 31/01/1938).

Essa homenagem reconhece e legitima tanto a posição de mediador como de intérprete e promotor do “desenvolvimento” em diversos sentidos, se valendo tanto de posições ocupadas por Lima Sobrinho na política como pelo fato de ser considerado “homem de letras”, possuidor da mais “eloquente pena”. Ao lado dos posicionamentos ditos “nacionalistas” de Lima Sobrinho, Leão destaca a importância dos engajamentos de seu “amigo de infância” em prol de Pernambuco, principalmente através da publicação de um livro específico. O livro de Barbosa Lima Sobrinho sobre o rio São Francisco, intitulado “Pernambuco e o rio São Francisco”, é caracterizado como “serviço prestado ao Pernambuco”, sublinhando o caráter personificado da distribuição do capital político em forma de trunfos e recursos exclusivos de seu portador.

Múcio Leão não se empenhou diretamente com a política eletiva, no entanto, ocupou cargos na administração pública. Foi: oficial de gabinete do Ministro da Fazenda (1925); fiscal geral das Loterias (1926); agente fiscal do Imposto de Consumo (1926); presidente da Comissão de Teatro do Ministério da Educação (1939). Os anos que seguiram à formatura em Direito de Leão, foram de dedicação ao jornalismo e ocupação desses postos administrativos. Enquanto isso, Barbosa Lima Sobrinho, também residindo no Rio de Janeiro, à época Distrito Federal e sede dos ministérios nos quais Leão era empregado, dedicou-se inteiramente ao jornalismo, sendo noticiarista e redator chefe do Jornal do Brasil.

Durante as décadas de 1920 e 1930, enquanto Leão se dividia entre cargos comissionados e jornalismo, Sobrinho trabalhava na produção de notícias de “cunho político” (termo utilizado pelo mesmo em diversos trechos das entrevistas concedidas ao CPDOC). A “entrada” de Alexandre Sobrinho para a política foi em 1934, se elegendendo deputado federal pelo PSD (Partido Social Democrático) de Pernambuco (partido sem ligações diretas com o partido criado

em 1945 com mesma sigla, mas de alcance nacional). Nesse mesmo ano, trabalhou em prol da eleição indireta de Carlos de Lima para governador de Pernambuco. A “Revolução de 30” significou a abertura de uma oportunidade para Barbosa Lima se firmar na política. Em entrevista ao CPDOC, Alexandre Barbosa Lima Sobrinho afirma:

C.C. - Como o senhor vê a relação do governador Lima Cavalcânti com o governo federal, nessa época? Ele gozava de prestígio?

B.L. - Com alguns ministros, ele gozava de prestígio. Getúlio não esquecia a circunstância de que ele tinha sido um dos revolucionários mais antigos e de mais serviços prestados à causa; tinha, além disso, o apoio desse elemento militar, que continuava a mandar junto à Revolução, não digo de dentro, mas, de certa maneira, cooperando com o governo ou defendendo junto a ele as suas alianças antigas. (Entrevista realizada no CPDOC, entre 26/04/1977-11/10/1977)

Esse trecho da entrevista mostra uma face da relação que Sobrinho passou a ter com a política pós “Revolução de 1930” e estabelecimento do governo Carlos de Lima em Pernambuco. Em 1932, Agamenon Magalhães foi um dos articuladores do partido pelo qual Sobrinho obteria seu primeiro cargo político: o PSD (Partido Social Democrata), legenda exclusivamente pernambucana, como dito anteriormente. Ambos foram eleitos deputados federais e, a partir daí, surgiu uma aliança política que duraria até 1952, ano da morte de Agamenon.

Nesse período, Lima Sobrinho deixou de escrever sobre jornalismo (já havia publicado sua “obra-prima”, “O Problema da Imprensa”, em 1923) e passa a escrever sobre “desenvolvimento”. Abaixo, quadro com a produção encontrada do agente que melhor destaca a dedicação aos temas:

Quadro 08: Livros publicados por Alexandre Barbosa Lima Sobrinho por década.

Década	Livros publicados
1920	A ilusão do direito de guerra (1922), O problema da imprensa (1923), Árvore do bem e do mal (1926), Pernambuco e o rio São Francisco (1929).
1930	O vendedor de discursos (1933), A verdade sobre a revolução de outubro (1933), O centenário da chegada de Nassau e o sentido das comemorações pernambucanas (1936).
1940	Problemas econômicos e sociais da lavoura canavieira (1941), Álcool-motor — ação do IAA na defesa do carburante nacional (1943), O devassamento do Piauí (1946), Oito anos de administração no Instituto do Açúcar e do Álcool (1946), A Revolução Praieira (1949).
1950	A comarca do rio São Francisco (1950), Artur Jaceguai (1955), Sistemas eleitorais e partidos políticos (1956), A língua portuguesa e a unidade do Brasil (1958).
1960	Os precursores do conto no Brasil (1960), Guerra dos Mascates (1962), A autodeterminação e a não-intervenção (1963), A nacionalidade da pessoa jurídica (1963) Máquinas para transformar cruzeiros em dólares (1963), Desde quando somos nacionalistas? (1963), Presença de Alberto Torres (1968), Contrastes nas sociedades tradicionais (1969).
1970	Japão: o capital se faz em casa (1973), Confederação do Equador: do centenário ao sesquicentenário (1975), Oliveira Lima — obra seleta, Questões de direito eleitoral e as transformações da compra e venda.
1980-1990	Estudos nacionalistas (1981), 160 anos de Confederação do Equador (1985), Assuntos pernambucanos (1986), Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público.

Fontes: DHBB – CPDOC – FGV; www.camara.leg.br; www.senado.leg.br

O quadro indica que as preocupações com “problemas econômicos” e os “devassamentos” de estados do nordeste brasileiro surgiram nas décadas de 1940 e 1950. Em 1938, Barbosa Sobrinho assumiu a presidência do IAA (Instituto do Açúcar e do Álcool), órgão criado para gerir a chamada crise de superprodução açucareira dos estados nordestinos. A ocupação desse cargo tem relação com o “golpe de 1937”. O estabelecimento do Estado Novo repercutiu no bloqueio da carreira eleitoral, até então exitosa do agente em questão. Perdeu seu mandato parlamentar na câmara federal pela supressão do órgão legislativo. No entanto, Agamenon Magalhães, aliado político de Lima Sobrinho e um dos protagonistas na articulação do golpe no Nordeste, subiu na hierarquia política, ocupando o cargo de interventor de Pernambuco.

Assim, apesar do mandato cassado, isso não significou bloqueio estanque na “carreira política”. Pelo contrário, ao assumir o cargo de presidente do IAA (Instituto do Açúcar e do Álcool), Lima Sobrinho foi colocado na posição de mediador entre dois estratos protagonistas na composição das elites

econômicas brasileiras daquelas décadas: proprietários rurais e usineiros de açúcar. Sua atuação culminou no Estatuto da Lavoura Canavieira (decreto-lei nº 3.855), elaborado por membros do IAA, entre eles Leonardo Truda¹⁵ e Miguel Arraes¹⁶.

Diante de tais mudanças na sua carreira política, houve também a mudança na forma de representar, através da escrita, o problema do “desenvolvimento”. Enquanto no começo da carreira prevaleciam questões mais regionais e vinculadas a “Pernambuco”, “rio São Francisco” e “Nordeste”, a partir dos anos 40 suas preocupações vão se aproximando de “combustíveis”, “problemas sociais e econômicos da lavoura canavieira”, “IAA”, etc. Em entrevista ao CPDOC, em 1997, Lima Sobrinho afirma “sempre ter sido nacionalista”:

[....]

BARBOSA SOBRINHO- Realmente, sempre defendi teses nacionalistas. Eu considerava, por exemplo, a situação do Brasil, da Argentina e do México, e verificava que nenhum deles tinha conseguido capitais próprios para o seu desenvolvimento. Mas havia um país no mundo que tinha conseguido isso. Esse país era o Japão. Então, estudei longamente as soluções usadas no Japão e cheguei à convicção de que devia publicar um livro com o título Japão: o capital se faz em casa. 10 Era um exemplo, e a gente vê a prosperidade do Japão como é considerável. Hoje, um dos maiores capitais do mundo é o capital japonês. E isso apesar de os Estados Unidos terem feito todo o esforço possível para que o Japão cedesse em aceitar as receitas que eles levavam para lá. Procuraram despertar o Japão mandando para lá um navio americano — isso está no meu livro —, e o Japão, apesar da presença desse navio, não admitiu curvar-se perante o capital estrangeiro. Queria o seu próprio capital para o financiamento do seu desenvolvimento. Porque só há realmente desenvolvimento de um país com capital próprio do país. Se o capital não é próprio do país, há desenvolvimento do capital dos Estados Unidos, como antigamente havia da Inglaterra. Aí está a minha tese.

15 Nascido na cidade do Rio de Janeiro em 1886. Em 1907 bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, especializando-se em ciências econômicas. Jornalista, foi colaborador do jornal A Reforma, de Porto Alegre, dirigiu o Correio do Povo, da mesma capital, e O Dever, de Bajé (RS). Foi um dos articuladores da fundação do IAA. Foi, ainda, membro do Conselho Federal de Comercio Exterior e presidente do Banco do Brasil. Sócio-fundador e primeiro secretário, durante vários anos, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, presidiu a Sociedade Brasileira de Economia Política, a Associação Bancária do Rio de Janeiro, o Instituto Brasil-México e a Comissão Brasileira de Fomento Interamericano.

16 Nascido no interior do Ceará em 1916. Formado em Direito na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1937. Começou no IAA em um “cargo modesto” (segundo DHBB-CPDOC), ascendendo na hierarquia do instituto após o Estatuto da Lavoura Canavieira, chegou a delegado da instituição em 1943. Teve longa e exitosa carreira política. Quando da subida de Lima Sobrinho a governador de Pernambuco, em 1947, foi Secretário da Fazenda do estado. Além disso, foi ele mesmo governador do mesmo estado em 1963 e 1964. Bloqueado pelo regime militar, voltou à política 1983, alternando-se entre governador e deputado federal durante as décadas de 1980 e 1990.

E -O senhor defendeu essas teses nacionalistas desde o começo da sua vida pública?

BARBOSA SOBRINHO- Sim. Escrevi vários livros sobre a estratégia nacionalista. Realmente, a partir do século XVII, quando repeliu os holandeses, o Brasil tinha consciência das causas nacionais. Mas tudo isso acabou com a penetração do capital inglês, primeiro, e depois americano.

E- Não houve um marco na estruturação desse pensamento nacionalista que o senhor vem esboçando ao longo dos anos?

BARBOSA SOBRINHO - Atribuo o desenvolvimento das minhas ideias ao longo parecer, de cerca de 50 páginas, que fiz sobre a questão do Instituto de Resseguros. Estudei o assunto para verificar o que se fizera no Brasil. Quando o Brasil quis verificar qual era o capital que estava nos seguros, não encontrou nada. O capital tinha fugido. Desde 1934, quando passei a deputado federal, pude me integrar totalmente na defesa das causas nacionais. Naquela ocasião deixei o Jornal do Brasil, mas continuei com os artigos assinados, que o jornal manteve. Naturalmente procurei ter uma certa reserva no que escrevia. Mas qualquer um pode examinar os meus artigos assinados, desde 1927, e não vai encontrar nenhuma demonstração de que eu tenha mudado de idéia. Duvido que se encontre algum artigo que não tenha sido profundamente nacionalista.

(Entrevista realizada no CPDOC, entre 05/09/1997)

Esse trecho deve ser compreendido a partir da posição que ocupava Lima Sobrinho. Ainda escrevendo artigos para o jornal do Brasil e morando no Rio de Janeiro, era contra o “programa de privatizações de empresas públicas” supostamente promovido por Fernando Henrique Cardoso, o qual acusa, em outro momento, na mesma entrevista, de não ser um “verdadeiro nacionalista, ao contrário de seu pai e avô”¹⁷. Quanto aos livros citados, os mais antigos têm a ver com “expulsão dos holandeses” (de Pernambuco), os publicados em 1960 e 1970 versam sobre comparações com o “modelo japonês” e outros aspectos da economia internacional. Em entrevista realizada dez anos antes, em 1987, Lima Sobrinho afirmou:

E.M. – Dr. Barbosa, eu gostaria de começar a nossa entrevista trabalhando com o seguinte tema: nos anos de 1964 e 48 o senhor foi deputado federal. Nessa época, precisamente em agosto de 46, o general Juarez Távora propõe uma CPI à Câmara para discutir a Light; e uma das principais questões dessa CPI era em relação ao não cumprimento por parte da Light do Código de Águas. O senhor tem alguma lembrança sobre esse evento?

¹⁷ O primeiro participou da proclamação da República na condição de assistente pessoal de Floriano Peixoto e o segundo nas revoluções tenentistas que culminaram na “revolução de 30” (GARCIA JR, 2004).

B.S. – Não...

E.M. O senhor chegou a tomar conhecimento desta CPI?

B.S. – Não. Nessa ocasião, aliás, eu estava envolvido em outras questões. Porque a vida da gente se distribui realmente por etapas, determinados assuntos, em certos momentos, envolvem a gente totalmente. Eu estava, como representante de Pernambuco, envolvido na questão da candidatura que tinham levantado ao governo do estado, de modo que, durante este período, eu não tinha um contato maior com os problemas da Light. (Entrevista realizada no CPDOC, em 24/07/1987-14/08/1987)

Esse trecho sugere que as temáticas “regionais” e “nacionais” têm repercussão e centralidade diferentes, correlatas à posição ocupada em múltiplos domínios políticos, culturais e intelectuais. Em 1946, com a redemocratização em curso, Lima Sobrinho deixou o IAA para assumir cadeira na Assembleia Nacional Constituinte (em março se exonera e em abril assume como Deputado Federal), eleito pela legenda que, juntamente a Agamenon Magalhães (então Ministro da Justiça), tinha ajudado a formular o programa (o PSD). No entanto, em 1947, deixou o Congresso Nacional para concorrer e ganhar eleições para governador de Pernambuco, com forte apoio de Agamenon. Em 1951, fora nomeado Procurador da cidade do Rio de Janeiro, para onde se mudou novamente.

Nessa época, se envolveu em contendas relacionadas às operações da Light no Brasil. Instalada no país desde 1907, a empresa possuía diversas usinas hidrelétricas no estado do Rio de Janeiro. Através de escritos no *Jornal do Brasil*, Lima Sobrinho contestava suposto não cumprimento de contratos. Em 1952, foi eleito presidente da ABL (Academia Brasileira de Letras). As entrevistas realizadas no CPDOC e o verbete no Dicionário não são muito elucidativas em relação a esse período da sua vida, além de que Lima Sobrinho continuou escrevendo para o *Jornal do Brasil* e, quando solicitado para falar sobre a Light, se desvia de algumas perguntas e muda de assunto.

Em 1958, elegeu-se novamente Deputado Federal, representando Pernambuco, pelo PSB. Em 1964, foi contrário ao golpe militar e migrou as temáticas de seus escritos das nacionais para as internacionais. A trajetória de Lima Sobrinho é exemplar do caráter indissociável na “dupla arte de representar” (GRILL & REIS, 2016). Além disso, denota o quanto as posições nos domínios

culturais e intelectuais refletem no tipo de livro publicado, e, conseqüentemente, na versão assumida de “desenvolvimento”.

Nas décadas seguintes, se dedicou com mais afinco ao jornalismo e ocupou cargos administrativos na ABI (Associação Brasileira de Imprensa, da qual fazia parte desde 1924), chegando a ser presidente da mesma entre as décadas de 1970 e 1980. Concorreu, sem sucesso, ao cargo de vice-presidente do Brasil, em 1973, em chapa encabeçada por Ulisses Guimarães. Participou da campanha “Diretas Já”, em 1985, atuando em diversos comícios.

Francisco de San Tiago Dantas: desenvolvimento e construção de uma “política externa independente”

Francisco San Tiago Dantas nasceu em 1911, no Rio de Janeiro. Seu pai, Raul de San Tiago Dantas, nascido em 1887, foi militar da Marinha brasileira (ingressou em 1905 na Escola Naval) e participou de operações navais durante a Primeira Guerra Mundial, a bordo do encouraçado norte-americano *South Caroline*. Chegou, em 1952, ao segundo mais alto posto da Marinha, Almirante de Esquadra, chefe do Estado-Maior da Armada (EMA), atrás apenas do cargo de Comandante da Marinha. Ocupou esse posto até 1953, quando passou para a reserva remunerada, como Almirante de cinco estrelas. Exerceu, ainda, a posição de chefe da delegação brasileira na Junta de Defesa Americana, realizada em Washington-DC. Foi diretor de empresas estatais de navegação, vinculadas à marinha mercante. Assim, o pai de Francisco teve exitosa carreira militar. Seu avô, Francisco Clementino, foi major das forças armadas (não conseguimos dados consistentes sobre sua biografia).

Ressalta-se, além dos recursos raros, as condições de acesso à internacionalização. Seu pai, já internacionalizado, percorreu exitosa e bem-sucedida carreira nas forças armadas, chegando ao topo da hierarquia, mesmo considerando as “elites militares”. Francisco San Tiago Dantas pavimentou sua carreira política justamente através de interpretações e posicionamentos frente a questões políticas de além-mar.

Há uma série de trabalhos realizados por economistas e cientistas políticos sobre a atuação de Francisco San Tiago Dantas e suas influências na “política externa brasileira”, dentre eles a dissertação de mestrado de Renato Ferreira Ribeiro, defendida em 2016, intitulada: “*Nacional-desenvolvimentismo e política externa brasileira: o pensamento político de San Tiago Dantas entre 1950 e 1960*”, que utilizamos como fonte de informações acerca do trajeto percorrido por Dantas:

Dantas entrou para a Faculdade Nacional de Direito em 1928. Durante seu tempo de estudos, Dantas se aproximou de grupos antiliberais e anticomunistas, filiando-se posteriormente ao movimento integralista brasileiro. Foi nessa época que também conheceu amigos de toda a vida como Hélio Viana, Lourival Fontes, Augusto Frederico Schmidt e Américo Jacobina Lacombe. Em 1931, STD passou a trabalhar no gabinete do

ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos. Dantas já demonstrava seu brilhantismo e, ao concluir o curso de direito em 1932, tornou-se professor catedrático de Legislação e de Economia Política na Escola Nacional de Belas Artes. Também montou um escritório de advocacia e prosseguiu com suas atividades políticas. Durante a década de 30, STD foi se afastando do movimento integralista, rompendo com ele definitivamente em 1942. Nesse momento, já era um reconhecido professor de Direito Civil e diretor da Faculdade Nacional de Filosofia. Destacou-se também no exercício da advocacia, sendo considerado um dos maiores advogados do país. Em 1943, representou o Brasil na 1ª Conferência de Ministros de Educação das Repúblicas Americanas, no Panamá. (RIBEIRO, 2016b: 04).

A partir dessas informações observamos que os primeiros passos de sua trajetória são de dedicação à universidade e à acumulação de reconhecimentos nesse domínio, simultaneamente a investimentos na afirmação jornalística. No entanto, desde a década de 1930, se alinhou com determinadas redes de influência política, compondo o movimento integralista, sendo recrutado por Plínio Salgado, que mais tarde dividira com ele a posição de principal redator do jornal “A Razão”. Um exemplo claro do amálgama entre domínios da vida social que possibilitam trajetórias de multinotabilidades (GRILL & REIS, 2016).

A participação em círculos intelectuais data de 1931, quando Dantas alcançou o posto de redator-chefe do jornal “A Razão”, fundado naquele mesmo ano por Alfredo Egídio de Sousa Aranha (parente de Osvaldo Aranha, um dos líderes da “Revolução de 1930” e braço direito de Getúlio Vargas), de orientação conservadora:

A história da origem do jornal foi relatada por Plínio Salgado em carta que escreveu a 18 de fevereiro de 1931. Aí Salgado afirmava que o jornal “terá um caráter de nacionalismo radical”, constituindo-se no “centro de coordenação dos lugares-comuns do pensamento conservador”, num veículo de atuação política, dividindo “bem nitidamente a massa brasileira em dois campos distintos — o dos que pretendem subordinar o homem à máquina e o dos que querem subordinar a máquina ao homem” enfim, num veículo de “afirmação da nacionalidade (como) o grande ponto de contato entre todas as correntes que não se conformam com o materialismo histórico”. Afirmava ainda, na mesma carta, que “nossa campanha inicial se define: com Deus, e contra Deus. São os dois campos. Basta, no momento. Para o grande arranco”.

Assim, A Razão nasceu já como um instrumento nítido de intervenção político-ideológica, visando a formação de uma opinião pública favorável ao nacionalismo radical, implementado por um Estado forte e centralizado. Esse Estado era defendido no editorial redigido pelo próprio Plínio Salgado, e publicado no dia 2 de setembro de 1931: “A força das ditaduras defende uma ‘base doutrinária’ para a ditadura: a base doutrinária da ditadura é indispensável ao seu normal funcionamento. É uma condição de sua autoridade. É um meio de defesa contra as pretensões de seus amigos, que são os elementos mais ameaçadores nessas épocas normais de vida das nações.” (Verbetes do jornal “A Razão”, DHBB-FGV)

Por conta do contato com grupos integralistas, que flertavam com o fascismo e as posições explicitadas no verbete acima, juntamente com relações estabelecidas no âmbito universitário, na militância integralista, pôde ocupar um cargo distintivo: redator de um jornal de relativa influência nos meios intelectuais e que afirma e confirma as bases nas quais se constitui seu capital simbólico.

O jornal, no entanto, foi incendiado em 1932, em ações do movimento constitucionalista de São Paulo. Nesse mesmo ano, Dantas adquiriu grau de bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito e foi nomeado oficial de gabinete do Ministro da Educação e da Saúde, Francisco Campos, um dos líderes da “legião mineira”, facção pró Vargas naquele estado. Francisco Campos e San Tiago Dantas se reencontrariam em 1955, quando da posse de San Tiago na Comissão Jurídica Internacional, em substituição a Campos. O próprio San Tiago afirmaria em relação a Campos que: “ele e Rui Barbosa haviam sido as duas forças intelectuais mais poderosas que acionaram, entre nós, a cultura jurídica nos últimos 50 anos” (CPDOC-DHBB, Verbetes de San Tiago Dantas).

O primeiro cargo ocupado fora no recém-criado por Getúlio Vargas, Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930. As políticas públicas impetradas por essa pasta se responsabilizavam pela ampliação de cursos universitários, que resultou na criação de USP, Universidade do Rio De Janeiro (que viria se tornar Universidade do Brasil) e Conselho Nacional de Educação (FÁVERO, 2006). Segundo Grill e Reis (2016:60), tal reforma é condicionante e produto de uma reconfiguração na hierarquização dos “saberes universitários”, que expandiu áreas do conhecimento recentemente reconhecidas como capazes de treinar e recrutar camadas dirigentes (economia, educação, ciências

sociais, entre outras). Assim, Dantas foi um dos protagonistas que, inclusive, iriam consolidar as “relações internacionais” como área de conhecimento legítima.

Dantas alternou a atuação universitária/política em “grupos de intelectuais”, o exercício da profissão de advogado e a representação em órgãos internacionais, notadamente voltados para o “desenvolvimento”. Circulou em diversos espaços internacionalizados e multilaterais de negociações de cunho político, econômico e ideológico na década de 1930.

Durante as décadas de 1930 e 1940 dividiu-se entre o magistério, jornalismo e militância integralista. Em 1934, atuou no movimento junto a outros intelectuais de mesma vertente, como o próprio Plínio Salgado e Madeira de Freitas, líderes da Ação Integralista Brasileira. Em 1935, houve um acirramento nos confrontos entre a Aliança Nacional Libertadora, frente oposicionista, que se dizia lutar contra “imperialismo, latifúndio e fascismo”. San Tiago se prontificou no auxílio a Plínio Salgado, planejando ajudar na campanha presidencial que haveria em 1938.

Hélgio Trindade (1979) defendeu que o integralismo brasileiro e a fundação da Ação Integralista Brasileira tiveram múltiplas influências do fascismo italiano. Partindo de análises biográficas de militantes e intelectuais que compunham o núcleo duro do movimento integralista – sobretudo Plínio Salgado, mas também Miguel Reale e Gustavo Barroso – o autor assinala que a estrutura organizacional e hierárquica, na qual se fundou a AIB, era análoga àquela que propiciou o surgimento do Partido Nacional Fascista italiano. A AIB seria uma organização política estruturada segundo um rígido enquadramento de seus militantes, sendo o próprio partido uma espécie de protótipo do “Estado Integralista”, suposto objetivo perseguido por seus aderentes. As ideias defendidas pelos integralistas brasileiros, segundo Trindade (1979), se embasavam no combate ao: liberalismo, socialismo, capitalismo internacional e ao judaísmo, mesmos inimigos declarados pelo movimento fascista europeu. Com base em entrevistas e questionários, junto a militantes integralistas, o autor infere que as motivações de adesão à AIB aparecem na seguinte ordem de importância (do mais importante para o menos importante): anticomunismo;

simpatia pelo movimento europeu; nacionalismo e, por fim, oposição ao sistema político vigente no Brasil.

Quando do golpe de 1937 e fechamento das legendas político-partidárias (inclusive AIB), San Tiago retirou-se dessas arenas e passou a atuar com mais afinco na docência universitária. Em 1938, se recusou a ler um pronunciamento em rádio, escrito por Plínio Salgado. Ou seja, uma desobediência direta ao chefe no movimento e do partido. Durante o Estado Novo dedicou-se, exclusivamente, à atividade docente, aprovado, para cátedra de direito civil na Universidade do Brasil (que viria a se tornar UFRJ). Em 1945, trabalhou no Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, órgão ligado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Ganhou reconhecimento acadêmico internacional, chegando a professor conferencista da Faculdade de Direito de Paris.

Em 1949, foi vice-presidente da refinaria de petróleo em Maginhos-RJ, que até então pertencia ao grupo Peixoto de Castro. Em 1951, no segundo governo constitucional de Vargas, participou da delegação brasileira na IV Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas. Se envolveu em negociações, juntamente com Walther Moreira Salles e Roberto Campos, com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), acerca de investimentos norte-americanos no Brasil (que resultaria num empréstimo, em 1954, de quinhentos milhões de dólares). Foi, ainda, assessor pessoal de Vargas, durante a década de 1950, na escrita do anteprojeto de criação da Petrobrás. Sua trajetória além de particularmente exemplar do processo de deslocamento do centro de importação de modelos da Europa para os Estados Unidos, que o mesmo ocupou papel protagonista nessas dinâmicas internacionais.

A linguagem utilizada por Dantas, em suas obras escritas, é reflexo da prevalência do conhecimento humanista-jurídico, o que explica, também, a relativa ausência de termos do mundo da economia, mas intensamente pautado na temática “internacional”. Alguns trechos escritos por San Tiago Dantas sobre “desenvolvimento” e “relações internacionais”:

Na origem de cada atitude, na fixação de cada linha de conduta, estava sempre presente uma constante: a consideração exclusiva do interesse do Brasil, visto como um país que aspira (i) ao desenvolvimento e à emancipação econômica e (ii) à conciliação histórica entre o regime democrático representativo e uma reforma social capaz de suprimir a opressão da classe trabalhadora pela classe proprietária. (Dantas, 2011 apud RIBEIRO, 2017: 09)

O sentido da transformação social do nosso País parece contido no imperativo do desenvolvimento econômico intensivo. O ritmo de crescimento da população brasileira requer que se mantenha e mesmo que se acelere o atual ritmo de crescimento da renda nacional, sob pena de a nossa coletividade incorrer, no fim do século, no risco do pauperismo e da perda de independência econômica. [...] A sociedade brasileira, no meado do século XX, tem no desenvolvimento econômico o seu problema culminante, cuja não solução será penalizada com a implantação do pauperismo, a diminuição da independência econômica e perda provável das liberdades públicas. (Dantas, 1964, apud RIBEIRO, 2017: 383-384).

Nele se contém toda a orientação da política exterior brasileira em face da nova situação de emergência mundial, especialmente no tocante à cooperação econômica, e com ele se inicia uma imensa e coerente ação diplomática, cuja fase culminante foi a Consulta de Washington, e cujo termo final [...] foi a instalação no Rio de Janeiro, em julho de 1951, da Comissão Brasil-Estados Unidos.

É inegável que os Estados Unidos estão dispostos a corresponder a um apelo do Governo brasileiro no sentido do nosso desenvolvimento econômico. As decepções com a Europa e a extrema incerteza em relação aos países asiáticos, têm feito com que muitos americanos, de ambos os partidos, reconheçam o erro de não se haver fortalecido a América Latina através de um programa semelhante ao Plano Marshall. Hoje os países americanos estão na ordem do dia, e entre eles o primeiro lugar cabe ao Brasil e ao Chile, sendo de notar que a nossa posição financeira em Washington é a melhor, pois não temos atrasados comerciais e demos prova de certo poder de controle disciplinando, em 1949 e 1950, as importações. ”

Me parece indispensável separar dois planos paralelos: um plano de manutenção do sistema econômico brasileiro atual e um plano de desenvolvimento intensivo. Com o primeiro procuraremos evitar que se desorganize a nossa economia, ao influxo da guerra; com o segundo procuraremos captar o auxílio norte-americano para novos empreendimentos, que nos permitam galgar uma etapa mais avançada de industrialização (DANTAS, 1984, apud RIBEIRO, 2017: 105).

Pode-se dizer, então, que a “política externa independente” proposta por Dantas é amplamente pautada nas relações Brasil-Estados Unidos. Tal

política pode ser interpretada como tradução dos debates acerca das temáticas internacionais. A primeira assertiva do texto de Dantas indica a relação estruturante entre “desenvolvimento” e “democracia representativa”. A condição de alcance de um “ideal” é o estabelecimento do outro e vice-versa, termos como “cooperação econômica”, “ação diplomática” corroboram a defesa de práticas supostamente eficientes para a “manutenção do sistema econômico brasileiro” e o “plano de desenvolvimento intensivo”, necessário, em tese, para atingir “democracia” e “desenvolvimento”. Tais posicionamentos se explicitaram na produção escrita do agente:

Quadro 09: Obras de San Tiago Dantas

Livro (ano)	Síntese do livro no site https://www.santiagodantas.com.br/obra/livros/
Conflito de vizinhança e sua composição (1939)	Livro composto pela dissertação pela qual STD foi aprovado na cátedra de Direito Civil da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil
Dom Quixote: um apólogo da alma ocidental (1948)	Conferência pronunciada no 4º Centenário de Cervantes, no auditório do Ministério da Educação, presidido pelo embaixador da Espanha.
Figuras do Direito (1962)	Coletânea de discursos e conferências, em que analisa “principais figuras da vida jurídica e política”.
O Brasil em Punta del Este (1962)	Coletânea de documentos e pronunciamentos da VIII Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas.
Política Externa Independente (1962)	Coletânea de discursos organizadas por STD, contendo pronunciamentos enquanto Ministro de Relações Exteriores.
A ALALC e o neo-subdesenvolvimento (1964).	Livreto contendo discurso proferido em 1964 na ALALC.

Fonte: <https://www.santiagodantas.com.br/obra/livros/>

Os livros nos quais Dantas deixa mais claros seus posicionamentos diante o “desenvolvimento” e definição das fronteiras internacionais são “O Brasil em Punta del Este”, “Política Externa Independente” e “A ALALC e o neo-subdesenvolvimento”, publicados em 1962 (os dois primeiros) e 1964,

respectivamente. Nessa mesma época, o agente chegou ao ápice de sua carreira política: Ministro das Relações Exteriores no curto governo parlamentarista de Tancredo Neves e Ministro da Fazenda no governo de João Goulart.

A figura de San Tiago Dantas tornou-se uma espécie de referência para alguns agentes envolvidos nas questões das “internacionais”. Em 2011, “Política Externa Independente” foi reeditado. Nessa reedição, foram agregados textos de outros políticos, intelectuais e diplomatas atestando a suposta competência de San Tiago Dantas na tarefa de representar o Brasil internacionalmente, abaixo o sumário desse livro:

San Tiago Dantas: um projeto econômico para o Brasil

Adacir Reis e Carla Patrícia da Silva Reis

San Tiago Dantas: o Homem, o Estadista e a sua Política Econômica

Affonso Arinos de Mello Franco

A Política Externa do Governo Lula em Perspectiva Histórica

Celso Amorim e Luiz Feldman

Os colóquios da Casa das Pedras: argumentos da diplomacia de San Tiago Dantas

Gelson Fonseca Jr.

A Política Externa Independente e a Luta Modernizadora de San Tiago

Marcílio Marques Moreira.

Adacir e Carla Reis são formados em Direito (USP) e Relações Internacionais (UnB), respectivamente. Fazem parte do Instituto San Tiago Dantas de Direito e Economia. O instituto é assim descrito no seu website:

“O Instituto San Tiago Dantas de Direito e Economia é um centro de debates e pesquisas (*think tank*) que promove reflexões jurídicas destinadas ao desenvolvimento econômico do Brasil. Trata-se de uma associação cultural, sem fins lucrativos, que tem por objetivo incentivar e apoiar o intercâmbio, a integração e a harmonização de conhecimentos entre as áreas do Direito e da Economia. Sob a inspiração de nosso homenageado, San Tiago Dantas (1911-1964), que transitava com desenvoltura nas áreas jurídica, econômica e internacional, o Instituto reúne membros do mundo jurídico,

economistas, administradores, financistas e especialistas em políticas públicas e em relações internacionais”.

Afonso Arinos, também escritor e político, representou uma geração de políticos ligados ao polo humanista-generalista, baseados em recursos associados ao pertencimento em famílias estabelecidas, de alta extração social, relacionados a projetos de construção de quadros dirigentes e lutas por reprodução e subversão de critérios de hierarquizações centrais na constituição da elite “letrada e votada”. Arinos teve contato com Dantas no final da década de 1920, quando ambos se ligavam a redes de intelectuais católicos na Faculdade Nacional de Direito (GRILL & REIS, 2016). Da mesma forma, a lista de agentes que consagram (e também se auto consagram) utilizando a imagem de San Tiago como “estadista”, “diplomata”, é composta por agentes que pautam suas legitimidades políticas e profissionais na afirmação em domínios ligado ao exercício do direito, da política e da escrita. Celso Amorim, por exemplo, é diplomata e embaixador, professor universitário, já foi ministro de relações exteriores e da defesa, foi ligado ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e é filiado ao PT (Partido dos Trabalhadores).

A relevância que o agente teve no plano das disciplinas e práticas vinculadas às “relações internacionais”, juntamente com sua produção escrita, calcada nas próprias temáticas “internacionais”, o alçaram ao *status* de ícone para agentes envolvidos com essas questões. Ele é descrito, nesses textos, como uma espécie de pioneiro na promoção do “desenvolvimento” por meio da defesa de modelo das “relações internacionais”. Suas práticas e trajetórias são tomadas como exemplares por políticos, intelectuais e profissionais de áreas conexas.

A figura a seguir, ilustra movimentos de Dantas:

Figura 1 - San Tiago Dantas em Washington - DC



Fonte: <http://www.santiagodantas.com.br/vida/cronologia/>.

Da esquerda para a direita, em pé: Lincoln Gordon (embaixador dos EUA no Brasil), Roberto Campos (Embaixador brasileiro em Washington-DC), San Tiago Dantas (Ministro da Fazenda) e Dean Rusk (Secretário de Estado dos EUA) Gordon; sentados: John F. Kennedy (presidente dos EUA) e João Goulart (presidente do Brasil).Foto tirada em 1963, já no final da “carreira” de Dantas (que terminaria no ano seguinte, devido ao seu falecimento), quando João Goulart capitaneou uma missão nos EUA, com o intuito de “pedir socorro financeiro”. Nessa missão foram escalados políticos protagonistas na “política externa”. Na foto, encontram-se as gramáticas de poder e constituição de redes de interdependências internacionais, se analisarmos a formação universitária dos fotografados:

Lincoln Gordon, B.A (Bachelor of Arts) em Harvard e DPHIL (Doctor in Philosophy) em Oxford University; Roberto Campos, teólogo e filósofo em seminários católicos mineiros, se formou economista na Universidade George Washington; Rusk Dean, tenente-coronel das forças armadas estadunidenses; John Fitzgerald Kennedy, graduado em Harvard, com doutorado em Relações Internacionais, primeiro ex-fuzileiro naval a chegar ao posto de presidente dos EUA. Por fim João Goulart, formado em direito pela Faculdade de Ciências

Jurídicas e Sociais de Porto Alegre. Assim, San Tiago compartilhava referências e tipo de formação com todos, seja pelo forte reconhecimento militar de seu pai, seja pela formação em Direito, seja pela dedicação às “relações internacionais”.

A presença de San Tiago nessa fotografia é fruto de uma série de investimentos realizados pelo “político escritor”, desde 1930. A posição conquistada pelo agente envolveu não apenas o reconhecimento de suas habilidades “diplomáticas”, mas também de sua capacidade em representar duplamente (GRILL & REIS, 2016) a “política externa”, utilizando linguagem legítima relacionada ao “desenvolvimento”. Para além de seus confrontos no domínio político, prevaleceram as competências em tradução do “internacional”.

A inserção dos “países periféricos” no sistema de relações internacionais entre as nações pós Segunda Guerra desembocou em análises do “desenvolvimento” realizadas por agentes advindos destas “realidades” históricas e geográficas que contrapunham o *status quo* do saber econômico especializado.

Formado em Direito, San Tiago Dantas se adaptou à linguagem do poder em ascensão, combinando trunfos e recursos provenientes de sua “reconhecida carreira advocatícia” com tomadas de posição sobre política externa e economia. Essa estratégia condiz com os estudos de Eric Phélippeau (2001) sobre a sociogênese do “profissional da política moderno” na França. O autor demonstra que há princípios e atributos valorizados para os profissionais da política, que são validados através de seleção e agrupamentos entre elementos do *savoir faire* mais associados aos fundamentos “racionalizados” com outros mais próximos da “política de notáveis”, nos termos de Weber (2000).

A comparação é válida, pois San Tiago Dantas harmoniza saberes e práticas relativos aos dois modelos de intervenção. Ao examinarmos os títulos de suas produções, o que se observa é o amálgama das duas linguagens (humanista/generalista e técnica/setorial) para se posicionar diante os problemas. Esse jogo duplo possibilita a ativação de dois registros: o primeiro autentica a posição de tradutor de visões e problemas mais gerais, suas visões de mundo e concepções de sociedade. O segundo registro ratifica suas habilidades técnicas supostamente eficazes para resolver tais problemas. O agente propôs representações, que certificam sua capacidade de desvendar os

problemas ditos “internacionais”, mas, principalmente, daquele que estaria apto a solucioná-los.

Observamos, então, que as três dimensões de investigação que privilegiamos, *background* social, carreira política e produção escrita, no caso de San Tiago Dantas, não só estão correlacionadas, como exemplificam o processo de afirmação de uma linguagem política relacionada ao “desenvolvimento”. É possível afirmar isso com base nas influências de uma família com acesso à circulação internacional, passando por um trajeto escolar e profissional que envolveu a estadia em outros países, passando também por uma identificação com grupos de militantes com reentrâncias e relações com a “política internacional” (movimento integralista). Suas estratégias de publicação se pautam justamente na dedicação e fundação de uma concepção recepcionada como inédita de “política externa independente” (mesmo título de um de seus mais referenciados livros). Assim, contrariamente às constantes reformulações sobre o “desenvolvimento” observadas na trajetória de Lima Sobrinho, para San Tiago bastou dedicação e comprovação de competências na “área internacional”.

CAPÍTULO 3: As condições e os limites do “desenvolvimento”: modalidades de especialização política na segunda geração

Os agentes analisados nesse capítulo alcançaram seus primeiros cargos políticos entre 1945 e 1964. No início desse período, efetuou-se a volta dos partidos e organizações para a legalidade, bem como das eleições (suprimidos em 1937, no Estado Novo). O domínio universitário foi modificado similarmente, possibilitando a emergência de renovadas disciplinas e áreas de estudo. Esses dois âmbitos de atuação estavam justapostos, por meio de relações, trânsitos, lógicas e dinâmicas sociais. Antes de ingressarmos no exame das propriedades dos agentes, vale recobrar alguns ângulos dos laços entre profissionais da política e intelectuais nesse contexto.

Após a Segunda Guerra Mundial, inúmeras agendas profissionais foram redirecionadas, declarando como meta a reestruturação econômica e social de alguns dos países alvejados pelos conflitos. Esses compromissos ergueram objeções entre os “porta-vozes”, acerca dos “modelos de planificação econômica”. (POLLAK, 1976).

Associadamente, validaram-se atividades dos economistas em pelo menos três espaços: universidades, administração pública e empresas. A principal referência internacional foi o paradigma desenvolvido nos Estados Unidos, alicerçado na (auto) regulação do mercado e no saber técnico/matemático (DULONG, 1996). Esse processo se intensificou diante a ampliação do *Welfare State*. As oposições relativas ao controle e intervenção do estado na economia moveram-se, alterando clivagens entre profissionais implicados nas lutas pela “transnacionalização” do modelo (FOURCADE, 2006; LEBARON, 2012).

A circulação internacional das ideias não reproduz as circunstâncias nas quais foram concebidas primariamente. Há dinâmicas protagonizadas por receptores e emissores, que inauguram lógicas sociais singulares (BOURDIEU, 2002a). Em cada área de aquiescência da economia dolarizada e matematizada (DEZALAY & GARTH, 2000) firmaram-se distintos e distintivos contrastes entre elites implicadas nesses jogos

Nesta linha, ligações entre dirigentes políticos e economistas se configuraram, seguindo múltiplas variantes. Houve países onde os *experts* em economia tenderam a reagir frente a interpelações esporádicas, exercendo atribuições acessórias no *staff* do pessoal político (como Estados Unidos e Europa Ocidental). Em outros, essa vinculação é particularmente mais vigorosa. Na América Latina, por exemplo, há uma aproximação mais acentuada, de modo que os economistas recorrentemente são alçados ao *status* de dirigente político (LOUREIRO, 1997). Em ambas situações a concorrência se assenta em divisões calcadas nas polarizações “ortodoxia x heterodoxia”, “liberalismo x intervencionismo”, “monetaristas x estruturalistas”, e assim por diante.

No Brasil, um retrato desses encadeamentos: as objeções entre Eugênio Gudín e Roberto Simonsen, sobre planejamento econômico¹⁸ (LOUREIRO, 1997). O primeiro fora vinculado à perspectiva mais “liberal” e o segundo à mais “intervencionista”. Houve, na década de 50, uma matização desses posicionamentos. Os economistas conceberam alguns blocos, que podem ser agrupados e exemplificados seguindo essa taxonomia: “Neoliberais” (Eugênio Gudín e Otávio Gouveia de Bulhões), “desenvolvimentistas do setor privado” (Roberto Simonsen), “desenvolvimentistas do setor público nacionalista” (Celso Furtado); “desenvolvimentistas do setor público não nacionalista” (Roberto Campos); “socialistas” (Caio Prado Júnior) e, por fim, o “pensamento autônomo de Ignácio Rangel” (BIELCHOWSKY, 1988: 246). O “desenvolvimento” é, no “campo dos economistas” (LOUREIRO, 1997), uma categoria produtora de abundantes acordos e desacordos.

Esses economistas atuaram diretamente na administração pública e foram recrutados principalmente nos cursos de Direito e Engenharia. A quantidade e qualidade de escolas de economia eram insuficientes em ferramentas de treinamento (LOUREIRO, 1997). A “modernização” inicial dessa

18 A polêmica teria se iniciado quando Roberto Simonsen, na posição de relator do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), propusera ampliação de intervenção e protecionismo do estado brasileiro na economia. Gudín teria rebatido enquanto relator da Comissão de Planejamento Econômico, publicando tais críticas em livro intitulado “Rumos da Políticas Econômica” (1945). Três meses depois, Simonsen rebate em “O planejamento da economia brasileira” (1945). Em 1946, Gudín publica uma “Carta à Comissão de Planejamento”, que encerraria o debate.

disciplina não foi consequência da criação de faculdades especializadas, mas da capacitação a que se prestaram alguns dos altos funcionários no exterior (GARCIA JR, 1998).

Todavia, a “redemocratização de 45” influenciou na gênese de atualizados modelos de universidade e criação/expansão de algumas cátedras (FÁVERO, 2006). Nas relativas à economia, processou-se a composição de hodierno *corpus* discursivo:

Desenvolvimento econômico, nacionalismo, protecionismo, defesa contra o capital estrangeiro, intervenção estatal, etc., todos os temas recorrentes nos debates político-ideológicos dos anos 40-60 foram igualmente marcos definidores de clivagens no meio social nascente dos economistas, onde as questões teóricas se misturavam com as disputas políticas, superpondo-se oposições entre, de um lado, a direita “entreguista”, monetarista ortodoxa e, de outro, a esquerda nacionalista, estruturalista heterodoxa (LOUREIRO, 1997, p. 32).

Essas conformidades, entre as esferas de “debates político-ideológicos” e “questões teóricas”, fizeram com que a condição de economista fosse passível de reconhecimento, entre outros fatores, mediante desempenho enquanto dirigente político. O investimento em aquisição de saberes, por intermédio da internacionalização, era amarrado a essas vinculações aos dois jogos.

Celso Furtado, por exemplo, em 1943, seu último ano na Faculdade Nacional de Direito, foi aprovado em concurso para o DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público)¹⁹. Em 1945, fez parte da FEB (Força Expedicionária Brasileira), e, em 1946, entrou para o doutorado na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Sorbonne. Retornou ao DASP em 1948, após conclusão do doutorado. Elisa Kluger (2017, p. 51) afirma que a proximidade institucional e espacial do DASP com o Ministério da Fazenda propiciou a Furtado acessar informações e relações determinantes em sua trajetória. Principalmente pelo contato ajustado com Otávio Bulhões (à época chefe da

19 Órgão de Estado criado por Luiz Simões Lopes, engenheiro agrônomo e “homem de confiança” de Getúlio Vargas. Seu pai e avô foram políticos de destaque no Rio Grande do Sul. Lopes foi o primeiro oficial-de-gabinete do governo que subiu ao poder em 1930. A partir desse posto, criou DASP, com a “missão de organizar, modernizar e centralizar o serviço público brasileiro”, empreitada inédita até então (KLUGER, 2017: 49).

Divisão de Estudos Econômicos do Ministério da Fazenda), recebeu indicação para trabalhar na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), situada em Santiago – Chile. Sua trajetória é embasada por uma combinação rara entre diplomas e certificados universitários internacionais e redes sociais, também internacionalizadas, ligadas à administração pública brasileira (GARCIA JR, 1998).

Esses arranjos e rearranjos favoreceram o estabelecimento do “desenvolvimento” como problemática legítima (LENOIR, 1998). Foram instituídos diversos órgãos estatais com desígnio de fomentá-lo. Por exemplo: bancos e instituições de planificação da economia, como BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) (1952); corporações ligadas ao “desenvolvimento regional”, como SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste)²⁰ (1959); e instituições associadas a questões ditas técnicas, como Conselho Nacional de Economia (1949).

Bourdieu (1989a) demonstra que as disposições mais gerais que certificam a representação política podem ser divididas em duas classes. As relativas ao *tribuno*, domínio de um código acessível aos profanos, voltado para públicos mais vastos e desapaosados em instrumentos de tradução. E as relativas ao *debater*, que tem correlação com a posse de ferramentas de adesão e confrontação com expressões de outros profissionais. A especialização política é alcançada através do domínio de práticas relativas ao *metier* que combina essas aptidões (LAGROYE, 1994).

As agitações no, tomando emprestada a expressão de Loureiro (1997), “nascente meio social dos economistas”, provavelmente afetaram nas estratégias dos agentes que tentavam ocupar cargos políticos nesse período. Ainda que não houvesse um mercado de diplomas consolidado, o vocabulário era pertinente às lutas travadas nesse domínio. O “desenvolvimento” foi um dos *móviles* pelos quais os interlocutores brasileiros “politizaram”, “despolitizaram” e/ou “re-politizaram” as ferramentas do léxico econômico (LAGROYE, 2017). Ou, simplesmente, constroem e afiliam-se a importações de modelos de “política” e

20 Criada pelo próprio Celso Furtado.

“economia” amalgamados e indissociáveis entre si, fabricando modelos de leitura e aferição da “realidade” (co)dependentes da eficácia das intervenções “políticas” (CORADINI, 2017).

Origens sociais da segunda geração

Para que esse argumento progrida é indispensável confrontar as origens sociais dos agentes, as condições de suas entradas e permanências na política e as concepções de “desenvolvimento” postas nos livros. Faremos percurso similar ao trilhado no capítulo anterior, iniciando pela variável “região de origem”:

Tabela 17 - Região de origem da segunda geração.

Nordeste	16 (57%)
Sudeste	6 (21,5%)
Sul	4 (14,3%)
Norte	1 (3,6%)
Centro-Oeste	1 (3,6%)
Total	28

Fonte: DHBB-CPDOC-FGV

A partir de 1945, a habilidade em angariar apoio, voto e sucesso eleitoral compunha recurso político importante. Sul e Sudeste eram mais abundantes em estabelecimentos de treinamento, tais quais universidades de prestígio e núcleos partidários com peso nacional. Essas agremiações cumpriram papel relevante na “politização de questões e de domínios” (REIS & GRILL, 2017a: 145). Apesar disso, esse universo é majoritariamente composto por políticos com origem em estados situados no Nordeste.

A confrontação com alguns achados de Iná Castro (1992) enseja a progressão das reflexões. A pesquisadora ponderou, ao examinar discursos parlamentares na década de 1950:

A atitude da elite política nordestina, nesse período, é significativa da predominância ainda forte dos interesses locais e regionais nos partidos e nos debates políticos. Apesar de a constituinte de 46 ter estabelecido o regime de partidos nacionais, a situação que, de modo geral, se esperava ter sido superada pela revolução de 30 ainda era vigente na região. (CASTRO, 1992: 159).

Agentes que “entravam na política” nesse contexto eram influenciados pelas práticas apreendidas por Castro (1992). Assim, discursos sobre “desenvolvimento”, a serviço do Nordeste, eram estruturantes no *sistema de desvios* (BOURDIEU, 1989a). Veremos, mais adiante, que há correlações fundamentais entre “região de origem” e “temática privilegiada”, sobre as quais podemos avançar melhor na caracterização dessa distinção específica. Por agora, vale ressaltar como o tema geral do “desenvolvimento” é polissêmico. No sentido de que foi apropriado por políticos de diferentes regiões e teve maior respaldo, inicialmente, por agentes localizados em regiões mais periféricas no jogo de poder.

Feitas essas reflexões podemos avançar na descrição das propriedades sociais. Na variável “profissão do pai”, encontramos:

Tabela 18: profissão do pai dos agentes da segunda geração

Profissão do pai	N
Dentista	1
Operário	1
Médico	2
Caracterizado apenas como “Político”	2
Oficial militar	2
Pequeno comerciante	2
Advogado	4
Empresário/industrial/fazendeiro	6
Sem informação	8
Total	28

Fonte: DHBB-CPDOC-FGV e sites da internet (redes sociais, blogs e sites pessoais ou institucionais vinculados aos próprios políticos)

Dos 28, pelo menos 17 são filhos de pais que desempenharam profissões positivamente reconhecidas econômica e culturalmente: 6 de empresário/industrial/fazendeiro, 4 filhos de advogados, 2 de militares de alta patente, 2 de médico, 1 filho de dentista e 2 cujos pais tem apenas cargos políticos elencados em DHBB e outras fontes. Esses números assinalam para

um conjunto de casos integrado por agentes que, presumivelmente, contavam com famílias com boas condições de investimento.

Esse é um fator importante para compreensão das dinâmicas que propiciam o início de uma carreira política. As condições de aquisição de competências, compatíveis com o *savoir-faire* político, geralmente passam pelo acesso a recursos econômicos e culturais. Simultaneamente, as atividades dos pais, em meios profissionais privilegiados, possibilitam composição e manutenção de redes de relações sociais mobilizáveis na concorrência política (OFFERLÉ, 1999).

Para 3 deles, “profissão do pai” remeteria à origem social desfavorecida (2 filhos de pequenos comerciantes e 1 filho de operário²¹). Contudo, esses 2 casos de filhos de pequenos comerciantes, têm outras propriedades conciliáveis com a consecução de trunfos: André Franco Montoro era filho de imigrante, possuidor de pequena tipografia, teve acesso a instituições escolares bem-conceituadas (como veremos à frente); e José Guimarães de Neiva Moreira, que era filho de dono de quitanda, pertencente a “ramo pobre” de uma família alicerçada também por um “ramo rico”. Esse último contava com a influência de alguns parentes para fazer exitosa carreira no jornalismo (PEREIRA, 2018). Desta forma, apesar da “profissão do pai” não indicar extração social alta, tiveram acesso a recursos culturais e sociais ímpares.

Outra estratégia empregada para reconstituir essa dimensão foi a exposição de alguns postos ocupados pelos próprios pais e por outros componentes das famílias. Descreveremos inscrições que denotam prestígio, reputação e notoriedade, frequentemente associadas à ocupação de cargos políticos. Bem como posições de destaque na cultura, nos meios intelectuais, no exército e na Igreja Católica. Dos 28, foi possível apurar 13 casos em que se exhibe esse tipo de propriedade:

21 O filho de operário é D’agotino Carmelo, do qual não foi possível obter muitas informações.

Quadro 10 - Relações políticas das “famílias” da segunda geração.

Nome	Perfil da da família
Antonio Mendes Canale	Filho de Humberto Canale, revolucionário de 1930 e prefeito de Miranda (MS) entre 1930 e 1932.
Milton Cabral	Seu pai, Severino Cabral, foi prefeito de Campina Grande 1959-1961 (PB) e vice-governador 1966-1971(PB)
Augusto Lucena	Filho de José da Silva Pereira Lucena e de Maria de Sampaio Lucena. Pelo lado paterno, pertencia à família de Henrique Pereira de Lucena, barão de Lucena, que no Império presidiu várias províncias e foi deputado-geral e, na República, ocupou os cargos de ministro da Agricultura e da Fazenda no governo do marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891), tornando-se depois ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).
Aureliano Chaves	Descendente de uma “família de políticos mineira”, foi o único de sete irmãos que seguiu essa carreira.
Brasílio Machado Neto	Seu pai foi professor da Faculdade de Direito de São Paulo, deputado na Constituinte de 1934 e senador por São Paulo de 1935 a 1937. Seu avô, Brasílio Machado de Oliveira, igualmente advogado e professor, e seu bisavô, José Joaquim Machado de Oliveira, foram políticos de grande prestígio durante a Monarquia, tendo presidido várias províncias do Império.
Cid Sampaio	Filho de Mendo de Sá Barreto Sampaio, proprietário de três engenhos, e de Sofia Abranches Feijó Sampaio, filha de outro dono de engenhos da região de Bonito (PE). Seus irmãos Alde e Lael Sampaio tiveram significativa carreira política. O primeiro representou Pernambuco nas assembleias constituintes de 1934 e 1946 e foi deputado federal de 1935 a 1937 e de 1946 a 1967. O segundo foi secretário dos governos estaduais chefiados por Alexandre Barbosa Lima Sobrinho (1948-1951) e Osvaldo Cordeiro de Farias (1955-1959), e deputado da Assembleia Legislativa de Pernambuco de 1951 a 1955 e de 1959 a 1963.
Herbert Levy	Filho de Alberto Eduardo Levy e de Ana de Martino Levy. Seu pai, natural da ilha de Malta, foi professor, major da Guarda Nacional e vice-cônsul inglês em São Paulo.
José Clark	Filho de Oscar Castelo Branco Clark e de Lúcia de Mendonça Clark. Dentre seus parentes, descendentes de tradicional família piauiense, destacou-se Frederico de Castelo Branco Clark, embaixador do Brasil na França de 1944 a 1948.
Mauro Benevides	Seu pai, Carlos Eduardo Benevides, foi deputado estadual no Ceará entre 1935-1937. Família ligada aos “Távora”. O líder revolucionário de 1930, Juarez Távora, nomeou dois interventores da família Benevides.
Neiva Moreira	Filho de Antônio de Neiva Moreira e de Luzia Guimarães Moreira. Quatro membros de sua família se destacaram na política em seu estado: José Neiva de Sousa foi constituinte em 1946; deputado federal pelo Maranhão de 1946 a 1947 e de 1951 a 1955 e senador de 1947 a 1948; Pedro Neiva de Santana foi governador do estado de 1971 a 1975; Jaime Neiva de Santana foi deputado federal pelo Maranhão de 1983 a 1999 e constituinte de 1987 a 1988 e Edvaldo Neiva foi deputado estadual em várias legislaturas.
Renato Archer	Filho do industrial têxtil Sebastião Archer da Silva. Seu pai foi governador do Maranhão de 1947 a 1951 e senador de 1955 a 1971 (aliado político e amigo pessoal de Vitorino Freire). Seu irmão, Remi Archer, suplente do pai, ocupou uma cadeira no Senado em diversas ocasiões entre 1955 e 1962.
Sergio Magalhães	Seu pai foi advogado, deputado federal por Pernambuco em 1914 e 1915 e magistrado. Seu irmão mais velho, Agamenon Magalhães, foi deputado federal de 1924 a 1929, revolucionário em 1930, constituinte de 1934, ministro do Trabalho de 1934 a 1937 e interventor federal em Pernambuco de 1937 a 1945. Foi, ainda, ministro da Justiça em 1945, constituinte em

	1946, deputado federal de 1946 a 1951 e governador de Pernambuco de 1951 a 1952.
Wilson Braga	Filho de Francisco de Oliveira Braga e de Francisca Leite Braga. O pai foi chefe político do vale do Piancó e três vezes prefeito de Conceição PB. Sua irmã Vani Braga e seu irmão Walter Braga foram prefeitos no reduto municipal da família. Vani foi a primeira deputada estadual da Paraíba. Casou-se com Lucia Braga, que fora deputada federal por dois mandatos e pertencia a dois ramos de “famílias de políticos” estabelecidas na Paraíba.

Fonte: DHBB-CPDOC-FGV.

As famílias podem ser classificadas entre as que remontam atividades eminentes ao Império e à República Velha (casos de Augusto Lucena e Brasília Machado Neto), outras que participaram pontualmente na consolidação da “era Vargas” e já colecionavam prebendas advindas desses engajamentos (Antonio Mendes Canale, Mauro Benevides, Herbert Levy²², Sergio Magalhães e Cid Sampaio) e famílias cujas atividades eram principalmente locais, até a ascensão dos agentes aqui investigados ao “plano nacional” (Renato Archer, Milton Cabral, José Clark, Neiva Moreira, Aureliano Chaves e Wilson Braga). Obviamente, há grupos e agentes que acumulam mais de uma dessas características.

Na primeira geração sobressaíram-se agentes provenientes de famílias com membros que tiveram papéis significativos na “revolução de 1930”. Na segunda geração, mostram-se mais casos de grupos que se beneficiaram desse movimento, porém não ocupavam, até então, o núcleo central da

22 Nascido em São Paulo, filho de militar de alta patente e embaixador, apoiou a “Revolução de 1930” enquanto jornalista e repórter do *São Paulo Jornal*, órgão de imprensa ligado ao PRP (Partido Republicano Paulista), até 1930, “situacionista”. Era filiado, no entanto, ao PD (Partido Democrático), dissidência do PRP. Em 1930, foi partidário da Aliança Liberal. Getúlio Vargas, ao subir ao posto presidencial, nomeou João Alberto Lins de Barros interventor daquele estado. Barros entrou em conflito com lideranças locais de PRP e PD por autorizar o funcionamento legal do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e por cobrar, dos industriais paulistas, o cumprimento de uma medida social varguista que cobrava 5% de aumento salarial e redução da jornada de trabalho para 40 horas. Hebert Levy, fundador do *Gazeta Mercantil* (jornal alinhado com as elites industriais paulistas, à época de sua criação), tomou partido da facção rival, que se dizia constitucionalista. Levy chegou a “pegar em armas”, no posto de capitão da coluna Romão Gomes, atuando em Campinas. Após a derrota militar, Levy continuou na oposição, participando da Federação dos Voluntários de São Paulo, integrou seu quadro até 1933, quando entrou para a Chapa Única por São Paulo unido, que saíram vitoriosos naquele estado nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte em 1934. Em 1937, Levy, no discurso de formatura na Escola Livre de Sociologia e Política fez críticas ao golpe impetrado na época, “em defesa da democracia”. Foi preso, mas posto em liberdade pouco tempo depois. Passou a se dedicar a atividades empresariais e bancárias. Só voltaria se se envolver com política partidária em 1945, quando participou da criação da UDN e se elegeu consecutivamente deputado federal em 45 e 50.

competição por postos federais. Escrever sobre “desenvolvimento”, eventualmente, suscita estratégia de subida na hierarquia, ou, diversamente, refere-se ao reflexo dessa escalada, tentando justificar posições recém alcançadas. Não raro, tais estratégias são empregadas no esforço de escapar ou se aproveitar de duplas vinculações associadas a esquemas de percepção e hierarquização social.

Figuram-se, abaixo, duas tabelas, que listam algumas instituições que engendraram os percursos escolares e universitários, além de atividades profissionais. Dando continuidade ao propósito de explanar investimentos anteriores, harmonizados com o exercício da política, temos:

Quadro 11: Formação escolar da segunda geração

Nome	Educação básica/ensino médio	Orientação das instituições.
Ademar Ghisi	Sem informações	
Adriano Valente	Sem informações	-
Agassis Almeida	Colégio Diocesano Pio XI (Campina Grande) Lyceu Paraibano (João Pessoa) Carneiro Leão (Recife)	-Religioso -Público -Privado
Alípio de Carvalho	Sem informações	-
André Franco Montoro	Escola Modelo Caetano de Campos- São Paulo Colégio São Bento- São Paulo	-Religioso -Religioso
D'agostino Carmelo	Autodidata	-
Antonio Canale Mendes	Escola Técnica de Comércio Carlos de Carvalho (ensino profissionalizante).	Técnico
Antonio Pais de Andrade	Sem informações	-
Augusto Lucena	Ginásio Pernambucano - Recife	-Público
Aureliano Chaves	Ginásio Municipal São Luís – Três Pontas (MG)	-Público
Brasílio Machado Neto	Colégio Stafford – São Paulo Ginásio São Bento – São Paulo	-Privado -Religioso
Cid Sampaio	Colégio Padre Felix – Recife Colégio Santo Inácio – Rio de Janeiro Instituto Burlamarui – Rio de Janeiro	-Religioso -Privado -Privado

Divaldo Suruagy	Sem informações	-
Evaldo Gonçalves	Colégio Diocesano Pio XI (Campina Grande)	Religioso
Francisco Pinto	Colégio Marista de Salvador Colégio Carneiro Ribeiro	-Público -Privado
Gabriel Hermes	Colégio Fênix Caixeiral Paraense	Ensino Privado
Herbert Levy	Escola Modelo Caetano de Campos Escola Normal de São Paulo	
José Clark	Colégio Anglo Americano, Rio de Janeiro	-Privado
Lomanto Júnior	Sem informações	-
Mauro Benevides	Colégio Farias Brito Colégio Cearense	
Moacir Duarte	Sem informações	-
Neiva Moreira	Liceu Piauiense (público)	-Público
Renato Archer	Colégio São José – Rio de Janeiro	-Religioso
Sergio Magalhães	Colégio Padre Félix, Recife Ginásio Pernambucano	-Religioso -Público
Wilson Braga	Colégio Diocesano de Patos – PB	-Religioso
Vitor Faccioni	Sem informações	-
Milton Cabral	Colégio Americano Batista, Recife	
Anibal Teixeira de Sousa	Colégio Militar – RJ Colégio Piedade - RJ	

Fonte: DHBB-CPDOC-FGV

Quadro 12: Curso superior e instituição dos agentes da segunda geração

Nome	Curso	Local de Obtenção	Principais Ocupações
Ademar Ghisi (SC)	Direito	PUC-RS (1958)	Advogado
Adriano Valente (PR)	Direito	Faculdade de Direito de Niterói	Advogado e funcionário público
Agassis Almeida (PB)	Direito	UFPB (1960)	Advogado
Alípio de Carvalho (PR)	Formação militar/eng. Civil	Escola Militar do Realengo (1936)/Universidade do Paraná (1941)	Militar.
André Franco Montoro (SP)	Direito/filosofia	USP (1938)/Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento (1938)	Professor universitário
Anibal Teixeira de Sousa (MG)	Direito	Faculdade Nacional de Direito – RJ (1959)	Advogado
Antonio Mendes Canale (MS)	Direito	Faculdade de Direito de Mato Grosso	Advogado

Antonio Paes de Andrade (CE)	Direito	Faculdade de Direito RJ (1953)	Advogado
Augusto Lucena (PE)	Direito	Faculdade de Direito do Recife (1948)	Delegado
Aureliano Chaves (MG)	Engenharia	Instituto Eletrotécnico de Itajubá (1953)	Professor universitário
Brasílio Machado Neto (RJ)	Direito	Faculdade de Direito RJ (1923)	Advogado
Cid Sampaio (PE)	Engenharia	Escola Politécnica do Rio de Janeiro	Fazendeiro
D'agostino Carmelo (SP)	-	-	Empresário
Divaldo Suruagy (AL)	Economia	UFAL (1959)	Funcionário Público
Evaldo Gonçalves (PB)	Direito/Filosofia, História e Geografia	Universidade da Paraíba (1954)/UFPE (1958)	Advogado
Francisco Pinto (BA)	Direito	Universidade da Bahia (1954)	Advogado/jornalista
Gabriel Hermes (PA)	Direito	Faculdade de Direito do Pará (1938)	Advogado
Herbert Levy (SP)	Sociologia e Política	Escola de Sociologia e Política de SP (1926)	Empresário
José Clark (RJ)	Formação militar	Escola Superior de Guerra (1956)	Empresário
Lomanto Júnior (BA)	Formação militar/Odontologia	CPOR-BA (1944) Faculdade de Odontologia da Bahia (1946)	Dentista
Mauro Benevides (CE)	Direito/Letras	Faculdade de Direito do Ceará (1950; 1954)	Advogado/jornalista
Milton Cabral (PB)	Engenharia Industrial/formação militar.	Universidade Mackenzie – SP (1947)/CPOR (1948)	Industrial
Moacir Duarte (RN)	Direito/filosofia	UFPE	Fazendeiro
Neiva Moreira (MA)	-	-	Jornalista
Renato Archer (MA)	Oficial militar	Escola Naval (1941)	Militar
Sergio Magalhães (PE)	Engenharia	Escola Politécnica de Pernambuco (1936)	Engenheiro
Vitor Faccioni (RS)	Economia e Contabilidade	Faculdade de Ciências Econômicas de Caxias do Sul/PUC de Porto Alegre.	Jornalista
Wilson Braga (PB)	Direito	Faculdade de Direito da Paraíba	Advogado

Fonte: DHBB-CPDOC-FGV.

As estratégias escolares preliminares combinam educação privada com pública. Instituições religiosas também foram aproveitadas. São escolas, em sua maioria, creditadas regional e nacionalmente. Locais habilitados para capacitar culturalmente. Provavelmente valiam como meio de socialização, no qual era possível se inserir em redes de relações mobilizáveis na política. Inclusive, alguns estudaram nas mesmas escolas, principalmente os oriundos de São Paulo, Pernambuco e Paraíba.

Se somarmos os primeiros diplomas universitários (estão dispostos na tabela por ordem cronológica de obtenção): 15 diplomas em Direito (sendo que dois acumulam o de Filosofia e 1 de Letras), 4 em engenharia (sendo que Milton Cabral depois faz formação militar no CPOR do exército), 3 em curso de formação militar (sendo que Lomanto Júnior acumula o de odontologia e Alípio de Carvalho de engenharia civil), 2 de Economia e 1 de Sociologia e Política e 2 sem diploma. Tomando a formação escolar e universitária dispomos de um conjunto de agentes com acesso a instâncias de formação capazes de produzir intérpretes do “desenvolvimento”.

A confluência dos locais de formação em Direito é em cidades e instituições que estreiam cursos do ensino jurídico brasileiro: Recife (PE) e Rio de Janeiro (RJ). Em relação à Engenharia: 3 formados em universidades mais antigas de engenharia (Politécnica do RJ²³ e Politécnica de Pernambuco²⁴ e Instituto Itajubá²⁵) e 2 formados em locais mais recentes (Escola de Agronomia de São Bento-PE e Universidade Mackenzie –SP). 3, dos 28, têm formações vinculadas às forças armadas, em prestigiadas instituições (Escola Naval, Escola Superior de Guerra e Escola Militar do Realengo). De modo geral, passaram por faculdades bem-conceituadas, ocupantes de espaços distintos no universo acadêmico-profissional.

Dos 28, 3 obtiveram pós-graduação: Adriano Valente possuía doutorado em Direito; Moacir Duarte, que também era formado em Direito, fez especialização em administração pública; e Diavaldo Suruagy, formado em economia, obteve especialização em planejamento urbano. Todos são agentes

23 Criada em 1792

24 Criado em 1912

25 Criado em 1916

que entram na política no começo da década de 1960. Esse recurso (obtenção de pós-graduação) aparecerá com peso mais forte nas duas próximas gerações.

No que tange às ocupações prévias mais relevantes, temos: 13 advogados, 6 empresários/fazendeiros/industrial, 2 professores universitários, 2 militares, 2 jornalistas e 1 de cada (engenheiro, dentista, e funcionário público). Assim, dos 16 formados em direito, 13 seguiram a própria advocacia como profissão e os outros dois foram: professor universitário (Franco Montoro) e fazendeiro (Moacir Duarte). Dos 5 formados em engenharia (sendo que Alípio de Carvalho primeiro frequentou a Escola Militar de Realengo), apenas Sergio Magalhães trabalhou na área, os outros: professor universitário (Aureliano Chaves); fazendeiro/industrial (Cid Sampaio e Milton Cabral); e militar (o próprio Alípio). Os outros seguiram atividades profissionais coalescentes com os títulos.

Produção escrita na segunda geração

As informações coletadas sobre as trajetórias escolares, universitárias e profissionais indicam um universo de agentes com relativa aquisição de recursos culturais, mormente no seu estado institucionalizado expresso na forma de títulos escolares (BOURDIEU, 1998a). Seja por passarem por escolas ditas de elite e instituições acadêmicas bem posicionadas, ou por execução profissional em lugares que propiciam poder simbólico (BOURDIEU, 1989c). Tais condições evidenciam e facultam a apreensão de ferramentas de leitura das gramáticas alusivas a “problemas econômicos”, inclusive o “desenvolvimento”. Sobre suas publicações, encontramos:

Quadro 13: Produção escrita da segunda geração.

Nome	Livros relacionados a “desenvolvimento”	Temáticas privilegiadas	Gêneros de escrita
Ademar Ghisi (SC)	O carvão na economia nacional (1968) Conquistas sociais do operariado nacional (1970) Política exterior brasileira para os países latino-americanos (1975)	Nacionais	Generalista/setorial
Adriano Valente (PR)	Defesa do meio-ambiente e uma cidade planejada (1972) Desenvolvimento e humanização (1973) Planejamento no mundo contemporâneo O norte do Paraná	Técnicas	Generalista
Agassis Almeida ²⁶ (PB)	A economia e a conjuntura brasileira (1972) América Latina e a integração continental (1974) O Nordeste e o seu desenvolvimento (1976)	Nacionais	Generalista
Alípio de Carvalho (PR)	A economia paranaense (monografia, 1959) Infraestrutura e conjuntura do Paraná (1967)	Regionais	Setorial
André Franco Montoro (SP)	Ideologias em luta: resposta ao desafio do subdesenvolvimento (1966) A Declaração dos Direitos do Homem — o direito de participar no desenvolvimento (1970)	Internacionais	Generalista

26 Esses são seus livros cujos títulos denotam mais fortemente o “desenvolvimento”. Classificamos sua preferência temática com base em outras publicações: “A República das Elites” (2004) e “500 anos do povo brasileiro” (2001).

	Participação: desenvolvimento com democracia (1990) Integração da América Latina em um mundo multipolar (1995)		
Anibal Teixeira de Sousa	Ideologia e economia (1956) Imigração e Desenvolvimento (1961) A verdade sobre JK (1964) Dívida externa (1983)	Nacionais	Setorial
Antonio Mendes Canale (MS)	O restabelecimento do equilíbrio econômico, político e social Infra-estrutura para o desenvolvimento: divisão de Mato Grosso; Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados; Relatório do CTA — Centro Técnico Aeroespacial e Relatório de visita ao Nordeste.	Regionais	Setorial
Antonio Paes de Andrade (CE)	A reestruturação agrária do Nordeste (1968) As secas (1980) Proposta de ação econômica e social (1985) Comemoração do CLX aniversário da Confederação do Equador, 1924-1984 (1984)	Regionais	Setorial
Augusto Lucena (PE)	Aspectos da problemática do desenvolvimento de Recife (1973) Planejamento da Região Metropolitana de Recife (1973) Regiões metropolitanas e desenvolvimento urbano de Recife (1974).	Regionais	Setorial
Aureliano Chaves (MG)	Átomos a serviço do progresso. Ciência, tecnologia, desenvolvimento e segurança. Recursos humanos para o desenvolvimento: estratégias, opções e consequências.	Técnicas	Setorial
Brasílio Machado Neto (SP)	Inflação e outros estudos. Aspectos atuais da economia brasileira Petróleo (1953)	Nacionais	Setorial
Cid Sampaio (PE)	Economia do Nordeste Estudos sobre o preço do açúcar: progresso ou ruína? Tratamento de choque para a crise	Regionais	Setorial
D'agostino Carmelo	O nosso capitalismo e o capitalismo moderno O mercantilismo antigo e o industrialismo moderno,	Nacionais	Generalista
Divaldo Suruagy (AL)	O Nordeste e o desenvolvimento brasileiro — discursos (1980) Realidade Alagoana (coletânea de pronunciamentos na Câmara dos Deputados, 2001)	Regionais	Generalista
Evaldo Gonçalves (PB)	Ocidente: legados e perspectivas (1957) A hora é esta! O Nordeste não pode mais esperar (1987)	Regionais	Generalista

	Por uma nova ordem (1988) À Paraíba, sempre (1989)		
Francisco Pinto (BA)	Uma saída para o Brasil. Crise institucional sem desenvolvimento.	Nacionais	Generalista
Gabriel Hermes (PA)	No país dos dólares A Amazônia e a unidade nacional Política e problemas econômicos O baixo Amazonas e Trajetória da Confederação Nacional da Indústria	Regionais	Setorial
Herbert Levy (SP)	Problemas atuais da economia brasileira (1934) O Brasil e os novos tempos (1934) Bases para uma política econômica geral para o Brasil em face do Plano Salte (1948) Problemas básicos da nação (1949) Economia e bem-estar (1967)	Nacionais	Generalista/setorial
José Clark (PI)	Piauí em marcha (1949) O Piauí e seus grandes problemas (1955)	Regionais	Generalista
Lomanto Júnior (BA)	Desenvolvimento do Nordeste e a unidade nacional Desenvolvimento e segurança nacional	Regionais	Generalista/setorial
Mauro Benevides (CE)	Aspectos da problemática nordestina (1968) Temas nacionais e problemas cearenses (v. 1, 1976) Algumas sugestões para o combate às secas (1977) Delmiro Gouveia — pioneiro do desenvolvimento nordestino (1978) O Ceará e o seu desenvolvimento turístico (1979) Perspectiva do Nordeste e do Ceará (1981), Permanente defesa do Nordeste (1986) A luta pelo Nordeste e outros temas nacionais (1989) O Nordeste e as disparidades nacionais	Regionais	Generalista/setorial
Milton Cabral	Desenvolvimento e meio-ambiente (1971) Política nacional de meio ambiente (1977)	Técnicas	Setorial
Moacir Duarte (RN)	Crise do binômio algodão/gado na economia potiguar (1968) A agropecuária do Rio Grande do Norte: situação e perspectivas em face da economia e o desenvolvimento regionais (1971)	Regionais	Setorial
Neiva Moreira (MA)	Fronteiras do mundo livre O nasserismo e a revolução do terceiro mundo O modelo peruano	Internacionais	Generalista
Renato Archer (MA)	Política nacional de energia atômica (1956)	Técnicas	Setorial

	Aspectos econômicos do uso da energia nuclear (1958) Diretrizes para uma política externa independente (1963). Energia Atômica, Soberania e Desenvolvimento (coletânea de entrevistas e artigos, 2006).		
Sergio Magalhães (PE)	Problemas do desenvolvimento econômico (1960) Prática da emancipação nacional (2ª ed., 1964).	Nacionais	Generalista
Vitor Faccioni	O Rio Grande do Sul e o turismo (1969) A Revolução Verde no Rio Grande do Sul (1973) O setor terciário na Economia. (1975) A cidade e a liberdade (1976) Impactos da Urbanização. (1976)	Nacionais	Setorial
Wilson Braga (PB)	O Nordeste e outros problemas (1980) O Nordeste é problema nacional O Nordeste e a seca	Regionais	Generalista

Fonte: DHBB-CPDOC-FGV

Há concentração de publicações entre os anos 1960 e 1970. Desse modo, os agentes lançaram os livros sobre “desenvolvimento” enquanto suas carreiras políticas estavam em curso há pelo menos 10-15 anos. Esse aspecto sugere que essas foram as décadas do vértice do “desenvolvimento” como artefato politizado, politizável e politizador. No quadro, visualiza-se menor trânsito, se comparados com a primeira geração, entre questões “regionais”, “nacionais”, “internacionais” e “técnicas”. Nessa geração, tende-se a publicar livros das mesmas temáticas ao longo da trajetória. Outra diferença é a aparição de parlamentares que preferiram temáticas mais “técnicas”, o que não houve na primeira geração.

Sobre o gênero de escrita privilegiado, dos 28: 4 escrevem equilibradamente entre generalista/setorial; 8 generalistas e 12 setoriais. Note-se que a divisão “regional x nacional x internacional” cada vez mais se constitui a partir do discurso técnico-setorial. Em contrapartida, a capacidade de discorrer sobre temas mais abrangentes ainda parece ser central nas estratégias de publicação dos agentes da segunda geração.

Dos 13 que escrevem sobre temáticas “regionais”: 2 equilibradamente, 4 generalistas e 9 setoriais. Dos 9 que escrevem sobre as “nacionais”: 2 equilibradamente, 3 setoriais e 4 generalistas. Os dois

internacionais são generalistas. Os 4 que não se embasam em divisões geográficas, tendo seus escritos classificados como “técnicos”: 1 generalista e 3 setoriais. Esses apontamentos indicam que o discurso “desenvolvimentista regional” parece se anexar com mais potência à linguagem técnica e setorial, se comparado com os “nacionais” e “internacionais”. Também é possível observar o processo de aglutinação descrito por Grill & Reis (2016) dos perfis mais humanistas e mais técnicos, a partir da combinação de saberes mais generalistas e dos relativos a áreas de formação dos agentes.

Se correlacionarmos “região de origem” com “temática privilegiada”, temos:

Tabela 19: Região de origem versus temáticas privilegiadas na segunda geração

Região/temáticas privilegiadas	Regionais	Nacionais	Internacionais	Técnicas	Total
Nordeste	9	4	1	2	16
Sudeste	1	4	1	2	6
Sul	-	2	-	-	4
Norte	1	-	-	-	1
Centro Oeste	1	-	-	-	1
Total	12	10	2	4	28

Fonte: DHBB-CPDOC-FGV

Há uma tendência de políticos do Norte e do Nordeste a escreverem sobre temáticas “regionais”. Já políticos do Sudeste privilegiam temáticas “nacionais”. Livros mais emparelhados às temáticas “internacionais” e “técnicas” são preteridos por políticos oriundos das cinco regiões. Como vimos anteriormente, a ascensão dessas duas temáticas se dará em contexto posterior. Diante destes dados é razoável pensar que a gramática mais apropriada por essa geração tem a ver com a oposição “regional versus nacional”.

Carreiras políticas na segunda geração

Christian Le Bart (2012) analisa os impactos de estratégias de publicação em agentes que se profissionalizam na representação política. Segundo o autor, essa dinâmica se esclarece mediante considerações sobre as vinculações entre posições e pretensões, nos domínios atinentes a tais práticas. Desta forma, tentaremos, no quadro a seguir, descrever indicadores de trajetórias políticas e relacioná-los às tipologias correlatas a “desenvolvimento”:

Quadro 14: Carreira política da segunda geração.

Nome	Idade no Primeiro cargo político	Tempo de Carreira ²⁷	Cargos ocupados.	Primeira filiação partidária	Partido em 67.
Ademar Ghisi (PR)	24	46	Dep. Est. SC (58-66). Dep. Fed. SC (67-85). Min. TCU (85-2000)	UDN	ARENA
Adriano Valente (PR)	21	13	Sec. Geral e Pref. interino de Londrina PR. (52-55). Pref. Maringá PR (69-72). Dep. Fed. PR (75-83)	UDN	MDB
Agassis Almeida (PB)	18	13	Ver. Campina Grande. PB (54-58). Dep. Est. PB (63-64). Dep. Fed. (80-81; 87-91)	PSB	MDB
Alípio de Carvalho (PR)	39	28	Sec. de Viação do Paraná. (55-61). Vice. Gov. PR (65). Dep. Fed. PR (67-83).	ARENA	ARENA
André Franco Montoro (SP)	34	49	Ver. SP. (50-54) Dep. Est. SP (54-58) Dep. Fed. SP (59-61). Min. Trab. (61-62). Dep. Fed. SP (62-71) Sen. SP (71-83). Gov. SP (83-87). Dep. Fed. SP (95-99)	PDC	MDB
Aníbal Teixeira	29	15	Dep. Est. MG (62-64). Sec. Abastecimento e Cred. Rural. MG (64-65). Dep. Est. MG. (65-69, cassado) Dep. Fed. MG (83-85). Min. Planej. (87-88). Dep. Fed. MG (91-94)	PRP	MDB
Antonio Mendes Canale (MS)	27	38	Dep. Est. MT (50-58) Dep. Fed. MT (60-61). Pref. Campo Grande. (63-67). Chefe. Gabi. Gov. MT. (67-68).	PSD	ARENA

²⁷ Tempo em anos somados no exercício de cargos eletivos e administrativos, aproximadamente.

			Sen. MT. (75-79). Sen. MS (79-83; 87-91).		
Antonio Paes de Andrade (CE)	24	48	Dep. Est. CE (51-63) Dep. Fed. CE (63-91; 95-99).	PSD	MDB.
Augusto Lucena (PE)	38	29	Dep. Est. PE (54-62) Pref. Recife (64-68). Ver. Recife (68-70) Dep. Fed. PE (71; 79-83)	PSP	ARENA
Aureliano Chaves (MG)	29	30	Dep. Est. MG (58-64). Sec. Educ. MG (64-65). Dep. Fed. MG (67-75). Gov. MG (75-78). Vice. Pres. Rep. (79-85). Min. Minas e Energia (85-88).	UDN	ARENA
Brasílio Machado Neto (SP)	47	16	Dep. Est. SP (48-51) Pres. CNC ²⁸ (52-54). Dep. Fed. SP (55-59). Pres. CNC. (56-59). Dep. Fed. SP. (59-63).	PSD	Faleceu em 1968.
Cid Sampaio (PE)	49	11	Gov. PE (59-63) Dep. Fed. PE (67-71) Sen. PE (83-86).	UDN.	ARENA
D'agostino Carmelo (SP)	57	12	Dep. Fed. SP (51-63).	PSP-SP	Sem Informações.
Divaldo Suruagy	24	43	Sec. Est. Faz. AL (61-66). Pref. Maceió (65-70) Dep. Est. AL (71-73). Gov. AL. (75-78) Dep. Fed. AL. (79-83). Gov. AL. (83-86). Sen. AL (87-94). Gov. AL (95-97). Dep. Fed. AL (01-03).	PSD	ARENA
Evaldo Gonçalves (PB)	25	37	Sec. Educ. Campina Grande PB (58). Ver. Campina Grande PB (59-63). Sec. Est. Adm. PB (71-72). Sec. Casa Civil PB (73). Dep. Est. PB (74-86). Dep. Fed. PB (87-95).	PSP	ARENA
Francisco Pinto (BA)	20	38	Ver. Feira de Santana BA (50-54). Pref. Feira de Santana BA (62-64), cassado. Dep. Fed. BA (71-75; 79-91).	PSD	MDB
Gabriel Hermes (PA)	45	32	Dep. Fed. PA (54-79). Sen. PA. (79-87).	PTB	ARENA
Herbert Levy (SP)	36	36	Dep Federal SP (47-49; 51-67; 69-87).	UDN	ARENA

José Clark (PI)	38	8	Senador –PI (54-62)	PSD	Faleceu em 1963
Lomanto Júnior (BA)	22	41	Vereador Jequié BA.	PL	ARENA
Mauro Benevides (CE)	24	27	Ver. Fortaleza. CE (54-58). Dep. Est. CE (58-74) Sen. CE (75-83) Sen. CE (87-95) Dep. Fed. CE (99-2011; 2011-)	PSD	MDB
Milton Cabral	41	25	Dep. Fed. PB (62-71). Sen. PB. (71-86) Gov. PB. (86-87).	PTB	ARENA
Moacir Duarte (RN)	23	40	Dep. Est. RN (48-52). Sec. Casa Civil. RN (56-57). Dep. Est. RN (58-62; 66-70) Sec. Agric. RN (75-78). Sen. RN (82; 84-87)	UDN	ARENA
Neiva Moreira (MA)	33	12	Dep. Est. MA (50-54). Dep. Fed. MA (54-64), exílio. Dep. Fed. MA (93-94; 97-98)	PSP	Exílio
Renato Archer (MA)	24	18	Oficia. Gabi. Gov. MA. (47-50) Dep. Fed. MA (55-68, cassado). Min. Cienc. Tec. (85-87). Min. Prev. Social (87-88)	PSD	MDB
Sergio Magalhães (PE)	38	9	Dep. Fed. DF (55-60) Dedvv Ip. Fed. GB (60-64)	PTB	Voltou à exercer engenharia.
Vitor Faccioni	21	32	Ver. Caxias RS (62-66) Dep. Est. RS (66-70). Chefe Casa Civil RS (71-75). Sec. Interior, Desenvolvimento e Obras Públicas RS (79-83). Dep. Fed. RS (83-95)	PDC	ARENA
Wilson Braga (PB)	23	56	Dep. Est. PB (54-59; 62-66) Dep. Fed. PB (67-83). Gov. PB (83-86) Dep. Fed. PB (95-)	UDN	ARENA

Fonte: DHBB-CPDOC-FGV, www.camara.leg.br; www.senado.leg.br

É possível delinear dois tipos de carreira: o primeiro composto por 18 políticos que entram entre 25 e 35 anos, via cargos na base da hierarquia política (geralmente por cargos em pequenos municípios ou no plano estadual), têm trajetórias mais longas, atingem postos elevados na hierarquia política (vide que todos que atingiram cargo de ministro iniciam com menos de 35 anos). O segundo, por 10 agentes, que têm cargos na política a partir de 36 anos, tendem a iniciar nos planos estadual ou federal, suas carreiras são relativamente mais curtas (mas também têm no mínimo 8 anos de duração) e não experimentam

ascensão tão acentuada quanto os primeiros, se comparados “primeiros cargos” com os “mais elevados”.

Não parece haver variância em relação à primeira filiação partidária, uma vez que todas as siglas comportam os dois padrões de carreira. O que já não se repete no bipartidarismo imposto na ditadura militar. Os agentes que se filiaram ao MDB seguiram o primeiro tipo. Os que se filiaram no ARENA distribuem-se equilibradamente. Apenas dois casos de agentes tiveram suas carreiras políticas efetivamente bloqueadas pela ditadura (Neiva Moreira e Sergio Magalhães), sendo que apenas Neiva foi para o exílio. Outros chegaram a ter mandatos cassados, mas prosseguiram, pouco depois, em outros postos (Anibal Teixeira, Francisco Pinto e Renato Archer).

A quantidade de agentes que permaneceram no jogo político pós 64 (ainda que na legenda da “oposição”) confirma que essa geração estava adaptada para seguir a carreira política, mesmo diante supressão de vários mecanismos de entrada. Vejamos relações entre os padrões de carreira e as temáticas privilegiadas:

Tabela 20: Tipo de carreira versus temáticas privilegiadas.

Padrão de Carreira/Temáticas privilegiadas	Regionais	Nacionais	Internacionais	Técnicas	Total
MDB/Exílio/cassado.	2	4	2	1	9
Tipo 1 – ARENA	4	3	-	2	9
Tipo 2 – ARENA/falecimento.	6	3	-	1	10
Total	12	10	2	4	28

Fonte: DHBB-FGV-CPDOC

Lembrando que tipo 1 corresponde a entrada cedo e “por baixo” e tipo 2 a entrada tardia e “por cima”. As temáticas “regionais” são preferidas por políticos dos dois padrões, que se filiaram à ARENA. As “nacionais” e “internacionais” por membros do MDB, que seguiram carreira mais

exclusivamente dedicada à ocupação de cargos políticos. Temáticas técnicas são preferidas apenas por políticos do padrão 1, independentemente de sigla no período do chamado bipartidarismo. Políticos que entram “tardiamente” parecem ter suas “temáticas privilegiadas” influenciadas mais pela “região de origem”, uma vez que escrevem, de forma equilibrada, sobre conteúdos tanto do escopo mais “regional” como “nacional”.

Os perfis políticos e as temáticas relacionadas ao “desenvolvimento” ilustram modelos de diversificação mais gerais constatados por Grill & Reis (2016). Escolhemos casos para reconstituição de trajetórias, que representam diferentes de origens sociais, carreiras políticas e temáticas abordadas nos livros. Explicitaremos múltiplas relações entre especialização política e concepções de “desenvolvimento” na escrita. Exploramos três casos, nos quais escrever sobre “desenvolvimento” e conquistar cargos na política se relacionaram com aplicações de estratégias variadas, no que tange à construção de identidades (COLLOVALD, 1988).

Wilson Leite Braga: Capital político familiar e divisão sexual do trabalho de dominação reproduzidos na escrita sobre “desenvolvimento”

A primeira trajetória é a de Wilson Leite Braga. Seu primeiro cargo político foi Deputado Estadual pela Paraíba, aos 23 anos, em 1954. Nascido em 1931, realizou primeiros estudos na cidade natal, Conceição – PB. Depois, foi encaminhado pelos pais à cidade de Patos – PB, para estudar no Colégio Diocesano, fundado pelo padre Fernando Gomes. Gomes teve destacada atuação eclesiástica. Frequentou o seminário Nossa Senhora da Guia, em João Pessoa. Em 1929, viajou para Roma, onde seguiu curso de Teologia na Universidade Gregoriana, recebendo o Sagrado Presbiterado²⁹. Voltou ao Brasil em 1936 e fundou, em sua cidade natal, o colégio no qual Wilson Braga se formou no ensino médio. Essa escola teria sido “procurada por jovens de cidades da região e até de outros estados” (informações retiradas de http://www.patosemrevista.com/?page_id=136, em 28/04/19).

Ao terminar o ensino médio mudou-se para João Pessoa, em 1949, com vistas a cursar a Faculdade de Direito da Paraíba. Morou na Casa do Estudante da universidade e foi seu presidente. Estabeleceu laços com membros do PCB (Partido Comunista Brasileiro). Foi secretário de relações internacionais da UNE (União Nacional dos Estudantes), o que lhe possibilitou participar de encontro da Juventude Comunista em Praga, Tchecoslováquia. Nessa oportunidade, teria conhecido e feito amizade com Enrico Berlinguer, que se tornaria líder e presidente do Partido Comunista Italiano. Sobre essa fase de sua trajetória não foi possível encontrar mais informações. Salientamos, desde já, que a mobilização de “identidades estratégicas” se assenta numa tensão, para que biógrafos e biografados façam ou desfaçam alusões a “lugares de referência”, que fixam ou desprendem traços da personificação do político (COLLOVALD, 1988). Nesse caso, o pouco destaque dado ao passado estudantil do agente, nas fontes encontradas, dá pistas de que a imagem negociada se amparou em outros esteios.

²⁹ Nessa época as “ordens” que autorizavam um agente a exercer o sacerdócio se dividiam entre “ordens menores” e “ordens maiores”. A que Gomes recebera era uma “ordem maior”, reservada a elites eclesiásticas. Tal distinção seria abolida em 1962, no Concílio Vaticano II.

Seu pai, Francisco de Oliveira Braga, natural do estado do Ceará, chegou na Paraíba na década de 1920. Foi empresário, tabelião e prefeito de Conceição (1948-1949; 1973-1976; 1983-1988). Sua mãe, Francisca Leite Braga, era de uma família estabelecida politicamente em Conceição. Seu ascendente mais proeminente fora José Figueiredo Leite, terceiro prefeito da cidade (1927-1928 e em diversos outros períodos).

Wilson Braga (primogênito) é irmão de Vani Braga, que foi a primeira mulher a se eleger deputada estadual na Paraíba (1982-1986; 1986-1990) e prefeita de Conceição (2009-2012). É irmão de Walter Leite Braga, médico, que também foi prefeito de Conceição (1964-1968). Sua outra irmã, Nice Braga Pegado, não ocupou cargo político, mas seu filho, Alexandre Pegado, foi prefeito (2001-2008).

Casou-se com Lúcia Braga, deputada federal entre 1986-1990 e 1990-1994. Wilson Braga fez parte de uma “família de políticos” (PATRIAT, 1992; GRILL, 2003; CANEDO, 2011) bem situada nos jogos municipais e casou-se com uma mulher cuja família participava ativamente da concorrência política estadual. Percebe-se, na descrição da família, divisão nos investimentos de reprodução e dominação. Enquanto alguns membros efetivavam atribuições de manutenção das bases municipais, Wilson Leite Braga granjeava espaços estaduais e nacionais.

Em 1954, foi eleito deputado estadual pela UDN. No pleito de 1958 tentou a reeleição, logrando uma primeira suplência. Em 1962, se filiou ao PSB (Partido Socialista Brasileiro), eleito deputado estadual mais votado da Paraíba. Foi vice-presidente da Assembleia Legislativa, presidente da Comissão de Finanças e secretário do Conselho Estadual de Desenvolvimento. Em 1966, já na ARENA, chegou a deputado federal, reelegendo-se sucessivamente até 1982. Em 1982, se candidatou e elegeu-se governador da Paraíba (PDS), ponto mais elevado de sua carreira política. Em 1992, foi eleito vereador em João Pessoa, pelo PDT. Em 1994, pelo mesmo partido, conseguiu seu quinto mandato como deputado federal. Em 1998 ingressou no PSDB, e, desde então, vem se reelegendo deputado federal por essa sigla (Verbetes de Wilson Braga, FGV-CPDOC-DHBB).

Wilson Braga publicou: “Quando falar é preciso”, editora Brasília (1978); “O Nordeste e outros problemas”, Imprensa Nacional - Câmara Federal (1980); “Humanização do crédito rotativo” (1980), “Câmara dos deputados” (1980); “Economia paraibana: análise conjuntural” (1982). Publicou, ainda, “O Nordeste é problema nacional” e “O Nordeste e a seca”, que não conseguimos identificar editora e ano de publicação. Sua esposa, Lucia Braga, que também seguiu carreira política, publicou duas autobiografias: “Tempo de viver, tempo de contar” (1996) e “A casa das Palmeiras” (2009).

Lúcia é neta do desembargador Joaquim Eloy Vasco de Toledo e filha de João Navarro Filho e Maria Augusta Toledo. Foi criada na casa do avô materno, aos cuidados de sua tia Amanda Toledo. Ambos os ramos de sua família ocupavam posições na política:

Pertencente à uma tradicional família política paraibana, os Navarro, apesar de não conviver cotidianamente com seus pais biológicos, Lúcia cresceu em meio a um contexto no qual as conversas envoltas da política eram constantes. Lúcia Braga conviveu com “gente grande”, e ouviu música erudita na vitrola do avô, passou as férias nos engenhos dos parentes, onde vivenciou a diversidade de uma família extensa (RODRIGUES, 2016, *apud* RABAY; CARVALHO, 2011: 174)

Lúcia Braga estudou no colégio de freiras Nossa Senhora de Lourdes, em João Pessoa. Matriculou-se na faculdade de Serviço Social, em 1955, localizada na capital do estado da paraíba. Familiares de Lúcia teriam sido perseguidos por João Pessoa:

Sua forma drástica e “açoada” de governar, mesmo com a intenção modernizadora, visando derrubar oligarquias, tentando mudanças bruscas na estrutura política do Estado, modificações que poderiam com melhor êxito, serem realizadas gradativamente, valeram-lhe admoestações do seu mentor e tio Eptácio Pessoa, que lhe aconselhava moderação nas ações políticas [...]. Daí a perseguição ao meu avô, desembargador Vasco de Toledo, que concedeu Habeas Corpus aos motoristas, no célebre caso das porteiras, lei arbitrária de João Pessoa (BRAGA, 2009: 98).

Lúcia e Wilson se conheceram em 1957, quando ela ainda cursava Serviço Social e ele exercia cargo de deputado estadual. Casaram-se em 1961. Segundo consta em suas biografias, esse matrimônio teria principiado seu

percurso político, “não como candidata, mas como mulher de político”. Ela relata que “nunca viu com bons olhos” a filiação de Wilson na ARENA, mas “era a política de esquerda ou a paz no casamento”. Em alguns trechos Lucia sustenta ter sido contrária à ditadura militar, porém não se expressou publicamente pelo envolvimento de Wilson com os militares (RODRIGUES, 2016, *apud* BRAGA, 1996).

Lúcia Braga se engajaria mais diretamente em 1982, quando Wilson se candidatou e foi eleito governador da Paraíba. Ela afirma ter tido papel central no sucesso dessa empreitada. Em 1981 fundou o MAF (Movimento de Afirmação Feminina):

Como estratégia de campanha, Wilson Braga, sempre ao lado de sua esposa Lúcia Navarro Braga, deu atenção especial a população periférica de João Pessoa, objetivando conquistar a confiança e voto dessa parcela tão significativa do eleitorado pessoense. A presença de Lúcia Braga durante a campanha de 1982 é bastante evidenciada pela imprensa local. Fotos e notícias da atuação dela, ao lado de Wilson ou agindo junto ao Movimento de Ação Feminina, circularam pela capital.

‘Ao falar para a pequena multidão que se aglomerou à porta da residência de Dona Dina, líder do comitê do bairro do Roger, a esposa do sr. Wilson Braga, Dona Lúcia, disse que ‘vamos governar o Estado com a presença da mulher paraibana, sempre esquecida pelas administrações passadas. Ela se referiu ao plano de governo de Wilson Braga, que assegurou a crescente participação da mulher da administração do Estado’ (Jornal A União, 16 de julho de 1982, p. 03). (RODRIGUES, 2016: 1048)

Lúcia Braga empregou estratégias de controle sobre a “produção de si” (COLLOVALD, 1988: 31) que influíram nas carreiras políticas sua e de Wilson. Aflora, nessas trajetórias, uma aliança que se amparou em dupla divisão do trabalho relativa à “dupla arte de representar” (GRILL & REIS, 2016). Lúcia se valeu da “condição de mulher” na escrita e na atividade eleitoral, com atributos ligados às atividades na assistência social. Tentou consolidar, nas suas biografias, a imagem de “compreensiva”, “carinhosa”, “admiradora” (do pai e marido) e “bondosa”, atributos acionados desde que era primeira-dama (RODRIGUES, 2017: 42).

Wilson, por sua vez, se escora na eficácia de suas “ações” e destaca, nos seus escritos, características como “responsável”, “trabalhador”, “honesto”, etc. Lúcia foi responsável por zelar pela manutenção da imagem e história do

grupo, do ponto de vista das sociabilidades e comportamentos (RODRIGUES, 2017), enquanto Wilson dedicou-se, quase exclusivamente, a livros sobre “desenvolvimento”. Deu ênfase, conjuntamente, a mostras de como sua atuação política contribuiria para o “desenvolvimento” do Nordeste e da Paraíba. Reproduzem, sobremaneira, os *double binds* (BOURDIEU, 2014: 171), que mantêm a legitimidade dessa divisão do trabalho político em favor do duplo reconhecimento de Wilson. Veremos à frente, que, quando necessário, o mesmo foi bem-sucedido em auferir a si mesmo imagem de “conciliador”, sem prejuízos para a autoimagem projetada. Ao passo que Lúcia, dificilmente, advogaria em favor de uma “versão de si” mais “ativa” em virtude dos seus *handicaps*.

Na introdução de “O Nordeste e outros problemas” (1980), Wilson Braga escreve:

Menos pelos efeitos de um clima hostil, que periodicamente flagela o Nordeste com secas ou enchentes, e muito mais pelo descaso e insensibilidade dos sucessivos governos, a nossa região torna-se cada dia mais pobre, enquanto o país, como um todo, cresce, avança, desenvolve tecnologia sofisticada e atinge a era atômica. [...]

A minha luta, junto ao bloco dos parlamentares nordestinos, é fazer reverter para o Nordeste, esses recursos consignados pela Constituição de 46 e retirados em 1967. Nesse sentido apresentei emenda constitucional que contou com a assinatura de 147 deputados federais e 26 senadores. [...]

O que se segue, nas páginas adiante, retrata o meu trabalho e dispensa comentários que induzam a conclusões, pois os atos e as ações falam por si com suficiente eloquência. (BRAGA, 1980: 07)

O descarte da explicação climatológica acerca do “subdesenvolvimento” nordestino feito por Wilson Braga indica que o mesmo quer destacar outras causas. Sugere uma “insensibilidade”, por parte de governos e administradores, que seria a causa da desigualdade que mantem o Nordeste “pobre”, “atrasado”, etc. No último parágrafo tenta certificar a condição de mediador, vocacionado para solucionar tais adversidades. O livro tenta objetivar esses “atos” e “ações” que “afirmam eloquentemente” o “bom trabalho” supostamente feito por Wilson na Câmara Federal.

Publicado em 1980, pela Câmara Federal, é um compilado de discursos, documentos, fotos e textos selecionados por Wilson Braga, quando

deputado federal, entre 1966 e 1979. A primeira imagem remonta ao posto de intermediador de recursos obtidos junto ao governo federal:

Figura 2 - Wilson Braga conversa com o presidente Figueiredo



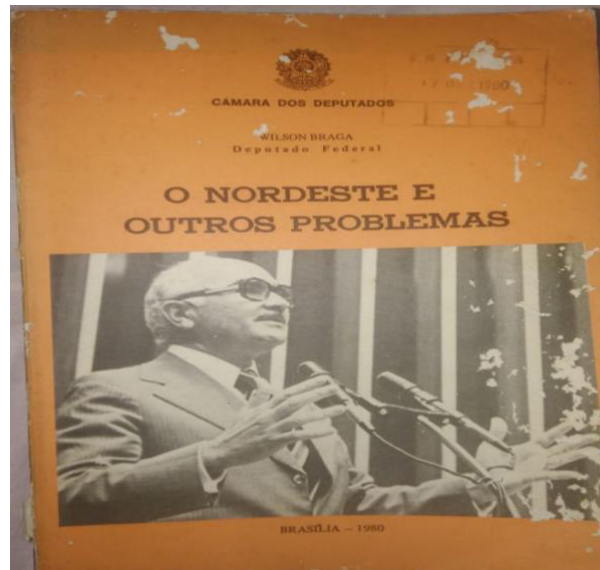
Fonte: BRAGA, 1980.

O livro relata uma profusão de encontros entre políticos, nos quais Wilson Braga teria “levado” reivindicações e “trazido” fundos para o “desenvolvimento” do Nordeste. A revelação dessas relações como estruturantes do “espaço público” se configuram em elemento fundamental para compreender as relações políticas vigentes. Longe de representar apenas subprodutos da “patronagem” e do “clientelismo”, categorias pejorativas, mas que são amplamente mobilizadas pelo senso comum acadêmico, esse fenômeno é significativo da concepção de “política” proclamada oficialmente (BEZERRA, 1999).

Essa estratégia tem um duplo sentido. Em primeiro lugar, ressalta qualidades que atestam competência política e responsabilidade diante seus mandatários. Em segundo lugar, credencia, perante outros profissionais, seu ingresso em círculos sociais distintivos, que certificam a posse de trunfos especiais. Na imagem, Braga se vale da foto com Figueiredo, então presidente da república, para constatar “identidade estratégica” compatibilizada com a profissão política (COLLOVALD, 1988).

Se considerarmos a capa do livro é possível assinalar a intenção de Wilson em se situar como tradutor de problemas sociais do Nordeste:

Figura 3 - Capa de "O Nordeste e outros problemas"



Fonte: BRAGA, 1980.

A *hexis corporal* assumida na capa diz muito sobre o expediente mobilizado no (con)texto. No corpo do texto, adota o tom de diálogo e de explicação da “situação do Nordeste”. Não realça embates ou disputas com outros políticos. Pelo contrário, em certos trechos, sugere supostas qualidades de Wilson como “conciliador” de conflitos (inclusive entre políticos de MDB e ARENA, como veremos mais à frente). Em passagem, afirma:

A reabilitação econômica do Nordeste constitui uma das minhas principais preocupações na presente legislatura, unindo-me aos parlamentares da Região, independentemente de filiação partidária, em bloco coeso na defesa do interesse dos estados nordestinos. (BRAGA, 1980, p. 107)

Faz, no livro, diversas referências a uma bancada formada por parlamentares nordestinos que trabalharia em nome dos “interesses da região”, firmando “bloco coeso”. Proclama que tiveram sucesso em obter verbas para construção de obras nesses estados. Wilson Braga transcreve algumas matérias, veiculadas na imprensa, que exemplificam o êxito em articular políticos de ARENA e MDB:

Outro jornal de Brasília noticiou o fato com matéria intitulada *MDB E ARENA unidos pelo Nordeste*, que transcrevo abaixo:

‘Arenistas e emedebistas estão unidos para a aprovação da emenda que altera dispositivo constitucional, possibilitando a destinação de

25% dos impostos arrecadados à região Nordeste. Ela propõe o reestabelecimento dos arts. 198 e 29 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1946.

Conforme o seu autor, Deputado Wilson Braga (ARENA-PB), a distribuição do produto de arrecadação dos impostos deve obedecer às seguintes prioridades: 5% para o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, além de outra parte depositada no Banco do Nordeste do Brasil,[...] (BRAGA, 1980, p. 109-110)

Esses trechos ilustram modos de agir semelhantes entre políticos que constituem carreiras díspares em termos de adesão partidária, isto é, revelam a aproximação tática na defesa da “causa” do “desenvolvimento” do Nordeste e nas soluções propostas para tanto. As dimensões aqui levantadas podem, certamente, fazer parte do leque de justificativas que Wilson dá aos outros e a si mesmo sobre suas aparentemente caóticas mudanças de partido político (PCB, PSD, ARENA-PDS, PDT, PSDB).

Sergio Nunes de Magalhães: linguagem econômica e os duplos vínculos com política e universidade

Não foram todos os políticos nordestinos dessa geração que ofertaram temáticas “regionais” nos seus escritos, no entanto. Sergio Magalhães se dedicou, tão somente, às questões “nacionais”. Vejamos como, comparativamente, sua trajetória política e estratégias de publicação ajudam a esclarecer outros vieses desse cenário.

Sérgio Nunes de Magalhães Júnior nasceu em 7 de fevereiro de 1916, em Recife-PE. Seu pai, Sérgio Nunes de Magalhães, foi advogado e deputado federal por Pernambuco, entre 1914 e 1915. Seu irmão, Agamenon Magalhães, 19 anos mais velho, foi um dos líderes da “Revolução de 1930” em Pernambuco. Agamenon foi deputado federal na constituinte de 1934, interventor federal entre 1937 e 1945, Ministro da Justiça em 1946, constituinte novamente em 1946-1951, ano que foi eleito governador de Pernambuco. Era aliado político e amigo de Getúlio Vargas. Foi governador até 1952, ano de sua morte, aos 59 anos. Agamenon foi, desta forma, o “líder político da família” até o início da década de 1950. Enquanto isso, Sérgio investiu na carreira de engenheiro e só foi se envolver diretamente com a política, após a morte de seu irmão mais velho. Em 1954, quando se filiou ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), se elegeu deputado federal pelo Rio de Janeiro, aos 38 anos.

Ao contrário de Wilson Braga, que migrou de uma cidade interiorana para outra em busca de escola qualificada, Sérgio Magalhães passou por respeitadas instituições de educação das elites pernambucanas na sua cidade natal: Colégio Padre Félix (ensino básico e início do ginasial) e Ginásio Pernambucano (onde finalizou o ensino secundário), ambas em Recife. Sobre o primeiro não foi possível obter muitas informações, além de que por lá passou outro agente dessa geração, Cid Feijó Sampaio, oriundo de família muito rica e dona de vários engenhos de açúcar (Verbetes de Cid Feijó Sampaio, DHBB-CPDOC-FGV).

O Ginásio Pernambucano foi fundado em 1825, por decreto do presidente de província José Carlos Mayrink. Inicialmente nomeado Liceu

Provincial de Pernambuco, mudou de nome e de organização institucional diversas vezes. Seguiu as vanguardas pedagógicas em termos de adoção e extinção do regime de internato, de turmas mistas e de ensino de novas disciplinas. Estudaram, aproximadamente na mesma época em que Sergio, nessa escola: o economista Celso Furtado e a poetisa imigrante Clarice Linspector. Foi colega de turma de Jarbas Maranhão, político-escritor constituinte em 46 e de Augusto Lucena, que também faz parte da segunda geração de políticos que escreve sobre “desenvolvimento”.

Ao concluir o ensino médio, ingressou na Escola de Engenharia de Pernambuco. Fundada em 1895, foi a primeira faculdade de Engenharia estabelecida no Nordeste. Em 1946, fazia parte da criação da Universidade do Recife, que viria a se tornar UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), em 1965.

Concomitante ao seu percurso na universidade, Sérgio chegou a exercer funções técnicas, esporadicamente, nos governos estaduais de Lima Cavalcanti (aliado do irmão) e do próprio irmão, como nivelador e condutor de obras da Secretaria de Viação e Obras Públicas. Em 1937, de posse do diploma em Engenharia, pouco antes do golpe do Estado Novo, mudou-se para a capital, Rio de Janeiro, onde trabalhou como engenheiro da Diretoria de Limpeza Pública da Secretaria de Viação e Obras Públicas.

Em seguida ao “golpe de 1937”, seu irmão foi nomeado interventor em Pernambuco. Sobre esse período, cabe recorrer a seguinte passagem:

Recife foi uma das cidades que mais se modificou ao longo do Estado Novo em termos de políticas públicas. Figura central e determinante nesse processo foi o interventor federal Agamenon Sérgio de Godoi Magalhães. Em dezembro de 1937, quando acumulava as pastas do Trabalho e Fazenda, foi indicado por Vargas para assumir a interventoria do estado de Pernambuco. A posse de Magalhães veio dar não apenas novos rumos à política do estado, afastando as antigas elites, mas também imprimiu um diferente ritmo ao cotidiano social pernambucano. Em pouco tempo seu governo seria considerado um modelo de interventoria, em que a modernização da capital e a modernidade de seus habitantes, apontadas pela imprensa, pelo rádio e mesmo pelas telas do cinema, buscavam forjar um imaginário de progresso adquirido com a nova administração. A remodelação urbana do centro de Recife e campanha de combate aos mocambos, exemplificam investidas da administração no sentido de criar

condições para o florescimento do progresso da cidade (FELDHUES, 2010: 19).

O trecho acima³⁰ sugere que alguns dos fundamentos que justificaram a trajetória política do irmão mais velho, além do suporte ao golpe de Getúlio, eram relacionados às questões correlatas ao “desenvolvimento”. Como: “modernização”, “modernidade”, “progresso”, “urbanização”, entre outros. Sérgio Magalhães se habilitou, do ponto de vista universitário, para lidar com aspectos técnicos dessa dimensão.

Em 1954, 2 anos após a morte de Agamenon, Sérgio Magalhães se elegeu deputado federal pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), representando o Rio de Janeiro, à época Distrito Federal.

No parlamento, Sérgio Magalhães integrou a Comissão de Economia, a partir de 1955. Nesse mesmo ano, elaborou projeto de legislação tarifária, instituindo medidas taxativas sobre produtos importados, aprovada pelo Congresso. Ainda em 1955, pediu o desarquivamento do projeto de lei antitruste, que regulamentou o artigo 148 da constituição, que versa sobre a “repressão a toda forma de abuso econômico”. Sérgio se envolveu, ainda, em debates sobre o monopólio estatal do petróleo.

Em 1958, Magalhães se reelegeu deputado federal, pelo extinto estado da Guanabara (a capital havia sido transferida para Brasília). Dia 8 de março, nesse mesmo ano, os chanceleres José Carlos de Macedo Soares e Manuel Barrau Peláez assinaram, em La Paz, documento habitualmente chamado de “acordo de Roboré” ou “ata de Roboré”, sobre exploração do petróleo boliviano. Seria, segundo tal contrato, de exclusividade de empresas privadas (bolivianas ou brasileiras) a extração petrolífera, ficando o estado brasileiro, vedado à essa atividade. Denunciava, juntamente com outros membros da FPN (Frente Parlamentar Nacionalista), que o aceite desse acordo

30 Retirado da dissertação escrita por Raphael Pires Feldhues, intitulada “Tradição e Modernidade no Recife do Estado Novo: considerações à luz das propagandas política e comercial”, defendida em 2010 na Universidade Federal de Brasília, Programa de Pós-Graduação em História.

lesaria os “interesses nacionais” (Informações retiradas do Verbetes “Acordo de Roboré”, DHBB-CPDOC-FGV).

Em 1960 foi publicado o primeiro livro de Sérgio Magalhães: “Problemas do Desenvolvimento Econômico”, pela Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, que viria a se tornar um dos lugares de aglutinação de intelectuais contrários à ditadura militar (PÉCAUT, 1990).

Anteriormente, teria produzido quatro monografias, nas quais comentara seus projetos de lei e artigos. Essas informações estão presentes na orelha de “Problemas do Desenvolvimento Econômico”, que faz uma pequena biografia do autor, o adjetivando como “homem público”, “muito conhecido”, “ativo”, “assíduo”, “minucioso”, “crítico” e “construtivo”.

O livro é caracterizado como “objetivo” e “equilibrado”, nesse mesmo elemento pré-textual (LE BART, 1998). Sergio é tratado como “deputado carioca”. Nenhum trecho do livro remonta seu estado de nascimento (Pernambuco). As orelhas foram assinadas por Ênio Silveira, diretor da Editora Civilização Brasileira³¹. O prefácio foi escrito pelo próprio Sergio Magalhães. Abaixo, os primeiros parágrafos, onde justifica a existência do livro. Elenca, também, os motivos pelos quais seria “merecedor de confiança”:

O leitor encontrará, a seguir, nossa opinião sobre alguns aspectos da situação econômico-financeira do país. Ainda cheia de lacunas, constitui essa opinião a síntese da *experiência e conhecimento* que adquirimos em quase seis anos de atividade parlamentar.

Quando merecemos a confiança de *representar* os cariocas na Câmara dos Deputados, no pleito de 1954, evidentemente já nos tínhamos familiarizado com vários problemas do povo brasileiro. Nutríamos a convicção inabalável de que era nosso dever apoiar a industrialização, síntese das mais profundas aspirações nacionais. Não obstante, integrando a Comissão de Economia da Câmara, nos quatro anos da passada legislatura, é que nos demos conta da vacuidade das críticas negativas e da necessidade de passarmos urgentemente a uma etapa mais alta: a da apresentação de soluções positivas para os mais importantes problemas do desenvolvimento econômico. (MAGALHÃES, 1960: 01, grifos nossos)

31 Era diretor dessa editora desde 1951. Formado em ciências sociais pela USP, foi morar em Nova York a fim de estudar editoração na Universidade de Colúmbia. De volta ao Brasil assumiu a direção da Civilização e se filiou ao PCB (Partido Comunista Brasileiro). Realizou uma série de mudanças na linha editorial e área gráfica. Informações retiradas de <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa4235/enio-silveira>, em 29/04/2019.

Nesse trecho, Sérgio Magalhães sugere que o engajamento na atividade parlamentar proporcionaria “experiência” e “conhecimento” para identificar, compreender e solucionar os “problemas do país”. Afirma que tais adversidades têm relação próxima com o “desenvolvimento” econômico. Há um único trecho em que se observa Sergio levantando questões “regionais”, também na primeira página:

Nosso povo espera, sem dúvida alguma, que a industrialização do país redunde na elevação de seu padrão de vida, na liquidação da miséria na cidade e do atraso no campo, na superação de desníveis de desenvolvimento verificados entre as diversas regiões do país, notadamente entre o *Sul e o Norte* (MAGALHÃES, 1960: 01, grifos nossos)

As terminologias “regionais” utilizadas por Sergio Magalhães expressam que “desenvolvimento” do Nordeste não é uma questão, utilizando “Sul” e “Norte” para representar as fronteiras. Essa é uma das raras vezes em que Sergio faz menção ao “campo” ou caracterização do Brasil como “país agrícola”, como abaixo:

Torna-se, pois, necessário dotar o país tanto de uma indústria de base como de uma infraestrutura de transportes ajustada à nova realidade econômica. Além disso, a preferência por um ou outro setor da indústria pesada não pode ser arbitrária, mas deve objetivar o desenvolvimento harmônico da economia, inclusive da agricultura. (MAGALHÃES, 1960: 02-03)

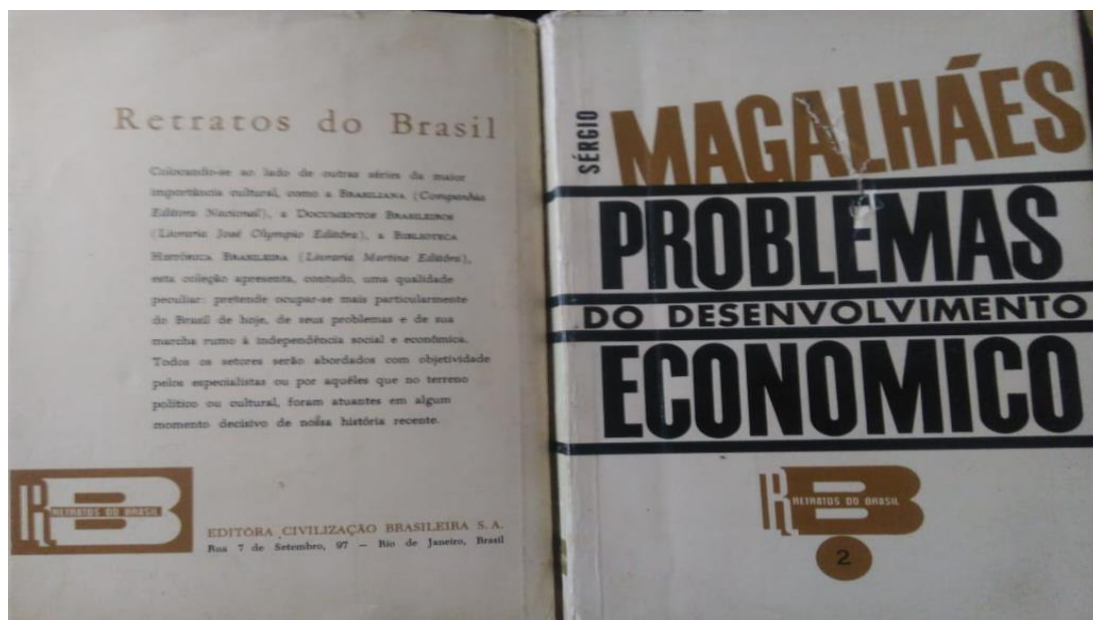
Não deixemos de perceber, entretanto, que a nossa capacidade de sentir a pressão política e econômica vinda do exterior decorre do nosso próprio desenvolvimento, da nossa passagem daquela condição de país essencialmente agrícola para uma etapa de exigências mais altas, que só podem ser atendidas por um poder político exercido de modo diverso. (*idem*: 27)

Estamos Convencidos de que será possível assegurar o crescimento autônomo da economia brasileira, se soubermos levantar as reivindicações legítimas da burguesia industrial e comercial, de modo a brotarem espontaneamente as soluções mais justas e exequíveis das condições institucionais do presente (*idem*: 115)

Sergio Magalhães reitera que o “desenvolvimento” só é possível através de “industrialização” e do “incentivo econômico”. Assegura que é uma

questão “complexa”, relacionada com a economia e seus instrumentos de conhecimento/intervenção. Abaixo, a capa do livro de Sérgio Magalhães:

Figura 4 - Capa do livro "Problemas do desenvolvimento econômico" de Sergio Magalhães.



Fonte: MAGALHÃES, 1960

De cores neutras e elementos gráficos discretos, dá ênfase ao nome do autor e ao título do livro. Na contracapa, a obra é inscrita em coletânea que pretende “ocupar-se mais particularmente do Brasil de hoje, de seus problemas e de sua marcha rumo à independência social e econômica”. Afirma, ainda, que esses dilemas serão “abordados com objetividade pelos especialistas ou por aqueles que no terreno político ou cultural, foram atuantes em algum momento decisivo de nossa história recente” (MAGALHÃES, 1960, contracapa).

Trata-se de um livro de tópicos densos, expostos em 285 páginas. A ponderação fulcral é sobre a “industrialização” do Brasil como requisito para o “desenvolvimento”. O agente constrói seus argumentos partindo de protocolos das ciências econômicas. Opera com uma distinção entre “políticas de subsídio nacionais” (vistas positivamente) versus “investimentos alienígenas” (vistas pejorativamente). Defende que a “industrialização” deve ser “amparada” pelo estado brasileiro, para “correção das distorções que se verificam no processo de industrialização” (MAGALHÃES, 1960: 07).

No que tange às temáticas “internacionais” a postura é de obter “autonomia frente aos estrangeiros”, no comércio internacional. No primeiro capítulo, inclusive, a primeira menção prestada a um autor é feita a Merle Kling, acadêmico estadunidense, professor da Washington University, que escreve sobre a “situação política na América Latina”. Merle teria publicado na Revista Brasileira de Estudos Políticos, editada pela UFMG:

Curioso é que o articulista, cujo trabalho recebeu acolhida do órgão daquela instituição de ensino superior, não faz o elogio do capital estrangeiro. Muito ao contrário. Chega a falar com certa crueza. Relaciona, inicialmente, o grande número de golpes de Estado registrados nos países latino-americanos, desde 1945, para mostrar, sem maiores rodeios, o caráter colonial da economia de nossos países, dependentes todos de um ou alguns produtos de exportação. Mas a tese que nos interessa no estudo em questão e da qual partiremos para a análise da presente conjuntura econômica de nosso país e suas implicações políticas é a seguinte: assinala o autor, com justeza, que “o atual programa de industrialização da América Latina apresenta um aparente paradoxo”. [...]

Assinala como conclusão: ‘Os latino-americanos em sua tentativa de conduzirem-se para a meta da industrialização, buscam, uma vez mais o capital estrangeiro’ (MAGALHÃES, 1960: 11)

Magalhães emprega jargões acadêmicos frequentemente. Contrasta a origem nacional do autor-referência com o fato de condenar o “capital estrangeiro”. Sergio refere-se ao próprio livro como “análise”, “estudo”, “pesquisa”, etc. Através dessas caracterizações tenta solidificar a imagem de que seu livro é “objetivo”, “sem rodeios”. Esses elementos confeririam um estatuto quase científico à “obra”. Parte de dados construídos através de técnicas estatísticas avançadas para a época, no intuito de transmitir credibilidade associadas à imagem de *expert* em economia, “desenvolvimento” e temáticas correlatas.

As tomadas de posição, nos capítulos, são de defesa de uma “industrialização nacionalista”, sem desconsiderar, no entanto, as relações fixadas com outros países. Não levanta esse tipo de questão diretamente. Tenta embasar sua posição na “retórica da imparcialidade” (BOURDIEU, 2008: 121).

Qualquer política brasileira de industrialização tem obviamente que partir da consideração das modificações no campo das relações internacionais. O essencial na formulação de uma política independente é partir do reconhecimento de que todo o esforço centralizado dos EE. UU. é com o objetivo de fundir num só bloco os interesses militares, políticos, econômicos e financeiros. (MAGALHÃES, 1960: 25)

Os “óbvios” registrados por Sergio tem respaldo em um tipo de “bom senso político-acadêmico”. O livro dispõe de trechos dedicados a tabelas e gráficos, que comprovariam as posições e opiniões de Sérgio Magalhães. Em algumas, são organizadas indicações sobre as indústrias brasileiras. Em outras, cotejamentos entre tais informações e a conjuntura de outros países.

Em 1955, Sergio Magalhães se associou a LEN (Liga de Emancipação Nacional), que foi registrada como sociedade civil com o “objetivo de defender as liberdades democráticas e de lutar pelo desenvolvimento econômico independente do Brasil” (Verbetes da Liga de Emancipação Nacional, DHBB-CPDOC-FGV). Criada em 1954³², LEN era integrada por aproximadamente 50 a 70 membros, recrutados nos altos escalões militares, sindicais e políticos. O jornal “Emancipação” era responsável por divulgar suas “causas”. Em 11 de junho de 1956, LEN foi extinguida por decreto de Juscelino Kubitschek.

Nesse mesmo ano fundou, junto a outros parlamentares, a FPN (Frente Parlamentar Nacionalista), que reuniu políticos das principais siglas partidárias (PSB, PTB, PSD e UDN). Sustentavam uma agenda de reivindicações que foi expressa, pela primeira vez, em discurso do parlamentar Abguar Bastos (PTB-SP), em 6 de junho de 1956. Bastos afirmou que 55 deputados (entre os quais Sergio Magalhães) assinaram documento propondo 13 pontos “nacionalistas”, como “revisão de tratados internacionais”, “defesa da indústria nacional”, “defesa contra interesses monopolistas internacionais”, entre outros (Verbetes da FPN, DHBB-CPDOC-FGV).

As posições tomadas no domínio político se espelham nas estratégias de publicação e vice-versa (LE BART 2012; GRILL & REIS, 2016). Sérgio

32 A de criação da LEN partiu do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional, entidade civil criada por Artur Bernardes e militares de alta patente.

escreveu “A questão da remessa de lucros”, publicado em 1962 em coautoria com: Francisco Mangabeira - carioca, advogado, nascido em 1909, à época presidente da Petrobrás e pertencente a “família de políticos”; Roland Corbisier, paulista, nascido em 1914, jornalista/intelectual ligado ao ISEB, formado em Direito, deputado federal; Alexandre Barbosa Lima Sobrinho (ver capítulo anterior); e Aristóteles Moura, do qual não conseguimos informações sobre a biografia.

O tópico “remessa de lucros” é uma das zonas de encontro dos posicionamentos políticos com a escrita. É relacionado ao lucro que empresas multinacionais despacham aos seus países de origem. O livro conta com autoria de dois agentes que dedicaram boa parte de seus trabalhos à “dupla arte de representar” (GRILL & REIS, 2016) o “desenvolvimento”.

Depois do “golpe de 1964”, todas essas instituições foram obliteradas e Sérgio Magalhães foi afastado da política (cassado) e voltou a atuar como engenheiro. A trajetória de Sérgio Magalhães é exemplar de como os atos de prescrição e descrição político-literários estão envolvidos nas dinâmicas de especialização política e multinotabilidades (GRILL & REIS, 2016). Possuidor de um conjunto raro de recursos (passagem por instituições escolares eminentes, família bem posicionada no domínio político, rede de relações com membros de diversas elites), tentou se afirmar como político “nacional-desenvolvimentista” e especialista em “problemas econômicos”, sem conseguir sobreviver à “ortodoxia econômica” estabelecida na ditadura, colocando em relevo algumas contradições nas estratégias de Magalhães.

André Franco Montoro: modelos de intervenção calcados na “causa democrática” e “desenvolvimento”

Já Franco Montoro, apesar de não estar alinhado com os promotores da ditadura militar, deu continuidade à sua carreira política após 1964, seguindo como deputado, chegando a senador e governador nos anos 1970-1980.

André Franco Montoro nasceu dia 16 de julho de 1916, em São Paulo capital. Filho de André de Blois Montoro e Tomásia Alijostes Montoro, descendentes de imigrantes italianos e espanhóis. A base de sustentação econômica da família era uma tipografia, propriedade do seu pai, que a administrava. Fez os primeiros estudos na Escola Modelo Caetano Campos, fundada por Dr. Manuel José Chaves, em 1846.

Lá estudaram membros de elites políticas e culturais, como: Sérgio Buarque de Holanda, Francisco Matarazzo, Mário e Oswald de Andrade, Cecília Meireles, além de Herbert Levy, que também faz parte dessa segunda geração. Concluído o primário, foi transferido para o colégio São Bento, onde fez o secundário. Esse segundo colégio era de orientação católica, também instruía e treinava elites. No site do próprio colégio, suas origens históricas são assim enunciadas:

O Colégio de São Bento foi fundado em 1903 como Gymnasio de São Bento, por iniciativa do grande Abade reformador Dom Miguel Kruse. A inauguração ocorreu em 21 de março, dia da festa de São Bento.

Em 1906, o Colégio já dispunha de instalações para o regime internato, facilitando a permanência dos que vinham de outras cidades e estados do Brasil.

Em 1943 o Gimnasio de São Bento muda o nome para Colégio de São Bento, atendendo as reformas educacionais brasileiras.

Sempre com uma participação ativa na sociedade paulistana, o Colégio de São Bento teve alunos e professores que se destacaram nos meios políticos, intelectuais e artísticos do Brasil. Dentre seus docentes ilustres, podemos citar o grande historiador Affonso d'Escagnolle Taunay e o governador de São Paulo André Franco Montoro.

Foram nossos alunos: Francisco Prestes Maia, prefeito da cidade de São Paulo; o cirurgião Antonio Prudente de Moraes, fundador do Hospital do Câncer; o poeta e tradutor Haroldo de

Campos; o escritor, poeta e dramaturgo Oswald de Andrade; o historiador Sergio Buarque de Holanda e Raul Cortez, renomado ator de teatro, cinema e televisão, entre muitos outros.

Orientação que deve ser imitada por outras instituições. (Informações retiradas de <http://colegiodesaobento.com.br/programs/> em 10/12/2018)

Pela escola São Bento passaram alguns jovens que participaram da ACB (Ação Católica Brasileira) e fundaram a JEC (Juventude Estudantil Católica) e JUC (Juventude Universitária Católica). Montoro frequentou instituições que participaram da capacitação de influentes historiadores, juristas, políticos e artistas. Além disso, o próprio pai era tipógrafo, o que evidencia algum convívio com o “mundo das letras”. Os espaços inaugurais de socialização do agente eram compatíveis com a aquisição de trunfos “jurídico-humanistas” (DEZALAY & GARTH, 2000).

Em 1934, aos 18 anos, ingressou na Faculdade de Direito da USP (Universidade de São Paulo), bacharelando-se em 1938. Foi colega de Ulysses Guimarães e Jânio Quadros. Concomitantemente, fez licenciatura em filosofia, na Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de São Bento, primeira faculdade de filosofia do Brasil, vinculada à escola onde havia terminado ensino médio. Nessa mesma instituição adquiriu seu diploma de doutorado (KLÜGER, 2017: 572). Entre 1935 e 1945 foi professor no Colégio São Bento de lógica, psicologia, filosofia e história e na faculdade vinculada àquela escola. Lecionou, também, na Faculdade de Serviço Social da USP.

Exerceu, em paralelo, a função de secretário-geral do Serviço Social na Secretaria de Justiça de São Paulo, no governo Ademar de Barros. Em 1940, tornou-se professor titular da Faculdade de Direito da USP. Exerceu magistério na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, na disciplina de “introdução à ciência do direito”. A partir de 1947 ministrou aulas de “direito administrativo” na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP.

Militou pela ACB (Ação Católica Brasileira). Movimento social católico fundado em 1935 por Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro. Seu verbete no DHBB informa ter sido um importante negociador da rendição de Washington

Luís, em 1930. Após o falecimento de Leme, em 1942, alguns segmentos da ACB foram alçados ao plano nacional, notadamente: JOC (Juventude Operária Católica), JEC (Juventude Estudantil Católica) e JUC (Juventude Universitária Católica). Em 1947, André fundou a sucursal da JUC (Juventude Universitária Católica) em São Paulo, junto a outros universitários da USP.

Ainda em 1947, participou de um congresso católico em Montevidéu/Uruguai, acompanhado de Alceu Amoroso Lima e Heráclito Sobral Pinto. Amoroso Lima era bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, também conhecido pelo pseudônimo literário Tristão de Ataíde. Converteu-se ao catolicismo tardiamente, em 1928 (aos 35 anos). Pertencia a círculos intelectuais. Foi diplomata, industrial e crítico literário. Não participou da “Semana de 22”, pois declarou querer preservar sua “independência de pensamento”, não se filiando a nenhum “grupo literário” que porventura o envolveria em “teorias ou tendências grupais” (informações retiradas do Verbete “Alceu Amoroso Lima”, DHBB-CPDOC-FGV).

Amoroso Lima abandonou a crítica literária em 1924 e teria seu “processo de conversão” finalizado em 1928, quando teria se confessado e comungado pela primeira vez. Tal conversão teria sido motivada, segundo o DHBB, por Jacksson de Figureiredo, líder e criador do Centro Dom Vital, organização cívico-religiosa carioca vinculada à Igreja Católica. Tratava, também, de questões “políticas”. Amoroso Lima, após a morte de seu mentor, assumiu e conduziu o instituto, se consolidando no domínio intelectual-católico.

O outro intelectual que viajara a Montevidéu com Montoro foi Heráclito Fountoura Sobral Pinto. Mineiro, formado na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro (colega de Amoroso Lima), foi também membro do Centro Dom Vital. Em 1936, foi encarregado pela seção carioca da Ordem dos Advogados do Brasil de defender Luís Carlos Prestes e Harry Berger, dois dos principais líderes comunistas pertencentes à Aliança Nacional Libertadora (ANL) e ao Partido Comunista Brasileiro.

Em Montevidéu, estavam presentes lideranças católicas e partidárias de toda a América Latina, como Rafael Caldeira e Eduardo Frei, que seriam, no futuro, presidentes de Venezuela e Chile, respectivamente. Esse congresso foi

responsável pela gênese de diversos alinhamentos políticos, que influenciariam diretamente na entrada de André Montoro para a política eletiva-partidária. Ao regressar ao Brasil, nesse mesmo ano, Montoro participou da fundação da “Vanguarda Democrática”:

De volta ao Brasil, Montoro fundou a Vanguarda Democrática, organização cuja principal finalidade era o estudo dos problemas econômicos e sociais do Brasil e o encaminhamento destes à esfera política. Dela participavam, além de Montoro, Antônio de Queirós Filho, Clóvis Garcia, Plínio de Arruda Sampaio, Odilon da Costa Manso, Teófilo Ribeiro de Andrade, Chopin Tavares de Lima e outros. A Vanguarda Democrática elaborou diversos trabalhos sobre questões como as do menor abandonado, do problema hidrelétrico e do planejamento urbano de São Paulo (Verbete de André Franco Montoro, DHBB-CPDOC-FGV).

Essas inscrições aproximaram André Montoro e outros intelectuais ao PDC (Partido Democrata Cristão). Esse partido havia sido criado, em 1945, pelo professor de Direito da USP, Antonio Ferreira Cesarino Júnior, estudioso do tema do “direito do trabalho”, que publicou várias obras sobre o assunto. Afastou-se da política, em 1947, sem ocupar nenhum cargo político.

Nessa agremiação partidária, André Montoro Franco conseguiu primeiro cargo eletivo: vereador da cidade de São Paulo, em 1950. O presidente da câmara era André Nunes Júnior, membro do Partido Social Progressista. O PSP foi criado por Ademar de Barros, médico, proprietário de fazendas produtoras de café, pertencente à uma família bem situada em diversos domínios.

Os aliados políticos de Ademar de Barros ocupavam posições mais eminentes no jogo. Lucas Garcez, por exemplo, fora eleito governador em 1950. Em 1954, Antônio Cardoso o sucedeu (também apoiado por Ademar de Barros). Em aliança entre PDC e PSB, Jânio Quadros (outrora colega de faculdade de Montoro) foi o adversário de Antônio Cardoso. É possível afirmar que, nesse início de carreira, Montoro estava vinculado à uma facção dominada na política de São Paulo. O tema do “desenvolvimento” ainda não havia aparecido no conjunto de livros publicados pelo agente, como pode ser observado nas lista de publicações apresentada abaixo:

“Princípios fundamentais do método no direito” (1942), “Propriedade humana, propriedade privada e formas particulares de propriedade” (tese de

doutoramento em filosofia, 1945); “Curso de instituições do direito privado” (1949), “Ação de investigação de paternidade e alimento” (1949), “Verdade das urnas: princípios do direito eleitoral” (1951), “Condição jurídica do nascituro no direito brasileiro” (1953), “Trabalhos da Assembleia Legislativa de São Paulo” (1955), “União parlamentar interestadual” (1956).

As tensões, que impulsionaram seus movimentos no meio político, refletem e refratam suas estratégias de publicação. Durante o início da década de 1950, sua posição era relativamente instável, no aspecto das alianças com políticos detentores de poder. Encontrava-se em um partido dominado local e nacionalmente. A facção rival (liderada por Ademar de Barros) tinha maior influência sobre a dinâmica concorrencial. Nesse estado do jogo, publicava livros sobre Direito, de um ponto de vista técnico, relacionado com suas atividades acadêmicas. Essa estratégia proporcionou o reconhecimento da condição de intelectual.

Eleito deputado estadual, em 1954, foi autor do projeto de lei que instituiu o “Plano Regional de Desenvolvimento do Vale do Paraíba” e estabeleceu um programa de crédito rural. Em 1958, ainda no PDC, elegeu-se deputado federal pelo estado de São Paulo. Essas conquistas se deram em paralelo à subida de degraus no próprio partido. Queirós Filho, aliado de Montoro, havia entrado em atrito com Jânio Quadros. Essas divergências entre Jânio Quadros e a direção regional do PDC, fez com que essa aliança fosse desfeita. Montoro ficou do lado de Queirós Filho, que conquistou, em 1953, a direção nacional do partido.

Em 1959, André Montoro publicou seu primeiro livro sobre “desenvolvimento”: *Integração econômica, social e política da América Latina* (em colaboração com Alceu Amoroso Lima, J. Musalem e Venâncio Flores).

A questão do “desenvolvimento” passou a constar nos títulos dos livros quando experimentou alguma ascensão na hierarquia. Quando Jânio Quadros renunciou de seu mandato presidencial, em 1961, Montoro fazia parte da comitiva que acompanhava João Goulart, em visita à China (teria sido um dos conselheiros quanto aos procedimentos ante à desistência de Quadros). Líder do PDC, Montoro foi um dos apoiadores da Emenda Constitucional que

implantou o parlamentarismo. João Goulart intitulou Tancredo Neves primeiro ministro. Tancredo, por sua vez, nomeou André Franco Montoro para o Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

Exercendo esse cargo publicou “*Con los pobres de América*” (1962), em colaboração com destacados políticos/intelectuais latino-americanos: Radomiro Tomic (chileno), Héctor Cornejo (chileno), Rafael Caldera (chileno) e Eduardo Frei (peruano). Conexões internacionais e mobilização de redes sociais lhe valeram não só a subida na hierarquia política, como oportunidade de empregar modalidades raras de estratégias de publicação.

Segundo o DHHB, a saída do ministério do trabalho foi motivada por:

A atuação do gabinete de Tancredo Neves transcorreu num contexto marcado por intensa agitação social e pelo recrudescimento das greves nas cidades. Diante da reação conservadora ao ministério, seus membros renunciaram em 12 de julho de 1962, ficando assim em condições de concorrer às eleições parlamentares de outubro seguinte. Substituído no cargo por Hermes Lima, Montoro reassumiu em seguida seu mandato na Câmara dos Deputados. (Verbete de André Franco Montoro, DHBB-CPDOC-FGV)

André Montoro reassumiu seu mandato, em 1962, e, no mesmo ano, se reelegeu. O “desenvolvimento” passou a ser edificado na produção escrita, quase simultaneamente. A partir de 1966 publicou:

“Ideologias em luta: resposta ao desafio do subdesenvolvimento” (1966), “Análise da política salarial brasileira” (1969), “A Declaração dos Direitos do Homem — o direito de participar no desenvolvimento” (1970), “Da “democracia” que temos à democracia que queremos” (1974), “A luta pelas eleições diretas” (1974), “Alternativa comunitária: um caminho para o Brasil” (1982), “*Integración y democracia, descentralización y reforma constitucional*” (1988), “Participação: desenvolvimento com democracia” (1990), “Perspectivas de integração da América Latina” (1994), “Integração da América Latina em um mundo multipolar” (1995) e “Um mundo sem ética” (1996).

Os títulos sugerem um aumento gradativo das temáticas “internacionais”, sobretudo nos períodos posteriores à ditadura militar. Durante o regime, prevaleceu escrita mais generalista e menos setorializada (LE BART, 2012; GRILL & REIS, 2016). O “desenvolvimento” é colocado como instrumento

de promoção e legitimação democrática. A partir de 1988, a categoria “participação” divide com “desenvolvimento” a presença nos títulos dos livros de Montoro.

Manteve-se, após o “golpe de 64”, deputado federal pelo MDB, cargo que ocuparia até 1971. Foi um dos 5 únicos candidatos a senador da “oposição” a se eleger em 1970. Em 1974 atuou como um dos principais organizadores da campanha nacional do MDB, para as eleições daquele ano. Candidatos do MDB obtiveram vitórias expressivas em estados relevantes, constituindo maioria no Senado.

Em “Participação: Desenvolvimento com Democracia” (1990), se apresenta como engajado no processo de “reabertura política”. Com esses avanços de mdbistas, os políticos da ARENA, através de decretos de Ernesto Geisel, limitaram o acesso aos meios de comunicação dos seus adversários. Em 1978, Montoro e os deputados do MDB Alceu Colares, Ulysses Guimarães e José de Alencar Furtado conseguiram consentimento do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) para que rádio e tevê veiculassem seus pronunciamentos. Furtado fora punido com cassação de seu mandato e suspensão dos direitos políticos, através do “A.I 5”. Em resposta, Montoro apoiou, na imprensa, uma carta-documento redigida por um grupo de juristas em favor da “restauração democrática”. (Verbetes de André Franco Montoro, FGV-CPDOC-DHBB).

Apresentou projetos e fez pronunciamentos na imprensa, defendendo eleições diretas para governador, redução dos mandatos dos “senadores biônicos” (eleitos por via indireta) e anistia total e irrestrita para “perseguidos políticos”. Em 1979, um ano após sua reeleição para o Senado, foi aprovado o projeto de anistia do governo, em detrimento das apresentadas por MDB e Montoro. Os livros publicados durante a década de 1970³³ estão relacionados às tomadas de posição no domínio político. A imagem de “protagonista”, “oposicionista” e “defensor da democracia” combina-se com *savoir-faire* ligados à “dupla arte de representar” (GRILL & REIS, 2016).

Suas descrições e prescrições (BOURDIEU, 2008) vão se diversificando, em dinâmica social caracterizada por fluidez e hiperpolitização da

33 A Declaração dos Direitos do Homem — o direito de participar no desenvolvimento (1970), Da “democracia” que temos à democracia que queremos (1974), A luta pelas eleições diretas (1974)

vida social (CORADINI, 2017). Quando supostamente solucionadas as problemáticas que Montoro colocava, acerca do regime de governo, a atenção do agente passa a circundar temáticas “internacionais” e condições do Brasil atingir “desenvolvimento”.

Publicou, nas décadas de 1980 e 1990: “Alternativa comunitária: um caminho para o Brasil” (1982), “*Integración y democracia, descentralización y reforma constitucional*” (1988), “Participação: desenvolvimento com democracia” (1990), “Perspectivas de integração da América Latina” (1994), “Integração da América Latina em um mundo multipolar” (1995) e Um mundo sem ética (1996).

Em 1982, deixou o senado para se eleger governador de São Paulo:

MONTORO E A SUCESSÃO PAULISTA

Empenhado em sua candidatura para o governo de São Paulo, Montoro passou a angariar apoio para ela e, em 6 de maio de 1981, era recebido pelo papa João Paulo II em audiência privada no Vaticano. Na ocasião, o papa deu seu apoio à abertura política no Brasil, manifestando a esperança de que ela progredisse cada vez mais. [...]

Em entrevista à *Folha de S. Paulo*, publicada em 31 de maio de 1981, Montoro manifestou-se contrário à radicalização política tanto de esquerda quanto de direita, defendendo ainda o apoio ao projeto de abertura do presidente Figueiredo e lembrando que esse apoio não significava abrir mão das “teses fundamentais para a reforma dos modelos econômico, político e social” (Verbete de André Franco Montoro, DHBB-CPDOC-FGV).

Montoro tentou se inscrever como “porta-voz” da “reabertura política”. O primeiro ano de André Franco Montoro como governador foi marcado pelo enfretamento de uma crise de desemprego (mais de 300 mil desempregados só na Região Metropolitana, segundo o DHBB). Diversas mobilizações e manifestações foram feitas contra o governo de Montoro. Em resposta, o então governador teria arregimentado apoio de organizações patronais da indústria, comércio e agricultura, além de:

Em agosto de 1983, Montoro lançou o Modelo Alternativo de Desenvolvimento, visando à resolução da crise no nível nacional. O projeto previa a eleição direta para a presidência da República; a dinamização da economia e a ampliação do mercado interno com o fim da recessão e do desemprego; um novo tratamento para a dívida externa com a adoção de prazos adequados para o seu pagamento; reforma tributária em favor dos estados e municípios; atendimento das necessidades

básicas da população, como saúde, alimentação, escolas, segurança, habitação e transportes coletivos. No âmbito estadual, Montoro mostrava as suas realizações, como a adoção do seguro rural abrangendo 45 mil produtores e a instalação de uma agência da Caixa Econômica estadual em cada município para auxiliar os pequenos produtores. (Verbetes de André Montoro Franco, DHBB-FGV-CPDOC)

O trecho acima indica as relações entre as tomadas de posição de André Montoro e seu conceito de “desenvolvimento”.

“Participação: desenvolvimento com democracia” (1990), publicado em 1990, por “Nossa Editora”, traz um relato de André Montoro acerca da “questão participativa” na política brasileira e das condições de acesso ao “desenvolvimento”. A capa contém uma foto em preto e branco de Franco Montoro, com microfones em uma mão e os punhos cerrados e levantados:

Figura 5 - Capa do livro "Participação: desenvolvimento com democracia" de André Franco Montoro.



Fonte: MONTORO, 1990.

Na contracapa, no final do livro, há outra foto do agente em posição de discurso, ao lado de uma descrição biográfica:

Figura 6 André Franco Montoro em posição de discurso



Fonte: MONTORO, 1990

Se compararmos com as capas analisadas nesse capítulo (de Wilson Braga e Sergio Magalhães) vemos que as disposições políticas e a estratégia de publicação têm relações. Podemos remontar cada capa às formas em que se expressam o capital político, segundo Bourdieu (1989a). Braga apresentou imagem de um “tradutor” e “conciliador” em busca de “diálogo”, empenhando-se em desvelar a condição “subdesenvolvida” de sua região, se valendo dessa premissa para condensar, em sua autoimagem projetada, vocação para “descrever” e “prescrever” (notoriedade). Magalhães apresenta, desde a capa, a retórica da imparcialidade, outorgado por seus títulos acadêmicos e por suas experiências e inscrições na política. Um dos primeiros argumentos de seu livro é de que integrou a Comissão de Economia da Câmara (MAGALHÃES, 1960: 01), além da Liga de Emancipação Nacional (LEN) e Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) (delegação). Montoro Franco representa uma versão de si mais próxima ao capital heroico, posando em atitude de discurso veemente, exaltado. Defenderia valores tidos como universais, possivelmente sob ameaça por seus concorrentes, em uma “conjuntura fluída” (DOBRY, 2014). No final do livro, sua biografia contrabalança essa imagem, levantando aspectos de seu carisma e *investiduras* recebidas:

“André Montoro Franco é um dos nomes mais representativos da cultura e da vida pública brasileira. Governador de São Paulo, eleito em 1982 e com mais de 5 milhões de votos, teve participação ativa nos principais acontecimentos políticos da história recente do país e galgou todos os cargos legislativos. Foi vereador em São Paulo (1951/1952), deputado estadual (1955/58), deputado federal (1959/1970) e senador (1971/1982). Em 1982 se elegeu Governador de São Paulo.

Foi também ministro do Trabalho de 1961 a 1962, no governo parlamentarista de Tancredo Neves. Ao deixar o governo do estado de São Paulo, assumiu a presidência do Instituto Latino Americano, entidade não governamental dedicada à estimular a cooperação e integração da América Latina, na área econômica, cultural, política e social.

Toda a ação política de Montoro está marcada pela luta em defesa da democracia, da participação da comunidade, dos direitos dos trabalhadores e dos direitos humanos. É autor, entre outras, da lei que estabeleceu o salário-família e da que isentou do imposto de renda os trabalhadores que ganham até cinco salários mínimos (lei salário não é renda). Como ministros do Trabalho iniciou o reconhecimento dos sindicatos rurais no Brasil.

No governo do estado realizou uma política de seriedade, que eliminou o déficit orçamentário, promoveu a descentralização e a participação da sociedade civil em todos os níveis e comandou, juntamente com os demais governadores da oposição, a campanha das eleições diretas e da candidatura de Tancredo Neves, que derrubou o regime autoritário do país.

Professor da Universidade de São Paulo, da PUC, e da UNB de Brasília, publicou, entre outras, as seguintes obras: “Integração econômica, social e política da América Latina”, 1958, “Salário-família – promoção humana do trabalhador”, 1968, “ABC dos direitos do trabalhador” (em 1987 alcançou a 10ª edição), “Introdução à ciência do Direito”, 2 volumes, em 13 edições “Da democracia que temos para a democracia que queremos”, 1974, “A luta pelas eleições diretas”, 1978, “Estudos de Filosofia do Direito”, “Colonialismo cultural e cultura nacional”, 1981, “Alternativa comunitário, um caminho para o Brasil”, 1982, “Com los pobres de América”, em colaboração com Rodomiro Tomic e Eduardo Frei, do Chile, H. Cornejo, do Perú e Rafael Caldera, da Venezuela.

Pouco antes de sua morte, escreveu Alceu de Amoroso Lima: “A Bandeira civilista, arvorada por Rui Barbosa, precisa de estadistas que tentem alça-la. E Franco Montoro, se não é o único, é seguramente um dos nossos líderes políticos que mais títulos possui para empreender essa tarefa”.

A biografia contida no livro não tem autor definido. Para compreendermos a descrição feita, é preciso considerar o contexto de publicação e a posição ocupada por Franco Montoro nos domínios políticos e culturais à época. A primeira assertiva do texto, que se refere ao agente como “um dos nomes mais representativos da cultura e da vida pública” é exemplar da

imbricação. Em seguida, são elencadas “ações políticas”, classificando-as como “lutas em defesa da democracia”, “direito” e etc.

Nas primeiras folhas de rosto do livro encontram-se as seguintes mensagens:

O fundamento último da participação é o respeito à dignidade da pessoa humana”

“Quando se sonha sozinho, é só um sonho. Quando sonhamos juntos, começa uma nova realidade” (D. Helder Câmara)

“Este é um livro aberto. Você pode continuar a escrevê-lo, com sua atuação solidária e participativa”.

“Se unirmos o Brasil em torno da ideia generosa de um desenvolvimento baseado em nossos próprios recursos, um desenvolvimento cujo centro seja a pessoa humana, iniciaremos um movimento de transformações sociais e políticas que há de marcar uma geração de nosso país

Franco Montoro

O Livro é dividido em três partes: “Conceito e modalidades de participação”, “Experiências de participação” e “Projetos de participação”. A primeira parte é composta pela definição de conceitos como “liberdade”, “participação”, “desenvolvimento”, “direitos humanos”, entre outros. Sobre “desenvolvimento”, afirma que vigorava um “modelo inaceitável”:

O atual modelo de desenvolvimento, adotado pela generalidade das nações, trouxe, ao lado de benefícios incontestáveis para uma parcela da população, resultados altamente negativos e inaceitáveis para a comunidade humana [...] (MONTORO, 1990: 10)

Após esse trecho, enumera dados do Relatório Anual do Banco Mundial, investimentos em gastos militares internacionais, descrição da relação entre juros e dívida externa do “Terceiro Mundo” e impactos ambientais da “industrialização”. Em seguida, defende um “real desenvolvimento”:

Trata-se de enfrentar o grande desafio da injustiça e da dominação. E de assegurar à sociedade os meios de se defender e de atuar no sentido de seu real desenvolvimento. A população é a grande interessada na efetiva solução dos problemas coletivos, e é também, quem melhor conhece e sente os problemas reais. Dentro desse espírito, a prática e a ciência política passaram a elaborar um novo conceito de governo e democracia. Não se trata apenas de eleger ‘representantes’ para tomar decisões, legislar ou administrar ‘em nome dos cidadãos’, mas de assegurar aos múltiplos setores da população

meios de 'participar', de uma forma organizada e na medida do possível, da solução dos problemas que lhes dizem respeito. (MONTORO, 1990: 11)

A solução da problemática “desenvolvimentista” passaria pela “participação”. No entanto, esta deve ser assegurada “de forma organizada e na medida do possível”. Buscou conciliar dupla vinculação de detentor dos mecanismos de compreensão dos problemas, que, implicitamente, contém a assertiva de que portava, igualmente, aptidão para resolvê-los. A especialização política e a autoimagem transpassada se ancoram, nesse sentido, no domínio da retórica democrática e da profissionalização de sua difusão (GAXIE, 2004; GUILHOT, 2003). Outro elemento agregado é a capacidade de discernimento entre um “falso desenvolvimento” e um “real desenvolvimento”.

A segunda parte do livro narra tomadas de posição de Montoro em diversos contextos, com destaque ao período em que fora governador e às reivindicações por eleições diretas. A terceira parte apresenta projetos sobre previdência social e “participação de trabalhadores”, utilizando como base os artigos da Constituição de 1989.

Em 1990 André Montoro concorrera, sem sucesso, ao cargo de senador por São Paulo (derrotado por Eduardo Suplicy - PT). O livro foi lançado em setembro, 1 mês antes das eleições. Em 1988 havia saído do PMDB para criar o PSDB, com outros dissidentes, entre eles Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas e José Serra. Abaixo, algumas fotos do lançamento do livro/campanha para senador:

Figura 7: Montoro autografa livros.



Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/AFM/audiovisual/franco-montoro-e-outros-em-lancamento-do-livro-participacao-desenvolvimento-com-democracia-e-durante-campanha-para-senador-por-sao-paulo>

Figura 8: André Franco Montoro, José Serra e Paulo Renato Souza discursam em lançamento de livro de Montoro



Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/AFM/audiovisual/franco-montoro-e-outros-em-lancamento-do-livro-participacao-desenvolvimento-com-democracia-e-durante-campanha-para-senador-por-sao-paulo>

Na primeira imagem, Montoro autografa um volume de “Participação: desenvolvimento com democracia” (1990). A segunda imagem é na parte externa do local de lançamento do livro. André Montoro, José Serra e Paulo Renato Souza discursaram. Serra, também político que escreve sobre “desenvolvimento” (reconstituiremos sua trajetória no próximo capítulo), havia sido Secretário de Planejamento e Finanças no governo Montoro, além de ter coordenado o grupo que elaborou o programa de governo. Nas eleições de 1990, Serra foi o candidato a deputado federal mais votado do Brasil, com cerca de trezentos e quarenta mil votos.

Paulo Renato Souza é economista, formado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi oficial-de-gabinete na prefeitura de Porto Alegre e assessor na pasta de Planejamento do governo estadual. Em 1968, realizou curso de treinamento oferecido pela CEPAL, na capital gaúcha. No ano seguinte ingressou no Programa de Pós-Graduação de Estudos Econômicos Latino-Americanos (Escolatina) da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade do Chile, onde deu aulas e fez mestrado. Trabalhou em diversos órgãos e institutos internacionais como economista. De volta ao Brasil, em 1978, passou em concurso para o Departamento de Economia da UNICAMP. Em 1980 obteve doutorado, também na UNICAMP. No governo estadual de Montoro exerceu diversos cargos administrativos. Em 1986 foi eleito reitor da UNICAMP. Em 1990, foi diretor de estudos, na categoria de visitante, da École des Hautes Études en Sciences Sociales, de Paris.

O caso de André Montoro é exemplar de agente que remodelou e foi remodelado pela diversificação das modalidades de engajamento pós-ditadura. Combinou especializações universitárias, militantes e político-eleitorais em sua trajetória (REIS, 2007). Escreveu sobre “desenvolvimento” amparando uma série de alinhamentos e realinhamentos. Essa dinâmica se relacionou com a defesa de “causas” valorizadas nos domínios pelos quais transitou.

Seu “protagonismo militante”, enquanto membro de movimentos sociais católicos auxiliou na entrada na política. A atuação em “eventos” de contestação ao regime militar legitimou sua permanência. Por fim, tentou ativar “legado” relacionado a afirmação da “democracia” (REIS, 2007). Teve, no “desenvolvimento”, aporte simbólico compatível com as narrativas empreendidas e vinculações militantes e partidárias.

CAPÍTULO 4 – Quando a “política” se torna “econômica”: diversificação de trunfos na terceira geração

A terceira geração é composta por 20 agentes, que ocupam os primeiros cargos políticos entre 1964 e 1982. Nesse período, houve a supressão de mecanismos de acesso à arena de cargos eletivos, após o “golpe militar de 64”, que fez com que determinadas estratégias e recursos, pertinentes na hierarquização política, se redimensionassem. Levantaram-se novas barreiras para os que pretendiam trilhar caminho na “política profissional” brasileira, bem como outras foram suprimidas.

O “terreno dos desacordos”, em 1964, foi alterado. Vários agentes, portadores de trunfos, que possibilitavam a ocupação de cargos na política, tiveram seus trajetos bloqueados. Inclusive, alguns dos que serão analisados na quarta geração, possivelmente estariam na terceira, não fosse o “golpe de 64”³⁴. Outros, empreendiam percursos escolares e profissionais não necessariamente congruentes com carreiras políticas. Seus investimentos e competências não eram tão valorizados no jogo político, mas a modificação dos critérios lhes proporcionou vantagens estratégicas.

Badie e Hermet (1993) oferecem uma chave explicativa, para a formulação e construção dos estados na América Latina, que dá ênfase nos aspectos da “internacionalização”, calcados no conceito de “dinâmicas órfãs”. Tais dinâmicas resultariam de teias de interdependências, fabricadas por meio de estratégias de importação e exportação de modelos do “estado ocidental”. Os autores afirmam que tais processos não são mecânicos, nem exclusivos. Houve adaptações, inovações e reinterpretções, que diferenciaram os sistemas políticos “periféricos” de seus referenciais internacionais. O sucesso, em universalizar esse paradigma, implicou na formação de conjunturas híbridas, que não correspondem nem às estruturas organizacionais exógenas, mas também não são puramente autóctones.

Segundo os autores, a ordem legítima estatal, nesses países, é consequência, especificamente, da importação de determinadas instituições e

34 Caso exemplar é o de José Serra, que era presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes) e tinha relações com políticos importantes no plano nacional. Reconstituiremos sua trajetória no próximo capítulo.

modelos organizacionais, originárias dos países “centrais”. O “autoritarismo burocrático” (conceito referido às ditaduras latino-americanas), deste modo, resultou, também, de estratégias desse tipo. Consiste na tomada de poder de camadas civis, aliadas aos militares, que, em nome de determinada “modernização” da burocracia de estado e de algumas práticas administrativas, recorrem à repressão e ao cerceamento democrático, como forma de controle.

Michel Dobry (2014) ressalta que a análise de “conjunturas fluidas”, ou seja, no qual a dinâmica das lutas é marcada pela “plasticidade”, deve levar em consideração justamente até que ponto fronteiras e limites das “zonas de auto referência” estão em jogo. A questão da diferenciação entres setores, domínios, campos, etc. não pode ser tomada a partir de suposta “funcionalidade”, relativa à manutenção e/ou integração do social. As edificações, que diferenciam tais zonas, são produto das lutas e de reconfigurações sucessivas, no sentido de Elias (1999), decorrentes de processos sociais, erigidos nas e pelas estratégias dos agentes. Esses, nunca totalmente conscientes dos resultados, nem das condições, ações e reações de seus concorrentes e aliados.

A conjuntura analisada, nessa geração, se define por situação onde a fluidez não pode ser considerada como excepcional, mais sim pelo seu aspecto rotineiro (REIS, 2007: 41). As “mobilizações multisetoriais”, entre agentes mais ligados à política e agentes mais próximos das forças armadas, por exemplo, não fora uma especificidade de 1964. Pelo contrário, desde a gênese da importação do estado brasileiro, essa dinâmica se apresentou em diversas situações, que inclusive fazem parte do “imaginário nacional”, como a “Independência”, a “Proclamação da República”, entre outras, que, no seu desenrolar, tiveram participações das forças armadas. Políticos que ocuparam primeiros cargos, entre 64 e 82, foram afetados por uma potencialização dessa condição (STEPAN, 1976; CHIRIO, 2012).

Outra dimensão da vida social, que se vinculava a esses aspectos e também passava por mudanças, era o acesso ao ensino superior. Privilegiaremos, na disposição dos dados, algumas propriedades sociais que mostram interconexões entre recursos prévios (origem social, escolarização e profissão), carreiras políticas (primeiro cargo ocupado, idade no primeiro cargo, cargo mais elevado e etc.) e concepção de “desenvolvimento” assinalada nos

títulos das publicações. Antes disso, propomos algumas reflexões sobre as condições históricas da profissionalização e da especialização política no Brasil.

Offerlé (2011) sugere que um dos primeiros indicadores, de que a atividade política estava sendo praticada, de um ponto de vista mais “profissionalizado”, na França, teve a ver com a distinção weberiana de se viver “da” e “para” a política. As condições econômicas, que tem relação direta com o tempo livre, são, muitas vezes, critérios estruturantes, na divisão entre agentes politicamente ativos e passivos. Já a especialização se relaciona com práticas, treinamentos e *savoir-faire* imprescindíveis para lidar com o jogo político, que, nas suas versões mais recentes, bloqueia ou limita a margem de ação dos despossuídos de determinadas ferramentas, considerados amadores, por aqueles que as possuem. Essas fronteiras estão em constante disputa e devem ser compreendidas, também, pelo seu caráter processual, histórico-contextual e genético (PHÉLIPPEAU, 2001).

Outro fator importante, destacado por autores da sociologia política francesa, é o momento de “entrada na política” (GAXIE, 1980; OFFERLÉ, 1996, entre outros). A consecução de um cargo, seja administrativo ou eletivo, resulta de investimentos e inserções anteriores. Tomamos, em todas as gerações, a ocupação de um primeiro cargo, como critério. Salientamos, todavia, que esse não deve ser considerado o “início da carreira”, mas podemos, isto sim, avaliar que traduz o sucesso na aplicação de um conjunto de estratégias e investimentos. Esses, só são possíveis, mediante posse e mobilização de determinados recursos e trunfos, em certa medida, extraordinários.

No Brasil, até meados do século XX, frequentar uma universidade, por exemplo, era uma oportunidade rara, reservada às camadas beneficiárias da justaposição entre aquisição de capital cultural institucionalizado e atividade política e/ou burocrática. A coesão desses grupos dirigentes, mais antigos, foi uma engrenagem importante para a constituição das lutas acerca da “identidade nacional” (GARCIA JR, 1993). Pécaut (1990) analisa que essa seria a grande matriz de referência da “cultura política”, compartilhada entre políticos e intelectuais brasileiros entre 1920-1940. Escrever e “fazer política”, para tais agentes, se vincula a múltiplos jogos e ao caráter hiperpoliticado e indissociável que a política tem com outros âmbitos. Para além das posições ocupadas e

almejadas, a “condição de escritor” justificou e potencializou multinotabilidades (GRILL & REIS, 2016: 14 - 24).

As gerações subseqüentes realinharam, processual e gradualmente, tal matriz, não mais exclusivamente ao redor da construção da “nação”. Tornou-se importante tomar posições frente “à formulação de projetos de desenvolvimento econômico, à emancipação das classes populares e à garantia da independência nacional” (GRILL & REIS, 2016: 28).

Acerca de lutas políticas, indexadas no paradigma “papel do estado na economia e vice-versa”, Yves Dezalay e Bryant Garth (2000:163) consideram que:

A história básica da transformação do Estado na América Latina da década de 1960 até o ano 2000 pode ser descrita como um deslocamento de Estados desenvolvimentistas ou Estados do Bem-Estar para Estados neoliberais, envolvendo a abertura das economias, privatizações e a implantação dos princípios do Consenso de Washington.

Os autores tentam analisar essa transformação através da descrição de *estratégias internacionais* e *guerras palacianas*, inspirados em Bourdieu (1996), impetradas por agentes que, conjuntamente, impulsionaram variados modelos de exercício do poder, identificados em dois polos: “políticos-bacharéis” e “técnico-políticos”. Os primeiros fizeram prevalecer a “lógica de Estado” com base em conhecimentos jurídicos, generalistas e humanistas, tendo no Direito a principal fonte de captação e acumulação de recursos simbólicos e institucionais. Os segundos promovem a “ordem legítima”, alicerçados nos conhecimentos matemáticos, administrativos e técnicos, sendo a Economia o principal ponto de partida, para a formulação de questões e princípios de reconhecimentos, que os fizeram se distinguir no jogo.

O êxito dos “técnico-políticos” estaria associado ao sucesso, de alguns agentes norte-americanos, em exportar modelos de construção do Estado, possibilitados por um suposto “paralelismo” entre estruturas sociais homólogas no “Norte” e no “Sul”. Esse processo se daria em ritmos variados, dependentes das conjunturas importadoras e exportadoras. A “dolarização” avançou, segundo essa abordagem, em velocidade proporcional à capacidade de “transnacionalização” e aquiescência dos modelos econômicos.

Para os autores, os exemplos e comparações, entre a disseminação do Direito e da Economia, em suas dimensões universitárias, são particularmente elucidativos. O Direito seria integrado, nos Estados Unidos e na América Latina, por profissionais em dissintonia, se comparados aos economistas. No entanto, há algumas gradações. Agentes ligados ao “direito empresarial”, por exemplo, tem possibilidades mais acentuadas de construir correspondências, se tomados lado-a-lado com os profissionais dos “direitos humanos”. Já na Economia, haveria uma correlação mais direta entre as posições nos domínios “centrais” e seus homólogos “periféricos”.

Essa tendência seria o resultado de estratégias empreendidas por agentes dominados, no espaço acadêmico universitário estadunidense. Um exemplo dado pelos autores são as estratégias dos economistas da Universidade de Chicago. Carentes de recursos e reconhecimentos acadêmico-universitários no seu país de origem, se aliaram a “grupos de republicanos e homens de negócios muito conservadores” (DEZALAY & GARTH, 2000: 166). Essa aliança se sustentou na operacionalização de conhecimentos matemáticos, possuídos pelos economistas “novatos”, em contraposição ao conhecimento mais generalista, das elites tradicionais de Harvard e costa leste americana. Isso possibilitou que esses economistas, dominados no espaço estadunidense, estabelecessem contatos com seus homólogos latino-americanos, através de instituições como USAID e Fundação Ford. A criação da CEPAL, com sede em Santiago - Chile, também tem relação com esses fenômenos, além de contribuir para sua reprodução, colocando muitos agentes de “centro” e “periferia” em interação (KLÜGER, 2017).

Quando das crises da dívida externa latino-americana e os impactos da Guerra Fria, o *Welfare State* foi um dos principais pontos de dissenso entre economistas e políticos. Os arrivistas acusavam os promotores/defensores dos “estados desenvolvimentistas” de ineficácia administrativa, ocasionada pela inocuidade em lidar com as dimensões técnicas e matemáticas (DULONG, 1996)

No Brasil, tais mudanças espelharam e foram espelhadas pela relativa ampliação do acesso a alguns mercados de diplomas universitários. Essas instituições foram indispensáveis em capacitação e treinamento de pessoal, para exercer hodiernas funções na burocracia. Não foi fortuito, por exemplo, que, entre 1970 e 1975, período de maior recrudescimento da ditadura, fora também

de grande investimento nas universidades, sendo os cursos da área de ciências sociais e economia particularmente bem fomentados (PECAUT, 1990; FÁVERO, 2006).

Investigar recursos de legitimação e modelos de especialização, de políticos que escrevem sobre “desenvolvimento”, nessa situação, deslinda algumas dinâmicas sociais, associadas às reconfigurações do jogo político e de suas condições de existência. Resumidamente, as lutas por descrição, prescrição, incentivo, afirmação, negação, detração, reforço, tomada de posição, envolvidas nessa questão, desembocam em disputar elementos significativos na reprodução e subversão das estruturas de dominação. Correlacionar as propriedades sociais dos agentes, modalidades de entrada/progressão de cargos e os bens simbólicos produzidos (incluindo as estratégias de apresentação dessas propriedades), possibilita compreender a concorrência pelas constantes redefinições da própria concepção de “política” (CORADINI, 2008; GRILL, 2013).

Coradini (2001) pondera sobre o valor significativo e relativo que a ocupação prévia de cargos públicos (eletivos ou não) tem, não apenas em carreiras políticas “bem-sucedidas”, mas, fundamentalmente, na distinção entre modalidades de especialização política no Brasil. Seus usos, frisa o autor, não se dão apenas no nível da relação “político-eleitor”, mas também nos princípios de classificação que guiam as “lideranças” (sejam elas partidárias, sindicais, vinculadas a “famílias de políticos” e etc.) ao arregimentar suas hostes. Reiteramos que a equivalência entre a hierarquização “fora da política” e “dentro da política” é vigorosa. Os fluxos, trânsitos e dinâmicas sociais se dão através de mobilizações e intervenções multidimensionais.

Tentaremos descrever as características sociais dos agentes e relacioná-las às concepções de “desenvolvimento” subjacentes nos títulos dos livros. Assim, é possível aferir alguns elementos, segundo quais critérios o processo descrito acima pode ter afetado na hierarquização política brasileira do século XX.

Origens sociais da terceira geração

Tabela 21 - Região de origem da terceira geração

Nordeste	9 (45%)
Norte	5 (25%)
Sudeste	4 (20%)
Sul	2 (10%)
Total	20 (100%)

Fonte: DHBB-CPDOC-FGV

A região Nordeste continua sendo a que tem mais representantes. A região Norte supera a do Sudeste e Sul. Não há variação significativa dessa geração para a passada nesse aspecto (o que não ocorrerá na quarta geração). Esse ponto sugere que as reconfigurações, nos domínios políticos e intelectuais, não modificaram os princípios de classificação “regionais” (CASTRO, 1992; ALBUQUERQUE JR, 2011). No entanto, os quadros analisados adiante mostrarão que as estruturas das obras e as correlações com propriedades sociais de seus autores revelam a emergência, diversificação e consolidação de outras clivagens.

Sobre os indicadores familiares, econômicos e escolares relativos a posição social de origem, encontramos uma discrepância mais acentuada em relação às gerações anteriores, provavelmente correlata a tais origens geográficas mais “periféricas”:

Quadro 15: Origens sociais e primeiras escolas

Nome	Descrição da família	Escolas primário, ginásial e médio.	Orientação
Aluizio Bezerra	S/I	S/I	-
César Cals	Pai: Médico, deputado estadual pelo Ceará (1925) e prefeito de Fortaleza. Mãe: descendente de família “tradicional” cearense.	Colégio Floriano – Fortaleza CE. Instituto São Luís – Fortaleza CE. Escola Preparatória de Fortaleza	Militar Público Militar

Delfim Neto	Avós imigrantes italianos. Pai: Escriturário Mãe: Costureira.	Instituto Liceu Siqueira Campos – Cambuci – Bairro operário de SP. Escola técnica de contabilidade Carlos de Carvalho – SP.	Públicos
Eliseu Resende	Casou-se com Dina Resende, irmã de João Resende, que foi Dep. Fed. e Sec. Do Interior de MG	S/I	-
Felipe Mendes	S/I	S/I	-
Francisco Rollemberg	Pertencia a “família de políticos Rollemberg”, cujos mais conhecidos: Arnaldo Rollemberg Garcez, Gov. SE (51-55) Dep. Fed. (58-71) Carlos Valdemar Acióli Rollemberg. Dep. Fed. SE (47-51) Armando Leite Rollemberg, Dep. Fed. SE (55-63); Min. (TFR); João Machado Rolemberg Mendonça, Dep. Fed. Se (63-69), (87-91)	Escola Laranjeirense – Laranjeiras Colégio Tobias Barreto – Aracajú SE Ateneu Sergipense – Aracajú SE Colégio Estadual da Bahia.	Públicos
Vanderlei Dantas	Filho do coronel Sebastião Gomes Dantas - um dos oficiais ligados a Plácido de Castro na conquista do Acre - e de Maria Cândida Vanderlei Dantas.	-	-
Hélio Duque	S/I	S/I	-
João Gilberto Coelho	S/I	S/I	-
Jorge Coutinho	Pai: Clóvis Ferreira Jorge, contador do Banco Ultramarino Brasileiro e empresário, dono da companhia de transportes públicos Viação Sul-Americana. Mãe: Mavilda Coutinho Jorge, pertencera à uma “tradicional família paraense”.	S/I	-
José Alves	S/I	Grupo escolar - Delmiro Golveira AL. Liceu Alagoano – Maceió AL	Públicos
José Lindoso	S/I	Grupo Escolar Marechal Hermes Ginásio Amazonense Pedro II.	Público Privado

		Colégio Dom Bosco	
Luís Gonzaga Mota	S/I	Colégio Marista Sagrado Coração.	Religioso.
Mansueto de Lavor	S/I	-	-
Marcio Fortes	Filho de João Machado Fortes e da professora Maria Augusta de Andrade Fortes. Seu pai, além de presidente do grupo João Fortes Engenharia, era militar, contemporâneo do general e ex-presidente da República João Batista Figueiredo (1979-1985).	S/I	S/I
Nabor Júnior	S/I	S/I	-
Ney Lopes de Souza	O pai fora alfaiate.	Colégio São Luiz-Natal Colégio Marista de Natal - RN	Religioso Religioso
Pedro Correia Andrade Neto	S/I	Colégio Salesiano – Recife PE	Religioso.
Renato Johnsson	S/I	S/I	-
Sergio Gaudenzi	Filho dos médicos Tripoli Francisco Gauzenzi e Offélia Britto Gaudenzi.	Colégio Marista de Salvador	Religioso

Fontes: DHBB-CPDOC-FGV, <http://parapolitico.com.br/2019/03/18/morre-fernando-coutinho-jorge/> (em 11/05/2019), <http://www.blogdoneylopes.com.br/naquela-mesa-ta-faltando-ele-homenagem-ao-meu-pai-josias-de-oliveira-souza>, (em 11/05/2019)

A quantidade significativa de agentes cujos pais não tivemos sucesso em localizar sequer a profissão nos serve de ponto de partida. Essa escassez, tanto no DHBB como em outras fontes, sugere que a terceira geração é composta por políticos cujas biografias não foram relatadas tão consistentemente, pelo menos no que tange a essa variável. As informações, efetivamente recolhidas, similarmemente, assinalam para um universo diverso dos anteriores. Dos 20, 6 tem ascendentes que, decerto, ocupavam posições prestigiadas socialmente: 2 são filhos de médicos (sendo que um deles foi político), 2 são filhos de empresários, 1 filho de militar de alta patente (coronel) e Francisco Rollemberg, que seria oriundo de “família de políticos” sergipana

enraizada no plano socioeconômico³⁵ (PATRIAT, 1992; GRILL, 2003, 2008; CANEDO, 2011).

O mesmo pode ser afirmado em relação aos investimentos escolares iniciais. A escassez de informações é relativamente maior, se compararmos aos dados colhidos para primeira e segunda gerações. Além disso, entre aqueles que foi possível obter informações, identifica-se estratégias menos diversificadas. Quase não há utilização de escolas privadas, apenas públicas e de orientação religiosa ou militar. Essa geração possuía instrumentos relativamente mais escassos, de aquisição inicial de capital cultural via escola, mas que, ainda assim, os diferencia do macrocosmo social mais amplo. Mesmo os de família de mais baixa extração social contaram, em algum momento, com alguns mecanismos de reprodução, que os impulsionaram em direção ao acúmulo de trunfos.

Dispomos, no próximo quadro, informações atinentes às carreiras universitárias e profissionais:

Quadro 16: Descrição da formação acadêmica e profissional terceira geração.

Nome	Cursos superiores	Instituições	Pós-graduações.	Instituições	Atividades profissionais e/ou acadêmicas prévias.
Aluizio Bezerra	Direito (1973). Administração (1973).	UnB. CEUB Brasília.	Doutorado em Direito Internacional (1978).	Universidad e de Paris, Sorbonne (bolsista CAPES).	Técnico Legislativo.
César Cals	Formação militar (1946). Eng. Elétrica (1954). Eng. Civil (1954).	-Escola Militar do Realengo -Escola técnica do exército. -Universidade do Brasil.	-		Militar Professor na Escola Técnica do Exército. Engenheiro.
Vanderlei Dantas	Filosofia, Ciências e Letras. Geografia e História	-Universidade do Brasil (RJ)	-		Professor e técnico de educação do Min. Da Educação.

35 Para uma descrição mais aprofundada dos “Rollemberg” e de outras “famílias de políticos” sergipanas, ver Leandro & Dos Santos (2010).

Delfim Neto	Economia	USP (1951)	Doutorado em Economia	USP.	Professor na Faculdade de Economia Aplicada da USP e lá ajudou a viabilizar a instalação de pós-graduação ³⁶ .
Eliseu Resende	-Eng. Civil	UFMG (1954)	Mestrado em Ciências (1961). Doutorado em Filosofia (1963).	Universidad e de Nova York (EUA).	Bancário Professor da Escola de Engenharia (UFMG)
Felipe Mendes	Economia. (1971).	UFC.	Especialização em consultoria industrial.	SUDENE. ³⁷	Pró-reitor de Planejamento da UFPI
Francisco Rollemberg	Medicina (1960)	-Faculdade de Medicina da Bahia.	Especialização em ginecologia.	USP.	Médico-cirurgião. Participou de vários congressos médicos nacionais e internacionais.
Hélio Duque	História (1962) Economia (1964).	UEPR UNESP (Rio Claro)	-		Professor do curso de economia da UNESP de Rio Claro
João Gilberto Coelho	Direito.	UFSM	Extensão em Planejamento Local Integrado.	UFSM SUDESUL ³⁸ .	Advogado, radialista e professor de história da rede municipal de Santa Maria – RS
Jorge Coutinho	Economia (1967)	UFPA	Especialização em planejamento para o desenvolvimento de países subdesenvolvidos (1969). -Introdução ao planejamento da área metropolitan	-Nações Unidas, Chile. (Fez a disciplina "Sociologia del Desarrollo, ministrada por FHC) -UFPA	Chefe de Departamento de Economia e coordenador do curso de economia da UFPA. Fundou: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos Programa Internacional de

36 Ver Kluger (2018).

37 Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

38 Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul.

			a de Belém (1970).		Formação de Especialistas em Desenvolvimentos de Áreas Amazônicas.
José Alves	-Direito (1963)	-UFAL	Doutorado em Direito (1965)	UFAL	Professor de Direito.
José Lindoso	Direito (1946)	Faculdade de Direito do Amazonas.	Estágios em comércio. (1957) - Aprendizagem comercial (1957). -I Ciclo de Estudos sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento (1975).	Chambre de Commerce de Paris Escolas comerciais, na Itália e Suíça. ESG.	Livre-docente da cadeira de Economia Política na Faculdade de Direito do Amazonas.
Luís Gonzaga Mota	Economia (1967).	UFC.	Estágios e cursos de Especialização (1967) Pós-graduação em Economia. (1969).	-SUDEC e -BNB ³⁹ . -Extensão em Harvard. -EPGE-FGV.	Professor: - Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro. (1969) -Departamento de Economia aplicada da UFC. (1970) -Centro de Aperfeiçoamento de Economistas do Nordeste. (1971). -Faculdade de Economia do Norte e Nordeste (1971).
Mansueto de Lavor	Teologia Sociologia e Política Direito.	Seminário Central da Bahia Escola de Sociologia de Salvador. Universidade Católica de Pernambuco	Cursos e estágios de formação no Exterior, em: Itália, Israel e EUA.		Sacerdote católico na diocese de Petrolina –PE Professor na Faculdade de formação de professores de Petrolina.

39 Superintendência de Desenvolvimento Econômico e Cultural. Banco do Nordeste do Brasil.

Marcio Fortes	Eng. Civil (1967). Eng. Econômica.	PUC RJ. UFRJ	Especialização em Desenvolvimento Urbano e curso de extensão em Política do Desenvolvimento.	Curso de extensão Harvard, quando ainda cursava graduação em eng. civil.	Membro dos conselhos de: PUC-RJ FGV-RJ Diretor da João Fortes Engenharia
Nabor Júnior	-	-	-	-	Seringalista e comerciante.
Ney Lopes de Souza	Direito (1967).	UFRN	-	-	Procurador da República. Jornalista Presidente do PARLATINO (03-07)
Pedro Correia Andrade Neto	Medicina (1971)	UFPE	-	-	Médico e pecuarista.
Renato Johnsson	Direito (1961)	UFPR	-	-	Advogado e empresário.
Sergio Gaudenzi	Eng Civil (1967).	UFBA	Estágio Técnico de aperfeiçoamento (1974).	Ministério da Fazenda.	Fundou Clube de Engenharia da Bahia.

Fonte: DHBB – CPDOC-FGV

Essas informações são bastante enfatizadas, em determinados formatos de relatos, não apenas no DHBB, como em sites pessoais e *blogs* sobre os políticos. A primeira reflexão é justamente sobre as estratégias de apresentação de suas características sociais. Para essa geração, há uma ênfase maior nos recursos escolares (conquistados nas universidades) e profissionais do que nas relativas à origem familiar ou aos períodos escolares iniciais. Em contrapartida, contam com outros meios distintivos, ligados ao capital cultural no estado institucionalizado:

- Sobre os principais diplomas conquistado: 7 têm diploma em direito, 6 em economia (sendo um em “engenharia econômica”), 4 em engenharia, 2 em medicina e 1 de cada (administração, formação de oficiais e história).

- 12 tem pós-graduações: 8 em nível de especialização e/ou estágio técnico e 4 em mestrado e doutorado. As especializações, à exceção do caso de Francisco Rollemberg, são em disciplinas ligadas ao “desenvolvimento”,

inclusive algumas o empregando diretamente no nome, como “especialização em desenvolvimento urbano”, “especialização em planejamento dos países subdesenvolvidos”, etc. Nota-se, entretanto, que a “internacionalização” raramente se deu com uma estada mais prolongada no exterior. Apenas os casos de Aluízio Bezerra, que foi bolsista CAPES na Sorbonne, e Eliseu Resende, que estudou na Universidade de Nova York, parecem ter passado tempo mais prolongado fora do Brasil. É importante ressaltar isso, pois a próxima geração irá se apoiar nessa estratégia com mais afinco.

- 12 exerceram atividades de ensino, a maioria no magistério superior (com maior e menor ênfase). Desses 12, apenas Vanderlei, Dantas, César Cals e Mansueto de Lavor não tem formação em economia. Dos 7 formados em Direito, pelo menos três adquiriram outros títulos, que denotam a “competência planificadora”. Todos os formados em economia passam por treinamentos, posteriores à obtenção do título, desse mesmo tipo, seja em universidades internacionais, seja em órgãos da administração pública brasileira ou via combinação das duas inserções. Casos exemplares são os de João Gilberto Coelho (formado em direito e com curso de extensão em “planificação integrada”) e Luís Gonzaga Mota (formado em economia, com especializações ofertadas por SUDENE, Banco do Nordeste do Brasil, bem como pós-graduações em FGV e Harvard).

Mattei Dogan (1999) retrata configurações em que algumas atividades exercidas por certas categorias sociais contribuem para “osmose” entre tais atividades e o exercício da política, na França. Isso é particularmente pertinente quando determinadas camadas, munidas de raros e valiosos recursos de legitimação, monopolizam, com relativa eficácia, algumas inserções específicas na política. Formam-se, segundo o autor, “viveiros” a partir dos quais os agentes são atraídos pelo e para o jogo político. Além disso, as divisões internas, que presidem a hierarquização e compartimentação, no domínio de origem, tendem a se reproduzir na própria política, reforçando homologias entre tais espaços.

A presença de carreiras universitárias progressivas e relativamente bem-sucedidas é maior nessa geração. A linguagem técnica e econômica, enquanto instrumento de aquisição e comprovação de competência profissional, idem. Na sobreposição de lógicas de hierarquização, sempre dependentes do

princípio de classificação político mais amplo (CORADINI, 2017), tem-se, mais do que uma relação de homologia, uma equivalência entre trunfos. As condições de acúmulo ou dilapidação do carisma, prestígio e notabilidade são fáceis e automaticamente transferíveis, sem a necessidade de tradução, via conversões e reconversões. As intervenções político-intelectuais se alicerçam, fortemente, no reconhecimento em múltiplos domínios da vida social. As reconfigurações dos domínios políticos e culturais mais abrangentes incidem diretamente nos modelos de intervenção alicerçados na “dupla arte de representar”, constituindo intersecções, através das quais, atividade política é constantemente redefinida por meio da produção escrita (GRILL & REIS, 2016).

Carreiras políticas da terceira geração

Descrevemos as modalidades de carreira política percorrida, em seguida elencaremos os livros publicados. Posteriormente, tentaremos analisar as correlações entre a formação universitária, a carreira política e estratégias de publicação. Esse procedimento desvelará algumas dinâmicas de interdependências entre a posse de diplomas, cargos ocupados e “temáticas privilegiadas”.

Quadro 17: Carreira política da terceira geração

Nome	Idade no Primeiro cargo político.	Tempo de Carreira ⁴⁰	Cargos políticos	Primeira filiação partidária.
Aluizio Bezerra	39	19	Dep. Fed. AC (79-87) Sen. AC (87-95)	MDB
César Cals	41	20	Pres. Cia. estatal estadual. (67-70) Gov. CE (71-75). Min. Minas e Energia (79-85). Sen. CE (85-87)	ARENA
Delfim Neto	39	40	Sec. Faz. SP (65). Min. Faz. (67-74). Embaixador BR-FR (75-78) Min. Agric. (1979) Min. SEPLAN (79-85) Dep. Fed. SP (87-07)	ARENA
Eliseu Resende.	35	25	Dir. Dep. de Estradas e Rodagem MG (64). Min. Transp. (79-82) Min. da Faz. (1993) Dep. Fed. MG (95-07) Sen. MG (07-11)	MDB
Felipe Mendes	26	21	Sec. Faz. PI (75-77) Sec. Planej. PI (78-82) Dep. Fed. PI (87-99)	PDS
Francisco Rollemberg	35	25	Dep. Fed. SE (70-87) Senador SE(87-95)	ARENA
Hélio Duque	34	16	Pres. Cia. Desenvolvimento. Londrina. (76-78). Dep. Fed. PR (79-91)	MDB
João Gilberto Coelho	27	18	Ver. Santa Maria – RS (72-74) Dep. Fed. RS (75-87) Vice. Gov. RS (91-95)	MDB
Jorge Coutinho	36	28	Sec. Planej. PA (75-82) Dep. Fed. PA (83-85). Senador PA (91-92; 93-98). Min. Amazônia Legal e Meio-Ambiente (92-93)	PMDB
José Alves	27	11	Secretário Interior – AL (66)	ARENA

⁴⁰ Tempo em anos somados no exercício de cargos eletivos e administrativos, aproximadamente.

			Deputado Federal (71-79; 81)	
José Lindoso	47	18	Sec. Educ. AM (64-67) Dep. Fed. AM (67-71). Sen. AM (71-79) Gov. AM (79-82)	ARENA
Luís Gonzaga Mota	37	22	Sec. Planej. CE (79-82) Gov. CE (83-87) Dep. Federal CE (91-99; 03-07)	PDS
Mansueto de Lavor	45	17	Dep. Est. PE (78-82). Dep. Fed. PE (83-95)	MDB
Marcio Fortes	35	21	Sec. Geral do Min. Faz. (Assumindo interinamente) (79-80) Pres. BNDES (87-89) Dep. Fed. RJ. (95-96; 98-03; 05-07)	PMDB
Nabor Júnior	36	38	Dep. Est. AC (64-74) Dep. Fed. AC (75-79; 79-83). Gov. AC (83-86). Sen. AC (87-95)	ARENA
Ney Lopes de Souza	26	24	Chef. Casa Civil. RN (71-76) Dep. Fed. RN (75-76; 88-07).	ARENA
Pedro Correia Andrade Neto	30	23	Dep. Fed. PE (79-87; 91-99; 99-06).	ARENA
Renato Johnsson	34	27	Pres. Cia. Est. PR (72-79) Sec. Interior. PR (79-82) Dep. Fed. PR(82-99)	ARENA
Sergio Gaudenzi	34	13	Sec. Planej. Salvador BA (75-79) Secretário-geral. Min. Prev. Assist. Social (87-89). Dep. Fed. BA (91-95)	PMDB
Vanderlei Dantas	34	11	Dep. Fed. AC (64-71) Gov. AC (71-75)	ARENA

Fonte: DHBB-CPDOC-FGV, www.camara.leg.br; www.senado.leg.br.

A idade mínima de ocupação de primeiro cargo político é 26 anos (enquanto nas duas últimas gerações haviam quantidades expressivas de agentes que iniciavam entre 18 e 25 anos). Assim, são agentes que investiram em trajetos universitários, adquiriram títulos, exerceram atividades profissionais (ligadas a tais títulos), e, posteriormente, ocuparam cargos na política.

Permanecem na arena política, em média, aproximadamente 22 anos, entre postos administrativos e eletivos. Dos 20, 13 (65%) iniciaram por ocupação de cargos administrativos, frequentemente como secretários em seus respectivos estados e municípios de origem. Esses 13 obtêm, subsequentemente, cargos eletivos. Casos exemplares são os de César Cals (ARENA) e Eliseu Resende (MDB).

O que não se repete para os outros seis que iniciaram via eleições. Ou seja, a entrada via indicação de outro político parece preceder o sucesso eleitoral. No entanto, a dinâmica inversa, nessa geração, não ocorre. Políticos que iniciam via jogo eleitoral permaneceram nessa estratégia, casos exemplares são os de Nabor Júnior (ARENA) e Mansueto de Lavor (MDB).

Analisando as primeiras filiações partidárias: detectamos 14 casos de políticos que debutaram no bipartidarismo, iniciado em 1966, sendo 9 na ARENA e 5 no MDB. Ambas as siglas comportam políticos que ingressam na arena política por eleição ou por cargos administrativos. Os 6 restantes, que começam carreiras partidárias, nas instituições que sucederam essa polarização (PDS e PMDB), iniciaram, invariavelmente, por cargos administrativos, uma vez que se tivessem entrado por via eletiva teria sido pela ARENA ou MDB. Esses 6 são os que tem carreiras mais embasadas em cargos administrativos, não apenas no início, mas nos prosseguimentos dados. Para tais, a atividade parlamentar/representativa aparece em proporção menor e acessória. Casos exemplares são o de Felipe Mendes (PDS) e Márcio Fortes (PMDB).

Produção escrita da terceira geração

Abaixo, quadro com os escritos que aludem o “desenvolvimento” em variadas perspectivas da terceira geração:

Quadro 18: Publicações da terceira geração.

Nome	Publicações sobre “desenvolvimento”.	Temáticas privilegiadas	Gênero de escrita
Aluizio Bezerra (AC)	<p>Virada para o Pacífico - a participação do Acre na integração latino-americana (1986)</p> <p>A defesa da Amazônia exige transformações sociais (1989).</p> <p>A defesa da Amazônia e o desenvolvimento autossustentado. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1994.</p> <p>A Amazônia na Eco92: Ecologia, desenvolvimento e transformações sociais. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1992.</p> <p>Parlamento Amazônico: biodiversidade e desenvolvimento regional. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1994</p>	Regionais.	Setorial
César Cals (CE)	<p>Um modelo de desenvolvimento para o Ceará (1976).</p> <p>São Francisco: Irrigação versus energia, artigo de revista (1978)</p> <p>O que fazer para dotar o Nordeste de mais riquezas. Artigo de revista (1979).</p> <p>Uma estratégia desenvolvimentista de uma nação.</p>	Regionais.	Generalista
Delfim Neto (SP)	<p>Alguns aspectos da inflação brasileira. São Paulo: ANPES, 1965</p> <p>Agricultura e desenvolvimento (1966)</p> <p>Planejamento para o desenvolvimento econômico (1966)</p> <p>A política econômica e financeira do governo: 1967-1968. Brasília: Ministério da Fazenda, 1968.</p>	Técnicas.	Setorial

	Política e estratégia do desenvolvimento brasileiro. Brasília: SEPLAN, 1982. 55 p		
Eliseu Resende (MG)	Aspectos técnicos e econômicos da implantação de rodovias (1966) Papel da rodovia no desenvolvimento da Amazônia (1969) Investimentos rodoviários e sua contribuição à economia (s.d.) Econometria dos transportes (s.d.)	Técnicas	Setorial
Felipe Mendes (PI)	A indústria de couro e peles do Nordeste (1971) Por uma nova fase (1979) Ações políticas para o desenvolvimento.	Técnicas.	Generalista/setorial
Francisco Rollemberg (SE)	Saneamento Básico no Nordeste. (1971) A problemática da saúde no Nordeste (1971) Sergipe quer de volta o que é seu (1988). O potássio em Sergipe: desenvolvimento e população.	Regionais	Generalista
Hélio Duque (SP)	As Contradições do desenvolvimento Brasileiro. Rio de Janeiro, Ed. paralelo, 1972. A Política da Industrialização do café solúvel. (Monografia - Tese de doutorado). Rio Claro, Univ. Estadual Paulista, 1974 Luta pela Modernização da Economia Cafeeira. São Paulo, Ed. alfa-ômega, 1976	Nacionais	Setorial
João Gilberto Coelho (RS)	O Brasil, a direita e o Terceiro Mundo (1975) Por um novo modelo político (1975) Problemas da produção primária no modelo econômico do Brasil e os direitos humanos na Guerra Fria, 1975	Nacionais	Generalista/setorial
Jorge Coutinho (PA)	Hipótese do desenvolvimento e programa de trabalho para Belém (1971) Necessidade do planejamento urbano e criação da CODEM (1971)	Regionais	Setorial

	<p>Diagnóstico econômico da Amazônia (1971/1972)</p> <p>A estratégia de planejamento do estado do Pará frente ao II PND (1975)</p> <p>Fundos estaduais de desenvolvimento (1977)</p>		
José Alves (AL)	<p>Integração dos administradores locais nas tarefas para desenvolver Alagoas (1969).</p> <p>Defendendo Alagoas e o Nordeste (1971).</p> <p>O Nordeste e o governo central (1973)</p>	Regional	Generalista
José Lindoso (AM)	<p>Valorização econômica da Amazônia (1947)</p>	Regional	Setorial
Luís Gonzaga Mota (CE)	<p>Noções sobre taxa de crescimento (1971).</p> <p>Nordeste: Desafio Nacional – Editora Ulysses Guimarães – 2002.</p> <p>Questão Social Brasileira- Editora Ulysses Guimarães – 2002</p> <p>Desenvolvimento da América Latina – Câmara dos Deputados – 2005</p>	Nacionais	Generalista
Mansueto de Lavor (PE)	<p>Rio São Francisco: um depoimento, Câmara dos deputados, 1983.</p> <p>Mudanças, Já. Câmara dos Deputados, 1985.</p> <p>Sociologia do desenvolvimento</p> <p>O nome da crise</p> <p>Plano verão: Mito e realidade. (1989) (folheto)</p>	Técnicas.	Setorial
Marcio Fortes (RJ)	<p>Caminhos da modernidade (1990)</p> <p>Desenvolvimento sustentável (1992)</p> <p>Um olhar construtivo sobre o Rio — bases para a retomada do desenvolvimento (1994)</p> <p>A virada do Rio (1996)</p> <p>Rumo ao desenvolvimento (1998)</p>	Técnicas	Generalista/setorial
Nabor Júnior (AM)	<p>Novos Caminhos e Novas Soluções para o Acre, 1975.</p> <p>Problemas e Soluções para o Programa do Acre, 1976</p>	Regional	generalista

	<p>Abandono, Esquecimento e Descaso: A Luta do Acre, 1978</p> <p>Participação do Acre no Futuro do Brasil, 1978.</p> <p>Democracia e Desenvolvimento - A Realização De Um Futuro Com Paz e Harmonia. 1982.</p> <p>A Luta Pelo Progresso do Acre: Capítulo Importante na Consolidação do Brasil Moderno, 1992.</p> <p>Desenvolvimento Econômico - Progresso Social e Democracia: Construindo o Brasil do Futuro (1997)</p>		
Ney Lopes de Souza (BA)	<p>O futuro do PARLATINO na integração latino-americana. Lima: PARLATINO, 1991.</p> <p>O Parlatino frente ao Nafta. São Paulo: Parlatino, 1994.</p> <p>Os Efeitos da Globalização sobre o Desenvolvimento Latino-Americano - Cadernos do Parlatino nº 12 - São Paulo - agosto de 1997; (artigo)</p> <p>América Latina e Caribe: Análise & Desafios. São Paulo, 2005</p>	Internacionais	Setorial
Pedro Correia Andrade Neto (PE)	<p>Pernambuco no Congresso Nacional (1981)</p> <p>Em defesa do Nordeste (1983)</p> <p>Sudene: a coordenação do esforço de desenvolvimento do Nordeste (1983)</p>	Regionais	Generalista/setorial
Renato Johnsson (PR)	<p>Modelo de planejamento e avaliação de incertezas (1977)</p> <p>Importância das telecomunicações no desenvolvimento econômico: o exemplo do Paraná (1980)</p>	Técnicas	Setorial
Sergio Gaudenzi (BA)	<p>Análise global da economia baiana (1975).</p> <p>Desenvolvimento urbano, uma questão política(1977).</p>	Técnicas	Setorial
Vanderlei Dantas	<p>Problemas da borracha Projeto Oeste</p> <p>O estado do Acre e o desenvolvimento da Amazônia</p>	Regionais.	Generalista/setorial

Fonte: DHBB-CPDOC-FGV, www.camara.leg.br; www.senado.leg.br.

Em comparação às gerações anteriores, preferências temáticas “regionais” continuam bem representadas (9 entre os 20). Há aumento significativo de agentes que publicam livros mais “técnicos” (7). As “nacionais” são prediletas de 3 políticos e apenas Ney Lopes se dedica a escritos “internacionais”.

Se analisarmos os gêneros de escrita prediletos: 5 escrevem equilibradamente entre setoriais e generalistas, 5 com ênfase generalista e 10 mais setoriais. Assim, na terceira geração, torna-se bastante visível como as recomposições e reconfigurações do perfil dominante de político profissional - calcado na produção escrita como recurso de legitimação - se aproxima do polo dito mais técnico. Desta forma, além do aumento considerável de escritos que não necessariamente versam sobre uma tomada de posição em relação às fronteiras “regional x nacional x internacional”, há um aumento gradual da relevância de se abordar temas correlatos às áreas de formação acadêmica e profissional dos agentes.

Além disso, mesmo nas temáticas embasadas na divisão “regional x nacional x internacional”, observam-se elementos “técnicos”. Em contrapartida, políticos que escrevem mais “tecnicamente” apresentam, nos títulos dos livros, termos colaterais, que denotam influência do esquema de percepção “regional x nacional x internacional”. Por exemplo, o amazonense Jorge Coutinho, publicou sobre reivindicações relacionadas à Amazônia e região Norte, no entanto, seus títulos denotam mescla com a tipologia mais “técnica”, empregando termos como “hipótese”, “diagnóstico” e “planejamento”. Já Marcio Fortes, publicou três livros sobre as condições “modernas” de se “caminhar para desenvolvimento sustentável”, mas operacionaliza esses conceitos em relação ao seu estado de origem (Rio de Janeiro).

As aproximações entre políticos originários no Norte e Nordeste da temática “regional” continuam presentes. As temáticas “técnicas”, no entanto, se distribuem por Nordeste (3), Sudeste (2) e Sul (1). Vejamos como as estratégias de apresentação do “desenvolvimento” se relacionam com os títulos escolares:

Tabela 22: Títulos de ensino superior versus temática privilegiada na terceira geração.

Títulos/temática privilegiada	Regionais	Nacionais	Técnicas	Internacionais	Total
Formados em Direito com pós-graduação	3	1	1		5
Formados em Economia com pós-graduação.	1	1	2		4
Formados em Engenharia com pós-graduação	-	-	3	-	3
Formados em Direito	-	-	1	1	2
Medicina	2				2
Formados em Engenharia	1				1
Formados em Economia		1			1
Sem Título	1				1
Ciências Humanas.	1				1
Total	9 (45%)	3 (15%)	7 (35%)	1 (5%)	20 (100%)

Fontes: DHBB-FGV-CPDOC, www.camara.leg.br, www.senado.leg.br

Para os formados em Direito há uma proximidade maior dos que atingem pós-graduação com as temáticas mais “regionais” e juristas sem pós-graduação às “técnicas” e “internacionais”. Para engenharia e economia essa relação se inverte. Esses, quando mais próximos do polo “especialista”, tendem a privilegiar a linguagem “técnica”, e quanto mais afastados da sua área de formação maiores são as chances de se embasarem em fronteiras “regionais” e “nacionais”.

Notadamente, esses dados são ainda limitados para fazer generalizações mais amplas. Mas, levando em conta os achados de Dezalay e Garth (2000) e Grill e Reis (2016), observamos um fluxo facilitado entre os critérios hierárquicos internacionais, em matérias mais dolarizadas e matematizadas, e a prevalência de concepções setoriais para o *background* mais técnico, e generalistas para o mais jurídico-humanista.

Há uma crescente especialização, associada à adequação em se posicionar ante certas problemáticas, associadas à capacidade de lidar com dinâmicas multidimensionais. As estratégias escolares e profissionais se adaptam às condições político-institucionais e aos recursos disponíveis para os agentes, bem como às redefinições de “política” e “cultura” legítimas.

Vejamos como os tipos de carreira e filiações partidárias se correlacionam com as “temáticas privilegiadas”:

Tabela 23: Tipo de carreira política e temática privilegiada na terceira geração

Tipo de carreira e partido/temática privilegiada	Regionais	Nacionais	Técnicas	Internacionais	Total
Início administrativo ARENA/PDS	4	1	3	1	9
Início eletivo ARENA	3	0	0	0	3
Início administrativo MDB/PMDB	1	1	3	0	5
Início Eletivo MDB	1	1	1	0	3
Total	9	3	7	1	20

Fonte: DHBB-CPDOC-FGV, www.camara.leg.br; www.senado.leg.br.

Políticos que se filiaram à ARENA, independentemente do tipo de entrada, preferem temáticas “regionais”. Os do MDB distribuem-se entre as temáticas. Os parlamentares das duas siglas, quando escrevem livros mais “técnicos”, começam suas carreiras pela ocupação de cargos administrativos. Logo, observamos que políticos que preferem a tipologia mais “técnica” tem tendência a iniciar via cargos administrativos. O que parece ser mais estruturante, nessa distinção, não é a filiação ideológica/partidária, mas as estratégias de acúmulo de cargos políticos.

Diante essas descrições, acreditamos que a terceira geração pode ser dividida em, pelo menos, três modelos de especialização política. O primeiro, abarca políticos, geralmente norte-nordestinos, que escrevem sobre “região”,

que construíram carreiras inicialmente pautadas na indicação de outros políticos, mas que depois têm algum sucesso eleitoral. O segundo, é composto por políticos, com origem em estados do Sul-Sudeste, que, antes de ocupar postos têm sucesso e reconhecimento acadêmico, escrevem sobre o “desenvolvimento” mais “tecnicamente”, iniciam suas carreiras via cargos comissionados, mas depois experimentam o sucesso eleitoral. O terceiro abrange políticos espalhados por todas as regiões que tiveram formações especializadas, mas suas atuações prévias se dão em outros espaços, que não a universidade (ou tem uma atuação menos destacada nesse domínio), escrevem equilibradamente sobre temáticas “regionais”, “nacionais” e “técnicas” e ocupam cargos administrativos eletivos, quase na mesma intensidade. Analisaremos três trajetórias representativas desses padrões: César Cals Filho, Antônio Delfim Netto e Márcio Fortes.

César Cals Filho: um capital político familiar reproduzido na escrita sobre “desenvolvimento”

César Cals Filho nasceu em 1926, em Fortaleza- CE. É filho de César Cals de Oliveira, médico e político cearense. César de Oliveira estudou na Faculdade de Medicina da Bahia e se formou no Rio de Janeiro, em 1910. Descende de uma família de imigrantes italianos, da região de Carcassone. Henry Cals (bisavô de Cesar Cals e avô de Cesar de Oliveira) chegou ao Brasil, em embarcação própria, em Recife - PE, no ano de 1842. Poucos meses depois, migrou para Fortaleza, onde ficou até 1846. Após esse período, estabeleceu uma colônia agrícola em Petrópolis – RJ. Teve 4 filhos, todos nascidos no Ceará: Henrique Cals, Francisca Cals (mãe de César e avó de César Filho), Cleonice Cals e Ana Cals. O avô de Cesar Cals Filho foi José Henrique de Oliveira, pequeno comerciante fortalezense, que morreu em 1918, 8 anos após César de Oliveira terminar o curso de medicina.

O trajeto de César de Oliveira é descrito por Hélio Passos (1997), escritor e jornalista cearense. Passos foi assessor de imprensa de César Cals Filho, quando esse exerceu o cargo de governador do Ceará. Escreveu a biografia que utilizamos como fonte de informações, intitulada: “César Cals: sua vida e outras vidas” (1997), que tem foco no ex-governador, mas relata dados sobre os itinerários escolares, profissionais e políticos de seu pai. Frisamos, desde já, uma distinção em relação aos agentes analisados na primeira parte do capítulo. Lembramos que boa parte dos agentes dessa geração não teve registrada essa informação nos veículos que divulgam suas “imagens”. Inclusive, o caso de Delfim Netto, próxima trajetória a ser reconstruída, se caracteriza por uma indiferença mais acentuada a tais aspectos. Já sobre Cals, há ênfase significativa na biografia do pai e na sua infância.

Passos (1997: 21) afirma que César de Oliveira era “calmo”, “de boa-fé” e “tolerante”. Teria o hábito de ler jornais todos os dias e escutar noticiários no rádio. Lia em francês e era um “devorador de livros”. O estilo de vida de César de Oliveira é assim descrito:

Figura singular, sempre preocupado com a boa aparência, que não ilude, aos cuidados de uma vaidade de direito. Gostava de canto lírico e música clássica. Passava horas ouvindo Caruso (1873-1921) e Beniamino Gigli (1890-1957), a interpretarem óperas e canções líricas. Mas tinha predileção pelo solo de piano, o que o levava a preferir os prelúdios, as valsas e os noturnos de Chopin (1810-1849). Era um devorador de livros, e lia bem os originais franceses. Achava Proust o "primus inter pares" entre os escritores, e lhe bastava a abertura de 'Em Busca do Tempo Perdido' (A la recherche du temps perdu) para perceber que estava diante de algo único em literatura. Na verdade, em menos de 40 páginas, Proust lança os temas de sua obra maior e sugere mil conclusões. Lia bem Machado, Camilo e Eça. O coloquialismo melódico e fluente de Machado de Assis, autor dos livros mais bem escritos em língua portuguesa, fascinava seu espírito delicado (PASSOS, 1997: 22).

Oliveira trilhou exitosa carreira médica, presidindo as seguintes instituições: Sindicato dos Médicos de Fortaleza; Policlínica Geral de Fortaleza, Hospital Geral de Fortaleza, entre outras instituições ligadas à prática médica. Presidiu, ainda, a Liga de Defesa Nacional, instituição cívico-cultural, cuja criação foi liderada pelos intelectuais: Olavo Bilac, Pedro Lessa, Miguel Calmon e Wenseslau Braz (à época presidente) em 1916, a qual atuou no estabelecimento de serviço militar obrigatório no Brasil.

Entre 1925-1928 foi deputado estadual, seu primeiro cargo eletivo. Apoiou a candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa para presidente e vice, respectivamente, em 1930, além de ter se filiado à Aliança Liberal. Teria promovido comício em uma de suas fazendas, em prol da revolução de 1930⁴¹ (PASSOS, 1997: 18). Foi prefeito de Fortaleza (1930-1931), nomeado pelo então interventor e também médico, Fernandes Távora, pai de Virgílio Távora, que viria a ser um dos contemporâneos de César Filho na política, ora como rival, ora aliado. César de Oliveira deixou a prefeitura um ano depois, ao recusar-se a assinar um decreto remetido por Fernandes Távora (PASSOS, 1997).

Esses agentes se engajariam a partir de uma polarização política, no Ceará, que colocara, de um lado, representantes dos "vice-reis do Norte" (GARCIA JR, 2007), e, do outro, políticos ligados a movimentos católicos. César Cals de Oliveira se filiou à LEC (Liga Eleitoral Católica), associação de nível

41 Fotos de César Cals de Oliveira com líderes da revolução de 1930 (entre eles José Américo de Almeida, Juarez Távora e Fernandes Távora) e outros políticos podem ser encontradas em <http://cearaemfotos.blogspot.com/2018/01/a-revolucao-de-30-no-ceara.html>.

nacional, que propunha organização do eleitorado católico, mas pretendia manter imagem neutra quanto à filiação partidária. O único estado onde se constituiu em partido político fora justamente no Ceará, lançando uma lista de candidatos às eleições de 1934 (Informações retiradas do verbete temático da Liga Eleitoral Católica, DHBB-CPDOC-FGV).

Nesse pleito, César de Oliveira elegeu-se deputado estadual e foi escolhido presidente da câmara legislativa. Ocupou esse cargo até 1937, quando da supressão da assembleia, via Estado Novo. Voltaria a ocupar cargo político em 1946, novamente como prefeito de Fortaleza. Não completou 1 ano de mandato. Devido a complicações de sua condição de saúde, viria a falecer em 1948.

Oliveira se casou, em 1913, com Hilza Diogo de Siqueira, filha de Antonio Diogo de Siqueira, influente fazendeiro e industrial cearense. Tiveram 7 filhos: George, José, Luís, César, Maria Camélia, Maria Antonieta e Maria de Lourdes. Todos os filhos homens seguiram carreira militar. George, o mais velho, chegou ao almirantado da Marinha. José chegou ao posto de comandante da Marinha e entrou para a reserva, por motivos de saúde. Luís, oficial do exército reformado. Das filhas mulheres: Maria Lúcia faleceu precocemente, em 1936, aos 15 anos, fato que teria abalado profundamente César de Oliveira. Maria Camélia seguiu a carreira religiosa, virando freira. Maria Antonieta foi professora de ensino básico, em Fortaleza. Moravam em casarão na rua Tristão Gonçalves, no centro de Fortaleza, habitado pelas elites econômicas da capital. Eram vizinhos do sogro de César de Oliveira. O consultório de César ficava no andar de baixo do casarão, no qual Antônio morava (PASSOS, 1997: 20-25).

O pai tinha, dessa forma, acesso a recursos cosmopolitas de legitimação, além de gozar de privilegiada situação econômica e financeira, ambas reforçadas, conjuntamente, por herança e por estratégia matrimonial bem-sucedida.

Dos filhos, apenas César Cals Filho seguiria carreira política. A biografia escrita por Hélio Passos defende que Maria Antonieta, que era professora, fora uma espécie de assistente pessoal do pai, acompanhando suas leituras e datilografando textos. Maria Antonieta nasceu em 1922, logo, é 8 anos

mais velha que César Filho e 9 anos mais velha que Maria de Lourdes. Antonieta fora responsável, além de auxiliar o pai com seus livros e escritos, por ajudar a mãe na educação dos irmãos mais novos. Sobre sua relação com o irmão e irmã, afirmou:

- Sempre fomos amigos, vida afora. Lourdes casou-se com o 2º tenente Manoel Theóphilo Gaspar de Oliveira Neto, colega de turma de César na Escola Militar de Realengo, em 1944, homem de bem, militar brilhante, nacionalista de mão cheia, que foi para a reserva como general-de-brigada (irmão de mais três militares ilustres, todos de Fortaleza, um dos quais o general Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira, ex-comandante da 10ª Região Militar, ex-superintendente da Sudene e presidente do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico). Vivem felizes desde o casamento na Igreja do Patrocínio, dia 14 de janeiro de 1948. Detalhe interessante é que, dos oito filhos, os seis homens são Theophilo e todos militares do Exército: Henrique e Manoel, coronéis; José e Guilherme, tenentes-coronéis; e Alexandre e Estêvão, majores. César, por sua vez, tornou-se um vitorioso na vida, em razão de sua inteligência incomparável, obstinação, audácia e trabalho competente. Todas as missões que lhe confiaram, desempenhou com êxito. Isto posso afirmar porque fui sua interessada interlocutora. Ouvia com gosto o relato de suas experiências, dificuldades e vitórias, quer quando nos visitava em casa, quer nas reuniões de trabalho. Escutava seus planos e suas utopias. Como foi bom trabalhar com ele! E quantas utopias se tornaram realidade! (Maria de Lourdes *apud* PASSOS, 1997: 25)

Segundo Hélio Passos (1997), Antonieta teria sido uma espécie de “braço direito” de César Filho, chegando a ocupar postos administrativos, na área da Educação, quando esse fora governador do Ceará. A inserção em meios militares é valorizada. Segundo o mesmo biógrafo, César de Oliveira não obrigou os filhos a seguirem carreira militar, teriam feito por “escolha própria”. Afirma, no entanto, que o convívio social da família era calcado em regras “austeras” e “rígidas” (PASSOS, 1997: 22). O que pode ter contribuído para a inculcação de disposições compatíveis com as atividades no exército.

César Cals Filho ingressou, em 1943, aos 17 anos, na Escola Militar do Realengo. Antes, passou pelas escolas Floriano Peixoto e Escola Preparatória de Fortaleza, ambas na capital cearense. Em junho de 1945, chegou ao posto de segundo-tenente. Em 1947, voltou à Fortaleza, servindo no 23º Batalhão de Caçadores. Em 1949, passou ao posto de primeiro-tenente e assumiu cargo professor de álgebra na Escola Preparatória de Fortaleza. Em

1951, voltou ao Rio de Janeiro, para cursar Escola Técnica do Exército, na qual se formaria engenheiro eletricitista. Concomitantemente, fez engenharia civil na Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, formando-se, em ambos, em 1955. Foi elevado, em 1952, à patente de capitão. Nesse período assumiu a função de chefe do serviço de obras da 10ª Região Militar, sediadas em Fortaleza.

Exerceu atividades profissionais ligadas à engenharia elétrica. Em 1958, tornou-se major e técnico no serviço de luz fortalezense, tendo trabalhado, também, em serviços ligados à SUDENE. Entre 1963 e 1970, exerceu funções técnicas na CONEFOR (Companhia Nordeste de Eletrificação de Fortaleza), COHEBE (Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança) e CEMAR (Centrais Elétricas do Maranhão), chegando a postos de direção técnica e administrativa. Foi promovido a tenente-coronel, em 1966, quando de sua passagem para a reserva remunerada. Durante a década de 1960 trabalhou em construções e reformas de várias usinas de geração de energia no Ceará, mas também no Piauí e Maranhão.

Em 1970, Emílio Garrastazu Médici, então presidente da República, recrutou César Cals Filho para substituir Plácido Castelo, no governo do Ceará. Fato esse atribuído, pelo DHBB, ao fato de César Cals Filho ser reconhecido como “técnico e administrador competente”, especificamente por seu papel na construção da Barragem da Boa Esperança – Piauí. Dia 3 de outubro de 1970, a Assembleia Legislativa cearense homologou a indicação de Cals para o governo do estado. As primeiras medidas de César, como governador, foram no sentido de renovar as fileiras da ARENA no estado, contrariando facções compostas por “famílias de políticos” (GRILL, 2003, 2008; CANÊDO, 2011) antigas, lideradas, principalmente, por Virgílio Távora e Adauto Bezerra, também coronéis do exército.

Virgílio de Moraes Fernandes Távora nasceu em Fortaleza no dia 29 de setembro de 1919, filho do médico, jornalista e político Manuel do Nascimento Fernandes Távora e de Carlota Augusta de Moraes Fernandes Távora. Seu pai foi revolucionário em 1930, interventor no Ceará de 1930 a 1931, constituinte de 1934 e de 1946, deputado federal de 1935 a 1937 e de 1946 a 1947 e senador de 1947 a 1951 e de 1955 a 1963. Seu antepassado mais ilustre teria sido o marquês de

Távora que, perseguido por Pombal em 1759, se refugiou no sertão do Ceará. Entre seus tios, Juarez Távora participou da revolta de 5 de Julho de 1924, em São Paulo, integrou a Coluna Prestes e teve atuação fundamental na Revolução de 1930, tornando-se a partir de então ministro da Viação e Obras Públicas (1930) e da Agricultura (1932-1934), candidato à presidência da República em 1955, deputado federal pela Guanabara de 1963 a 1964 e novamente ministro da Viação e Obras Públicas de 1964 a 1967. Outro tio, Joaquim Távora, participou do levante tenentista de Mato Grosso em 1922 e morreu em combate na revolução de 1924, em São Paulo. (Verbete de Virgílio Távora, DHBB-CPDOC-FGV)

José Aauto Bezerra nasceu em Juazeiro do Norte (CE) no dia 3 de julho de 1926, filho de José Bezerra de Meneses e de Maria Amélia Bezerra de Meneses. Sua família, radicada no sul do Ceará desde o século XVIII, tornou-se a mais rica de Juazeiro do Norte e uma das mais poderosas do estado, tendo interesses em vários setores da economia. Fizeram também carreira política seu irmão gêmeo, Humberto Bezerra, deputado federal pelo Ceará de 1967 a 1971 e em 1975, e o irmão mais novo, Orlando, deputado federal de 1983 a 1995. Ingressou na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em fevereiro de 1943, sendo declarado aspirante a oficial da arma de artilharia em dezembro de 1949. Foi promovido a segundo-tenente no ano seguinte, a primeiro-tenente em junho de 1952 e a capitão em dezembro de 1954. Durante sua carreira militar, fez ainda o curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Esao) (Verbete de Aauto Bezerra, DHBB-CPDOC-FGV)

Virgílio Távora foi deputado federal pelo Ceará (51-59; 67-71); Ministro da Viação e Obras Pública (61-62); Governador do Ceará (63-66; 79-82); Senador pelo Ceará (71-79; 83-88). Ou seja, entre as décadas de 1950 e 1980 não ficou um ano sequer sem ocupar cargos na política. Aauto Bezerra foi Governador do Ceará (75-78), deputado federal pelo Ceará (79-83) e superintendente da SUDENE (90-91).

No início dos anos 1980, esses três agentes validariam o “acordo dos coronéis”, pacto que confirmava Gonzaga Mota⁴² (também membro da terceira geração que escreve sobre “desenvolvimento”) no cargo de governador do Ceará. Esses três “herdeiros” militares protagonizaram as disputas políticas pelo governo do Ceará e pela composição das bancadas estaduais, além da concorrência por mandatos na Câmara Federal e no Senado, ao longo das décadas de 1970 e 1980.

42 Formou-se, em 1967, na Faculdade de Ciências Econômicas e Administração da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Dos três, Adauto foi o único que não escreveu livros. Távora publicou: *“Plano de desenvolvimento do Estado do Ceará”* e *“O Problema das Secas”*. César Cals publicou: *“Um modelo de desenvolvimento para o Ceará”*, *“Uma estratégia desenvolvimentista de uma nação”* e *“A responsabilidade do empresariado brasileiro”*, além de diversos artigos e folhetos (todos relacionados à questão do “desenvolvimento”). Távora não chegou a se dedicar com tanto afinco à produção escrita quanto Cals, mas quando o fez escolheu justamente o “desenvolvimento”, tendo como temáticas privilegiadas, as “regionais”.

Virgílio e César eram filhos de médicos, cujos pais, além de participação direta no levante de 1930, participaram ativamente da política estadual naquele período. Ambos escreveram sobre estratégias de “desenvolvimento” do Ceará e do Nordeste. Cals beneficiou-se do reconhecimento como técnico e do “golpe militar de 64” para alavancar sua carreira política, em um momento propício ao recrutamento de lideranças ligadas ao exército. Sua entrada, como vimos anteriormente, baseou-se na eficácia na condução determinadas “obras”, enquanto engenheiro, e do fato do presidente-militar creditá-lo como “competente”. Já Távora, 10 anos mais velho, era um político estabelecido desde a década de 1950, acessando por via eletiva, filiado à UDN.

“Um modelo de desenvolvimento para o Ceará”, livro publicado por César, em 1974, enquanto governador do Ceará, utilizou instâncias do governo estadual para ser editado, publicado e distribuído. Consta na contracapa: “Um modelo de desenvolvimento para o Ceará: “Editado pelo Governo do estado do Ceará, através da Secretaria para Assuntos da Casa Civil”.

Na publicação, há uma introdução assinada diretamente por César Cals. Os outros trechos do livro não têm autor definido. No entanto, a linguagem utilizada na introdução é semelhante ao restante do livro:

Certo é que o livro está aí para discussão. Que o povo cearense, através de suas lideranças, o conheça em profundidade, vasculhe suas páginas, avalie os dados, afira os resultados. Não deve é ficar indiferente, porque o povo não pode ser indiferente aos temas do seu próprio desenvolvimento. Tem de participar, escolher os caminhos próprios a serem percorridos, coerentes com a nossa maneira de ser, ajustados, todavia, os hábitos à nova fase desenvolvimentista que

vivemos. Importante é não esquecer no encaminhamento de soluções, o tipo de gente cearense, as características geográficas, o clima e o meio ambiente, as vocações naturais da terra e do povo

Que o livro esteja nas bibliotecas, nas escolas, nos centros comunitários, nas igrejas, nos quartéis, nas repartições administrativas, e que seja consultado, criticado, comentado e discutido; que sirva de motivo de trabalho para as classes e de tema para as mesas-redondas – seja, enfim, um instrumento vivo e uma ferramenta forte para o desenvolvimento do Ceará (CALS, C. 1974, p.02)

César Cals se refere diretamente ao “povo cearense” e o “convida” a participar do processo de “desenvolvimento” do estado. Afirma, inclusive, que apenas com tal participação seria possível preservar uma suposta “essência natural” do “povo cearense” na “nova fase desenvolvimentista”. Ainda no texto introdutório:

A estratégia desenvolvimentista:

A estratégia para atingir o desenvolvimento do Ceará, principalmente quanto à renda ‘per capita’, aumento da oferta de empregos e desenvolvimento harmônico de todas as regiões, com equilíbrio econômico e social, teve como pré-requisitos aparelhar o sistema de segurança e tornar a estrutura administrativa eficiente para dar suporte às decisões que iriam ser tomadas. Na primeira fase, a tônica foi no Setor Primário, dentro do setor econômico. Nos setores sociais e de infraestrutura, deu-se prioridade ao saneamento básico, para fornecimento de água tratada, visto que a maioria das doenças, segundo o diagnóstico de saúde, são de origem hídrica. O problema da nutrição foi também abordado de imediato pelo Governo, a fim de que a população, melhorando sua dieta, pudesse trabalhar com maior produtividade, e as crianças, supridas de proteínas animais, não ficassem sujeitas à atrofia física e ao subdesenvolvimento mental. A preocupação com a criança inspirou uma nova política de proteção ao menor abandonado, procurando-se preservar a base da nossa sociedade. (CALS, C. 1974, p.02)

Os “usos do povo” (BOURDIEU, 1990) feitos remetem às “virtudes políticas” de Cals e à sua capacidade de fazer existir, em suas palavras, o próprio “popular”. Condensa elementos tidos como essenciais na composição da “tradição nordestina/cearense” (ALBUQUERQUE JR, 2011), baseada em princípios de classificação concernentes ao que chama de “nova política”. No final do livro, há várias imagens que redefinem a concepção em voga, fundindo aspectos da “urbanização” e do “desenvolvimento” com “tradições” e “riquezas naturais” cearenses:

Figura 9 - "Na vaquejada, o vaqueiro, homem símbolo, dá uma demonstração do vigor do homem cearense e nordestino" (Título atribuído pela fonte).



Fonte: CALS, 1976

Figura 10: "Serviço de processamento de dados" (Título atribuído pela fonte)



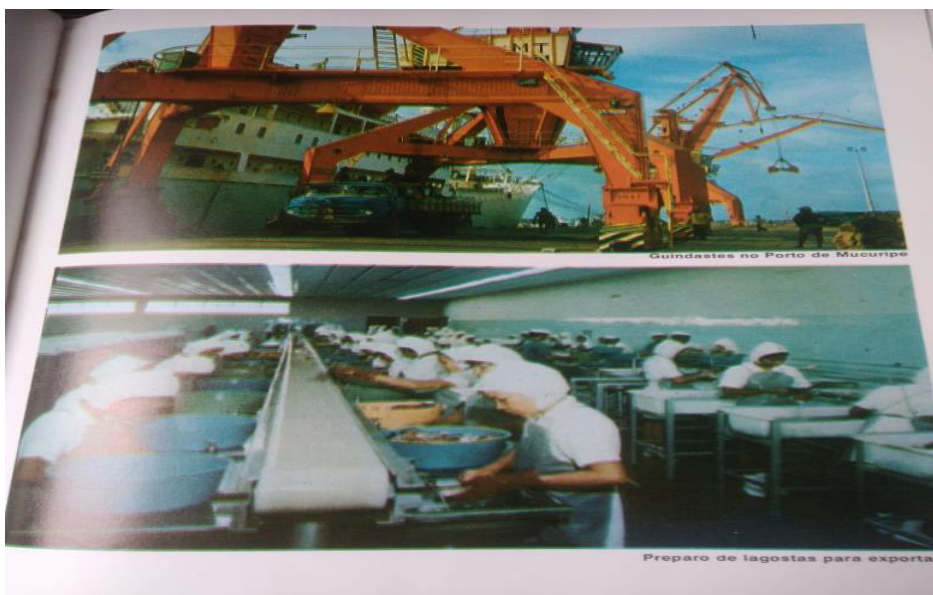
Fonte: CALS, 1976

Figura 11 - “A sangria espetacular do Açude Orós, no Rio Jaguaribe” (Título atribuído pela fonte)



Fonte: CALS, 1976.

Figura 12: “Guindastes no Porto Mucuripe” e “Preparo de lagostas para exportação” (Títulos atribuídos pela fonte).



Fonte: CALS, 1976

As imagens utilizadas por Cals, no livro, retratam concepções de “povo”, “desenvolvimento”, “geografia”, “indústria”, “urbanização”, etc. O livro é instrumento de divulgação do aspecto público de algumas “obras” do governo Cals. Essa estratégia é particularmente eficaz em contextos históricos e sociais

que valorizam a personificação do capital político, atribuindo a um agente o poder de realização, que o mantém através de constantes atualizações e comprovações públicas de seus *compromissos pessoais* (PALMEIRA, 1996). Trata-se de uma estratégia que tenta justificar e legitimar seu governo. Não há menções aos alinhamentos políticos e ideológicos, que as possibilitaram. A exposição gira em torno da lógica da “eficácia administrativa”, associada à preservação das condições de reprodução do “povo cearense” e de suas “tradições”. O “vigor do homem nordestino” é colocado, lado a lado, com aspectos “urbanistas” e “desenvolvimentistas”, ambos supostamente atingidos pelo governo de César Cals. Essa forma de representar o “desenvolvimento” é compatível com a diversidade na estrutura dos recursos e trunfos políticos acumulados por César.

Além dessas imagens, que fazem apologia do “estado” e do “povo” cearenses, há uma série de informações sobre as medidas, em termos de produção econômica, que comprovariam os “esforços” de César. Uma das áreas mais aprofundadas, nas descrições, é a agricultura:

Elevar a renda dos produtores agrícolas foi, desde o princípio, a preocupação dominante da política governamental, visto que são a renda ínfima e o baixo padrão de consumo os elementos mais característicos da situação rural. Tal situação condena o homem às maiores privações e impede a ampliação do mercado para os produtos da indústria, ao mesmo tempo que obsta um processo de capitalização que permita a introdução de inovações tecnológicas” (CALS, C. 1975, p.11)

Procurou o Governo marcar sua presença em todos os municípios, através da execução do Programa de Abastecimento de Insumos e Materiais Agropecuários, previsto no PLAGEC, com a implantação de postos de revenda operados pela CODAGRO, Companhia de Economia Mista, vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, em colaboração com as prefeituras municipais. Era este um passo importante para encorajar agricultores e pecuaristas, oferecendo-lhes meios para modernizar seus métodos de trabalho e elevar a produtividade, despertando ao mesmo tempo sua confiança na ação do Poder Público. (CALL, C. 1975: 12)

No livro, destaca-se a linguagem do *agrobusiness* como dimensão importante para o entendimento do e intervenção sobre o mundo social. Essa concepção do “rural” foi promovida por agentes que, vinculados a domínios

políticos, intelectuais e culturais, se internacionalizaram e apreenderam o instrumental universitário norte-americano sobre as “ciências agrárias”. Suas estratégias se aplicaram diante relações estabelecidas com camadas “tradicionais” da produção agrícola (seja reforçando ou questionando os princípios de classificação), redefinindo e promovendo elementos constitutivos dos debates públicos acerca do agronegócio (GRYNSZPAN, 2012). César Cals fez viagens aos Estados Unidos e a outros países para treinamentos, enquanto engenheiro. Não conseguimos precisar para quais instituições fora enviado, nem o tipo de curso. O trecho exato que relata tais fatos no DHBB da FGV segue abaixo:

No exercício de suas atividades profissionais realizou viagens de caráter técnico aos Estados Unidos, onde fez cursos de treinamento, ao Paraguai, à Venezuela e ao Peru. Tratou de projetos hidrelétricos e financiamentos em alguns países como a França, a Alemanha, e a Inglaterra, e foi ao Japão, a Israel e à Itália a convite oficial. Participou na União Soviética de um congresso mundial de energia elétrica, representando o Brasil. (Verbetes de César Cals Filho, DHBB-CPDOC-FGV)

Mesmo contando com alguma “herança política”, se muniu de outros trunfos, que evidencia a dimensão coerciva, que subjaz o processo de incorporação do “herdeiro” pela “herança” e vice-versa (PATRIAT, 1992; GRILL, 2003, 2008). Podemos traçar paralelo, simultaneamente, com os estudos de Eric Phéllipeau (2001) sobre a “gênese da profissão política”. Há a passagem de uma “política de notáveis”, exercida como *hobby*, calcada nas relações de confiança pessoal, reciprocidade e reconhecimentos (praticada com mais afinco por seu pai) para a “política de profissionais”, alicerçada em competências mais vinculadas aos sucessos escolares e profissionais. Esse processo, lento e gradual, se deu através da combinação e acúmulo de competências, relativas tanto aos modelos mais antigos, quanto aos mais recentes.

Antônio Delfim Netto: trunfos universitários, ativação de cadeias de líderes e seguidores e a escrita sobre “desenvolvimento”

O próximo caso a ser analisado é exemplar de modificações e imbricações entre os recursos e trunfos mobilizáveis na luta política, ao longo do século XX. Grill e Reis (2016) destacam que o caso de Delfim Netto é exemplar tanto do ponto de vista sincrônico, por representar mudanças específicas nos princípios de hierarquização política atinentes à sua geração, como diacrônico, por revelar uma série de desdobramentos de lógicas e imposições relevantes no processo de reconfiguração desses critérios. Especificamente, os autores frisam que seu caso exemplifica transformações nos princípios que regem a “política especializada” e a “cultura erudita”, como meios de afirmação e trânsito em e entre diversos domínios.

As múltiplas inserções de Antônio Delfim Netto foram objeto de exame de vários pesquisadores, partindo de recortes, problemas de pesquisa e abordagens distintas (MACEDO, 2001; REIS & GRILL, 2015; GRILL & REIS, 2016; KLUGER, 2017, 2018; entre outros). Dos que utilizam a reconstituição de trajetória como instrumento metodológico, destacam-se, além das pesquisas de Igor Grill e Eliana dos Reis, os empreendimentos de Elisa Kluger (2017; 2018), em seus estudos sobre o espaço dos economistas brasileiros do século XX. As demais se centram em tentativas de análise de discursos e apresentações biográfico-apologéticas, como forma de tomada de posição, principalmente no “campo dos economistas” (LOUREIRO, 1997).

Delfim Netto atuou, com certo destaque, em diversos âmbitos da vida social. Foi assessor técnico nos setores público e privado, teve colocações universitárias valorizadas em “ensino, pesquisa e extensão”, motes da reforma universitária dos anos 60 (FÁVERO, 2006). Ocupou vários postos de relevo na “política econômica nacional” e fora eleito deputado federal (PDS), nas eleições de 1986, que selecionou a assembleia constituinte, além de ter se reeleito em outras 4 ocasiões. É razoável pensar que essa trajetória é exemplar e representativa de diferentes dinâmicas sociais, associadas a variados domínios profissionais, intelectuais, políticos e culturais. Além disso, escreveu

profusamente: livros, artigos, coletâneas organizadas, edições e reedições, enfim, aplicou múltiplas e variadas estratégias de publicação (LE BART, 2012).

Uma consideração importante é sobre os usos da memória coletiva e individual para sua afirmação no panteão (CORADINI, 1998) dos economistas. Inclusive, alguns investimentos, de Delfim, parecem ter como base essa preocupação. Em 2011, por exemplo, doou um acervo de livros para a biblioteca da USP, composto por 88 mil volumes, de diversas áreas do conhecimento. Inaugurado em 2014, o acervo “Delfim Netto”, conta com edições de “obras” de valor simbólico singular⁴³, apesar do mesmo ter afirmado que doaria a “biblioteca de trabalho e não de raridades” (informações retiradas de <https://jornal.usp.br/cultura/acervo-delfim-netto-guarda-preciosidades-em-forma-de-livros/>, em 17/05/2019). Há, também, uma série de entrevistas do agente no site www.youtube.com, nas quais Delfim, além de expressar opiniões sobre suas tomadas de posição, quando ocupava postos no Estado, oferece pareceres sobre a “política econômica” dos diversos governos posteriores.

Essas são iniciativas fundamentais no conjunto de técnicas operacionalizadas por Delfim, relativas à gestão de suas *identidades estratégicas* (COLLOVALD, 1988), tentando conservar sua legitimidade como *expert* e interventor político-economista. Klüger (2018) frisa a importância de considerar as condições de produção dos dados biográficos de Delfim Netto, em sua maior parte produzidos pelos próprios economistas. Esses, usualmente, recorrem à descrição da biografia de Delfim, influenciados por estratégias de consagração, detração, aproximação e distanciamento, em seus respectivos jogos profissionais. No mesmo sentido, a autora cogita a possibilidade de haver uma lapidação mais controlada do “discurso sobre si”, por parte do agente, uma vez que Netto fora questionado, na mídia e perante outros pesquisadores, em diversas ocasiões, sobre suas escolhas e acontecimentos. Esse domínio mais estreito da “autoimagem recriada”, advém do fato de ter exercido funções, nas

43 Como: as primeiras edições de *The General Theory of Employment, Interest and Money* (1936), de John Keynes e *An inquiry into the nature and causes of wealth of nations* (1776), em três volumes, por Adam Smith.

quais os agentes são interpelados, mas também interpelam, a recontar constantemente narrativas sobre seus (não) feitos (KLUGER, 2018).

Grill (2015) analisa, a partir do caso de Affonso Arinos, também “político escritor”, como o manejo dessas multinotabilidades se atualizam ao sabor de redefinições mais amplas da “condição de elite”. Arinos aplicou estratégias variadas de gestão da imagem, que vão desde situar sua história individual no conjunto de narrativas impetradas pelos “memorialistas” de seu estado de origem (Minas Gerais) até a ativação de “laços atávicos”, promovendo uma “articulação entre as particularidades do estado de Minas Gerais com vivências de desenraizamento social, [o que traduz-se] em ‘memórias’ carregadas de ‘saudosismos’ e ‘melancolias’ que inflacionam a importância da ‘família’” (*Idem*: 31).

Sobre as origens sociais e familiares de Delfim há certa confluência nos trabalhos realizados. Nasceu em São Paulo, dia primeiro de maio de 1928. Seus quatro avós eram imigrantes italianos. O avô paterno labutou na construção civil, contrariando a tendência de imigrantes italianos, chegados no final do século XIX, a irem para as lavouras de café (KLÜGER, 2017, 2018). Conseguiu estabelecer uma fábrica de paralelepípedos, em uma das minas de pedra, imprescindíveis, naquele tempo, para o calçamento das ruas, empreendido pela prefeitura de São Paulo. Seu pai, José Delfim, fora escriturário, dessa mesma prefeitura, na Companhia Municipal de Transportes Coletivos. Sua mãe, Maria Delfim, costurava vestidos sob encomenda (era ajudada por Delfim Netto nas entregas).

Delfim e seus pais moraram, inicialmente, no casarão do avô, no bairro paulista Cambuci, habitado, naquela época, por imigrantes italianos das classes populares e operárias (KLÜGER, 2017). Depois, o pai comprou um sítio na Vila Carrão, bairro que também abrigava imigrantes, mas mais heterogêneo, constituído de comunidades italianas, japonesas, libanesas e portuguesas. Nesse bairro, José Delfim chegou a militar pelo Partido Republicano Paulista. Ao contrário de Cals, a biografia de Delfim Netto não é construída com base em uma condição de notabilidade inicial do pai.

Delfim Netto realizou primeiros estudos no Liceu Siqueira Campos, no Cambuci. Já adolescente, frequentou a Escola Técnica de Contabilidade Carlos de Carvalho, localizado na Liberdade (bairro conhecido por sua composição étnica mais “oriental”). Segundo seu verbete no DHBB, perdeu o pai relativamente cedo, aos 14 anos, o que fizera com que Delfim tivesse de trabalhar, desde tenra idade, na Gessy, companhia de produtos de higiene pessoal, na função de entregador. Esse primeiro emprego fora conseguido por um tio, que “conhecia o diretor da empresa” (KLUGER, 2018: 310). Nessa época, já escrevia artigos sobre economia para os jornais *Folha da Tarde* e *O Tempo* (GRILL & REIS, 2016).

Em 1948, quando de sua admissão na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, concomitantemente, passou a trabalhar no DER (Departamento de Estradas e Rodagem), admitido via concurso. Ao que parece, as estratégias de reprodução familiar fizeram efeito, apesar da morte precoce do pai. Seu avô e seu pai trabalharam, cada um à sua maneira, com aspectos relacionados à administração do transporte urbano. O início da trajetória profissional de Antônio se dá, justamente, em instituições ligadas a esse *métier*.

Sobre a carreira universitária, diversas fontes e o próprio Delfim Netto relatam que havia uma pretensão inicial de cursar engenharia. No entanto, esse curso era em turno integral, o que impossibilitava adequação ao trabalho. Já o curso de economia dispunha de cursos à noite, permitindo que Delfim Netto trabalhasse e estudasse. O mesmo afirmou, em entrevista à Elisa Kluger (2018), que o início de seu “gosto pela matemática” se deu quando o mesmo começara a “se preparar para a engenharia” (KLÜGER, 2018: 316). Fosse pela escassez de tempo, fosse pela dificuldade em passar nos testes estabelecidos pelas instituições, teve esse caminho bloqueado. Netto fez parte da segunda turma da FCEA-USP, composta, em grande parte, por pessoas advindas de extratos sociais emergentes (MACEDO, 2001). As elites políticas e culturais mandariam seus filhos para escolas de economia, apenas a partir dos anos 1970 (LOUREIRO, 1997).

A FCEA-USP teve seu corpo docente inicial recrutado nos cursos de Direito (19 docentes, entre eles André Franco Montoro, cuja trajetória

reconstituímos no capítulo passado), da Faculdade de Ciências e Letras (13), 2 engenheiros e 1 contador. A formação era, desta forma, “humanista, associada ao estudo de teoria e às investigações de caráter histórico, que representava antes uma tendência à produção desinteressada de conhecimento do que uma proposta de especialização técnica” (KLÜGER, 2017: 368). Bourdieu (2014: 87) chama atenção para as estratégias de legitimação, implementadas por agentes que afirmam ter “profissões de fé”, que se apresentam como “desinteressadas”. Assim, os treinamentos universitários iniciais de Delfim Netto tiveram influência de um *savoir-faire* acadêmico que tenta se apresentar como “abnegado”, “desinteressado” e “promotor do bem-comum”, em detrimento dos interesses “individuais”. Algo que vai repercutir nos seus escritos sob os mais variados ângulos.

Durante o curso, passou a trabalhar como assistente de Luiz Freitas Bueno, estatístico e um dos dois únicos engenheiros do primeiro corpo docente, formado na Mackenzie e especialista pela Escola de Sociologia e Política, em Estatística Econômica. Bueno teria sido, em momento inicial, o maior incentivador e importador dos métodos quantitativos para a FCEA-USP, contribuindo não apenas com a formação de grupos de estudos, mas também com as “condições materiais” para o desenvolvimento dessa disciplina (GRILL & REIS, 2016; KLUGER, 2017: 370; 2018: 316).

Bueno recrutou diversos alunos, além de Delfim Netto: Affonso Pastore, Akihiro Ikeda e Guilherme Leite Dias, entre outros. Fariam parte, junto a muitos outros, dos “Delfim Boys”, expressão cunhada para o *staff*, que acompanhou Netto nos cargos políticos. A formação se deu através de encontros promovidos por Bueno e Delfim (na posição de primeiro-assistente), para estudo e pesquisa de métodos quantitativos. Ao final dos encontros haviam rituais de socialização, que reforçavam o caráter inicialmente não-instrumental e afetivo das amizades ali constituídas (WOLF, 2003). Um exemplo:

O fechamento da semana de Delfim e daqueles que orbitavam ao seu redor era marcado pelo whisky ou pelas ‘noitadas de pizza num restaurante chamado Camelo, na rua Pamplona, que de tanto servir esse grupo acabou por incluir no seu cardápio uma pizza chamada ‘Lufrebu’ em homenagem ao professor Luiz de Freitas Bueno. (KLUGER, 2017: 375 *apud*, MACEDO, 1984: 326)

A formação desses laços repercutiu nos caminhos tomados por Delfim Netto. As amizades feitas na faculdade, enquanto aluno e professor, seriam fundamentais em sua carreira na administração pública (KLUGER, 2017). Landé (1977), afirma que, tais estruturas informais, não podem ser consideradas como subprodutos das relações institucionais mais “formais”, na análise social. Pelo contrário, a *adenda*, entre esses dois fatores, contribui para estruturação de práticas e definições de critérios de legitimidade.

Esse mesmo autor sugere, do ponto de vista analítico, operar com a distinção entre “política de grupo” e “política diádica”. Sinteticamente, a primeira seria relativa aos diferentes sistemas políticos pautados em grupos, que tendem a se institucionalizar, mantendo fontes perenes de identificação e representação (como por exemplo, identificações sindicais, étnicas, escolares e etc). Já a “política diádica”, tem seus alicerces na manutenção de trocas intencionais, diretas, informais, mais ou menos esporádicas, entre, inicialmente, dois indivíduos, mas que se espalha e ganha contornos maiores. Podem ser, ainda, assentadas em diferenças, qualitativas e/ou quantitativas, de recursos.

Essas trocas, diferenciais e desequilibradas, geram cadeias de líderes-seguidores, nas quais os que detêm mais e melhores recursos exigem lealdade e apoio dos que estão hierarquicamente abaixo. Para esse autor, a formação de cadeias desse tipo, quando “associada à burocracia, dá a funcionários subordinados uma esperança maior de tarefas atrativas e promoção rápida, enquanto oferece, aos seus superiores, grupos de subordinados leais que os apoiarão nas suas lutas intraburocráticas” (LANDÉ, 1977: 12)

Landé (1977) ressalta o caráter estruturante que as “alianças diádicas” cumprem, em interconexão com relações institucionalizadas, para a compreensão do papel dos grupos políticos não-corporados em “sociedades complexas”. Esse conjunto de ação, ego-centrado em Delfim Netto, ocuparia cargos universitários e governamentais, sob a tutela de seu líder, com importantes funções exercidas pelos “seguidores”. Delfim teria promovido a rotinização de encontros e trocas.

Rafael Cariello, repórter da revista Piauí e da Folha de São Paulo, realizou entrevistas com o próprio Delfim Netto e alguns dos Delfim Boys. Em determinado ponto, Luís Paulo Rosenberg, um dos Delfim Boys afirmou:

Tínhamos dedicação cega. Éramos obrigados a almoçar com ele todo dia. Servia para circular informação. 'Com que você está mexendo? E você?', ele perguntava. Resultado: eu sabia tudo que estava na cabeça do Delfim, como os outros também sabiam. A gente tinha uma agilidade, uma capacidade de domar a máquina que ninguém em Brasília teve. Isso dependia de coordenação, de informação. (CARIELLO, 2014 [online])

Posteriormente, Cariello comenta sobre a entrevista com Rosenberg:

Logo que começou a trabalhar com Delfim, contou o consultor, ele se surpreendeu com sua generosidade. Ainda não tinha, então, intimidade com o chefe. Certo dia, ao sair de uma reunião em São Paulo, o ministro o puxou de lado. "A Mônica passou para o 4º ano, não é? ", perguntou Delfim. "Eu gelei", lembrou Rosenberg. "Mônica é minha filha. Ela estava fazendo direito na São Francisco. Nunca tinha falado disso com ele. Respondi: 'Passou.' 'Então está na hora do estágio', ele disse. E me deu um cartão. 'Esse aqui é o dono do maior escritório de São Paulo. Ele está esperando a Mônica.'" Rosenberg fez uma pausa. Pareceu refletir. Então disse: "O que você faz com um cara desses? Se ele te disser 'Agora vai lá e mata o presidente da República', você mata. É enlouquecedor. (CARIELLO, 2014 [online])

Eduardo Pereira de Carvalho, outro Delfim Boy:

O critério mais importante para 'fazer parte da turma', ele disse, era a lealdade. 'Você podia errar o quanto quisesse. *Se fosse leal, ele sempre iria te apoiar.* O poder de fazer as coisas acontecerem era multiplicado pelas centenas de pessoas que o Delfim tinha em tudo quanto é lugar. O poder de ação que a gente tinha, o poder de informação era infernal. (CARIELLO, 2014 [online], grifos nossos).

Esses trechos denotam o caráter desequilibrado de alguns dos elos constituídos. O sentimento de "dívida impagável" e a certeza de "ajuda mútua quando necessário" (LANDÉ, 1977), de seus subordinados, compunham aspectos centrais nas estratégias de Delfim Netto.

Houve constituição de uma teia de interdependências centrada no agente, que estabeleceu laços diádicos verticais “para baixo” com alunos e colaboradores intelectuais, mas também, “para cima”, com outros políticos e intelectuais, provendo e redistribuindo prebendas, em troca de uma difusa promessa de lealdade:

O vasto controle de Delfim sobre a economia é atribuído à sua capacidade de manejar um grupo de *fiéis* seguidores, já que ao espalhar – como a lista acima mostra⁴⁴- por todo o governo aqueles que a ele eram *leais*, ele conseguia manter, por extensão, o controle das filigranas do Estado (KLUGER, 2017: 394 *apud* SCHNEIDER, 1991: 91, grifos da autora).

Agrupamentos baseados na díade vão se modificando, de acordo com relações de forças estabelecidas entre e por membros. Um conceito da antropologia política que parece caracterizar bem os “Delfim Boys”, quando de sua ascensão na administração pública, é o de “quase-grupo interativo”. São agrupamentos de relações pessoais centrados em conjuntos-de-ações, mobilizados por indivíduos com interesses confluentes, com certo grau de organização e que dependiam de “um indivíduo específico como foco organizador central” (MAYER, 1987: 128).

Os “Delfim Boys” eram advindos de extratos sociais próximos ao de Delfim Netto. Descendentes de imigrantes, que fizeram cursos de contabilidade e depois economia na FCEA-USP. É razoável considerar, então, que o fato de ter se mudado de Cambuci (bairro de imigrantes italianos) para Vila Carrão e estudado na Liberdade (bairros compostos por comunidades de imigrantes mais heterogêneas), contribuiu com a facilidade que ele teve em estabelecer laços com alunos e colegas de outras etnias, principalmente japoneses. O próprio Delfim relata, em determinado momento, identificação com essa característica mais grupal. Quando de sua chegada no Rio de Janeiro para tomar posse do

44 Kluger (2017: 393) apresenta uma lista com 8 dos Delfim Boys e os respectivos postos ocupados em decorrência das indicações de Antônio Delfim Netto. Compõem a lista: Akihiro Ikeda, Carlos Antonio Rocca, Carlos Viacava, Eduardo Pereira de Carvalho, José Tacci Kirsten, Miguel Colasuonno, Paulo Yokota e Pedro Cipollari.

Ministério da Fazenda, Delfim Netto declara que a “elite carioca” assim o recebeu:

Chegou esse gordo, italiano e vesgo. Nós vamos mata-lo em seis meses, tá certo? E além de tudo tem uns animais estranhos com ele, uns japoneses (KLUGER, 2017: 393, *apud* Delfim Netto *apud* SAFATLE, 2012).

A primeira função, possibilitada pela indicação de outro político, foi a de Secretário da Fazenda e do Estado de São Paulo, em 1966. O governador, Laudo Natel, substituíra Ademar de Barros, dia 5 de junho de 1966, após a cassação de Barros. Laudo Natel e Delfim Netto se conheciam por conta do vínculo constituído na Associação Comercial de São Paulo, o primeiro fora diretor enquanto Delfim prestava consultoria para essa instituição. A indicação para a pasta veio do governo federal, e se deu especificamente através de Roberto Campos, ministro da fazenda de Castelo Branco⁴⁵.

Desde meados da década de 1950, Delfim Netto prestava consultoria para: Associação Comercial de São Paulo, empresas privadas e alguns órgãos públicos, ligados à secretaria de planejamento de São Paulo. Além disso, fazia pesquisas para a Associação Nacional de Programação Econômica e Social. Gozava de prestígio entre empresários, intelectuais e políticos paulistas. A confirmação desse prestígio pode ser exemplificada justamente quando da publicação de um livro com alguns dos Delfim Boys: “Alguns aspectos da inflação brasileira” (1965), em colaboração com Affonso Pastore, Eduardo Pereira e Pedro Cippolari. Os três ocupariam postos de assessoria, secretaria e direção em importantes órgãos estatais paulistas e federais pouco depois da subida de Delfim.

Os economistas, à frente do governo Castelo Branco, teriam aprovado os posicionamentos assumidos no livro. Destaca-se o próprio chefe da “equipe

45 Há certa controvérsia sobre essa indicação. Paulo Egydio Martins defendia que ele havia sido o principal vetor da confirmação do nome de Delfim para a pasta, a quem conhecia também da Associação Comercial. O próprio Delfim, no entanto, confirma a forte influência de Campos (KLUGER, 2017: 391).

econômica”, Otávio Gouveia de Bulhões, que se autocaracterizava como “incansável inimigo da inflação” e o próprio Roberto Campos, que já ocupava posições centrais desde o governo JK (KLUGER, 2017: 388). Assim, um dos trunfos mobilizados para a “entrada na política” foi exatamente uma publicação, alinhada com problemas políticos considerados relevantes. Anos antes, quando de seu doutoramento e admissão para o quadro docente da FCEA-USP, havia publicado “O problema do café no Brasil” (1959), também alinhado com algumas tendências dos economistas da época, não só do ponto de vista de hipóteses e cálculos matemáticos, mas também pela relevância política da problemática (KLUGER, 2017: 371).

As notabilidades acumuladas por Delfim, retroalimentadas pela capacidade “infernai” de obter e induzir informações, através de seus séquitos, deram suporte, para que o agente galgasse caminho ascendente na política. De Secretário Estadual da Fazenda de São Paulo fora promovido, no ano seguinte (1967), a Ministro da Fazenda, quando da posse de Artur Costa e Silva.

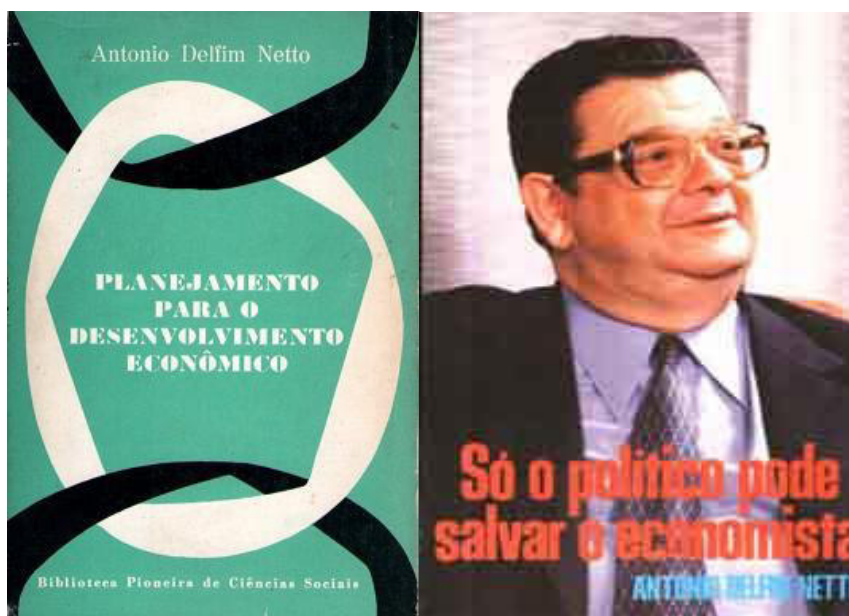
Em 1966, publicou: “Agricultura e Desenvolvimento”; “Vinte anos de substituição do café brasileiro” e “Planejamento para o desenvolvimento econômico”. Voltaria a publicar livros de autoria exclusiva nas décadas de 1980 e 1990: “Só o político pode salvar o economista” (1986, ano de sua eleição como deputado federal); Moscou, Freiburg e Brasília (1990) e “Crônica do debate interdito” (1998). Escreveu diversos artigos para revistas de economia, mais ou menos especializadas, como “Economia Aplicada”, “Exame”, “Conjuntura Econômica”, “Carta Capital”, entre outras, sobretudo nas ligadas à FCEA- USP. Além de livros em coautoria, como “O plano real e a armadilha do crescimento econômico” (Unicamp/IE, 1997), “50 anos de ciência econômica no Brasil” (Vozes, 1997), “O futuro da indústria no Brasil e no mundo: os desafios do século XXI e “Como as nações se desenvolvem” (Campus, 1999). (GRILL & REIS, 2016: 76)

Tudo se passa como se os títulos dos livros fossem credenciais para ingressar em certos domínios da política profissional. Nota-se uma clara concentração de livros mais técnicos e setoriais, quando sua carreira política se centrava em ocupação de cargos administrativos. Na década de 1960, as

palavras-chave eram “substituição”, “planejamento”, “desenvolvimento”, etc. Quando passou a concorrer em eleições, os títulos passam por um redirecionamento generalista e mais abrangente, denotando preocupações com o “futuro do Brasil”, “os desafios do século XXI”, “como as nações se desenvolvem”, o “papel do político na economia”, etc (GRILL & REIS, 2016).

O que pode ser verificado observado duas capas publicadas em momentos distintos:

Figura 13: Capas de dois livros de Delfim Netto.



Fontes: NETTO, 1966; NETTO, 1986.

O primeiro, livro mais “técnico” (1966). Seu sumário é composto dos seguintes itens: “Introdução”, “Substituição perfeita”, “A mecânica do desenvolvimento econômico”, “Cálculo da disponibilidade de recursos”, “Análise de um modelo de desenvolvimento”, “Relação entre B e W”, “A taxa ótima de desenvolvimento”, “Exemplo Numérico”, “O desenvolvimento de uma economia aberta”, “O comportamento do consumo” e “Conclusões”.

O segundo, único em que consta, na capa, uma imagem de Delfim, mais “nacional” (1986). Composto pelos seguintes capítulos: “Sobre o autor”, “Nota explicativa”, “Dívida externa: as origens da crise”, “A crise da energia e o estrangulamento externo”, “Só o político pode salvar o economista”, “Uma

proposta sem nenhuma lógica”, “Plano Cruzado: ascensão e queda”, “As chances de êxito de Alfonsin”, “Em defesa do regime de livre iniciativa”, “Liberalismo e economia de mercado”, “Liberdade e democracia”, “Capitalismo e Liberdade”.

O agente aciona o “desenvolvimento” tanto para justificar sua posição de analista e economista como para defender suas concepções de política. Na “Apresentação” de “Só o político pode salvar o economista” (1986), afirma:

Este livro contém uma série de onze artigos, entrevistas e conferências, pelos quais o leitor poderá conhecer minha opinião sobre os fatos da recente história econômica brasileira e os pontos de vista que defendo no exercício da atividade política.

Os assuntos são variados, mas sua espinha dorsal é a questão do desenvolvimento econômico e social do povo brasileiro. A geração a que pertenço viveu de forma extraordinária a crise de crescimento de nosso país. No espaço de apenas vinte anos, deixamos de ser o quadragésimo oitavo país, em termos de Produto, abandonamos a condição de nação subdesenvolvida e nos tornamos a oitava economia mundial.

É evidente que transformações dessa natureza cobram um preço e só se realizam na medida em que um povo demonstra capacidade de enfrentar as sucessivas crises de natureza política e econômica. [...]

Creio que é uma obrigação nossa contribuir de alguma forma para explicar aos brasileiros, especialmente aos mais jovens, o que foi e como foi o nosso envolvimento na grande crise econômica do início dos anos 80 e a forma pela qual obtivemos razoável sucesso em enfrenta-la, onde tantos outros países sucumbiram. (DELFIN NETTO, 1986: X-XI).

Nesse livro, ao contrário do chamado “economês” aplicado em sua tese de doutorado, “O problema do café no Brasil”, estão reunidos textos veiculados em diferentes mídias, voltados para públicos considerados “leigos”. Há presença de jargões próprios da ciência econômica em sua versão mais “jornalística”, como “inflação”, “deflação”, “déficit”, “superávit” (em suas variadas matrizes), “ágio”, entre outros. Os argumentos do livro estão relacionados às tomadas de posição de Delfim. Nas suas palavras:

Ao longo dos últimos vinte e três anos, como servidor público, vivi situações bem diferenciadas: no período entre 67 e 74 pude participar da grande arrancada desenvolvimentista, quando o país bateu todos os recordes de crescimento econômico [...]

A segunda experiência, eu a comecei a viver a partir de 1979, numa conjuntura extremamente complicada: o Brasil se aguentava como podia em meio à crise que durante cinco anos tumultuava a economia mundial (DELFIN NETTO, 1986: XI-XII).

Os dois capítulos iniciais - “Dívida externa: as origens da crise” e “A crise da energia e o estrangulamento externo” – propõem-se a explicar e relacionar as causas da “crise”, pelo aumento do preço do barril de petróleo, supostamente indispensável para o “desenvolvimento econômico”. Delfim argumenta que essa diferença teria sido crucial para que os fatores que identificam o período 67-74 como bem-sucedidos não se reproduzissem em 79-83. Há poucas menções ao governo Geisel, apenas reafirmando que nesse período que se iniciara a subida do preço do petróleo. Nesse período “esquecido”, Delfim estava na França, como embaixador brasileiro.

Nos quatro capítulos seguintes - “O choque heterodoxo”, “Uma proposta sem nenhuma lógica”, “Plano Cruzado: ascensão e queda” e “As chances de êxito de Alfonsín” - faz avaliações sobre medidas do governo Sarney (nos três primeiros) e sobre o “Plano Austral” argentino (no último). Delfim Netto emite pareceres sobre as medidas implementadas no governo Sarney, principalmente o “Plano Cruzado”. Em determinado momento afirma:

Mas a grande verdade é que funcionou! A nação acreditou na mensagem que o presidente estava transmitindo (e que tinha recebido de seus assessores): o déficit estava acabado no País!

É por isso que podemos dizer que o Plano Cruzado foi um enorme sucesso político: foi um sucesso extraordinário conseguido por um político habilidoso, mas cuja duração e resultado dependem de serem corretas as hipóteses iniciais afirmadas pelos técnicos (DELFIN NETTO, 1986: 66).

O trecho acima exemplifica a mescla no arsenal mobilizado por Delfim para se posicionar politicamente, geralmente tomando como parâmetro as “questões técnicas”, mesmo em sua versão mais “generalista” e “nacionalizada”.

Os três últimos capítulos - “Em defesa do regime de livre iniciativa”, “Liberalismo e economia de mercado”, “Liberdade e democracia” e “Capitalismo e liberdade” - toma partido de questões mais generalistas, oferecendo opiniões sobre temáticas como “intervenção do Estado na economia”, que ele consideraria “inevitável” (DELFIM NETTO, 1986: 110). Pouco após esse arbítrio, afirma:

É claro que a concepção de ‘sociedade justa’ é um fato histórico, e, portanto, se modifica, mas não é menos claro que, mesmo dentro de uma situação dada, nunca foi possível construir uma sociedade onde todos os seus participantes a considerassem ‘justa’. É bem possível que a ‘sociedade justa’ seja apenas um generoso desejo dos homens, imposto por um imperativo ético-racional, permanentemente em elaboração. Seja o que for, entretanto, ela não poderá ser outorgada a uma sociedade concreta por um líder ou por um partido; muito menos por um autor de constituições, por mais bem-intencionado que seja.

Essa ‘sociedade justa’ será sempre uma assíntota que se afasta da sociedade concreta no mesmo momento em que a ação dos homens está fazendo a segunda convergir para a primeira. Aparentemente, a única fórmula que garante a convergência da sociedade concreta para a sociedade justa é o exercício da política. (DELFIM NETTO, 1986: 117)

Permaneceu no Ministério da Fazenda até 1974. Nesse ano, Ernesto Geisel promoveu uma reorganização da equipe ministerial. No lugar de Delfim entrou Mário Henrique Simonsen, formado em engenharia civil e especialista em engenharia econômica pela Universidade do Brasil – Rio de Janeiro. Simonsen, também adepto e promotor da matematização da economia no Brasil, igualmente gozava de amplo prestígio universitário e reconhecimento enquanto intelectual⁴⁶. Delfim teria manifestado, para outros membros da ARENA, intenção de concorrer a governador de São Paulo. Não teve suas expectativas concretizadas, o presidente da ARENA (Petrônio Portela) o informou que Geisel indicaria Paulo Egídio Martins. Foi, então, nomeado embaixador do Brasil na França, como ressaltado anteriormente.

46 Para uma comparação entre as origens sociais, concepção de economia e modalidades de exercício do poder entre Mário Henrique Simonsen e Delfim Netto, ver Kluger (2018).

Em 1978, anunciou que voltaria ao Brasil. No ano seguinte, manifestou, novamente, a pretensão de chefiar o governo estadual de São Paulo, sendo novamente negado. Em 15 de março de 1979, Figueiredo organizou uma composição ministerial de quadros do “grupo da Sorbonne” e de agentes ligados ao governo Médici. Delfim ficou encarregado da pasta de Agricultura. Permaneceu nesse cargo entre março e agosto. Promoveu, nesse período, créditos, concedidos a fazendeiros e pecuaristas, além da volta do Ministério da Agricultura a um importante órgão na administração de crédito financeiro estatal, o Conselho Monetário Nacional (Verbete de Delfim Netto, DHBB-CPDOC-FGV).

A trajetória de Delfim Netto, exemplifica bem a combinação de sortes variadas de recursos de afirmação política. Especificamente, sua condição de “intelectual” se potencializava por seu “papel institucional”, como professor, que interviu na criação do Instituto de Pesquisas Econômicas (GRILL & REIS, 2016: 68), da promoção dos métodos quantitativos, além do reconhecimento, entre pares, de suas produções escritas. Adiciona-se a isso, sua capacidade de manejar “alunos fiéis”, que, quando de sua atuação na administração das finanças burocráticas, foram auxílio valioso. Em 1986, se elegeu deputado federal por São Paulo, reelegendo-se mais 4 vezes.

Márcio Machado Fortes: as difusas fronteiras entre política, mercado e “desenvolvimento”

Márcio Fortes, próximo a ter sua trajetória reconstituída nesse capítulo, conheceu Delfim Netto desde o governo Figueiredo, quando era assessor de Karlos Rischbieter, então Ministro da Fazenda. Fortes assumiu a pasta interinamente. Sobre sua impressão acerca de Delfim, Cariello (2014) afirma:

O empresário e ex-deputado tucano, Márcio Fortes, que também trabalhou no governo Figueiredo e foi colega de Delfim no Congresso, comenta que o ex-ministro nunca andava sozinho. ‘Ele era como uma galinha. Tinha sempre um monte de pintinhos em volta’. (CARIELLO, 2014 [online])

Marcio Fortes nasceu em Belo Horizonte, em 4 de outubro de 1944. Seu pai, João Machado Fortes, foi militar, contemporâneo de João Figueiredo (um dos presidentes do regime militar) na Escola Militar do Realengo. Durante o governo de seu ex-colega, João Machado Fortes assumiu a direção do Banco Nacional de Habitação (BNH), enquanto Márcio era assistente e interino do Ministro da Fazenda. Além de militar, o pai de Márcio foi um bem-sucedido empresário, no ramo da construção civil. Desde já, podemos traçar diferenças e proximidades nas origens sociais de César Cals, Delfim e Márcio. Apesar de também não haver muitas informações sobre a família e infância de Fortes, sabemos que, pouco depois de seu nascimento, a empresa de seu pai despontou como uma das construtoras mais lucrativas do Rio de Janeiro e do Brasil, em 1950⁴⁷.

Nos anos 1950 e 1960, a João Fortes Engenharia construiu 6 edifícios residenciais, em bairros que abrigavam segmentos sociais abastados na capital do estado do Rio de Janeiro: Copacabana, Leblon e Ipanema. A quantidade e qualidade dos prédios foi aumentando com o passar do tempo. O primeiro prédio

47 Dados presentes no site da empresa (ainda atuante) www.joaofortes.com.br.

construído tinha 3 pavimentos, o segundo 4, o terceiro 6 e assim sucessivamente. Nos anos 1970, a empresa construiu o hotel Eron e uma sede dos Correios, ambos em Brasília, além do edifício comercial Top Center, em Ipanema – Rio de Janeiro. Nos anos 1980, estendeu suas operações para São Paulo, construindo, lá, outra sede dos Correios, além da sede do Banco Central. Desde então, participaram da edificação de múltiplos residenciais, *shopping centers* e prédios comerciais, principalmente no Rio e em São Paulo (informações retiradas de <http://www.joaofortes.com.br/institucional/obras-realizadas-joao-fortes/produtos.aspx>, em 19/05/2019).

Dos 10 filhos de João Machado Fortes, apenas 5 trabalharam na empresa, entre eles o próprio Márcio Fortes. Antes disso, no entanto, Márcio entrou para a faculdade de Engenharia Civil da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro. O curso foi fundado quase na mesma época que a FCEA-USP, em 1948, 8 anos após a criação da PUC-RJ. Junto ao curso de Engenharia Civil fora criada, também, a Escola Politécnica da PUC (EPUC). Essa escola não era a primeira opção dos filhos das elites cariocas para cursar engenharia, que normalmente realizavam ensino superior na Escola Nacional de Engenharia (onde se formou, por exemplo, Mário Henrique Simonsen).

De origem mais recente, a EPUC recebia camadas sociais mais ascendentes. É razoável pensar que Fortes provinha de uma família que possuía vastos recursos financeiros, mas com uma limitação no que tange ao reconhecimento cultural e intelectual. Ainda durante a graduação, em engenharia civil, fez curso de extensão, em “política”, em Harvard. Formou-se em 1967, e, na sequência, iniciou o curso de engenharia econômica da UFRJ, além de pós-graduação em Análise de Projetos Habitacionais, na FGV (informações retiradas do Verbete Márcio Fortes, DHBB-CPDOC-FGV). Há uma correlação entre a posição ocupada pela empresa do pai e os cursos feitos por Márcio. Enquanto a questão era dominar as técnicas de construção civil, realizou o curso de engenharia civil.

A partir do final da década de 1970, no entanto, a empresa de seu pai não só mudou de patamar, em relação à construção de edifícios mais robustos, como diversificou suas atuações para os ramos hoteleiro e imobiliário. Assim,

procurou uma formação na “área econômica”, ingressando no curso de engenharia econômica da UFRJ. Depois de formado, em todos esses cursos, em 1973 Márcio Fortes assumiu a direção da Empreendimentos Hoteleiros S.A e da BAP – Administradora de Bens LTDA, ambas pertencentes, naquele momento, ao grupo João Fortes (informações retiradas do verbete de Márcio Fortes no DHBB e dos Balanços Patrimoniais de 2002 e 2001 da João Fortes Engenharia S.A).

A partir de 1977, passou a participar das assembleias anuais do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Assumiu o primeiro cargo político como secretário-geral do Ministério da Fazenda, assumindo a pasta interinamente diversas vezes, entre 1979 e 1980. Suas principais atribuições foram na presidência de comissões permanentes no congresso: Comissão Técnica dos Municípios, Comissão Técnica do Imposto e de Circulação de Mercadorias e a Comissão de Informática.

Em 1980, assumiu a presidência da João Fortes e da Pedras de Maria Agropecuária S.A (o pai havia diversificado os empreendimentos novamente). Permaneceu nessa posição durante sete anos. Concomitantemente, integrou conselhos de administração de outras instituições: Banco Francês e Brasileiro S.A. (*Crédit Lyonnais*), Petrobrás, Metrô do Rio de Janeiro e Brasilpar Comércio e Participações S.A. Foi, ainda, presidente do Museu Raimundo Castro Maia (1983-1990) e vice-presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Rio de Janeiro (1984-1987).

Em 1983, Márcio Fortes se filiou ao PMDB, e, em 1987, fora nomeado presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) no governo José Sarney. A indicação teria vindo do governador do Rio de Janeiro, Wellington Moreira Franco, correligionário de Fortes, no PMDB. Em 1989, Moreira Franco, na posição de governador do Rio de Janeiro, nomeou Márcio presidente no Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ)

As “empreiteiras”, nome pelo qual essas instituições, como a João Fortes, são popularmente conhecidas (BEZERRA, 2017) podem ser definidas

como empresas que lidam com uma importante dimensão pública da política, as “obras” (PALMEIRA & HEREDIA, 2010). As relações estabelecidas entre funcionários dessas empresas e agentes públicos, frequentemente, as inscrevem nas relações políticas. Relações essas dotadas de alta complexidade, mediante as quais vários interesses, alianças e procedimentos “de estado” entram em choque. Um dos recursos mais explorados, pelos representantes políticos, são as acusações de desconsideração das regras morais, que supostamente deveriam reger essas trocas (BEZERRA, 2017). Fortes enfrentou e impetrou, ao longo de sua trajetória, uma série de acusações desse tipo.

O caso de Márcio Fortes parece exemplar de como essas relações se constituem e se reproduzem, por meio do trânsito dos agentes em múltiplas dimensões da vida social, que muitas vezes não são “oficialmente” circunscritas, pelo “senso comum acadêmico”, na definição de “política legítima”, mas que, em contrapartida, são amplamente proclamadas em alguns espaços “oficiais”. Bezerra (2017) frisa que abordagens moralistas e essencialistas tendem a validar, conservar e sancionar tais fronteiras, que são muito mais compreensíveis se observadas como fluidas e móveis, sempre passíveis de transformação, nas e pelas alianças, acordos, desacordos, lutas, concorrências e disputas dos agentes. O autor indica, da mesma forma, que muitas relações que esse “senso comum acadêmico” classifica como espúrias, são publicitadas pelos políticos, estruturantes nas distinções entre eles. Inclusive na escrita. Em livro intitulado “A Virada do Rio” (1996), compilação de artigos publicados em jornais da época, Márcio afirma

Recursos para o Rio

A Comissão Mista de Orçamento da Câmara dos Deputados, livre dos anões⁴⁸ que desmoralizaram *o principal trabalho do Congresso*, criou a prática democrática para recebimento e utilização de emendas. Como membro titular dessa comissão, tenho participado ativamente do processo que levou à adoção de *nova metodologia*. [...]

As novidades ficam por conta de dois outros tipos de emenda: aqueles referentes a cada estado – a cargo das respectivas bancadas – e as emendas regionais. (FORTES, 1996: 28, grifos nossos)

48 Referência a um “escândalo” político, no qual alguns parlamentares foram acusados de fraudar recursos relativos ao orçamento da união.

Quer dizer, o que seria condenável, para Márcio, não é o fato de os legisladores não estarem cumprindo o “papel institucional”, mas a “metodologia” utilizada. Em outro trecho, em artigo intitulado “Eleições à vista”, que aparece anteriormente, assevera:

No Congresso Nacional, em que se reúnem 513 deputados e 81 senadores, seguramente mais de cem serão candidatos a prefeito e, portanto, *sua vida parlamentar, a partir de agora, será influenciada por essa aspiração* que, entretanto, só se configurará em março, abril e maio de 96, quando se encerra o prazo para a realização das convenções municipais.

Certamente, *eles estarão notando o que quer o eleitor* do futuro prefeito. *Uma ação fraterna*, com autoridade, mas sem autoritarismo e coerção, dinâmica de realizações, sem perturbação do cotidiano das populações, ordem na ocupação de espaços públicos, oferecendo alternativas para o *desenvolvimento* pessoal, econômico e familiar de cada cidadão (FORTES, 1996: 22, grifos nossos).

Assim, afirma, reiterada e publicamente, que a principal função dos deputados é garantir o fluxo de recursos em prol dos “interesses do eleitor” e de seu “desenvolvimento”. Vê-se, da mesma forma, que a dimensão estruturante das relações pessoais, desse *savoir-faire* específico, é particularmente intensificada no “tempo da política” (PALMEIRA & HEREDIA, 2010), que varia de acordo com o contexto social dado. Ou seja, em situações onde os domínios da vida social são por si só hiperpoliticizados, o período cronológico onde a população é instada a “tomar partido” reconfigura as relações sociais sobremaneira, tomando as disputas eleitorais como fundamento estruturante da coesão social daquela conjuntura, fenômeno exemplarmente observado em “pequenas cidades”, (*idem*: 31), mas que nesse caso estruturam relações políticas em uma das mais populosas e “urbanizadas” do Brasil, o Rio de Janeiro.

Em outros trechos, Fortes destaca o papel que políticos posicionados na esfera federal exercem na promoção do “desenvolvimento”:

Mais uma vez, o ministro do Planejamento, José Serra, veio ao Rio de Janeiro prestigiar o nosso esforço de retomada do desenvolvimento. Assinou, no Palácio Guanabara, com o governador Marcello Alencar e secretários, uma série de contratos e convênios na área da habitação popular e saneamento. Estamos reiniciando um percurso, há muito tempo interrompido, de proporcionar casa própria para os menos favorecidos e eliminar valas negras e outros símbolos do descabro que chegou ao nosso estado, (FORTES, 1996: 19)

José Serra foi um dos principais aliados de Fortes durante sua trajetória política. Serra escreveu a apresentação de “A Virada do Rio”, onde classifica Fortes como “líder político e industrial” e destaca que faz parte de um grupo de:

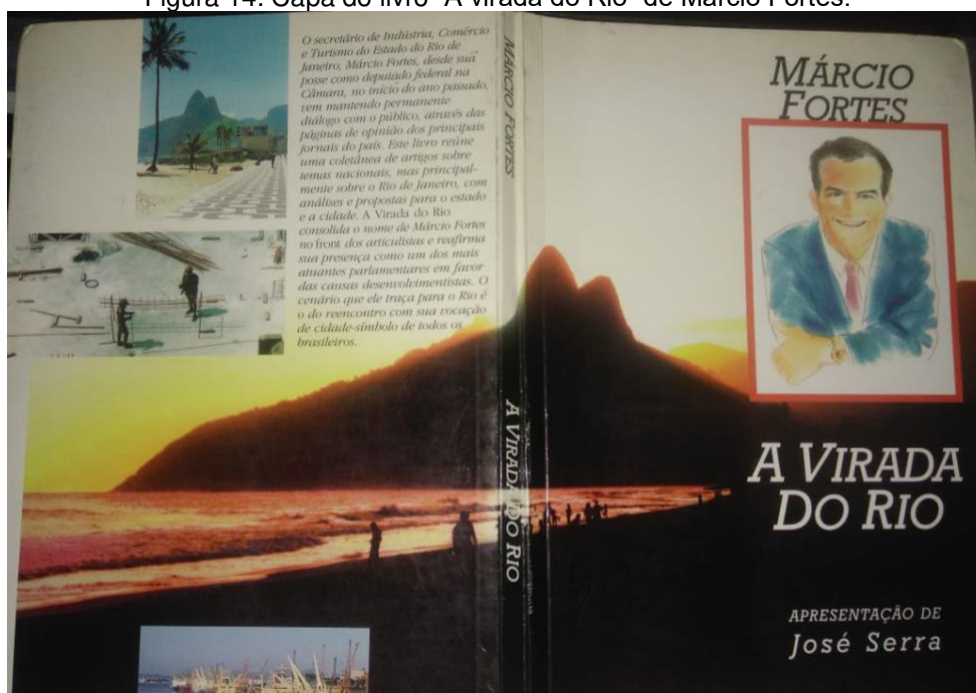
Novas lideranças que combinam as experiências empresarial, intelectual e política, não hesitam em escrever regularmente, expondo-se e expondo suas ideias à trituração cotidiana da imprensa. Também não se furtam a correr o risco das urnas (FORTES, 1996: apresentação de José Serra)

As “experiências” são confirmadas por uma dupla “exposição” de si, tanto na “escrita”, como nas “urnas”. Em 2002, Márcio Fortes seria o tesoureiro da campanha presidencial de Serra. Fortes se filiou ao PSDB, mesmo partido de Serra, em 1994, para concorrer ao cargo de deputado federal pelo Rio de Janeiro. Depois da direção do BANERJ passara, ainda, por um breve período, como cônsul honorário da Tunísia no Rio. Depois, foi nomeado secretário de Obras Públicas da cidade do Rio de Janeiro, na prefeitura de César Maia.

Segundo o DHBB, a campanha de Fortes para deputado federal, em 1995, fora voltada para a “defesa da revitalização econômica do estado, através da captação de investimentos privados e federais”. Em junho de 1996, se licenciou do mandato na câmara para assumir a Secretaria de Indústria e Comércio do Estado do Rio de Janeiro. Nesse cargo, sua principal missão era de instalar uma fábrica da Volkswagen, montadora de automóveis, na região de Resende – RJ.

“A virada do Rio” foi o quarto livro publicado por Fortes. Antes, havia escrito: “Caminhos da modernidade” (Ed. Correio da Serra, 1992), “Desenvolvimento sustentável: caminhos para a América Latina” (coordenação geral, Business Council for sustainable development, Texto e Arte, 1992) e “Mais ação, menos lamentação” (Texto e Arte, 1992). Abaixo, a capa de “A Virada do Rio”:

Figura 14: Capa do livro “A virada do Rio” de Marcio Fortes.



Fonte: FORTES, 1996.

Nota-se que o nome de José Serra, apresentador do livro, aparece na capa e em fonte de tamanho não muito menor do que a utilizada para escrever o nome do autor. Na contracapa, há a seguinte descrição:

O secretário da Indústria, Comércio e Turismo do estado do Rio de Janeiro, Márcio Fortes, desde sua posse como deputado federal na Câmara, no início do ano passado, vem mantendo diálogo permanente com o público, através das páginas de opinião dos principais jornais do país. Este livro reúne uma coletânea de artigos sobre temas nacionais, mas principalmente sobre o Rio de Janeiro, com análises e propostas para o estado e a cidade. A Virada do Rio consolida o nome de Márcio Fortes no front de articulistas e reafirma sua presença como um dos mais atuantes parlamentares em favor das causas desenvolvimentistas. O cenário que ele traça para o Rio é o do

reencontro com sua vocação de cidade-símbolo de todos os brasileiros. (FORTES, 1996: contracapa)

As posições ocupadas por Fortes, no legislativo federal e no executivo estadual, são descritas simultaneamente, sugerindo compatibilidade entre as atribuições. Na orelha do livro, outro político, Artur da Távola, pseudônimo de Paulo Alberto de Barros, formado em Direito na PUC-RJ, à época senador pelo Rio de Janeiro, caracteriza Márcio Fortes como “multifário”, “multímado”, “inteligência versátil”, “três em um”, “temperamento eclético”, mas também “perdulária ligeireza”, “aflito”, “apressado”, “afobado” e “verde”. Paulo Barros era um político mais experiente, envolto com eleições desde 1960, quando se elegera deputado estadual pelo Rio. Tenta, através de seu depoimento, sobre Fortes, emprestar-lhe sua notoriedade como político, mas também como uma espécie de “crítico literário”:

Este livro expressa o Márcio multifário e humanista. Aborda vários fenômenos ligados à vida do país e da cidade, capt(ur)ando-lhes a essência e a todos emprestando sua citada mistura de lucidez com informação e cultura. Essa junção, torna a leitura agradável e rápida (como ele), levando-nos à apreensão de muitas ideias e conhecimentos característicos da modernidade, sim, porque aqui está o aspecto mais instigante do pensamento de Márcio Fortes: sua atualidade. Ele pensa com as categorias da contemporaneidade da qual é apaixonado observador. Vale a pena conferir. (FORTES, 1996: orelha do livro, assinada por Artur da Távola).

Os trechos selecionados expõem concepções consideradas legítimas de exercício da política. Merece realce a forma como os agentes se utilizam da escrita para produzir e reproduzir noções e conceitos, mas também colocar em disputa tais concepções, em favor de justificativas para os postos ocupados. Quer dizer, Márcio não escreve sobre temas “aleatórios”, no intuito de demonstrar erudição ou “domínio das palavras”, toda a sua estratégia de publicação é heterônoma em relação ao jogo político. Se utiliza de linguagem considerada “agradável e rápida”, supostamente mais acessível, que possibilitaria “apreensão de muitas ideias e conhecimentos”. Tudo isso, para

confirmar a relevância “atual” e “moderna” da “dupla representação” (GRILL & REIS, 2016) de Fortes.

CAPÍTULO 5 – Militância, saber técnico-econômico e circulação internacional na quarta geração: produção escrita e afirmações político-intelectuais “pós-ditadura”

A quarta geração ocupa os primeiros cargos políticos entre 1982 e 1994. Período que no qual houve recomposições das modalidades de investimento, de aquisição de recursos, bem como das mobilizações de trunfos nos domínios políticos e intelectuais. Em 1982 ocorreram as primeiras eleições pós bipartidarismo, acontecimento esse que nos norteou na periodização. Além de PDS e PMDB, siglas que herdaram quadros de ARENA e MDB, respectivamente, houve uma acentuada difusão de siglas partidárias no transcorrer das décadas de 1980 e 1990.

Foram propostos múltiplos juízos normativos, sobre essa proliferação de siglas, impetrados por agentes alocados em domínios universitários, que dispunham de condições para consolidar um “senso comum acadêmico”, sobretudo cientistas políticos, fundamentados por acepções norte-americanas da disciplina. De modo geral, tratavam-se de avaliações negativas. Os argumentos se centravam, via de regra, em críticas de engenharia institucional, que se apresentavam ora como fatores, ora como sintomas de um “subdesenvolvimento partidário”: a) número excessivo de partidos, logo sua fragmentação; b) uma descontinuidade dessas siglas, criadas e/ou extintas ao sabor de projetos pessoais dos políticos; c) forte migração partidária; d) falta de consistência ideológico-partidária; e) persistência do “clientelismo”, “patronagem” e correlatos como traços característicos do sistema partidário e f) indisciplina e falta de coesão entre signatários de uma mesma legenda (RODRIGUES, 2002: 21).

Não pretendemos adentrar na seara desses argumentos e de seu potencial heurístico, uma vez que propomos uma aplicação mais distanciada e autônoma de esquemas de análise das ciências sociais. Vale considerar, todavia, que o fim do bipartidarismo mudou drasticamente as condições de “entrada na política”, ou de consecução de um cargo administrativo. Seguimos algumas das trilhas indicadas por Sawicki (2013) de que é preciso levar em consideração tanto os aspectos mais “sociais” como os “organizacionais”, acerca

da profissionalização política e adjunta institucionalização das agremiações. Quer dizer, ter em vista os *backgrounds* sociais dos políticos, suas formações, *cursus honorum*, enfim, locais de acúmulo de experiências prévias, juntamente com a descrição das instituições que intermediam as lutas. Segundo o autor, um ponto positivo, nessa abordagem, é a possibilidade de apreender as disposições incorporadas por atores políticos e suas estratégias e *sistemas de desvios* (vinculados ou não ao jogo intra/interpartidário) de um ponto de vista relacional (SAWICKI, 2013: 17). Para Grill (2013: 228), essas questões podem ser elucidadas através da descrição de “bases sociais do recrutamento político”, “trunfos decorrentes dos itinerários de cargos e funções públicas” e “apreensão do trabalho de administração das redes de relações”.

Para o problema atacado por essa tese vale considerar que o “rearranjo partidário”, além de ampliar o acesso, de maneira geral, ao jogo político, redefiniu as condições de investimento. Outrossim, vantagens e desvantagens, firmadas na posse ou escassez de determinados trunfos e recursos intelectuais, foram redimensionadas. Por um lado, agentes pertencentes a segmentos sociais dominantes, beneficiários da lógica de distribuição vigente até então, foram obrigados a se readaptar às intermitentes mudanças nas regras do jogo. Por outro lado, os arrivistas viram na política uma oportunidade de aumentar, diversificar, inaugurar, enfim, tornar eficientes seus investimentos e se contrapor aos grupos estabelecidos há mais tempo.

O peso de “heranças políticas”, o acesso a formas de transmissão de recursos – mormente econômicos, culturais e sociais - “via família”, assim como o “sucesso” intelectual ou profissional, modificaram-se. Para as “elites letradas e votadas”, essas redefinições se constituíram em novos parâmetros de especialização política, valorizando, especificamente, novas modalidades de intervenção expressas no “domínio, contato e uso da palavra escrita” (REIS & GRILL, 2008: 129).

Junto a essas alterações houve uma transformação paralela na “dupla arte de representar” (GRILL & REIS, 2016). Na pesquisa mais ampla, realizada no âmbito do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC), os autores identificaram uma maior tendência à oferta de escritos mais setoriais em períodos históricos mais recentes, nos quais a área de

formação e suas codificações específicas exercem forte influência nos títulos dos livros. Além disso, as próprias instâncias de consagração, que estendiam o prestígio intelectual para o domínio político e vice-versa, em benefício dos “políticos escritores”, foram transportadas dos espaços de circulação mais próximos do perfil “notável” ou “tradicional”, para “institutos” ou “fundações” partidárias que valorizam, explicitam e exemplificam potencialidades das competências “técnicas”, como signos de afirmação nesses domínios (REIS & GRILL, 2017).

Reis e Grill (2017) advertem que, assim como o receituário da ciência política reverberou em tomadas de posição normativas em relação aos partidos, algumas comparações com o “modelo americano” podem recair numa espécie de engenharia social prescritiva, no que tange a instituições vinculadas às siglas partidárias. Por exemplo, comparar analogicamente algumas propriedades dos “institutos” e “fundações” (ou a ausência delas), com a organização dos *think tanks* dos Estados Unidos. Os autores lembram, na esteira de Medvetz (2008), que, a despeito da heteronomia em relação aos “interesses políticos”, que caracterizam tais instituições, essas se constituem em organismos externos ao jogo político-partidário estadunidense, se assentando, sobretudo, em atividades universitárias, econômicas e militares.

Já a emergência dos “institutos” e “fundações” são reflexo e refratam a reconfiguração (também institucional) das competências políticas e intelectuais. Apesar dos agentes aqui analisados não terem atuações destacadas nesse tipo de organização, as transformações captadas por Reis e Grill (2017), parecem ter relação com princípios de classificação resultantes, que influenciaram certas tendências mais gerais.

Gisèle Sapiro (2012) sugere que, independentemente do grau de institucionalização e especialização do “campo intelectual”, as modalidades de intervenção podem ser compreendidas se tomadas como bases três dimensões de análise: 1) capital simbólico personificado pelos agentes - reconhecido seja por seus atributos associados à imagem de “profeta”, no sentido weberiano do termo, seja pela afirmação via instâncias, mais ou menos objetivadas, de consagração (sendo a atividade escrita uma das estratégias de objetivação eficazes simbolicamente, de estabelecer um elo entre esses reconhecimentos).

2) autonomia dos “intelectuais” frente às demandas externas – aferida pelo grau de refração dos critérios internos de hierarquização intelectual, independentemente das tensões exercidas pelos poderes mais temporais, mormente políticos e econômicos. 3) grau de especialização em que se calca o *savoir-faire* “intelectual” – ou seja, a centralidades que saberes raros e competências específicas tem sobre sua legitimidade, estruturada a partir do sucesso escolar, acadêmico e profissional.

Silvia Sigal (2012) tenta aplicar, *mutatis mutandis*, algumas dessas dimensões de análise ao caso argentino, como mencionamos na introdução desta tese. A autora considera que as lutas intelectuais, na América-Latina, são, invariavelmente, fundamentadas pela referência às disputas impetradas em outros países (centrais). Isso debilitaria as condições de autonomia e eficácia da esfera cultural argentina. O modelo das instituições, que regem o *cursus honorum* desses “intelectuais periféricos”, remeteria a uma condição de importação e imposição das lógicas instituídas nos “centros”, que refletem na formação de um “campo cultural periférico” precariamente institucionalizado, autonomizado e especializado. Não entraremos, nesse momento, em uma discussão mais aprofundada sobre as terminologias utilizadas pelas autoras e sua aplicação ao caso brasileiro. Vale, todavia, considerar o papel exercido pela internacionalização de grupos dirigentes “periféricos” e como algumas transformações históricas globais e nacionais contribuíram para certas reconfigurações sociais importantes para apreensão de nosso problema de pesquisa.

O “desenvolvimento” foi um dos recursos que legitimou a constituição de um mercado internacional de bens simbólicos, que envolve não apenas Estado-Nações, mas diversas instituições “não-governamentais” (BUCLET, 2010), mediante as quais diversos profissionais operacionalizam seus trânsitos. Esses novos fluxos internacionais catalisaram o processo de construção da “nova ordem simbólica mercantil” (LEBARON, 2012).

Vimos, anteriormente, que as décadas de 1960 e 1970 foram de expansão de cátedras e instituições universitárias, sobretudo públicas (FÁVERO, 2006). Na década de 1980 houve outra expansão: o acesso ao ensino superior em instituições de outros países. A circulação internacional, desde a

gênese do estado brasileiro, foi critério de distinção, seleção e hierarquização estruturantes na formação de suas elites profissionais e da administração pública. No entanto, no que pese sua função de reprodução de segmentos “tradicionais”, houve, no final do século XX, ampliação objetiva da circulação internacional, constituindo mecanismo de acesso aos espaços de poder, para camadas sociais mais intermediárias, sobretudo a partir de meados da década de 1980 (ROCHA, 2005 *apud* CANÊDO, 2002).

Um fator a se considerar é a balança de poder entre os países ditos “exportadores de modelos”. Nos anos 1980, agentes de universidades, instituições filantrópicas e do governo estadunidense constituíram uma comunidade de especialistas de exportação de seu “modelo democrático”. Um dos exemplos da institucionalização desse processo se deu em 1983, quando Ronald Reagan, presidente vinculado às alas conservadoras da política norte-americana e que se elegeu com base em uma plataforma que se dizia “anticomunista”, introduziu, junto a sua administração, o NED (National Endowment for Democracy), que gere fundos voltados para o patrocínio de organizações cujos agentes militavam, sobretudo nos espaços universitários internacionais, mas também no setor privado e filantrópico (GUILHOT, 2003).

Vejamos como algumas dessas dinâmicas podem ser demonstradas e captadas, através da análise das origens sociais, das carreiras políticas e das estratégias de publicação dos agentes da quarta geração.

Origens sociais na quarta geração

Uma primeira diferença dessa geração em relação às anteriores se assenta na origem geográfica:

Tabela 24: Região de origem da quarta geração

Sudeste	6 (40%)
Nordeste	6 (40%)
Sul	2 (13,3%)
Norte	1 (6,7%)
Total	15 (100%)

Fonte: DHBB-CPDOC-FGV

Nas últimas três gerações havia uma presença maior de políticos com origem no Nordeste. Nessa, o Sudeste se equipara com o mesmo número de agentes. A região Norte, que na segunda e terceira geração tem alguns representantes, nessa contribui com apenas 1 caso. O Sul continua com aproximadamente 2 políticos por geração. Assim, há uma compatibilidade maior, no que tange à origem geográfica, desse universo específico com o grupo de 299 parlamentares que escrevem analisados por Grill e Reis (2012, 2016).

Aparentemente, é possível avaliar que os agentes estariam mais antenados com as transformações no “cenário internacional”, uma vez que estados do Sudeste contém instituições com maiores possibilidades de contribuir para formação de elites mais cosmopolitas.

Todavia, estados do Nordeste continuam, quantitativamente, significativos. Ponderamos, entretanto, em que medida a distribuição das chances de aquisição de trunfos conservam relações com as origens geográficas. Ou, até que ponto, outros caracteres influenciam. Após a identificação e descrição desses elementos relacionaremos os dados constituídos às carreiras políticas. Por fim, tentaremos traçar as aproximações e distanciamentos entre tais fatores e as concepções de “desenvolvimento” presentes nos títulos das publicações.

Sobre a descrição das famílias as quais pertencem e escolas frequentadas, temos:

Quadro 19: Descrição das famílias e escolas da quarta geração.

Nome	Descrição da família.	Escolas primário, ginásial e médio.	Orientação
Fernando Henrique Cardoso (RJ)	Nascido no Rio de Janeiro e passou a infância em São Paulo. Bisavô, avô, pai e diversos outros parentes foram militares de alta patente, com participação na Proclamação da República e Revolução de 1930 e outros marcos históricos do "imaginário nacional". Bisavô foi deputado federal, senador e governador de GO, vinculado ao Partido Conservador, no Império. O pai foi deputado federal (55-59), pelo PTB.	Colégio Paulista – RJ Colégio São Paulo – SP	Religiosos
Oziel Carneiro (TO)	Nascido em Tocantinópolis – TO. Seu pai, Pedro Carneiro, foi industrial e político. Foi senador pelo Pará de 1963 a 1966 e em 1968, e deputado federal em 1971 e 1972. Seu irmão, Armando Carneiro, foi deputado federal pelo Pará (1959-1971).	-	-
Francisco Dornelles (MG)	Nascido em Belo Horizonte - BH Avô paterno: Ernesto Francisco Dornelles, militar e natural de São Borja (RS), que era irmão de Cândida Dornelles Vargas, mãe de Getúlio Vargas. Seu tio Ernesto Dornelles, também militar, foi senador (1946-1951), governador do Rio Grande do Sul (1951-1954) e ministro da Agricultura (1956). Seu pai, primo em primeiro grau de Getúlio, também natural de São Borja, ao terminar a Escola Militar em 1930, foi servir em São João del Rei (MG) e aí se casou em 1932 com sua mãe, irmã de Tancredo Neves, deputado em várias legislaturas, ministro da Justiça (1953-1954), primeiro-ministro (1961-1962), senador (1979-1983), governador de Minas Gerais (1983-1984) e presidente da República eleito pelo Colégio Eleitoral (1985), falecido antes de tomar posse. Seu primo Aécio Neves da Cunha foi constituinte (1987-1988), deputado	Colégio Santo Antônio –BH Colégio Militar – RJ Escola de Contabilidade Cândido Mendes – RJ	Religioso Militar Técnico

	federal (1987-2003), governador de Minas Gerais (2003-2010) e eleito senador por Minas em 2010.		
Beni Veras (CE)	Nascido em Cratéus – CE.	Ensino fundamental em escola na sua cidade natal, Cratéus – CE. Ensino médio em Fortaleza, Liceu Cearense, onde foi diretor do grêmio estudantil.	Públicos
Ariosto Holanda (CE)	Nascido em Limoeiro do Norte - CE.	-	-
João Ricardo Mendes (PB)	Nasceu em Alagoa Grande (PB). Mudou-se, ainda na infância, para Recife – PE.	-	-
Yeda Crusius (SP)	Nasceu em São Paulo capital. Morou no bairro Vila Mariana. O pai, mineiro, se mudou na década de 30 para São Paulo. Era jornalista e líder maçônico.	Escola de freiras	Religioso
Aluísio Vasconcelos (MG)	Nasceu em Ponte Nova (MG). Pai fora agrônomo. Seus tios, Geraldo Vasconcelos e Fábio Vasconcelos foram, respectivamente, deputado federal (1959-1963) e deputado estadual (1967-1983), e seu irmão, Ronaldo Vasconcelos Novais, foi vereador em Belo Horizonte (1983-1987), deputado estadual (1987-1999) e deputado federal (1999-2006).	Colégio Santo Antônio – Belo Horizonte MG.	Religioso
Cristovam Buarque (PE)	Nasceu em Recife-PE. Pais trabalhavam em uma tecelagem. Primeiro da família a obter título superior.	Ginásio São Luiz	Público
José Serra (SP)	Nascido em São Paulo capital, no bairro Mooca. Descendente de imigrantes italianos. Pai e avô eram comerciantes de frutas no Mercado. Primeiro da família a obter título superior.	Dom Bosco São Judas Tadeu Escola Estadual Firmino de Proença (ensino médio)	Religiosos/ Particular Pública
Mário Cavallazi (PR)	Pai, João Demaria Cavallazi, fazendeiro.	Colégio Jurema Cavallazi Colégio Catarinense	Públicos
Gonzaga Patriota (PE)	-	-	-
Teotônio Vilela Filho (AL)	O pai, Teotônio Brandão Vilela, foi Senador por Alagoas de 1967 a 1983). Seu tio paterno, Dom Avelar Brandão Vilela, foi cardeal-arcebispo de Salvador e primaz do Brasil de 1971 a 1986.	Ginásio de Maceió Colégio Nóbrega	Públicos

Adolfo Fetter Júnior (RS)	Descende de uma família estabelecida econômica e politicamente na “metade sul” do Rio Grande do Sul, onde contavam com reduto eleitoral regional. Seu pai e avô foram prósperos comerciantes de “produtos coloniais”. Seu pai foi, também, um dos “principais empresários rurais de Pelotas”, teve participação na política eletiva, vice-prefeito (47) e prefeito (55) de Pelotas – RS (GRILL, 2008: 95).	Colégio Gonzaga – Pelotas RS	Particular
Alúcio Mercadante (SP)	O pai, Osvaldo Muniz Oliva, foi general do exército, chegando ao comando da ESG (Escola Superior de Guerra).	-	-

Fontes: DHBB-FGV-CPDOC, sites e blogs pessoais dos agentes.

Não foi possível obter robustas informações sobre as origens familiares e escolares dos nascidos no *interior* do Nordeste, Beni Veras, João Ricardo Mendes, Ariosto Holanda, e Gonzaga Patriota, nem do sulista Mário Cavallazi. O fato dessa parte da biografia não ser veiculada, justamente por políticos situados em regiões mais “periferias”, é reflexo dos princípios de hierarquização vigentes. José Serra e Cristovam Buarque, apesar da origem também “humilde”, têm suas origens sociais relatadas em trabalhos acadêmicos realizados sobre eles⁴⁹, bem como nos seus sites pessoais e verbetes do DHBB (ambos nascidos nas *capitais* de seus estados, São Paulo e Pernambuco, respectivamente). Yeda Crusius, única mulher do nosso universo de pesquisa, filha de um “influyente jornalista e maçom”, descreve sua infância e juventude na autobiografia “Coragem e Determinação: um infinito por fazer” (2014), também disponível em *website* pessoal.

Nessa geração, se comparada com a anterior, há uma descrição mais pormenorizada de inserções sociais dos familiares, bem como menções a ascendentes que chegaram ao cume da hierarquia política. Há quantidade considerável, proporcionalmente, de agentes cujos pais e avôs tiveram proeminência em certos domínios, sobretudo militares e políticos, no âmbito nacional. Dos 15, 6 têm ascendentes que ocuparam cargos políticos e 4 pais, avôs e tios que foram militares de alta patente e que ativaram tal condição em

49 Sobre Serra, ver Klüger (2017). Sobre Buarque, ver Rocha (2005) e Grill e Reis (2016).

eventos histórico-políticos considerados relevantes (sendo que os parentes de Fernando Henrique Cardoso e Francisco Dornelles foram militares e políticos influentes).

Sobre as escolas onde estudaram, todos os que conseguimos informações passaram por instituições reconhecidas na tarefa de transmissão do capital cultural. Mesmo os que viriam de famílias mais “modestas”, José Serra e Cristovam Buarque, tem acesso a instituições relativamente destacadas. Serra combinou acesso inicial a instituições particulares e religiosas para depois ingressar no ensino público (KLÜGER, 2017: 234) e Buarque acessou escola religiosa bem-conceituada em Recife (ROCHA, 2005: 94)

Há um certo equilíbrio quanto às relações entre “origens geográficas” e “origens sociais”. Tanto regiões mais ricas em instituições de formação como áreas mais periféricas estão representadas por agentes advindos de variadas camadas sociais. Vejamos como se deu, especificamente, a formação escolar superior e alguns aspectos da atuação profissional:

Quadro 20: Títulos de graduação, pós-graduação e ocupações profissionais

Nome	Formação Superior	Instituições	Pós-Graduação	Instituições	Atividades Profissionais
Fernando Henrique Cardoso	Sociologia e Política	USP	Especialização em Sociologia. Doutorado em ciências sociais. Curso de Sociologia Industrial.	USP USP, orientado por Florestan Fernandes. <i>Laboratoire de Sociologie Industriel</i> – Universidade de Paris. Orientado por Alain Tourraine.	Professor em diversas instituições nacionais e internacionais. Entre elas USP, universidades francesas, FLACSO e CEPAL. Fundou CEBRAB.
Oziel Carneiro	Medicina	UFPA (57)	-	-	Banqueiro, industrial, fazendeiro e jornalista (não

					exerceu a medicina).
Francisco Dornelles	Direito	Universidade do Brasil – RJ (60)	Intercâmbio na graduação. Especialização em finanças públicas Especialização em tributação internacional. Mestrado e doutorado em Direito Financeiro	San Fernando Valley College UCLA (University of California Los Angeles). Université Nancy -FR. Harvard UFRJ	Coordenador e professor dos cursos de política e administração tributária da FGV (67-74), Legislação tributária da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) da FGV (68-74), Professor de direito fiscal do curso de pós-graduação Universidad e do Estado da Guanabara (UEG) (68-72) e professor de finanças públicas das faculdades Gama Filho (67-68) e Cândido Mendes (1969-1970).
Beni Veras	Administração e Marketing	Escola de Administração do Ceará, presidente do DA (67).	-	-	Foi gerente de vendas, executivo e industrial no ramo de tecidos e confecções.
Ariosto Holanda	Engenharia Civil	UFC (61)	Especialização em instrumentação de processos industriais. Pós-graduação em Engenharia Biomédica.	UFBA/Petrobrás. UFRJ/COPPE	Professor e coordenador do curso de Engenharia Química da UFC (69-71).

João Ricardo Mendes	Engenharia Civil	UFPE (66)	Especializações em administração pública e planejamento empresarial. Pós-graduação em Pontes e Grandes Estruturas.	UFPE Centre d'Hautes Études en Béton Armé et Précontraint da Universidade de Paris	Empresário da construção civil.
Yeda Crusius	Economia	USP (66)	Pós-Graduação. Mestrado em Economia. Especialização em Estatística.	Universidade do Colorado (69). Universidade de Vanderbilt (71). UFRGS	Professora titular do Departamento de Economia da UFRGS. Coordenadora da Pós-graduação em Economia UFRGS (83-86). Vice-diretora e diretora da Faculdade de Economia UFRGS (89-92). Comentarista de Economia da RBS, afiliada da Globo em Caxias do Sul – RS (88)
Aluísio Vaconcelos	Engenharia mecânica e elétrica.	Universidade de Minas Gerais (65).	Cursos de extensão universitária.	Universidade de Pádua, Itália. Universidade de Charleston, EUA.	Engenheiro e consultor de empresas públicas e privadas.
Cristovam Buarque	Engenharia Mecânica	UFPE (66)	Curso de preparação e análise de projetos. Doutorado em Economia do	OEA Ecole Pratique des Hautes	Professor de diversas instituições nacionais e internacionais.

			Desenvolvimento.	Etudes, Paris (73).	Reitor da UnB.
José Serra	Engenharia (incompleto) Curso de Economia, Planificação e Desenvolvimento Econômico	USP Institut International de Recherches et de Formation en vue du Développement Harmonisé, Economie et Humanisme, Paris.	Pós-graduação em Planificação e Desenvolvimento Econômico. Mestrado em Economia. Programa de Estudos Econômicos para alunos graduados. Doutorado em Economia	Universidade do Chile ESCOLATINA Universidade de Cornell, EUA.	Deu aulas em institutos universitários no Chile e nos Estados Unidos (Princeton).
Mário Cavallazi	Agronomia,	UFRR.	Especialização em administração de projetos. Mestre em Economia. Administração de projetos agrícolas.	FGV. UFRGS. Universidade do Chile.	Professor da FGV, ofereceu cursos para SUDENE, BID e BIRD.
Gonzaga Patriota	Ciências Contábeis. Direito. Administração	UECE UECE FACAPE – PE.	Pós-graduação em Ciência Política. Mestrado em Ciência Política. Mestrado em Políticas Públicas.	Universidade do Distrito Federal. UnB UFRJ	Advogado e empresário na construção civil.
Teotônio Vilela Filho	Economia (74)	UnB	Especialização em Administração de empresas	FGV.	Industrial.
Adolfo Fetter Júnior	Agronomia. Administração de empresas.	UFPEL - RS	Mestrado em administração pública. Doutorado em Ciência Política	FGV. Université René Descartes, FR.	Pecuarista e fazendeiro. Professor nas faculdades: faculdade Centro Educacional Niterói (80-81). Universidad e Santa

					Úrsula –RJ (81-82).
Aluísio Mercadante	Economia	USP, presidente do C.A.	Mestrado e doutorado em Economia.	UNICAMP	Professor e chefe do Departamento de Economia da PUC-SP. Presidente da Associação de Professores e vice-presidente da ANDES.

Fontes: DHBB-FGV-CPDOC, sites e blogs pessoais dos agentes.

Sobre as principais graduações: 6 formados em engenharia (sendo que Fetter Júnior acumula diploma em Administração); 4 em economia (sendo que Serra realiza espécie de curso equivalente na França); 2 em Direito (sendo que Gonzaga Patriota acumula Administração e Ciências Contábeis); 1 em Administração e *marketing*; 1 em Sociologia e Política e 1 em Medicina (que não chega a exercer a profissão). Destarte, constata-se peso de disciplinas mais técnicas e ligadas ao saber matemático.

Se observarmos as pós-graduações: 6 possuem especializações nas áreas de administração pública e “planificação”; 5 fizeram mestrado e/ou doutorado em Economia; 3 mestrados e doutorados em ciências sociais ou ciência política. Apenas Oziel Carneiro e Beni Veras não tem pós-graduação. O único formado em Direito, Francisco Dornelles, possui especializações em “finanças públicas” e “tributação internacional”, além de mestrado e doutorado em Direito Financeiro.

Dos 15, 9 recorreram à “internacionalização” para realizar cursos em diferentes níveis de graduação e pós-graduação, sobretudo em Estados Unidos e França. Também são 9 os que exercem magistério superior, sendo que Aluísio Vasconcelos e João Ricardo Mendes se internacionalizaram, mas não exerceram atividades de ensino. Já Aluísio Mercadante e Ariosto Holanda, fizeram suas pós-graduações no Brasil e deram aula em universidades.

Carreiras políticas na quarta geração

Quadro 21: Carreira política da quarta geração.

Nome	Idade no primeiro cargo	Tempo de carreira	Cargos políticos.	Partidos
Fernando Henrique Cardoso	52	20	Sen. SP. (82-92). Min. Rel. Exterior. (92-93). Min. Faz. (93-94). Sen. SP. (94). Pres. República (95-03).	MDB PMDB PSDB
Adolfo Fetter Júnior	29	16	Ver. Pelotas RS (83-88). Dep. Fed. RS (91-98). Vice. Pref. Pelotas RS (2004-2006). Pref. Pelotas RS (2006-2012).	PDS PPB
Mário Cavallazi	39	12	Dep. Est. PR (87-94) Dep. Fed. PR (95-99)	PDS PRN PPR PPB
Oziel Carneiro	54	8	Sen. PA (86-94).	PDS PPR
João Ricardo Mendes	53	28	Dep. Fed. RJ (91-93; 93-). Sec. Municipal. De Gov. RJ (94).	PFL PTB PPB
Francisco Dornelles	50	27	Min. Faz (85) Dep. Fed. RJ (87-96) Min. Ind. Com. Tur. (96-98). Dep. Fed. RJ (98-99). Min. Trab. Emprego. (99-02). Dep. Fed. RJ (02-07). Sen. RJ (07-15).	PMDB PFL PPR PPB PP
Gonzaga Patriota	35	42	Dep. Est. PE (83-87) Dep. Fed. PE (87-2019).	PMDB PSB
José Serra	41	35	Sec. Econ. Planej. SP (83-87). Dep. Fed. SP (87-95). Min. Planej. (95-96). Min. Saúde. (98-02) Sen. SP. (96-98; 02-03; 2014-). Pref. SP. (05-06). Gov. SP. (2007-2010). Min. Rel. Exterior. (2016).	PMDB PSDB
Teotônio Vilela Filho	36	32	Sen. AL (87-2006).	PMDB PSDB

			Gov. AL (2007-2015).	
Ariosto Holanda	49	24	Sec. Ind. Com. CE (87-89). Dep. Fed. CE (91-95; 99; 02-). Sec. Cienc. Tec. CE (00-02).	PSB PSDB PSB
Alúcio Vaconcelos	45	10	Dep. Fed. MG (87-95). Pres. Eletrobrás. (05-07).	PSD MDB PMDB
Beni Veras	56	11	Sen. CE (91-94). Min. Planej. (94). Sen. CE (95-99). Gov. CE (02).	PSDB
Yeda Crusius	49	18	Min. Planej. (93). Dep. Fed. RS (95-06; 2017). Gov. RS (07-11).	PSDB
Alúcio Mercadante	37	20	Dep. Fed. SP (91-95; 99-2002) Sen. SP (2003-2011) Min. Cienc. Tec. Inova. (11-12). Min. Educ. (12-14). Min. Casa. Civil (14-15). Min. Educ. (15-16).	PT
Cristovam Buarque	50	20	Gov. DF (94-98). Min. Educ. (03-04). Sen. DF (04-10; 11-)	PT PDT PPS

Fonte: DHBB-FGV-CPDOC

Essa é a geração na qual os políticos alcançam seus primeiros cargos com idade mais avançada. Nesse sentido, parecem depender mais de investimentos prévios prolongados, para legitimar candidaturas e nomeações. Vimos que, conjuntamente, essa é a geração que mais investiu em pós-graduações e internacionalização, como modalidade de captação desse trunfo específico. Apesar da consecução “tardia” de posições na política, obtém sucessivos mandatos e cargos comissionados. Excetuando-se os casos de Adolfo Fetter Júnior, Gonzaga Patriota e Mário Cavallazzi, todos iniciam por cargos na esfera federal. Os três citados acima, posteriormente, atuam no congresso nacional, sendo que apenas Fetter Júnior retorna para a política em âmbito municipal.

Dos 15, 6 foram ministros, em variadas oportunidades, assumindo pastas importantes, mormente “Planejamento”, “Fazenda/Economia”,

“Educação”, entre outras. Se observarmos os cargos eletivos, idem, dos 15, 7 obtiveram mandatos no Senado Federal e 5 foram governadores nos seus estados de origem. Então, mesmo com uma “idade inicial” relativamente elevada, vislumbramos um grupo profissionalizado e especializado no jogo político. Devemos considerar os fatores históricos, sobretudo o fato do mercado ter sido restringido entre 1964 e 1982. Inclusive, muitos deles, até esse marco, investiam em arenas cujas recompensas eram facilmente transformadas em trunfos mobilizáveis, como militância estudantil.

Sobre as filiações partidárias, as informações coletadas confluem com os achados de Marengo dos Santos (2001) acerca da alta migração entre siglas a partir da década de 1980, para o escopo mais geral de parlamentares atuantes nesse período. O autor ressalta que tal fenômeno não pode ser explicado por “variações demográficas” ou “regras eleitorais”. Os partidos, pós-82, se constituem por lideranças e redes de relações localizadas em contextos variados. O “grau de fidelidade” varia de acordo com cada partido que:

Apresentam uma configuração *híbrida* quanto a trajetória e vínculos de lealdade de seus membros. Dentro de cada um convivem, em proporções que variam segundo cada caso, *núcleos duros*, seções estaduais formadas por parlamentares com carreiras projetadas sob a mesma legenda, ao lado de *periferias* partidárias, compostas por fluxos de filiações tardias (MARENCO DOS SANTOS, 2001: 82)

Além disso, temos uma composição variada de filiações e migrações partidárias. Dos que se filiam em partidos mais identificados, no espectro ideológico, como mais próximos da “direita” e “centro”:

- Os que vão do PMDB para PSDB, os três (Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Teotônio Vilela Filho) participaram da criação e consolidação do partido no país e em suas regiões de origem. Foram, também, presidentes dessa sigla;
- Há 3 agentes que continuam no PDS (partido formado por quadros da extinta ARENA) após sua mudança de nome para PPB (Partido Progressista Brasileiro): Adolfo Fetter Júnior, Mário Cavallazzi e Francisco Dornelles.

- Outros 2, antes de chegar ao PPB, passaram por pequenos partidos conservadores como PFL (Partido da Frente Liberal): Oziel Carneiro e João Ricardo Mendes.

- Yeda Crusius e Beni Veras permanecem no PSDB durante toda a carreira.

Os que se inscrevem em siglas normalmente classificadas como mais próximas à “esquerda” e “centro-esquerda”: Aloísio Mercadante se filiou e continua no PT durante toda a carreira, Cristovam Buarque inicia nessa mesma sigla, mas migra para PDT (Partido Democrático Trabalhista) e depois PPS (Partido Popular Socialista); Gonzaga Patriota inicia no PMDB e vai para o PSB (Partido Socialista Brasileiro), e, Ariosto Holanda, inicia no PSB, tem passagem pelo PSDB e retorna ao partido de origem.

Apenas Aluísio Vasconcelos permanece no PMDB em toda a carreira.

Pensamos, nesse sentido, que figuram identificações ideológicas mais gerais que influenciam, em alguma medida, essas filiações sucessivas, mas que existem outros fatores tanto quanto ou mais relevantes na explicação. Políticos que iniciam em um polo, nesse universo, tendem a mudar de sigla “coerentemente” com os preceitos mais gerais da sigla anterior. Ambos padrões de itinerário partidário (mais à “direita” e mais à “esquerda”) comportam carreiras política longevas, ascendentes e relativamente bem-sucedidas. Passemos para descrição de suas produções escritas.

Produção escrita na quarta geração

Quadro 22: Produção escrita da quarta geração

Nome	Publicações	Temática privilegiada.	Gêneros de escrita
Fernando Henrique Cardoso	Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil (1964). Mudanças sociais na América Latina (1969). Dependência e desenvolvimento na América Latina (1969). As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento (80).	Técnicas	Setorial
Ariosto Holanda	Ciência e tecnologia como fator de desenvolvimento e segurança nacionais (1985) Estratégias de desenvolvimento (1990) Seca: o homem como ponto de partida. Plano de desenvolvimento científico e tecnológico para o Nordeste (2010) Desafios do século XXI: desenvolvimento humano e energia (2018). Entre outros.	Técnicas	Setorial
Aluísio Vaconcelos	Aproveitamentos hidrelétricos no Brasil (1968) Desenvolvimento econômico de Minas Gerais (1972). Função social da engenharia (1981)	Técnicas	Generalista/setorial
Mário Cavallazi	Parâmetros para avaliação de projetos de desenvolvimento rural (1975). Desenvolvimento, crédito rural e agente financeiro (1976). Instrumentos de gerência: uma abordagem de economia da produção (1978)	Técnicas	Setorial
Adolfo Fetter Júnior	Administração para o desenvolvimento: conceitos, relações e estratégias (1978). Modernização administrativa (1978)	Técnicas	Setorial
Oziel Carneiro	Programa grande Carajás: o que é afinal? (81). Quarenta anos de política para a região amazônica (91). Economia: o jogo do certo e errado (91).	Regionais	Setorial
Beni Veras	Em defesa do desenvolvimento sustentável da Amazônia (91). SUDENE: um novo papel (98). Projeto São Francisco: a integração das águas do semi-árido (98)	Regionais	Generalista/setorial
Gonzaga Patriota	Epopeia da Seca (1983) O Nordeste é viável (1987) O rio São Francisco está morrendo (1995).	Regionais	Generalista

	O Nordeste, seus problemas e a viabilidade para resolve-los (2011).		
Teotônio Vilela Filho	Nordeste: é preciso mudar velhas estruturas (1989) Matriz energética: uma estratégia para o desenvolvimento. Compromisso com Maceió (1992). Alagoas quer paz (1993)	Regionais	Generalista
Francisco Dornelles	O projeto de constituição: entraves ao desenvolvimento (88). O modelo da Organização das Nações Unidas para evitar a dupla tributação de renda e os países em desenvolvimento (1982)	Nacionais	Generalista/setorial
João Ricardo Mendes	Brasil terceiro milênio (1983) Retrato de uma época (1990) Brasil: uma cidade saturada (1994) Vitrine do Brasil — uma nova engenharia para o Rio Tendências das sociedades Passaporte para o Primeiro Mundo.	Nacionais	Generalista
Aluísio Mercadante	Política econômica e custo Brasil: mitos e realidades (1997). Brasil – A Construção Retomada (2010) A Nova Política Econômica: a sustentabilidade ambiental (2010) As bases do Novo Desenvolvimento no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010).	Nacionais	Generalista/setorial
Yeda Crusius	Há escolha entre inflação e desemprego? (1981) Autonomia ou submissão? (1983). O Plano Brasil Novo como uma proposta de mudança de regime (1990) Coragem e determinação: um infinito por fazer. (2014)	Nacionais	Setorial
Cristovam Buarque	Hacia una política tecnológica para los bancos de desarrollo de América Latina (1982). Tecnología apropiada: una política para la banca de desarrollo(co-autoria, 1982) A Desordem do Progresso – o fim da era dos economistas e a construção do futuro (1991). Admirável mundo atual – dicionário pessoal dos horrores e esperanças do mundo globalizado (2001) Foto de uma conversa: Celso Furtado e Cristovam Buarque.	Internacionais	Generalista/setorial
José Serra	Ensayos críticos sobre el desarrollo latinoamericano (1973) América Latina: ensaios de interpretação econômica (1976) Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil (com Maria da Conceição Tavares, 1976).	Internacionais	Setorial

	A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento (1978) Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise(1981)		
--	---	--	--

Fonte: DHBB-CPDOC-FGV, www.senado.leg.br; sites e blogs pessoais dos agentes.

Os títulos das publicações encontradas sugerem a predileção por temáticas mais “técnicas”, tanto do ponto de vista das temáticas quanto dos gêneros de escrita. Nessa linha, observamos que há a mobilização dessa linguagem para a intervenção em debates de escopos “regionais”, “nacionais” ou “internacionais”. Comparando com publicações das gerações anteriores, é possível apostar na coadunação de tais temáticas ao longo do tempo (de redefinições de fronteiras sociais e geográficas e da técnico-setorial).

Especificamente vemos que dos 15: 5 privilegiam a temática “técnica” em detrimento de publicações sobre as temáticas de diversos níveis regionais, 4 preferem escrever sobre suas regiões de origem, 4 sobre temas “nacionais” e 2 sobre os “internacionais”. Apesar da maior parte se dedicar às temáticas calcadas nas divisões geográficas, sobre os gêneros de escrita temos: 7 setoriais, 5 equilibradamente (setorial e generalista) e apenas 3 generalistas.

Se observarmos os anos de publicação averiguamos que “obras” mais puramente “técnicas” tendem a aparecer nos anos 1960 e 1970. Enquanto isso, as outras temáticas são publicadas em 1980, 1990 e anos 2000, ano de maior atividade e ocupação de cargos políticos. Desta forma, vê-se a diminuição progressiva de escritos mais generalistas nas estratégias de publicação dos políticos que escrevem sobre “desenvolvimento”. Essa tendência já havia sido captada por Grill & Reis (2016) em relação ao universo mais amplo dos especialistas na “dupla arte de representar”. Contudo, é possível afirmar que, sobre a categoria social que aqui tacamos, especificamente, esse processo é mais acentuado. Uma hipótese passível de ser verificada é como essa categoria circula em domínios sociais algo mais distantes da política profissional, como universidades e instituições de pesquisa. Assim, seria possível observar como tais domínios reformulam e reconfiguram os atributos vistos positivamente nos próprios representantes políticos.

Fica patente como a construção do “desenvolvimento” como problemática legítima se constituiu na combinação de recursos simbólicos variados. Seja a defesa de determinados ideais, que remetem à identificação de “grupos”, “nações”, “regiões”, etc., seja a postulação, via conhecimentos mais ou menos generalistas e setoriais, de uma *expertise* voltada para o “bem comum”, os políticos analisados podem ser considerados vetores que firmaram a legitimação do “desenvolvimento” no debate público.

Além disso, as análises desses títulos informam múltiplos padrões de especialização na “dupla arte de representar” (GRILL & REIS, 2016). Nessas condições, parece profícuo analisar possíveis correlações entre os padrões de carreira política, assentadas, nesse caso, nas migrações partidárias (mais “à esquerda” ou mais “à direita”), e as temáticas privilegiadas:

Tabela 25: Padrões de filiação partidária versus temáticas privilegiadas

Padrões de filiação partidária/temática privilegiada	Regionais	Nacionais	Internacionais	Técnicas	Total
PMDB - PSDB	2	-	1	2	5
PMDB – Partidos mais “à esquerda”	1	1	1	2	5
Várias migrações entre partidos mais “à direita” ⁵⁰	1	2	-	2	5
TOTAL	4	3	2	6	15

Fontes: DHBB-FGV-CPDOC, sites e blogs pessoais dos agentes.

50 PDS, PFL, PPB, PRN, PPR e PP

Há uma distribuição equilibrada das preferências temáticas se relacionadas aos padrões de filiação partidária. Contudo, há uma convergência para publicações cujos títulos denotam seu caráter mais “técnico”, em partidos identificados nas variadas posições “ideológicas”. Esses dados confluem com os investimentos universitários realizados pelos agentes dessa geração. A passagem por instituições universitárias bem-conceituadas no exterior e assimilação de uma linguagem mais “técnica” parece ser uma injunção generalizada.

O “terreno de desacordos” se estrutura, ao que tudo indica, a partir de uma condição de entrada, para a “elite letrada e votada” (REIS & GRILL, 2008), que exige a posse de determinados instrumentos de decifração do “desenvolvimento”, distinguindo suas trajetórias escolares e profissionais. Novamente, essas “preferências temáticas” servem muito mais de parâmetro descritivo do conjunto de estratégias de publicação do que de compreensão das dinâmicas subjacentes ao problema de pesquisa. O exame da migração, nas trajetórias, entre uma temática e outra, são mais profícuas analiticamente.

Nesse sentido, nos aprofundaremos em três casos nos quais há tanto itinerários políticos diferenciados entre si, como estratégias de publicações alicerçadas em concepções variadas de “desenvolvimento”. Veremos que as diferenças nas modalidades de entrada e afirmação nas arenas políticas têm correspondências com os investimentos e trunfos acumulados, que influenciam e são influenciados pelas estratégias de publicação e versões do “desenvolvimento” presentes em suas “obras”.

Além disso, tais agentes constituem-se por propriedades sociais diversificadas no que tange às modalidades de ascensão para a política profissional: o primeiro, oriundo de uma “família humilde” de Recife – PE, engenheiro e economista, pós-graduado na França, iniciou o itinerário via posições institucionais universitárias e reconhecimento acadêmico mais específico. O segundo, paulista, filho de donos de quitanda no “Mercadão”, economista, pós-graduado na França, Chile e Estados Unidos, presidente da UNE e fundador da AP, exilado na ditadura, se legitimou via militância católica e estudantil. A terceira também paulista, mas radicada no Rio Grande do Sul, única mulher parlamentar que escreve sobre “desenvolvimento” e uma das 8

componentes do 299 universo de políticos que escrevem (GRIL & REIS, 2016), economista, pós-graduada nos Estados Unidos, entra na política via reconhecimento, de um político “mais experiente” e por sua notabilidade profissional.

Cristovam Buarque: Escrever sobre “desenvolvimento” e afirmação política via recursos universitários especializados

Cristovam Buarque nasceu em 1944, na capital de Pernambuco, Recife. Filho de um casal de tecelões, pequenos comerciantes, Cristovam ajudava na renda familiar, na “venda de panos e contabilidade comercial dos negócios” (Verbetes de Cristovam Buarque, DHBB-CPDOC-FGV). Estudou em uma escola de orientação religiosa: Colégio Marista São Luís, em Recife - PE. É filho do segundo casamento de seu pai. Afirma que todos os irmãos, filhos do primeiro casamento, não completaram os estudos (superiores). Em contrapartida, todos do segundo casamento são formados, denotando uma importância de sua mãe nesse investimento, que teria incentivado o “gosto pela leitura e pelos estudos nos filhos” (ROCHA, 2005: 94).

Seus pais não completaram o ensino fundamental. Já Cristovam, além de ter sido o primeiro da família a obter título no ensino superior, estudou em prestigiosas universidades no exterior⁵¹. As descrições do trajeto do agente, tanto no DHBB como em seu *site* pessoal, sugerem ascensão da hierarquia social mais ampla, calcada em passagens bem-sucedidas por instituições escolares. No site, os relatos sobre Buarque são divididos em três páginas diferentes: “o senador”, “o professor” e “o escritor”. Dessas, apenas “o senador” e “o professor” estão disponíveis. Na página referente ao “escritor” há a mensagem “página em construção” (acessamos esse site entre maio de 2018 e junho de 2019). Abaixo, trecho referente a sua biografia como “o professor”:

Cristovam costuma dizer que tem alma de professor, que gosta do ofício e que nunca se arrependeu da escolha que fez para sua vida. Para ele, no Brasil, assumir-se professor é um gesto de modéstia e afirma sempre que sua vocação é ensinar, debater, instigar, provocar, dar aula, pesquisar, escrever e fazer extensão.

Em sua carreira política, governou o Distrito Federal e fez dele uma imensa escola, assim como foi ministro para educar o Brasil e é senador para usar a tribuna como estrado de aula para milhões de pessoas.

⁵¹ Dados biográficos de Cristovam Buarque podem ser encontrados em seu site pessoal (www.cristovam.org.br).

Desde 1979 é professor da Universidade de Brasília (UnB), no Departamento de Economia, a convite de Edmar Bacha, o economista que criou a expressão Belíndia para designar o contraste econômico e social existente no país, em que convivem riqueza igual à da Bélgica com uma miséria indiana. Ocupou a reitoria da UnB de 1985 a 1989, tendo sido o primeiro por eleição direta, após a ditadura militar. Em 2012 recebeu o título de Professor emérito da UnB.

Conhecido por criar conceitos e expressões que se notabilizaram, Cristovam desdobrou a ideia de “professor do futuro”, ou seja, que não será aquele que acumulou conhecimento e ensina disciplinas, será aquele que sabe navegar nas ondas do conhecimento criado em ritmo alucinante e disseminado no mesmo instante em que é criado, formando assim um turbilhão de ideias, teorias, hipóteses. (<http://www.cristovam.org.br/portal2017/o-professor/>)

Há ênfase de que “professor” é “apenas mais um dos títulos” de Cristovam Buarque. Faz-se a comparação do governo de Buarque, no Distrito Federal, com uma “imensa escola”, assim como afirma-se que os cargos legislativos têm, como “razão de ser”, a educação. Destaca-se, ainda, a tentativa de obtenção de reconhecimento, enquanto representante do saber escolar dito extraordinário, no “doutoramento na França”.

As “vocações”, que o agente advoga em seu site pessoal (“ensinar”, “debater”, “instigar”, “provocar”, “dar aula”, “pesquisar”, “escrever” e “fazer extensão”) se compatibilizam com a “produção escrita”. A legitimação, enquanto “escritor” e “senador”, é indissociável da de “professor”. Na outra parte de sua biografia, “o senador”, destacamos:

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque nasceu em fevereiro de 1944 em Recife (PE). É casado com Gladys Buarque e tem duas filhas. É filho de um casal de classe média baixa – os pais trabalhavam em uma tecelagem e o adolescente Cristovam ajudava a vender panos e a fazer a contabilidade comercial dos negócios. Quando estudante, trabalhava ministrando aulas particulares de física e matemática, especialidade que o fez optar pelo curso de Engenharia Mecânica, aproveitando o clima desenvolvimentista do país nos anos 50 e 60.

Cristovam foi a primeira pessoa de sua família a ingressar em uma universidade. Na Escola de Engenharia do Recife, seu espelho era Celso Furtado, o criador da Sudene, intelectual que propunha unir o crescimento econômico e a inclusão social por meio da ação do Estado. Em um período de revolta contra a ditadura militar, o estudante Cristovam optou pela militância na Ação Popular (AP), de origem católica, fundada por gente como o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. Isso o fez se aproximar de Dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife e uma das principais lideranças da esquerda na época. Com o acirramento da tensão política pós-AI 5, Dom Hélder ajudou Cristovam a

obter uma bolsa de estudo para cursar o Doutorado em Economia na tradicional Sorbonne, em Paris. (<http://www.cristovam.org.br/portal2017/o-senador/>, Acessado em 15/12/2018)

Na descrição biográfica relativa ao Cristovam “professor” faz-se constantes referências às posições e às tomadas de posição “políticas”. Sua versão “senador”, similarmente, dispõe diversas alusões à suposta competência “pedagógica” do agente. Ambas exercem função de justificar a outra, gerando um processo que se retroalimenta.

Buarque se formou engenheiro mecânico em 1966 e obteve mestrado em Ciências Econômicas em 1968 ambos pela UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), tornando-se professor assistente nas cadeiras de “economia internacional” e “macroeconomia”, da Faculdade de Ciências Econômicas dessa mesma universidade.

A circulação internacional de Buarque foi possibilitada pela inserção em movimentos políticos católicos. Fora líder estudantil, ligado à “esquerda católica”, ativista da AP (Ação Popular), chegando a presidente do DCE da UFPE (GRILL & REIS, 2016: 110). A AP, fundada em 1962, no âmbito da JUC (Juventude Universitária Católica), era um “grupo político” caracterizado por “influência de teólogos franceses, ênfase num intelectualismo católico e a intervenção na política nacional” (REIS, 2007: 79).

Essas dimensões, segundo Reis (2007), configuram, *grosso modo*, uma bifurcação nos investimentos dos agentes que passaram por essa instituição. Em primeiro lugar, a atuação em organismos que se autoproclamavam “comunistas” e que “lutavam contra a ditadura”. Em segundo lugar, o investimento propriamente universitário, na aquisição de reconhecimentos enquanto intelectuais via sucesso escolar. Tais investimentos, frisa a autora, não são excludentes entre si e podem muito bem se compatibilizar na construção de estratégias de afirmação política e intelectual.

Cristovam Buarque tentou construir suas “identidades estratégicas” (COLLOVALD, 1988) mais por meio do segundo tipo de investimento, pelo menos nos materiais que veicula no seu *site* pessoal. Tanto que, nas biografias ali presentes, não encontramos uma guia referente ao “militante”, mas sim ao

“professor” e ao “escritor”. Essas e outras categorias utilizadas na “apresentação de si”, remetem à valorização da atuação política, alicerçada por trunfos adquiridos no domínio da competência universitária específica.

Podemos apreender as estratégias de auto apresentação de Cristovam a partir das referências que faz a outros políticos e intelectuais. Para descrever sua entrada na UnB, como professor de Economia, faz menção a Edmar Bacha, economista formado na EPGE-FGV (aluno de Mário Henrique Simonsen), doutor pela universidade de Yale - EUA, um dos principais recrutadores no corpo docente inicial da UNB (KLÜGER, 2017: 459). Outra menção é ao “sociólogo Herbert de Souza, o Betinho”. Destaca-se que dá ênfase à formação de Betinho, em detrimento de suas posições ocupadas em movimentos sociais. Fundador e líder da AP, Betinho teve atuação destacada em movimentos estudantis católicos (JEC e JUC), se formou em ciências sociais pela UFMG (1962) e foi exilado na ditadura militar. Betinho foi presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, do qual Buarque foi membro no início dos anos 90 (GRILL & REIS, 2016: 115). Remete, ainda, ao arcebispo de Recife, Dom Hélder Câmara, com quem promoveu ações comunitárias voltadas para educação em bairros pobres de Recife. Câmara teria sido o principal responsável pela bolsa de estudos proporcionada em sua estadia na França.

A referência mais enfática é dada ao “espelho” de Cristovam Buarque, Celso Furtado, descrito como “criador da SUDENE, intelectual que propunha unir crescimento econômico e inclusão social por meio do Estado”. Em 2007, Buarque publicou livro intitulado “Foto de uma Conversa: Celso Furtado”, assim descrito na sinopse exposta no site de Cristovam: “Este livro é a fotografia de uma conversa. Entre dois professores e economistas brasileiros que foram além da profissão: homens de ação, pensadores sobre problemas do Brasil e do mundo, executores de projetos nascidos de suas ideias”⁵². A amizade entre Furtado e Buarque teria se iniciado em meados da década de 1980, quando o primeiro era ministro da Cultura e o segundo reitor da UnB. Abaixo, a capa do livro:

52 <http://www.cristovam.org.br/portal2017/2017/01/11/fotos-de-uma-conversa/> acessado em 10/06/2019.

Figura 15: Celso Furtado e Cristovam Buarque na capa de “Foto de uma conversa”



Fonte: <https://www.saraiva.com.br/foto-de-uma-conversa-celso-furtado-e-cristovam-buarque-1800752.html>, acessado em 06/07/19.

Celso Furtado nasceu em Pombal, Recife, em 1920. Formou-se em Direito na Faculdade do Rio de Janeiro. Obteve doutorado em Economia, em Paris, e Pós-Doutorado, em Cambridge. A partir da análise da trajetória de Celso Furtado, Afrânio Garcia (1998) demonstrou que a criação da SUDENE tem forte ligação com os embates internacionais acerca do “desenvolvimento”, sendo o próprio Furtado um dos economistas mais atuantes no plano internacional. Furtado fez parte da primeira geração de economistas brasileiros a se internacionalizar e importar os conceitos cepalinos para o “pensamento econômico brasileiro” (GARCIA JR, 1998).

Cristovam Buarque, também internacionalizado, tem vasto conjunto de obras publicadas, distribuídas ao longo das últimas cinco décadas. No seu *site*, há uma página que classifica seus escritos em “publicações”, “monografias independentes” e “livros”:

Quadro 23: Produção escrita de Cristovam Buarque

<p>“Publicações”</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Le Financement Public des Investissements Privés et Choix Technologique”, mimeo., Paris, 1973 – Tese de doutorado (orientado por Ignacy Sachs) • “Le Role de l’Université, in UNESCO – A Critical Look at the Development, Paris, 1973 – Traduzido e publicado in Universities quartely, Londres, Vol. 27, número 3 Summer 1973. • “Methodology for thr Evaluation of Industrial Multinacional Cooperation Projects” por solicitação de ONUDI – 1976, editado pela Universidade de Brasília, mimeo, 1980. • “Elementos para la preparación y la Evaluación de Proyectos” publicação como manual, 600 páginas
<p>“Monografias independentes”.</p>	<p>Introducción al Estudio de Proyectos, Estudio de Mercado, Tamaño, Ingenieria, Análisis de Sensibilidad, Introducción a la Evaluación Económica, Notas sobre la Tasa Interna (Financiera y Económica) de Retorno, El ordenamiento de Proyectos a través del uso de Puntajes, La Selección de Tecnología en la Evaluación Económica de Proyectos, La Determinación Teórica de los Precios Sombra, Bibliografía para el Estudio de Proyectos.</p> <p>Todas estas monografias foram publicadas pela Divisão de Treinamento do BID nos cursos de preparação a análise de projetos em países da América Latina. (1979)</p> <p>Avaliação de Projetos e Distribuição de Rendas entre classes e entre gerações – Universidade de Brasília mimeo, 1980.</p> <p>Introdução à Economia”- Universidade de Brasília mimeo, 1981. Petróleo, Dívidas e Duas Ideias Atrevidas”- Universidade de Brasília mimeo, 1981.</p> <p>Seleção de Tecnologia nos Projetos Industriais Financiados pela Sudene-CNPq – mimeo, set/1981.</p> <p>“O Fetichismo da Energia”- Universidade de Brasília – revista Pernambucana de Desenvolvimento – Jan/Jun – 1982 – vol. 9 – nº 1 “Cooperação Sul-Sul” – Universidade de Brasília – mimeo, 1982.</p> <p>Tecnologia Apropriada: Uma Política para la Banca de Desarrollo, Editora ALIDE, Lima/Peru, 1982, co-autoria com Sérgio C. Buarque.</p>
<p>“Livros”</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Nos olhos dos meninos, a catástrofe de Tchernobyl – imaginário e construção de uma tragédia. Brasília. 2016. Fundação Astrojildo Pereira. Autores: Alfredo Pena-Vega e Michel Grappe. Prefácio: Elimar Pinheiro do Nascimento. Apresentação: Cristovam Buarque. • Mediterrâneos Invisíveis. Rio de Janeiro. Editora: Paz & Terra / Grupo Editorial Record. 2016. • Dez Dias de Maio em 1998. Brasília. Senado Federal. 2016. p. 172 • Uma Nova Esquerda e o Brasil que Queremos. Brasília. 2016. Fundação Astrojildo Pereira. 2016. • O Erro do Sucesso – A civilização desorientada e a busco de um novo humanismo. Rio de Janeiro. Ed. Garamond. 2014. p. 256

- A universidade na encruzilhada. São Paulo. Editora Unesp. 2014.
-
- Reaja!. Brasília: Editora Garamond, 2012.
-
- A Borboleta Azul. Rio de Janeiro: Editora Record Ltda, 2008.
-
- O que é educacionismo. São Paulo : Brasiliense, 2008.
-
- Da ética à ética. Brasília : Senado Federal – Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2007, v.1. p.165.
-
- Foto de uma conversa: Celso Furtado e Cristovam Buarque. São Paulo : Paz e Terra, 2007, v.1. p.93.
-
- The Gold Curtain: the shocks of the end twentieth century and a dream for the twenty-first. Brasília : Senado Federal, 2007, v.1. p.168.
-
- Un libro de preguntas. Caracas : Lithomundo, 2007
-
- A Refundação da Universidade (Série Grandes Depoimentos). São Paulo : ABMES Editora, 2005, v.1.
-
- Abolishing Poverty: a proposal for the eradication of poverty in Brazil. Brasília : Senado Federal, 2005, v.1
-
- La Cortina de Oro: los temores del nuevo milenio y un sueño para realizar. Buenos Aires : Lumen SRL, 2005, v.1.
-
- O Berço da Desigualdade. Brasília : Unesco, 2005, v.01. O livro é uma parceria com a Unesco, com fotos de Sebastião Salgado. Astrícia. São Paulo : Geração Editorial, 2004, v.1. p.198.
-
- Um Livro de Perguntas. Rio de Janeiro : Garamond, 2003, v.1. p.138.
-
- Os Instrangeiros – A aventura da opinião na fronteira dos séculos. Rio de Janeiro : Garamond, 2002, v.1. p.184.
-
- Admirável mundo atual – dicionário pessoal dos horrores e esperanças do mundo globalizado. São Paulo : Editora Geração, 2001 p.333.
-
- A Segunda Abolição – um manifesto-proposta para a erradicação da pobreza no Brasil. São Paulo : Paz e Terra, 1999 p.137.
-
- Os Tigres Assustados – uma viagem pela fronteira dos séculos. Rio de Janeiro : Rosa dos Ventos, 1999, v.1. p.174.
-
- A Ressurreição do General Sanchez. São Paulo : Geração, 1997
-
- O Que é Aparição – o apartheid social no brasil. São Paulo : Editora Brasiliense, 1996.
-
- O Tesouro na Rua – Uma Aventura pela História Econômica do Brasil. Rio de Janeiro : Artes e Contos, 1995.
-
- A Revolução nas Prioridades – da modernidade técnica à modernidade ética. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1994

	<ul style="list-style-type: none"> • • A Revolução na Esquerda e a Invenção do Brasil. São Paulo : Paz e Terra, 1992. • • A Desordem do Progresso – o fim da era dos economistas e a construção do futuro. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1991 • • O Colapso da Modernidade Brasileira – e uma proposta alternativa. São Paulo : Paz e Terra, 1991 • • A Eleição do Ditador. São Paulo : Paz e Terra, 1988, v.1. Avaliação Econômica de Projetos. Rio de Janeiro : Campus, 1984;
--	---

Fonte: <http://www.cristovam.org.br/portal2017/livros/> (Acessado em 09/06/2019)

As primeiras publicações de Cristovam Buarque são nas línguas francesa e inglesa e no formato de artigos ou “monografias independentes”. Conforme se firmava na universidade, a partir do posto de professor conquistado na UnB, mas, sobretudo quando de sua eleição para reitor, passa a escrever livros, como formato privilegiado. Quando eleito governador do Distrito Federal pelo PT, em 1993, essa estratégia de publicação se potencializa. Desde então, publica pelo menos um livro por ano, sendo que, em alguns, publicou dois ou mais.

A reconfiguração dos códigos de afirmação da “condição de intelectual”, sobreposta à lógica de legitimação política, reverbera nas estratégias de publicação do agente. Essas estratégias devem ser compreendidas pelos movimentos no domínio acadêmico/intelectual, mas também pela consecução de cargos na política.

Após o AI-5, que Cristovam teria “criticado publicamente”, mudou-se para Paris no intuito de realizar doutorado em economia do desenvolvimento, na École Pratique des Hautes Études. Lá, era assessor de Josué de Castro, intelectual brasileiro que havia sido exilado desde 1964, também de Recife-PE, médico (formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro), professor da UFPE, dedicou-se, também, a estudos geográficos e econômicos do nordeste brasileiro. Teve breve atuação parlamentar (foi deputado federal entre 1958 e 1962).

Assim, os dois personagens que Cristovam Buarque coloca como referências são reconhecidos como intelectuais envolvidos com a “área econômica”. No entanto, o trabalho apologético e de “constituição de um

panteão” (CORADINI, 1998), é mais voltado para Furtado do que para Josué de Castro, nas publicações de Cristovam Buarque (lembrando que o mesmo publicou até uma entrevista com o mesmo). Isso pode ter explicação no fato de que Buarque, apesar de ter sido, em um primeiro momento, assistente de Castro, teve como orientador da sua tese o renomado economista Ignacy Sachs.

Após concluir o doutorado, Cristovam trabalhou no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), atuando em diversas cidades da América Latina: Tegucigalpa (Honduras), La Paz (Bolívia) e Caracas (Venezuela). Nesse mesmo período realizou diversas conferências em universidades na América Latina. Durante o ano de 1978, foi professor-adjunto da American University, em Washington, em cursos promovidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial (BIRD), Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI) e Organização dos Estados Americanos (OEA).

Esses trânsitos possibilitaram a aplicação de estratégias de publicação ímpares, em línguas estrangeiras e retendo trunfos associados ao “capital internacional”, objetivado por instâncias multilaterais, prestigiadas no cenário das “relações internacionais” (GUILHOT, 2003; POUPEAU, 2004). Durante a ditadura militar, sua carreira floresceu no domínio intelectual brasileiro, notabilizando-se por tais atuações. Como dito anteriormente, fora convidado pelo economista, também internacionalizado, Edmar Bacha, para ser professor da UnB, em 1979.

Seu primeiro cargo, ligado à burocracia de estado brasileiro, foi chefe de gabinete no Ministério da Justiça, em 1985, mas não ficou muito tempo nessa posição. No mesmo ano, se elegera reitor da UnB. Em 1984, havia sido vetado pelo general Figueiredo, para, em 1985, ser homologado por José Sarney. 1984 fora também o ano de publicação de seu primeiro livro (“A Eleição do Ditador”), cuja sinopse no *site* de Cristovam informa:

Durante a Conferência de Bretton Woods, convocada ao término da Segunda Guerra Mundial para pôr em ordem o sistema financeiro internacional, o economista inglês John Maynard Keynes teria rabiscado num diário tristes vaticínios para os países do Terceiro Mundo. Foram anotações explosivas que não deixaram rastros e sequer figuram em suas obras completas. Naquele longínquo ano de 1946, o diabólico lorde tudo previu: a invasão das multinacionais, os

golpes militares do hemisfério sul, generais-presidentes, ministros tecnocratas e corruptos, povos arruinados por dívidas colossais, entre outros fatos. (<http://www.cristovam.org.br/portal2017/2017/01/12/a-eleicao-do-ditador/>, acessado em 10/06/2019).

Em 1989, Buarque se filiou ao PT, e, em 1990, foi coordenador da área de educação do “governo paralelo do presidente nacional do partido (Luiz Inácio Lula da Silva) (GRILL & REIS, 2016: 115). Esse período se caracteriza pelo aparecimento do “desenvolvimento” nos títulos dos livros. O livro “A desordem do progresso: o fim da era dos economistas e a construção do futuro” (1991) é exemplar e trata justamente de um apanhado de ideias de Cristovam sobre “desenvolvimento”. Seus capítulos estão assim divididos:

- I. Nota Introdutória
- II. Introdução: um mergulho no Brasil
- III. A necessidade da Ética
- IV. A busca da essencialidade
- V. A submissão dos desenvolvimentistas
- VI. A modernização da modernidade
- VII. O fetichismo econômico
- VIII. O poder da tecnologia
- IX. O valor da natureza
- X. O valor da cultura
- XI. As forças da modernização
- XII. Conclusão: um pedaço da humanidade
- XIII. Notas

O gênero mais técnico-setorial (GRILL & REIS, 2016), detectável em publicações nas décadas de 1970 e 1980, teve sua ênfase arrefecida em favor de relatos sobre a “situação econômica” na América Latina e as “saídas” para o Brasil, do ponto de vista da “política econômica”. A capa do livro também é sugestiva:

Figura 16: Capa do livro “A desordem do progresso” de Cristovam Buarque.



Fonte: BUARQUE, 1992

A imagem da bandeira do Brasil recortada, com seus pedaços “fora do lugar”, é tradução de como o agente interpreta errônea, de maneira generalizada, a condução do “desenvolvimento” no Brasil e América Latina. O livro é uma denúncia de situação de “não desenvolvimento”. Em trecho das orelhas do livro fica evidente o rechaço à linguagem mais “técnica”, em favor de uma mais “humanista”:

Com longa experiência de trabalho em organismos internacionais e de ensino em faculdades de economia, o autor conhece de perto os seus colegas e considera chegada a hora de desnudá-los. Uma das dimensões deste livro, portanto, é ser um requisitório contra os economistas que nos têm governado e que, em nome da coerência e de fidelidade à doutrina, raciocinam exclusivamente com projeções, estatísticas, simulações. (BUARQUE, 1991: orelhas do livro)

Buarque redirecionou o sentido de seus escritos, conforme a possibilidade de seguir carreira política foi se constituindo. Em 1991, já era filiado ao PT e era reitor na UnB. Publicou, ainda no início dos anos 1990 “A Revolução da esquerda e a invenção do Brasil” (1992).

O investimento na escrita de livros, concomitante à carreira eletiva, pode ser analisado como um jogo duplo (BOURDIEU, 1989a; GRILL & REIS, 2016). Por um lado, é oportunidade de catalisar reconhecimento, aglutinando

credenciais intelectuais e facilitando o trânsito em segmentos dos domínios de afirmação cultural, que rechaçariam “o político eleitoreiro”, mas que aceitam de bom grado “o escritor” ou “o professor”. Por outro lado, dependendo do resultado das urnas, há a perspectiva de avaliações *aftermath*, propondo justificativas e/ou movimentos futuros.

Em 1998, perdeu a reeleição para o governo do Distrito Federal, no segundo turno, para Joaquim Roriz – PMDB. Nesse mesmo ano fundou a ONG “Missão Criança”, que tem como “missão oficial” o combate ao trabalho infantil, à pobreza e à desigualdade social, através da implantação da “Bolsa-Escola Cidadã” (GRILL & REIS, 2016: 116). Em 1999, Cristovam publicou “A Segunda Abolição: um manifesto-proposta para erradicação da pobreza no Brasil” e “Os Tigres Assustados: uma viagem pela fronteira dos séculos”, que foi assim resumido no site da Livraria Cultura:

Ao terminar seu mandato, o economista e ex-governador de Brasília, Cristovam Buarque, planejou cuidadosamente uma viagem que o fez compreender com mais clareza a crise econômica pela qual atravessa o planeta. Durante quatro meses, Buarque percorreu países como Malásia, Cingapura, Tailândia e Japão, conversou com presidentes de bancos centrais, ministros, empresários e, principalmente, com as pessoas que encontrava pelas ruas. O resultado desta odisséia - que começou na universidade de Stanford, na Califórnia, e terminou no Vaticano - está neste livro, numa apurada visão do capitalismo nestes tempos de globalização e neoliberalismo.

‘Vi um mundo imensamente rico, mas perplexo, descontente e assustado’, descreve o economista, que atualmente dá aulas na Universidade de Brasília e trabalha na organização não-governamental Missão Criança. É a partir de um relógio guardado no museu de Hiroshima, usado por uma vítima e parado no exato instante do ataque nuclear à cidade, que Cristovam Buarque inicia sua viagem pelos países chamados de os tigres asiáticos, comparando os efeitos do neoliberalismo aos efeitos da bomba que explodiu em Hiroshima. Em TIGRES ASSUSTADOS, o autor nos passa a sensação de que somos nós, seus leitores, os verdadeiros viajantes, atravessando a fronteira entre dois milênios. (<https://www.livrariacultura.com.br/p/livros/historia/os-tigres-assustados-304253>, acessado em 08/06/2019).

Essa sinopse é reflexo de como a recepção da “obra” é afetada pelo jogo duplo citado anteriormente e pela reconfiguração de gêneros e temáticas privilegiados nas estratégias de publicação (LE BART, 2012). Sua capacidade de prescrever está imbricada às competências de descrição (BOURDIEU, 2008),

ambivalentemente posicionadas, uma vez que legitimadas, mas contestatórias, em relação ao “saber acadêmico”.

Em 2002, foi eleito senador pelo PT no Distrito Federal, mas não chegou a exercer o mandato prontamente, uma vez que foi nomeado, pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva, Ministro da Educação. Sobre esse período, seu site pessoal ostenta:

Em 2003, foi nomeado ministro da Educação do governo Lula. Sua atuação foi inspirada no amigo Darcy Ribeiro e em Leonel Brizola. Por causa de Brizola, em 1989, recusou-se a ser vice de Lula nas primeiras eleições depois da ditadura militar. Como ministro, alfabetizou mais de 3 milhões de pessoas em um ano – a primeira meta de sua administração, interrompida intempestivamente. (<http://www.cristovam.org.br/portal2017/o-senador/>)

Mais uma vez, Cristovam se embasa na menção a intelectuais e políticos (Darcy Ribeiro e Leonel Brizola) para constituir sua imagem. A “interrupção intempestiva” da gestão no ministério culminou na primeira mudança partidária, do PT para o PDT, em 2005. Segundo Grill & Reis (2016:117) essa cisão se deu por conflitos relativos à liberação de verbas para o Ministério da Educação. Em 2005 publicou, entre outros, “O Berço da desigualdade”, que conta com textos escritos por Buarque e fotos produzidas pelo fotógrafo, escritor e economista Sebastião Salgado⁵³. No livro, os autores fazem denúncias acerca da condição precária das escolas no “terceiro mundo”. No primeiro parágrafo do livro:

De um lado, o poder da imagem. De outro, o poder do discurso. O Berço da Desigualdade tem o mérito de reunir, pela primeira vez, o impacto da fotografia de Sebastião Salgado e a força das palavras de Cristovam Buarque. Ambos ajudam a despertar, no fruídor desta obra, para a gênese tanto do desenvolvimento quanto do atraso. Está na escola o futuro de uma nação. Uma educação de qualidade para todos ao longo da vida representa desenvolvimento. Uma educação medíocre e elitista conduz ao atraso. Entre um e outro, repousa a desigualdade. ‘O berço da desigualdade está na desigualdade do berço’, salientam os autores. (BUARQUE & SALGADO, 2005).

53 Formado em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo, com pós-graduação na USP. Fez doutorado em Economia na Université de Paris. Passou a trabalhar como fotógrafo após viagens feitas como economista do Banco Mundial a países africanos nos anos 70.

Salgado, em 2005, gozava de amplo prestígio internacional pela carreira de fotógrafo, sendo condecorado com os prêmios importantes, tanto em instâncias de consagração artísticas como por instituições que valorizam a “ajuda humanitária” (BUARQUE & SALGADO, 2005: 184). O livro é composto por imagens feitas por Salgado em diversos países da África, América Latina e Ásia. Os comentários, escritos por Cristovam, aparecem traduzidos para diversas línguas, na seguinte ordem: português, inglês, espanhol e francês. Há uma correlação entre as estratégias de publicação e os movimentos políticos partidários. Exatamente no ano da ruptura com antigos aliados, o agente tenta demonstrar ser uma “voz autorizada” recorrendo a um círculo de consagração raro, tomando de empréstimo o capital simbólico de outro agente, também supostamente autorizado, a lidar com problemas sociais relacionados à “educação”, “pobreza”, “terceiro mundo”, etc.

Grill & Reis (2016) observam como o acúmulo de reconhecimentos na militância católica, na atuação universitária nacional e internacional, se constituíram em trunfos distintivos da afirmação político-intelectual do agente, sobretudo no contexto de “reabertura política”, no qual foi ampliada a “conjuntura contestatória e de reconfiguração dos perfis e repertórios de mobilização/intervenção no Brasil.” (*idem*: 117).

Os autores destacaram, também, como a trajetória de Buarque é ilustrativa da emergência de agentes, que se afirmam política e culturalmente pela “luta contra a ditadura”, e que disputam “novos projetos de sociedade”. Frisaram que esse repertório foi ativado por segmentos distantes do ponto de vista “ideológico”, mas que confluíram no “consenso acerca da linguagem do poder” (*idem*: 112).

José Serra: Escrever sobre “desenvolvimento” e afirmação política via militância estudantil/católica e “luta contra a ditadura”

José Serra, por exemplo, passou por siglas que contrapunham sistematicamente os partidos pelos quais Buarque atuou, mas suas estratégias de afirmação são semelhantes em alguns pontos. As informações sobre José Serra foram retiradas, de: seu site pessoal (www.joseserra.com.br); seu verbete no Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro e dos sites da Câmara Federal (www.camara2.leg.br) e Senado (www.senado.gov.br), além de seu livro de “memórias”, intitulado “50 anos esta noite: o golpe, a ditadura e o exílio” (2014). Outra fonte da pesquisa foi a tese de Elisa Klüger, publicada em 2017, intitulada “Meritocracia de laços: gênese e reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil”.

José Serra nasceu em uma família paulista de origem italiana, no bairro da Mooca. Na época em que Serra ali vivia era um bairro de imigrantes de classe média, que trabalhavam na indústria. Seu pai, Francisco Serra, e seu avô materno, Steffano, foram comerciantes, donos de uma barraca de frutas no Mercado Municipal da Cantareira. Sua avó materna, filha de italiano da região de Nápoles, nasceu na Argentina, o que teria contribuído para que Serra falasse espanhol e italiano, além de ler bem em francês. Aprenderia inglês já adulto, quando da sua passagem pelos Estados Unidos (SERRA, 2014; KLÜGER, 2017: 234).

Estudou em escolas particulares até a conclusão do ensino fundamental. Terminou ensino médio na escola estadual Antônio Firmino. Segundo matéria da Folha Online (versão digital do jornal Folha de São Paulo):

À época em que Serra se sentava em carteiras do colégio, na década de 50, a Antônio Firmino de Proença era a mais conceituada da Mooca. Lá, Serra se formou no científico -curso de ensino médio em que predominavam as ciências exatas. Todos os pais da região queriam que seus filhos estudassem no "Firmino". Para que isso ocorresse, porém, era necessário passar pelo temido exame de admissão. 'Era muito concorrido', lembra o professor Osmar Aurichio, diretor presidente da Exafirmino (associação de ex-alunos da escola), surgida após um reencontro por meio do site Orkut. (<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1306200710.htm>,. Acessado em 18/11/17)

Serra contou com a proximidade com as ciências exatas para lograr sucesso escolar. A profissão do pai (e do avô) envolvia, cotidianamente, uma dimensão estruturante dessa disciplina: a contabilidade. Em uma época em que o acesso ao conhecimento matemático era raro e sua relevância vinha em ascensão, a capacidade de “lidar com números” certamente o destacou positivamente, ainda mais em uma escola que valorizava esse *savoir-faire*. A habilidade de gerir, com sucesso, uma banca de frutas no maior mercado da metrópole mais populosa do Brasil (por pelo menos 2 gerações) é algo relevante a ser considerado acerca de sua família e de duas estratégias de reprodução (BOURDIEU, 2002b).

Esses fatores contribuíram para que Serra pudesse investir na aquisição de determinados recursos. Desde a infância, o agente absorveu uma versão do mundo social em que “saber administrar” é algo central e visto positivamente. Fazia o ensino médio à noite, enquanto dava aulas particulares no período vespertino, o que lhe permitiu pagar um cursinho preparatório para a POLI-USP, tornando-se o primeiro de sua família a cursar ensino superior.

Na USP, Serra entrou para o Grupo Teatral Politécnico, por intermédio do qual participaria de debates estudantis sobre reforma universitária. Nesses meios, conheceu José Carlos Seixas (um dos líderes da Juventude Universitária Católica e presidente do centro acadêmico de Medicina) e Walter Barelli (também líder na JUC e um dos integrantes do centro acadêmico da Faculdade de Economia), que introduziram Serra na coalizão que fundaria a AP (Ação Popular), pela qual Cristovam Buarque iniciara sua militância em Recife. Como vimos anteriormente, JUC surgiu juntamente com a JEC (Juventude Estudantil Católica) e a JOC (Juventude Operária Católica) como instrumentos da Igreja Católica para mobilizar militantes.

Reis (2007) demonstra que as redes estabelecidas entre “grupos católicos de esquerda”, que envolviam instâncias como a AP, o Partido Comunista do Brasil (PC do B), JUC, JEC, entre outros, durante os anos 1960, era caracterizada por clivagens atinentes aos investimentos e formas de retribuição específicos. Tais espaços permitiam que agentes que tinham em comum serem portadores de uma “formação católica” estabelecessem contatos

com pessoas de origens sociais distintas. Para os que vinham de origens relativamente baixas, em comparação ao grupo como todo, como são os casos de Serra e Buarque, havia possibilidades de ascensão social e acesso a recursos raros que, sem a influência dessas redes, seriam inacessíveis.

Em 1963, durante o vigésimo sexto Congresso Nacional de Estudantes foi eleito presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes). Tanto em suas memórias pessoais, quanto nos relatos produzidos pelo DHBB-CPDOC, tal período é caracterizado como uma “boa gestão”, na qual Serra teria promovido uma série de eventos sociais e culturais:

Sua gestão na UNE coincidiu com um dos períodos mais agitados da história do país em termos políticos e sociais, a que se somou uma séria crise econômica. A UNE teve intensa atuação na época, defendendo a ampliação das liberdades democráticas, a proteção dos interesses nacionais — como o fortalecimento da Petrobras, a reforma universitária e a democratização do ensino, com grande participação na campanha nacional de alfabetização de adultos —, a autodeterminação dos povos e uma política externa independente para o Brasil. Às vésperas do movimento político-militar de 31 de março de 1964, a entidade emitiu um manifesto ao povo brasileiro em forma de panfleto, denunciando o “golpe reacionário” em marcha, desejado pelos grupos estrangeiros, pelos “gorilas militares e civis”, pelos latifundiários, comerciantes inescrupulosos etc (Verbete de José Serra, Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro-FGV).

Assim, se Buarque calca sua autoridade na “dupla arte de representar” (GRILL & REIS, 2016) com mais ênfase na competência escolar, Serra sustenta uma atuação mais vigorosa na militância. Em consequência de seus alinhamentos, no início dos governos militares, Serra foi exilado de forma mais traumática para o percurso do que Cristovam, uma vez que não pôde sequer terminar sua graduação em engenharia (enquanto Buarque concluiu mestrado antes de viajar para o doutorado). Primeiramente, Serra morou na embaixada boliviana, onde passou 80 dias antes de ir a La Paz (SERRA, 2014). Aqui ressalta-se outra diferença em relação a Cristovam Buarque. Enquanto este saía do Brasil já com a certeza da bolsa de estudos na França, quando de sua “despedida do Brasil” Serra afirma:

Afinal, o que estava acontecendo? O que ocorrera com o filho único, o neto varão, o bom aluno, o orgulho das tias, exemplo para os primos, destinado a obter o primeiro diploma universitário da família, ganhar

bem, garantir a velhice dos pais e de quem mais precisasse? O que seria de mim, que nunca tinha viajado ao exterior perdido no mundo? Quando me veriam de novo? Toda explicação sociológica, histórica e política, elementos de minha militância, perdia sentido ante a dor dos meus maiores

Em termos práticos, recebi US\$ 1 mil, somadas as contribuições de meu pai meu avô e minhas tias. Era o *endowment*, a dotação, para o exílio. (SERRA, 2014: 102-103).

Em compensação às mudanças “institucionais”, que secaram fontes de recursos e investimentos sociais, sobretudo universitários, para Serra, sua família pôde cumprir papel financeiro auxiliar. Além de fornecer uma base de afetos, que ampara agentes que passam por experiência de ruptura biográfica (como o exílio), cumpre um papel substitutivo e intersticial. Serra narra, também, várias ocasiões nas quais amigos e colegas, no exterior, deram diversas formas de suporte afetivo e material. Família e amizade, nesse sentido, tem caráter estruturante, mesmo em “sociedades complexas”, por facilitar trânsitos, investimentos e fluxos sociais (LANDÉ, 1977; WOLF, 2003). Além do *endowment* familiar para conseguir se estabelecer no exterior:

Eu tinha em mãos um convite assinado pelo padre Lebret, oferecendo matrícula e bolsa no IRFED, Institut International de Recherches et de Formation en Vue du Développement Harmonisé. (*Idem*: 106).

Em 1964, iniciou o curso de Planificação e Desenvolvimento econômico do Institut International de Recherches et de Formation en Vue du Développement Harmonisé, Economie et Humanisme, em Paris. Sobre esse período, afirma:

Resolvi dedicar-me a estudar e compreender o que se passava. Começaria pela economia e o esforço para entender o que fosse possível de política econômica e planejamento. Intuí a importância da base material na vida de pessoas, povos e países. Sabia, por experiência própria, que a inflação de 100% ao ano, os problemas do balanço de pagamentos, o desenvolvimento social desequilibrado, a perplexidade do governo Jango diante das dificuldades econômicas e as bobagens que dizíamos sobre essas matérias tinham contribuído de forma decisiva para a radicalização do processo político brasileiro e a derrocada da democracia.

O foquismo e o marxismo não permaneceram, pois, no primeiro plano de minhas preocupações. No quarto do *foyer*, sobre a colcha de cama verde, limpa e puída, mergulhei na leitura de artigos e livros de economia. Somente de Celso Furtado, li e anotei quatro volumes: *Formação econômica do Brasil*, *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (pra mim, até hoje, o melhor de todos), *Dialética*

do desenvolvimento e a pré-revolução brasileira ou *Le Brésil a l'heure du choix*, na edição francesa. (SERRA, 2014: 124).

Serra afirma que o ambiente no curso realizado na França era “calmo” e “polido” e que os professores eram “todos cartesianos e didáticos” (*idem*: 126). Concluiu esse curso em 1965. Após a aquisição desse primeiro título escolar internacional, Serra se transferiu para o Chile (após uma tentativa frustrada de viver como clandestino em São Paulo) e lá ficou, inicialmente, sem trabalho ou vínculo estudantil fixo. Contou com a ajuda de uma rede de sociabilidades formada por exilados mais antigos que mantinham alguma estrutura para receber os recém-chegados (KLÜGER, 2017). Tentou continuar o curso de engenharia iniciado na Politécnica-USP, porém a transição curricular exigia que o mesmo passasse, novamente, por testes relativos às disciplinas cursadas no Brasil (SERRA, 2014). Estudou, como alternativa, voluntariamente, cursos de microeconomia, oferecidos pela escola de engenharia da Universidade do Chile.

Foi em um desses cursos que conheceu Carlos Lessa. Lessa chegara no Chile pouco antes de Serra, era do escritório de economia do CEPAL-BNDE. Lessa apresentou Serra a Aníbal Pinto Santa Cruz, professor do ILPES (Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social), que garantiu a Serra uma vaga no curso e uma ajuda de custo para ser seu assistente.

Em 1972 obteve o mestrado em economia pela Universidade do Chile. Dois anos depois, o golpe militar chileno ocasionou um “exílio ao quadrado”, quando já estava casado com Mônica Allende e tinham um casal de filhos. Antes de chegar ao destino, no qual faria doutorado, passou pela Itália, onde visitou familiares e Cambridge (Inglaterra), onde se hospedou temporariamente no apartamento de Celso Furtado (SERRA, 2014: 223-228).

Foi para os Estados Unidos, onde se doutorou em economia pela Universidade de Cornell, entre 1974 e 1976. Novamente contou com a ajuda de colegas e amigos para se estabelecer, entre eles, Paulo Renato Souza, Francisco Salgado, filho de Plínio Salgado com quem Serra já havia convivido nas arenas políticas brasileiras e no Chile. O investimento mais assíduo na pós-graduação coincidiu com o início de seus escritos publicados:

Quadro 24: Publicações de José Serra

Década	Publicações
1970	<p>Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil (artigo, com Maria da Conceição Tavares, 1970)</p> <p>O milagre econômico brasileiro (1972) (livro)</p> <p>Ensayos críticos sobre el desarrollo latino-americano (1973) (livro, organizador)</p> <p>Políticas econômicas setoriais (1979)</p> <p>A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento, (capítulo de livro, organizado por Ricardo Tolipan e Artur Carlos Tinelli) (1978)</p> <p>Three mistaken theses regarding the connection between industrialization and authoritarian regimes. (capítulo de livro) in: The new authoritarianism in Latin America, organizado por David Collier (1979)</p>
1980	<p>Um novo federalismo – diagnóstico e reforma (1984), (livro)</p> <p>Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra (capítulo de livro) em Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise, organizado por Luís Gonzaga Belluzzo e R. Coutinho (1981).</p> <p>Brasil sem milagres (1986) (livro)</p> <p>O novo município: contribuição às leis orgânicas municipais (1989)</p>
1990	<p>Análise econômica do novo plano de estabilização (1991)</p> <p>Reforma política no Brasil: parlamentarismo ou presidencialismo (1993)</p> <p>Orçamento no Brasil: as origens da crise (1994)</p> <p>Manual dos Direitos do Trabalhador, 1994, Senado Federal</p>
2000	<p>Ampliando o Possível – a Política de Saúde do Brasil, 2000, Editora Campus;</p> <p>O Sonhador que Faz – 2002, Editora Record</p> <p>Cinquenta Anos esta Noite, 2014, Editora Record</p>

Fonte: Verbete de José Serra, DHBB-FGV-CPDOC; www.senado.leg.br; www.joseserra.com.br

Os dois primeiros livros (“O milagre brasileiro” e “Ensayos críticos sobre el desarrollo latino-americano”) têm relação direta com o tema do “desenvolvimento”, se inscrevendo nas temáticas “nacionais” e “internacionais”, respectivamente. Alguns de seus livros e escritos foram publicados por editoras estrangeiras, situadas em países que o agente não residia à época, o que denota uma forte circulação do mesmo nos planos internacionais (além de “fisicamente”, através de suas “obras”). No seu site pessoal (www.joseserra.com.br), Serra dispõe, em uma guia “livros”, as seguintes publicações:

- Cinquenta Anos esta Noite, 2014, Editora Record – Resenha em “O Estado de São Paulo”;
- O Sonhador que Faz – 2002, Editora Record – Resenha na Folha ;
- Ampliando o Possível – a Política de Saúde do Brasil, 2000, Editora Campus;
- Manual dos Direitos do Trabalhador, 1994, Senado Federal;
- Orçamento no Brasil: as Raízes da Crise, 1994, Editora Atual;
- Parlamentarismo ou Presidencialismo?, 1993, Editora Contexto;
- Reforma Política no Brasil, 1993, Editora Siciliano;
- Brasil sem Milagres, 1986, Editora Klaxon

Assim, destaca livros mais generalistas no seu *site*, além da publicação de suas “memórias”, em 2002 e 2014, em detrimento dos títulos técnico-setoriais e textos em língua estrangeira confeccionados no exílio. Sobre o livro publicado em espanhol, a sinopse *online* atesta que se trata de uma:

“Colección de ensayos dirigidos a valorar las opciones y modelos de desarrollo que se han presentado en las diversas coyunturas nacionales en América Latina y a explorar las posibilidades de cambio en los distintos contextos regionales”
<https://www.elfondoenlinea.com/Detalle.aspx?ctit=101506R>,
 acessado em 18/11/2017).

Tal livro seria traduzido e publicado no Brasil, em 1976, pela editora Paz e Terra, em São Paulo (mesma editora que publicou a maioria dos livros de Cristovam Buarque). Colaborou com revistas de economia e escreveu capítulos de livros. Grande parte dos textos foram escritos antes de sua ida aos Estados Unidos, e um dos formatos mais privilegiados é o ensaístico, mais próximo do polo de produção generalista-humanista.

Em 1979, Serra retornou ao Brasil, de posse do título de doutor em economia e tendo publicado, além desses dois livros, uma série de artigos científicos sobre os temas “economia”, “planificação” e “desenvolvimento”, esses de conotação mais técnico-setorial.

A trajetória de Serra se caracteriza pela inserção em redes de relações que se entrecruzam, estabelecidas em diversos domínios. O trânsito do agente pelas instituições escolares, a circulação internacional e o reconhecimento enquanto “político” foram instrumento e resultado de tais estratégias. Ao voltar para o Brasil, Serra se filiou ao MDB e tentou concorrer à uma cadeira na Câmara Federal. Seus planos seriam frustrados por uma impugnação, advinda da interpretação de que seus “direitos políticos” ainda estariam suspensos, pelas autoridades da época.

Diante tal bloqueio, investiu, novamente, em sua carreira acadêmica. Foi convidado para ser professor da Faculdade de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), fato que o mesmo atribui à suas amizades com Maria da Conceição Tavares e Carlos Lessa (ambos economistas e exilados no Chile, onde se conheceram), entre outros.

No Rio, em meados de 1977, quando voltei do exílio, então nos Estados Unidos, por um mês e meio apenas — depois de prescrita uma condenação que tivera —, e me hospedei no apartamento dela, na Praia do Flamengo. Um calor daqueles, sem ar refrigerado, e conversa durante toda a madrugada, ela controlando o volume da voz para não acordar os filhos. Lembro muito bem que Conceição e o Lessa, entre outros, tiveram grande influência para que eu fosse convidado a ser professor da Unicamp, ao voltar definitivamente para o Brasil, em 1978. Lá, fomos colegas e continuamos a conviver (<http://serraescreve.blogspot.com.br/2010/04/maria-e-eu.html>, acessado em 20/11/2017).

Esse breve relato nos informa o quanto a rede de intelectuais na qual Serra se inseriu no exílio, no Chile, impactou em sua trajetória. Em relação às suas publicações escritas, desde 1970, Serra privilegiou a publicação de artigos em revistas científicas, em detrimento da publicação de livros, inclusive em parceria com os mesmos intelectuais que conhecera no exílio. Sendo um de seus artigos mais conhecido entre os especialistas em economia “*Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil*”, publicado em parceria com Maria da Conceição Tavares (1976).

Tal ensaio teria sido escrito por Tavares e Serra, na intenção de contrapor ideias defendidas por Celso Furtado em “Subdesenvolvimento e estagnação” (1966). O ponto de discordância se assenta na relação entre “industrialização”, “economia” e “estagnação”. Tavares e Serra defendiam que

não existia uma relação direta entre tais fatores, uma vez o período dos anos 1970 teria se caracterizado por “expansão industrial e dinamismo do capitalismo brasileiro” (KLÜGER, 2017: 314-315).

Em suas “memórias”, Serra faz múltiplas referências a Celso Furtado, classificando-o, como “portador de espírito público”, “apóstolo da economia”, “mestre”, entre outros atributos (SERRA, 2014: 83-84; 228) e praticamente ignora o papel de Conceição Tavares em sua biografia. Tornando factível a interpretação de que suas “referências intelectuais” têm nexos complexos, referidos às múltiplas posições ocupadas no domínio cultural e no domínio político (GRILL & REIS, 2016).

Em 1983, fora nomeado Secretário de Planejamento do estado de São Paulo, por André Franco Montoro, componente da segunda geração de políticos que escrevem sobre desenvolvimento (ver capítulo 3). Em 1986 se elegeu, pelo PMDB, deputado federal – SP.

Em 1988, participou da fundação do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), onde estavam muitos de seus correligionários e intelectuais-economistas que viveram no Chile (sendo o líder da coalizão Fernando Henrique Cardoso). Após uma tentativa frustrada de se eleger prefeito de São Paulo (eleição vencida por Luísa Erundina, do PT), Serra retornou à Câmara dos Deputados.

Se reelegeu em 1990, sendo escolhido líder da bancada do PSDB na câmara. Em 1991 publicou “Análise econômica do novo plano de estabilização” (não foi encontrada a editora), bem como: “Orçamento no Brasil: as Raízes da Crise”, 1994, Editora Atual; “Parlamentarismo ou Presidencialismo?”, 1993, Editora Contexto; Reforma Política no Brasil, 1993, Editora Siciliano. Títulos que sugerem a persistência do gênero técnico-setorial. Em 1994, Serra se elege senador, mas é nomeado pelo, então presidente FHC, como ministro do Planejamento.

Quadro 25: Cronologia de cargos políticos ocupados por José Serra na década de 1990 e anos 2000

1994	1995	1996	1997	1998	1998-2003	2004 -2007
-Eleito Senador pelo estado de São Paulo	-Não assume no Senado, para assumir o cargo de Ministro do Planejamento	-Recusa a pasta do Ministério da Saúde -Fracassa nas eleições municipais para a cidade de São Paulo -Volta ao Senado	-Atua como Senador	-Se afasta do Senado para, agora sim, aceitar o convite para o cargo de Ministro da Saúde -Se reelege Senador	-Atua como Senador -Fracassa, em 2002, nas eleições para Presidente	-Eleito prefeito de São Paulo, cumpre todo o mandato até se afastar em 2007. -Eleito governador do estado de São Paulo

Fonte: DHBB-CPDOC-FGV

Essa pequena cronologia demonstra como seu itinerário se apoia tanto na conquista de cargos eletivos como administrativos (por indicação). Evidencia, paralelamente, a facilidade de trânsito do agente, condicionada pela retenção de um leque variado e rico de trunfos, mormente via inserções em múltiplas redes de relações sociais e reconhecimentos derivados da condição de “militante”. Nos anos 1990 e 2000, suas publicações abandonam por completo a abordagem mais técnica, em favor de escritos generalistas e “memórias”, dinâmica rara e distintiva em itinerários de políticos que ainda disputam cargos eletivos e administrativos, como demonstra Grill (2015) acerca da trajetória de Affonso Arinos.

Yeda Crusius: escrever sobre “desenvolvimento” e afirmação política via sucesso profissional, acadêmico e jornalístico

Yeda Crusius também contou, em sua trajetória profissional-acadêmica, com a ativação de redes de relações internacionais, mas foi pouco influenciada pelas condições de investimento e “retribuições do militantismo” (GAXIE, 2005) em comparação com os dois casos descritos anteriormente. Uma das 8 mulheres parlamentares escritoras, identificadas no universo mais amplo de 299 políticos que escrevem, participa, então, de uma minoria (2%) em uma população predominantemente masculina (GRILL & REIS, 2016). Reis (2014) defende a importância de analisar esses oito casos discrepantes, que, a despeito da baixa incidência percentual, são exemplares de empreendimentos políticos bem-sucedidos. Continua a autora, triplamente raras, por seguirem carreira em domínio político predominantemente masculino, por atingirem pontos altos na hierarquia política (difíceis de se alcançar para homens e mulheres), e, por fim, por destacada atuação na produção de bens simbólicos.

Para Yeda é possível destacar, pelo menos, mais duas raridades. Das 8 mulheres é a única formada em economia (ambiente também predominantemente masculino) e a única a escrever apoiada no domínio do saber mais “técnico-político” (DEZALAY & GARTH, 2000; GRILL & REIS, 2016: 114).

Paralela e conseqüentemente, Crusius, dentre as parlamentares escritoras, atingiu postos políticos mais distintos e distintivos. Foi a única das 8 a se eleger governadora de um estado brasileiro (Rio Grande do Sul), além de atingir ministério de uma pasta mais vinculada à “mão direita” do Estado (BOURDIEU, 1998b), no Planejamento (outras assumiram pastas de Igualdade Racial, Turismo e Cultura). Klüger (2017: 789-790) observa que, nas últimas gerações de economistas pós-graduados no exterior, há uma progressão na quantidade de mulheres, que conseguem galgar “degraus do reconhecimento acadêmico”. No entanto, “poucas chegam a ocupar postos de diretoria nos órgãos de Estado”, sendo Yeda Crusius uma dessas exceções. Outrossim, é a que tem produção escrita mais “robusta” entre as 8 parlamentares-escritoras, 28

publicações contra 17 da segunda agente com mais escritos (GRILL & REIS, 2016: 128-129).

Para o trajeto de Yeda Crusius, utilizamos seu verbete no DHBB e os trabalhos de Reis (2014) e Grill & Reis (2016), sites da Câmara Federal e Senado e sua autobiografia intitulada “Coragem e Determinação: um infinito ainda por fazer”, publicada, em Porto Alegre, pela Editora Age (2014), disponível em seu *site* pessoal (www.yedacrusius.com.br).

Na ficha catalográfica do livro, constam como palavras-chave: “autobiografia, política brasileira e administração pública”. Percebe-se, desta forma, mais uma raridade no trajeto de Crusius - a disposição a publicar no gênero “memórias” com carreira política ainda em curso. Neste sentido, comparável ao caso de Affonso Arinos, analisado por Grill (2015:32), que empreende “racionalizações e teorizações nativas” em suas “memórias” e “diários”, concomitantemente à ocupação de cargos políticos. Quando o mais comum são avaliações retrospectivas, classificadas como “confissões” do *backstage*, impetradas geralmente por políticos que “saem de cena”.

O próprio título do livro publicado por Crusius denota caráter prospectivo do relato do passado. No início do livro, fica clara a “racionalização”:

Perguntou-me um amigo, ao acompanhar meu trabalho de coleta de informações: ‘Se os registros estão disponíveis, por que tanto trabalho, inclusive o de abrir uma nova frente de exposição?’

Ora, porque esta é uma fonte única: é uma biografia. Uma autobiografia. Traz fatos além dos registros públicos.

Contudo, ponderou meu amigo, que, com todo o peso que me foi exigido carregar durante o último período de ação e lutas políticas, quando exerci a atividade de governar o Rio Grande do Sul, mostrando que era possível equilibrar as finanças e crescer, cumprindo os compromissos políticos de campanha, não precisaria eu registrar mais nada, já que nada devia.

Sim, é verdade, nada devo, mas é verdade também que cumprir o governo até seu último dia de 2010 não significou o final da minha vida pública ou política. Há um infinito ainda por fazer (CRUSIUS, 2014: 13-14)

Uma característica atribuída ao livro, mas que, nesse ponto, se distancia dos relatos de Arinos, analisados por Grill (2015), é que, além dos fatos narrarem sua “vida pessoal”, há trechos dedicados à contribuição com a “histórias mundial e nacional”⁵⁴. Tais trechos são embasados pelos conhecimentos históricos, mas, sobretudo, por análises da “economia política”, utilizando, em diversos excertos, instrumentos da econometria, altamente codificados (como gráficos, mapas, fórmulas e etc). Por exemplo:

As diversas teorias da Economia Política explicam, também, por que há sociedades mais desenvolvidas e outras menos desenvolvidas, por que há pobres e ricos. Joseph Schumpeter, ao formular a equação que descreve a evolução da riqueza dos países conforme o PIB (produto interno bruto, o Y de sua equação) e suas flutuações, sintetiza numa representação matemática a dinâmica econômica: $Y(t) = f(K(t), N(t), L(t), S(t), U(t))$ (CRUSIUS, 2014: 50).

Além de diversas referências às “teorias econômicas”, a história de vida de Yeda e de sua família são contadas à luz de acontecimentos considerados relevantes: a “Segunda Guerra Mundial”, “Crise de 1929”, a “revolução de 1930”, o “Estado Novo”, o “regime militar de 1964”, a “queda do muro de Berlim”, entre outros. Vale ressaltar que Crusius nasceu em 1944, mas constrói a narrativa de sua vida tomando posição sobre acontecimentos que precedem seu próprio nascimento. A seleção e divulgação de determinadas memórias tem relação direta com a constituição das identidades sociais:

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. (POLLAK, 1992: 02).

54 Grill (2015) destaca que, a despeito dos reconhecimentos, credenciais, títulos e saberes acadêmicos, Afonso Arinos não classifica seu relato como “história política”.

Yeda tenta se apresentar como uma “voz autorizada” para relatar esses fatos, legitimando-se ora por “ter vivido” alguns desses acontecimentos, ora pelo “acesso ao conhecimento”.

Yeda Crusius nasceu no bairro Vila Mariana, em São Paulo. Em sua autobiografia afirma ter vivido uma “infância de bairro”. Morou em diversas ruas do mesmo bairro, sempre de aluguel. As mudanças são justificadas, em suas memórias, pela falta de regulações na lei do inquilinato. Vila Mariana é descrito como “pacata” e “bucólica” com “casa de portas sempre abertas e crianças brincando na rua”. Vila Mariana era um bairro habitado por famílias de elevada extração social, localizado na zona sul de São Paulo. Segundo Crusius, lá haviam escolas, postos de saúde, hospitais e era onde se localizava o próprio “laboratório” do pai. Crusius afirma que ambos os ramos de sua genealogia têm origens em “famílias grandes”, compostas por “patriarcas” e “matriarcas”, o que denota valorização a um modelo mais “tradicional”:

Minha mãe era da família Maresti, de pai italiano, falecido jovem, e mãe portuguesa, de uma família de sete irmãos. Vó Conceição viuvoa cedo, vestiu preto e assim viveu, criando os filhos numa casa cheia de gatos, à beira do Rio Tietê. Eu amava visitá-la. Já os Rorato, família do meu pai, tinham como patriarca um italiano e matriarca uma brasileira, que se conheceram e casaram em Minas Gerais. Vó Angelina, ela mesma descendente de italianos, também perdeu o marido muito antes da velhice, mas logo se casou novamente, dando sete meios-irmãos a meu pai Francisco e minha tia Lya. Ajudaram a construir Uberaba e Uberlândia, expandiram-se para Goiás e São Paulo, onde Francisco e Sylvania se conheceriam. Famílias grandes, gente simples, constituídas por imigrantes – padrão brasileiro da época (*idem*: 34)

Outro sinal de distinção ostentado por sua família, constantemente acionado pela agente, é o “acesso à informação”, inclusive no que tange à oportunidade de possuir um aparelho de TV antes que seus vizinhos em Vila Mariana. Sobre recursos dessa sorte oferece as seguintes avaliações:

Vivi, sempre, com liberdade e orientação dentro de casa, e tive acesso às informações pelas quais me interessasse, sem restrições. Minha mãe, Sylvania Maresti Rorato, declarava-se anarquista; meu pai, Francisco Rorato, era líder maçom. A

maçonaria, sabe-se, tem papel destacado na História Política, do Brasil e do mundo, exercendo influência em eventos importantíssimos, desde a formação dos Estados Unidos até a condução do Império e da República do Brasil, com personalidades de destaque. Vários dos presidentes americanos, monarcas do Velho e do Novo Mundo e políticos por todas as partes foram maçons. Guiado pelos ideais maçônicos e em função de sua própria personalidade receptiva, meu pai viveu uma vida pública ativíssima, e teve produção intelectual diferenciada. Fui influenciada por ele na questão do interesse intelectual e na aceitação de uma vida pública como fator de realização pessoal. Quando eu tinha treze anos de idade, meu pai, percebendo minha firme inclinação pelos livros, chamou-me à sua biblioteca, peça nobre da casa, e me disse que eu já poderia entrar lá e ler sem restrições o que quisesse. Essa autorização, que pode parecer prosaica, valeu-me muito, ainda mais em um tempo em que jovens e, sobretudo, meninas, não tinham o acesso que têm hoje ao mundo adulto. Na biblioteca, estavam à minha disposição Machado de Assis, Eça de Queiroz e muitos outros clássicos. Mas havia mais: obras espíritas (doutrina seguida por meu pai), astrologia e astronomia, matemática, geometria, política, religião, história, humor, enciclopédias, dicionários, coleções encadernadas em capa dura, revistas selecionadas, enfim, publicações várias preenchiavam aquela peça da casa, decorada com móveis em madeira maciça trabalhada, com todos os cheiros dos papéis e das encadernações. (*idem*: 61)

Outra comparação com a trajetória de Affonso Arinos é elucidativa: a identificação com uma propensão naturalizada na “firme inclinação aos livros”. Grill (2015) demonstra como um conjunto de possibilidades, interdições e prescrições de papéis são ambivalentemente assumidos por Arinos, através da exibição de uma imagem de “homem de pensamento”, ligada a códigos de interpretação identificados com a “mineirice” dos políticos de Minas Gerais (mesmo estado de nascimento do pai de Yeda), que opunham essas características aos “homens de ação”, que Affonso projetava no seu irmão mais velho, mas que, ocasionalmente, também assumiu em sua trajetória política.

Por intermédio dos relatos de Yeda, é possível conjecturar que seu pai transitara em domínios sociais distintivos e “intelectualizados”, que indicaria uma proximidade com os princípios assumidos e valorizados por Affonso Arinos, em relação à apresentação de sua personalidade. Yeda estudou, no primário, no colégio de freiras Nossa Senhora do Rosário, situado no próprio bairro no qual residia. Seus irmãos homens estudavam na escola de padres Arquidiocesano. Segundo ela, havia uma diferença significativa entre os conteúdos aprendidos

“pelos meninos” e os passados em sua escola, mais voltada para “coisas de menina”:

É claro, os meninos aprendiam de tudo, sobre o nascimento do mundo, métodos de liderança, caminhos do poder, ciências etc. Nós, contudo, aprendíamos o convencional do português e da matemática e as ‘coisas de menina’, como bordar, ler a história de Santa Terezinha, sentar direito, falar baixo... Mas não conseguíamos segurar a curiosidade e as fugas das meninas. Havia uma brutal diferença de conteúdos dados às turmas das duas escolas. Fomos criados, meninos e meninas, em escolas regidas por princípios e valores, sob a religião católica. Eu muito aprendi com eles, sem prejuízo do exercício da minha liberdade de pensar e de fazer (*Idem*: 35)

Vê-se como os “sucessos” de Yeda se relacionam com as condições de suplantarem as barreiras levantadas pela divisão sexual do trabalho e pela dominação masculina (BOURDIEU, 1999). Essas “superações” são convertidas em signos de distinção. Ou seja, mesmo em competição com “meninos que aprendiam métodos de liderança” desde tenra idade, não era possível segurar sua “curiosidade” e suas “fugas”.

No ensino Médio, foi para o Liceu Pasteur, prestigiada escola paulista. Fundada em 1908, pelos médicos franceses, renomados internacionalmente, George Dumas e Chales Richet. Também localizada em Vila Mariana (informações retiradas de <http://www.liceupasteur.com.br/instituicao/historia> em 15/09/17). Sobre seus estudos no Pasteur, Crusius afirma:

Quando saí dos colégios de primeiro grau e fui para o Liceu Pasteur, comecei a estudar em turmas mistas e a ter disciplinas como História, Física, Química, Biologia e Latim. Abriram-se meus horizontes e pude entender que da má prática nascia e se reproduzia a tese de que a “mulher é burra” e que, por isso, deveria “saber seu lugar no mundo”. Em casa não era assim; a falsa tese da incapacidade feminina vinha de fora, a começar pela escola, da separação das turmas entre meninos e meninas, com a conseqüente condição de não se dar acesso em condições de igualdade ao conhecimento. Mulheres bordam, homens aprendem a liderar. E assim caminhou a humanidade até recentemente, sendo a mudança, principalmente, estruturada a partir do quadro das leis instituídas após a Segunda Guerra Mundial (CRUSIUS, 2014: 35).

Crusius afirma ter participado de um ambiente familiar “politizado” e “intelectualizado”, mas também gozou de acesso a instituições de ensino prestigiadas e bem equipadas. Crusius afirma, ainda, que a “orientação anarquista” de sua mãe proporcionava diversos debates entre ela e seu pai e que isso também teria contribuído na sua concepção de “importância da vida pública”. Assim, a agente justifica seu “sucesso enquanto mulher” através da oportunidade de romper com a “tese que a mulher é burra”. Tais condições lhe permitiram acumular recursos e trunfos raros, que lhes seriam úteis em múltiplas situações, mormente aquisição de multinotabilidades (GRILL & REIS, 2016). A autobiografia publicada pela agente, neste sentido, se configura em um instrumento de posicionamentos indissociavelmente culturais, artísticos, políticos e científicos:

Além disso, as novas tecnologias, estimuladas pelas disputas bélicas, formavam o cenário de desconforto, de inquietação da juventude, que se via chamada a assumir uma posição. Eu já assumira a minha, sem titubear. Na verdade, sem sentir-me representada no campo político, defini ao menos que não estaria com quem fizesse qualquer uso da violência; seria sempre a favor da democracia e da liberdade. Jamais mudei isso. E por isso não me alinhei nem aos que defendiam a guerrilha nem aos que defendiam o golpe que romperia com as liberdades e a democracia – no método, os dois eram a favor da violência como instrumento da mudança e da quebra das liberdades como imposição para a mudança. (*Idem*:59).

Nesse trecho, tenta se posicionar de maneira “neutra” em relação aos que “defendiam a guerrilha” e aos que “defendiam o golpe” no regime militar. Oferece, mais adiante, análise sobre a conjuntura internacional:

É, pois, nessa mesma conjuntura dual de Guerra Fria – e em sua decorrência – que nasceu (ou ao menos se estabeleceu nominalmente como tal) a corrente política que defendo desde a juventude, do conceito de Estado de bem-estar social, da social-democracia, da equidistância dos extremos. À época de seu surgimento, no fim do século XIX, a social-democracia nada mais era do que uma corrente do marxismo, que pretendia chegar ao socialismo por vias democráticas, sem apelar ao expediente da revolução. Por isso mesmo, era conhecida também por socialismo democrático. Expandiu-se, sobretudo, na Rússia czarista, na Alemanha e nos países escandinavos. (*Idem*: 84).

A gama de temas acessíveis na biblioteca do pai, reforçados em uma cultura escolar rica, permitiu com que Yeda lesse “autores clássicos” de diversas disciplinas, que são mobilizados ao longo de seu relato. Analisa diversos “fatos históricos” e busca os “fatores de desenvolvimento” para os países. Em certos trechos, apresenta paralelos entre movimentos nos domínios intelectuais e políticos e aspectos das “conjunturas econômicas”:

Cursei Economia na Universidade de São Paulo entre 1963 e 1966, exatamente num período de transição da economia brasileira, quando findava uma fase de extremada instabilidade e iniciava uma reestruturação geral das instituições que comandavam as políticas econômicas, acompanhada por mais uma fase de políticas intervencionistas, na tentativa de reduzir o atraso e implementar um parque industrial, com uma nova PSI (política de substituição de importações). Era uma industrialização tardia, com pesados e caros incentivos em setores comandados, em geral, por estatais. Era, então, o governo quem pautava as ações industriais, a partir de políticas econômicas que definiam o “andar da carruagem” da criação de empregos, de novos produtos financeiros, de surgimento de setores importantes, de inserção do Brasil no mundo dos grandes blocos. (*Idem*: 97).

Ao terminar a faculdade, Yeda consegue uma vaga como economista da Federação de Comércio de São Paulo. No entanto, a perspectiva da carreira de economista sem pós-graduação, no Brasil, carecia de progressão (LOUREIRO, 1997; KLÜGER, 2017). Assim, em 1968, Crusius deixa a Federação de Comércio para ser bolsista no Instituto de Pesquisas Econômicas da USP, na segunda turma desse programa de pós-graduação (fundado, entre outros, por Delfim Netto), sendo a primeira mulher. Segundo Yeda, muitos alunos de outros estados da federação foram seus colegas.

Foi quando o diretor do Instituto, Miguel Colassuono, que logo depois seria prefeito de São Paulo, solicitou-me que recebesse os “forasteiros”, oferecesse-lhes apoio e recepção e apresentasse-lhes a cidade. Pedi à minha mãe e os recebemos com farto almoço, conhecendo gente de todo o país, que chegava à nossa casa e a São Paulo em busca da novidade e em função dos estudos de pós-graduação. Depois, durante o ano letivo, reunia-me com eles na sala de estudos que havia em nossa casa, na Vila Conceição, perto do Ibirapuera. Convivemos por muitos anos e, mais tarde, no circuito de pós-graduação de várias escolas, no Brasil e pelo mundo, com a ANPEC, voltamos a nos relacionar. Chegarei lá nas próximas páginas (CRUSIUS, 101).

A ligação com a política (“herança do pai”) e o sucesso dentro da universidade legaram a Yeda Crusius a oportunidade de diversificar sua rede de relações sociais, com novas reentrâncias para a circulação internacional. A rede que estabeleceu com esses “forasteiros” foi determinante em seus investimentos. Foi através desses contatos estabelecidos que pôde morar nos Estados Unidos e cursar o Mestrado em Economia. Nesses meios também conheceria seu marido, Carlos Crusius (um dos “forasteiros”), gaúcho de Passo Fundo e formado em Economia pela UFRGS.

Após um estágio de aprendizagem da língua inglesa em Boulder-Colorado, Crusius seguiu para a Universidade de Vanderbilt em Nashville-Tennessee. Vanderbilt é uma tradicional universidade norte-americana fundada em 1873. Revistas e *rankings online* a classificam como uma das 30 melhores universidades em solo estadunidense.

Terminada essa temporada no Colorado, feita a grande viagem pelos parques nacionais do país, de costa a costa, cheguei para cursar meu mestrado em Economia na Universidade de Vanderbilt. Éramos eu e mais oito brasileiros do IPE/USP, liderados pelo professor Werner Baer. O mundo à nossa volta era vibrante. O curso, por sua vez, permitia-nos livre escolha de disciplinas – e professores de primeira linha nos conduziram por caminhos qualificados no campo da Economia, da Matemática, da Estatística, do desenvolvimento (CRUSIUS, 2014: 106)

Aqui fica muito claro como o “desenvolvimento” foi e é uma categoria de expressão importante para Yeda Crusius. Coloca o tema no patamar de importância das disciplinas que lhes ajudariam a “desvendar e explicar o mundo”. Já casada com Carlos Crusius, volta ao Brasil para morar na capital do estado de origem de seu marido, Porto Alegre. Lá dá continuidade à carreira universitária. Carlos Crusius foi convidado por Herbert Guarini Carlháu para ser professor do Departamento de Estatística do Instituto de Matemática. Enquanto isso, Crusius foi aprovada em concurso para Faculdade de Ciências Econômicas, ambos na UFRGS.

Antes de “entrar para a política”, no entanto, Yeda tem atuação como comentarista de rádio e televisão, em um primeiro momento de Economia, e, posteriormente, na editoria de política. Sua participação, inicialmente, se deu

formulando perguntas, que fomentavam debates entre candidatos ao governo do Rio Grande do Sul. Yeda Crusius afirma que, durante as décadas de 1970 e 1980, se dedicou com afinco à “universidade e trabalho”, e, no segundo plano, estava a atuação como “comunicadora”.

Seu primeiro cargo político foi de Ministra do Planejamento. O convite foi feito pelo ex-presidente Itamar Franco, por sugestão de Paulo Haddad, reconhecido economista, professor titular da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG e que foi visitante na Universidade de Vanderbilt, enquanto Carlos e Yeda lá estudavam, fundador e primeiro diretor do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG. Haddad foi Ministro da Fazenda do governo Itamar Franco.

O fato de aparecer na TV como especialista em “Economia e Política” e de ser uma “mulher bem-sucedida”, em um espaço altamente masculinizado, contribuíram para que fosse selecionada, uma vez que além da *expertise* nos “assuntos econômicos” trazia consigo uma imagem considerada positiva para o governo de Itamar Franco:

Apesar de pouco conhecida, a escolha de seu nome foi bem recebida pelos empresários brasileiros, tendo sua indicação correspondido aos desejos de Itamar Franco de colocar uma mulher à frente do ministério.

A maior preocupação de Yeda Crusius ao assumir a pasta do Planejamento foi de colaborar com a política de estabilização econômica conduzida por Haddad e evitar comparações com a ex-ministra Zélia Cardoso de Melo, o que significou, na prática, a rejeição de choques e pacotes econômicos para combater a inflação (Verbetes de Yeda Crusius, DHBB-FGV).

Ficou nesse cargo entre fevereiro e outubro. Sua saída é atribuída, no DHBB, a divergências com Eliseu Resende, que havia substituído Haddad no Ministério da Fazenda. Abaixo, especificamos suas publicações:

Quadro 26: Publicações de Yeda Crusius

Formato	Publicações
Livros	<p>A escolha entre inflação e desemprego (1981)</p> <p>Economia (1982)</p> <p>Dívida externa brasileira: elementos para discussão. (1983)</p> <p>Introdução à Economia (1983).</p> <p>Coragem e determinação: um infinito ainda por fazer. Ed. Age. Porto Alegre (2014).</p>
Artigos e capítulos de livro	<p>-O Plano Brasil Novo como uma proposta de mudança de regime. (1990)</p> <p>-O Brasil e a ordem internacional: a necessária integração. (1992)</p> <p>-A resistência da inflação brasileira a choques. (1992)</p> <p>-Globalização, política e economia (1992)</p> <p>-Indicadores de resistência da inflação brasileira a choques. In: SOUZA, Nali de Jesus (Org.). A economia da inflação. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1992.</p> <p>-Símbolos de Porto Alegre. In: SCLIAR, Moacir et al. Sobre Porto Alegre. [S. l.]: Ed. da Universidade, 1993. p. 70-77</p> <p>-Parlamento regional: utopia viável? In: A agenda política e institucional no MERCOSUL: aportes para a integração regional. São Paulo: Konrad Adenauer-Stifung, 1997. p. 173-175.</p> <p>-A evolução da economia no Rio Grande do Sul face à economia brasileira. In: RIBEIRO, Carlos Reinaldo Mendes (Org.). Autonomia ou submissão?. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p. 72-84.</p>
Separatas parlamentares	<p>-Ações Parlamentares contra a Corrupção (2005)</p> <p>- Atuação Parlamentar Comentada: 1995/2002 (2003)</p> <p>- Estratégias de Transformação para a Construção de um País mais Justo e Democrático</p> <p>- O Período de 1995 a 2002 (2003)</p> <p>- A Terceira Via e a Responsabilidade Fiscal – (2000)</p> <p>- Globalização da Economia e as suas Consequências para o Brasil e na Vida das Empresas – (1998)</p> <p>- A Feminilização da Agenda Política – (1998)</p> <p>- Reformar o Contrato Social é Fortalecer o Estado – (1997)</p> <p>- Agenda Política e Relações de Trabalho Flexíveis – (1997)</p> <p>- Emprego, Trabalho & Renda – (1996)</p> <p>- A Opção Política de uma Economista – (1995)</p>

Fonte: www.yedacruzcius.com.br

Há uma correlação entre as estratégias de publicação e a sequência de cargos políticos ocupados, na qual caracteriza-se, *grosso modo*, um distanciamento dos formatos “artigos”, “capítulos de livro” e alguns “livros”, mais técnico-setoriais, que predominavam antes da carreira eletiva (iniciada em 1994). Em contrapartida, a partir de 1995, oferece seus “discursos parlamentares” em formato de “separatas”, segundo seu *site* pessoal.

Após a passagem no Ministério do Planejamento, assume o posto de tesoureira do PSDB no Rio Grande do Sul. Em 1994, por tal partido, é eleita deputada federal, e se reelege mais três vezes. Em 2006, foi eleita governadora do Rio Grande do Sul, e, desse ano até 2014, interrompe a produção escrita. Em 2010 tenta reeleição, sem sucesso. Em 2014, ano em que volta a publicar (a autobiografia), obtém primeira suplência na Câmara Federal, assumindo o posto entre 2017 e 2019.

Em relação aos livros, o primeiro a ser publicado foi “A escolha entre inflação e desempenho”, em Porto Alegre, pela editora Perspectiva Eco. Em 1983, publicou um capítulo no livro “Autonomia ou submissão”, organizado por Carlos Reinaldo Mendes, intitulado “A evolução da economia no Rio Grande do Sul face à economia brasileira”, pela editora Mercado Aberto.

Seus posicionamentos, diante a reconfiguração dos “projetos de sociedade” (GRILL & REIS, 2016) pós-ditadura, se embasaram mais vigorosamente nos conhecimentos prévios do que em um reconhecimento de inscrições políticas anteriores, como fora o caso de José Serra. Dos três casos analisados mais detidamente nesse capítulo, Yeda certamente foi a que recorreu a esse tipo de “identidade estratégica” (COLLOVALD, 1988) mais intensa e exclusivamente (lembrando que os outros dois, além de “economistas”, eram reconhecidos como “militantes”, Serra mais intensamente e Buarque de forma mais contrabalançada).

A condição de *expert* em economia, detentora de códigos e instrumentos de mensuração e intervenção na realidade, alicerçada no “conhecimento científico” possibilitou ocupação de postos de descrição e prescrição (BOURDIEU, 2008) do “real”. Se compararmos suas “memórias” com as de José Serra, esse argumento se fortalece. Yeda faz, como vimos anteriormente, menções e caracterizações pormenorizadas de diversos fatos

históricos, além da utilização de linguagens cartográficas e matemáticas. Serra, pelo contrário, relata suas “experiências” em linguagem quase coloquial, com panorâmicas exposições sobre sua atuação nas universidades, sem especificar ou detalhar o conteúdo aprendido. Neste sentido, é possível supor que Yeda fora mais instada a demonstrar suas credenciais enquanto economista, repetidamente, de modo que considera que um relato fidedigno de si deve conter esse tipo de fundamentação.

Considerações finais

Essa tese tentou dar conta das relações entre modelos de especialização política e emergência da problemática do “desenvolvimento” enquanto princípio produtor de lutas. O ponto de partida e de referência dessa pesquisa foi o universo de agentes construído por Grill & Reis (2016). Tomamos políticos que escrevem sobre “desenvolvimento” como eixo norteador, para analisar diversas reconfigurações da intersecção entre atividade política e produção escrita.

O exame das modalidades de ascensão a postos na política e produções simbólicas foi relevante sociologicamente por ilustrar diferentes padrões de especialização política, empreendidos por agentes portadores e intérpretes, que tendem a personificar concepções diversas de “política”, “sociedade” e “desenvolvimento”. Tais dinâmicas traduzem e são tradução da adaptação às injunções vigentes na intersecção política-cultura, tornando a multinotabilidade (GRILL & REIS, 2016) trunfo diferencial, que contribuiu para o acesso e sucesso de diversos membros de segmentos sociais dominantes e dirigentes, no jogo político brasileiro do século XX.

Bourdieu (2008) atenta para o fato de que as relações de comunicação simbólica não são apenas interações sociais que “sustentam o poder dos dominantes”, mas são, sobretudo, construtos sociais que reproduzem ou subvertem os critérios mais amplos de classificação e os ordenamentos sociais. Desta forma, estudar “o que escrever quer dizer na política” (GRILL e REIS, 2012) não só contribui na definição dos limites do “politicamente pensável”, mas também na própria definição das regras desse e de outros jogos. Tentamos observar como as tendências atinentes à forma e ao conteúdo dos livros sobre “desenvolvimento” afetam nessas dimensões, quer dizer: “O que escrever sobre o desenvolvimento quer dizer na política”.

No tópico A.4 da introdução (pg. 38) fizemos uma breve reconstituição da história mundial e brasileira da categoria “desenvolvimento” no domínio intelectual. Conjecturamos, naquele momento, a possibilidade desses enfrentamentos repercutirem nas carreiras políticas e estratégias de publicação

dos agentes aqui analisados. Vimos, ao longo da tese, como diversas posturas assumidas nos livros, em conexão com a posição ocupada no contexto e na hierarquia política, se refletiram em múltiplas formas de abordas a questão do “desenvolvimento”.

Foram formulados problemas de pesquisa, que tomam o “desenvolvimento” como instrumento de legitimação de empreendedores políticos, situados em uma situação de amálgama com outros domínios da vida social. Assumimos essa postura em detrimento da visão de que o “desenvolvimento” seria mobilizado e importado por determinadas “elites”, com intuito racionalizado de “modernizar a política” e de consequente legitimação de si. O tema do “desenvolvimento” se impôs como “problemática legítima” em diversos âmbitos sociais: inclusive no que tange às próprias ciências sociais. Nosso intuito foi de colocar em prática um modelo que funcionasse segundo uma racionalidade própria, atenta às dinâmicas e regularidades sociais captáveis.

Tentamos refletir sobre as correlações entre o estabelecimento da temática do “desenvolvimento” e as reconfigurações em múltiplos domínios, sobretudo das lógicas de disputa política e das mudanças nos critérios de hierarquização e classificação. Bem como dos repertórios culturais mobilizados na afirmação da condição de representante (político e cultural). Ou seja, foram abordadas diversas redefinições destas temáticas, que emergiram do *corpus* produzido pelos agentes aqui investigados.

Para demonstrar essa hipótese mais geral lançamos mão de uma primeira comparação entre políticos que deixam clara, nos títulos de suas produções, a preocupação com o “desenvolvimento”, com os que não o fazem. Os primeiros resultados apresentados demonstraram algumas diferenças, em aspectos mais gerais, na composição social dos 74 políticos que escrevem sobre “desenvolvimento” em relação aos 299 parlamentares escritores. Essas primeiras comparações indicaram que era preciso tratar as redefinições do modelo dominante de “elite letrada e votada” (REIS & GRILL, 2008) a partir de um ponto de vista processual, correlativamente à consolidação da problemática em questão. Nesta linha, tentamos abordar diversos contextos históricos e sociais, nos quais o “desenvolvimento” não se constituiu apenas como objeto em

e de disputa, mas, intensamente, em “chave de compreensão do real”, tomando de empréstimo a expressão de Pécaut (1990).

Houve um intercâmbio entre os trunfos das carreiras políticas e os reconhecimentos em seus engajamentos culturais, sobretudo na produção escrita. A construção desse inventário multifacetado é congruente com a “dupla arte de representar” (GRILL & REIS, 2016), colocando tais agentes, simultaneamente, na missão de descrever e prescrever os problemas políticos brasileiros, mas também de legitimar os moldes pelos quais tais práticas podem ser empreendidas.

O poder de instituir e classificar é, simultaneamente, poder de exercer pressões eficazes, modeladoras. As condições de possibilidade de estabelecer essas fronteiras são maiores quando esses fenômenos têm sua arbitrariedade ignorada (BOURDIEU, 2008). A análise prosopográfica, das trajetórias políticas e das produções escritas, permitiu observar como recursos de luta permitem aos agentes criar e atender tais demandas, lutando, com sucesso, pelo reconhecimento da condição de representante, mediador e promotor do “desenvolvimento”, embasados em um registro multifacetado de modelos de intervenção política e intelectual, calcados na negociação de suas imagens pessoais de “bom político”. É possível pressupor a relevância desta temática para uma hipótese mais geral, atacada por diversos cientistas sociais, acerca das homologias entre espaços sociais e espaços de propriedades simbólicas (BOURDIEU, 2007; SAINT-MARTIN, 2019).

Os efeitos sociais desse processo não se dão de maneira nenhuma de forma mecânica, mas, sobretudo, pela dinamicidade entre *efeito de conhecimento*, frequentemente gerado e gestado pelos dominantes, e lutas por imposição ou modificação de uma “cultura legítima”. Há um *trabalho de enunciação*, que reverbera na exteriorização de caracteres sociais de determinados grupos, que obtém reconhecimento de sua própria existência autorizando mandatários a impor seus princípios de constituição (BOURDIEU, 2008).

Tomamos como premissa a justaposição entre os domínios políticos e culturais. Inscritos numa agenda de pesquisa que visa problematizar a

profissionalização política no “caso brasileiro” e suas comparações com outras dinâmicas “ocidentais” (GRILL, 2003; REIS, 2007; CORADINI, 2008; GRILL, 2013; entre outros), tentamos aferir processos de autonomização, objetivação e especialização das “formas de atividade política” (LAGROYE, 2003) e relação disso com os usos políticos do “desenvolvimento”.

Nos balizamos em pontos de inflexão, que redefiniram o acesso de certas camadas sociais ao mercado de postos na política e administração pública. Recapitulando, foram processos sociais sucessivos de tensões para abrir, restringir e reconfigurar os critérios de entrada no jogo político. Com base nessa fundamentação, distribuimos os agentes investigados em quatro gerações. A primeira “entrou na política” entre 1930-1945, período de ascensão de elites coadjuvantes no “poder central”. A segunda ocupou primeiros cargos entre 1945-1964, contexto referido como de “redemocratização”, no qual siglas partidárias e eleições voltariam a ter caráter estruturante. A terceira geração inicia entre 1964-1982, ou seja, na “ditadura militar”, em que os mecanismos de acesso foram modificados e suprimidos, causando uma redefinição abrangente nos investimentos e recursos mobilizados. Por fim, a quarta geração inicia sua carreira de ocupação de cargos públicos entre 1982-1994, se afirmando, posicionando e disputando produtos invariavelmente ligados à “reabertura política”, em grande parte legitimados pelo discurso de “luta contra a ditadura”, mas sobretudo pela combinação dessas habilidades de manejar o léxico democrático com a validação de saberes “técnicos” e internacionalizados.

Essa recapitulação alude o aspecto processual do trabalho de pesquisa empreendido. Sopesando o pano de fundo comparativo com a investigação de Grill & Reis (2016), foi possível cotejar alguns padrões, que caracterizam a proliferação de nuances da especialização política, com o reposicionamento da “condição de intelectual/escritor” enquanto trunfo nas arenas.

Há uma tendência a pensar o “desenvolvimento” como peça argumentativa que une determinados grupos sociais em torno de uma só causa. De fato, há um elemento agregador, que geralmente torna essa categoria uma espécie de “ponto em comum” de políticos constituídos por formações escolares, profissionais, intelectuais, científicas e sociais distintas, como vimos ao longo da

tese. Um dos cenários que tentamos demonstrar, na construção dos dados, é de que a adesão ao “desenvolvimento”, como tema na produção escrita, se constitui em opção que valida o ingresso e reconhecimento em espaços privilegiados e “abre portas” para tomada de posição acerca de inúmeras “questões sociais”, que classificamos na tipologia “regionais”, “nacionais”, “internacionais” e “técnicas”.

Os estudos de Daniel Gaxie (2004), sobre a importância do “mito democrático” na legitimação política, encaminham na direção da constituição de categorias de percepção e definição do “universal” como estratégias de afirmação no jogo da representação política. Pensamos que práticas simbólicas e debates sobre “desenvolvimento” podem cumprir esse tipo de função, (re) definindo os princípios de classificação, vigentes na seleção e recrutamento de elites brasileiras.

Essas traduções remetem a um conjunto de matrizes de interpretação e intervenção no e sobre o mundo social, que não é objeto de luta exclusivo de nenhum domínio da vida social. Pelo contrário, o “desenvolvimento” pôde ser associado a temáticas tão diversas quanto os próprios modelos de especialização política vigorantes no Brasil. O “discurso desenvolvimentista”, ao invés de unificar e padronizar as relações políticas na “periferia”, gera novos polos de oposição. Legitima e concede lugar a novos porta-vozes de causas pertinentes em contextos totalmente distintos. Foi ativado tanto por políticos das “regiões” Norte e Nordeste para denunciar a condição “pobre” e “atrasada” da região (CASTRO, 1992; ALBUQUERQUE JR, 2001); como foi mobilizado por agentes na “ditadura militar” para justificar ou combater o “regime”, tomando como base os “avanços ou retrocessos desenvolvimentistas”; sem deixar de mencionar os políticos que se reivindicam “acima da ideologia”, em favor da “técnica”, etc.

Assim, somamos às prosopografias (CHARLE, 2006) realizadas para cada geração, a análise de alguns escritos publicados pelos agentes estudados, sobretudo livros. Além do exame dessas “obras” e dos posicionamentos que trazem, nos inspiramos nas indicações e contribuições de Christian Le Bart (1998, 2012) sobre o tratamento da produção escrita por políticos. O autor indica alguns parâmetros também seguidos por Grill & Reis (2016) sobre a classificação

em *gêneros de escrita*. Há, segundo esses trabalhos, interdependências entre forma, conteúdo e propriedades sociais do produtor. Assim, de acordo com a posição ocupada em determinado estado do jogo político existe tendências que levam os políticos a preferir esta ou aquela maneira de expressão. Consideramos que Grill & Reis (2016) abordaram profunda e eficazmente as mudanças na forma dos escritos, mas também no seu conteúdo.

Especificamente, na política, o texto tende a se constituir em artefato de luta. Seja como instrumento de publicitar determinadas “questões”, seja como objeto que valida um diferencial cultural, em relação a especialistas e profanos, a escrita se constitui em realização privilegiada de descrição e prescrição sobre o mundo social (BOURDIEU, 2008). O ato de escrever, na trajetória de um “político profissional” ocupa, uma “posição de excelência” dentre as possibilidades de investimento em bens simbólicos (se comparada com a música, teatro, dança e etc) (GRILL & REIS, 2016). Ademais, essas práticas potencializam o caráter distintivo dos recursos e trunfos de seus portadores, ao possibilitar uma intervenção mais eficaz na imposição dos sentidos sobre o mundo social. Outrossim, constitui-se em alternativa secundária, adjunta e auxiliar ante as incertezas de um jogo político marcado por forte fluidez e plasticidade. Em contrapartida, há, ocasionalmente, um sentido imperativo que submete os jogadores a obrigatoriedades relacionadas a esse meio de expressão:

A ideia de submissão visa enfatizar que os especialistas que disputam entre si a imposição de representações e categorizações (que beneficiam as posições que eles próprios assumem) estão também subordinados a valores e práticas dominantes. Assim, escrever não é somente uma escolha, um ensejo para demonstrar a capacidade de reflexão ou uma ocasião de estabelecer versões autorizadas. Tal prática pode significar uma injunção, um ‘dever’, ou espelhar uma forma de constrangimento (do meio de inscrição, das origens, dos oponentes, dos profanos, etc.), enfim, apresentar-se como imperativo (afirmado, por exemplo, nas ocasiões em que não são os próprios políticos que escrevem, mas que assinam a autoria de certas publicações) (GRILL & REIS, 2016: 13).

A operacionalização da pesquisa e a estratégia de exposição dos dados prosseguiram na tentativa de demonstração de alguns desses

condicionantes. Evidenciamos as “origens sociais” dos agentes, capturadas por intermédio da descrição da posição social das famílias, perante o macrocosmo social mais amplo (privilegiamos as variáveis “profissão do pai” e posições ocupadas por parentes em locais de destaque profissional, político e cultural), mas também do percurso escolar e profissional. Sobre a carreira política buscamos analisar como a afirmação dessa condição é perpassada por distintas e distintivas modalidades de conquistas de cargos, estratégias de investimento e mobilização de trunfos, recursos, e, em alguns casos, redes de relações. Outrossim, aferimos que os diferentes tipos de trajeto têm correlações com os tipos de carreira política e com a linguagem utilizada para se posicionar sobre “desenvolvimento”.

Sobre a produção escrita catalogamos as “obras” e as classificamos segundo suas temáticas correlatas, utilizando a taxonomia “regionais”, “nacionais”, “internacionais” e “técnicas”, com o intuito de observar nuances e critérios de distinção. Foi possível confrontar certos tipos de carreira política com a propensão a determinadas temáticas e versões do “desenvolvimento”.

Na primeira geração observamos trajetórias de políticos que ascendiam às arenas mais centrais da disputa de cargos públicos pós “Revolução de 1930”. Notadamente, escreveram sobre desenvolvimento, em sua maioria, quando suas carreiras políticas já estavam relativamente consolidadas, uma vez que o “nacional-desenvolvimentismo” seria mais enfatizado em meados da década de 1940 (PÉCAUT, 1990). Foi possível observar uma tendência a escritos mais generalistas, mormente discussões sobre o Direito (ver escritos e trajetória de Francisco San Tiago Dantas), disciplina que prevaleceu nas suas formações acadêmicas. No entanto, mesmo de uma perspectiva mais humanista, já havia o germe da linguagem econômica como capaz de traduzir o “desenvolvimento” (ver escritos e trajetória de Alexandre Barbosa Lima Sobrinho).

Na segunda geração, apareceu com realce a mobilização de um *corpus* “humanista-desenvolvimentista” por parte de políticos com origem no Nordeste (ver escritos e trajetória de Wilson Braga), quando os originários de Sul e Sudeste já começavam a agregar uma linguagem mais “técnico-setorial” ou

antenada com as novas formas de representação legítima da política (ver escritos e trajetórias de Sergio Magalhães e André Franco Montoro).

Na terceira geração essas tendências continuam presentes (relação entre origem geográfica e temática privilegiada). Contudo, há uma mescla mais contundente entre perspectivas mais “regionais”, “nacionais”, “internacionais” e “técnicas”. Assim, há políticos que permanecem na “defesa do Nordeste”, mas fortemente alicerçados no “conhecimento técnico” (ver trajetória de César Cals Filho). Nessa geração, também, há uma presença mais acentuada de agentes que se afirmam enquanto *experts* nos “problemas econômicos nacionais” (ver escritos e trajetória de Antônio Delfim Netto). Por fim, há a alavanca da coadunação entre afirmação militante/partidária/parlamentar e a utilização combinada de aspectos de todas as temáticas (ver escritos e trajetória de Márcio Fortes).

Na quarta e última geração analisada aparecem diferentes matizes de combinação entre *savoir-faire* militante e competência universitária. O recurso da internacionalização, antes esporádico e restrito às camadas sociais mais privilegiadas, passa a estar no alcance de segmentos ascendentes socialmente. Assim é possível observar amálgamas mais equilibrados de militância, atuação política e propensão às carreiras universitárias como estratégia de legitimação (ver escritos e trajetória de Cristovam Buarque). Houve também agentes reconhecidamente militantes de determinadas “causas”, mormente as que giravam ao redor da “luta contra a ditadura”, mas que acoplaram nos seus arsenais a capacidade de debater “tecnicamente” (ver escritos e trajetória de José Serra). Finalmente, houve agentes que se afirmam profissionalmente, em primeiro momento, na universidade e seguem carreiras internacionais totalmente voltadas para o reconhecimento da condição de especialista e depois reconvertem tais trunfos em posições na política e administração pública (ver escritos e trajetória de Yeda Crusius).

Esse *continuum* enseja reflexões muito importantes para as ciências sociais, voltadas à compreensão do fenômeno político e de seus nexos com as próprias condições de existência da “ciência”. Afrânio Garcia Júnior, em artigo intitulado “A dependência da política: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil” (2004), inicia o texto trazendo à tona a questão weberiana acerca das

relações entre competências e vocações científicas e suas disparidades e complementaridades com o *métier* do “político profissional” (em oposição ao “notável”). Por meio do estudo dessa trajetória específica - reconstituída com base em um caso que faz parte, também, no universo aqui analisado - infere que a máxima do autor alemão é compatível para a investigação das condições de exercício da política no Brasil.

Não obstante, os casos que analisamos no quinto capítulo indicam justamente a direção de potencialização do valor simbólico desses recursos, no *sistema de desvios* (BOURDIEU, 1989) engendrador de escalas no domínio político brasileiro. Longe de ser um caso contingencial, a trajetória de FHC sintetiza elucidativamente pontos de encontro entre afirmação política/militante e *savoir-faire* acadêmico/universitário captados nessa pesquisa.

Acreditamos que essa tese pôde contribuir com esse debate. Como dissemos na introdução, não se tratou de participar da luta pela delimitação e definição do que é “a política”, “o desenvolvimento” ou suas categorias análogas. Tratou-se, isto sim, de analisar, *ex ante*, as práticas sociais e produtos simbólicos correlatos, que autorizaram e facilitaram determinados fluxos, deslocamentos e dinâmicas de “construção social da política” (LACROIX, 1985). Destacamos exames e análises acerca de disputas que tinham o “desenvolvimento” como instrumento e objeto, em múltiplos domínios da vida social, mormente o da produção escrita e de suas influências nas redefinições dos modos de agir, sentir e pensar a política.

Pensamos que alcançamos o objetivo de apreender ligações entre modelos de afirmação política e intelectual, itinerários profissionais ligados à ocupação de cargos públicos e concepções de “desenvolvimento” presentes (de forma explícita ou subjacente) nas produções escritas dos agentes investigados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4ªed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.

ABREU, A. et. al. (orgs.). *Dicionário Histórico- -Biográfico Brasileiro pós-30*. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2011.

BADIE, Bertrand; HERMET, Guy. *Política comparada*. México: Fondo de Cultura Económica: 1993.

BEZERRA, Marcos Otávio. "Corrupção e produção do Estado". In: *Revista Pós Ciências Sociais* 14.27, 2017: 99-130.

BEZERRA, Marcos Otávio. *Em nome das bases: política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: Relumè-Dumará, 1999.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.

BOLTANSKI, Luc. "America, America...Le Plan Marshall et l'importation du management". In: *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 38, n. 1, 1981: 19-41.

BOLTANSKI, Luc. L'espace positionnel: multiplicité de positions institutionnelles et habitus de classe. In: *Revue Française de Sociologie* v.14, n.1, 1973: 3-26.

BOURDIEU, Pierre. "A mão esquerda e a mão direita do Estado". In: _____. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998b.

BOURDIEU, Pierre. "A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região". In: _____ *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989b.

BOURDIEU, Pierre. "A representação política. Elementos para uma teoria do campo político". In: _____ *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989a.

BOURDIEU, Pierre. "As condições sociais da circulação internacional das ideias". In: *Enfoques – Revista Eletrônica*, 1, 1, 2002a.

BOURDIEU, Pierre. "Descrever e prescrever". In: _____ *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer.* São Paulo: Edusp, 2008.

BOURDIEU, Pierre. "Estrategias de reproducción y modos de dominación". In: *Colección pedagógica universitaria* 38, 2002b.

BOURDIEU, Pierre. "Modos de Dominação". In: _____ & DESAULT, Yves. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos.* Porto Alegre: Zouk, 2004.

BOURDIEU, Pierre. "Os três estados do capital cultural". In: *Escritos de Educação.* Trad. De Magali de Castro e Maria Alice Nogueira. *Petrópolis, RJ:* Editora Vozes, 1998a.

BOURDIEU, Pierre. "Os usos do povo". In: _____. *Coisas ditas.* São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. "Sobre o Poder Simbólico". In: _____. *O poder simbólico.* Rio de Janeiro: Difel, 1989c.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento.* São Paulo: *Edusp*, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1999.

BOURDIEU, Pierre. Alta costura e alta cultura. In: _____. *Questões de sociologia.* Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983: 205-215.

BOURDIEU, Pierre. *The state nobility: elite schools in the field of power.* Stanford: Stanford University Press, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92).* São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRAGA, Lúcia Navarro. *A Casa da Palmeira.* João Pessoa: A União, 2009.

BRAGA, Wilson. *O Nordeste e outros problemas*. Brasília: Câmara Federal, 1980.

BUARQUE, Cristovam. *A desordem do progresso: o fim da era dos economistas ea construção do futuro*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991.

BUARQUE, Cristovam; SALGADO, Sebastião. *O Berço da desigualdade*. Unesco: Instituto Sangari, 2005.

BUCLET, Benjamin. “Os peritos não governamentais da biodiversidade amazônica e seus financiadores internacionais: uma parceria desigual em torno de interesses comuns”. In: *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 6, n. 12, 2010.

CALS, César. *Uma estratégia de desenvolvimento para o Ceará*. Fortaleza: Governo do Ceará, 1975

CANÊDO, Letícia Bicalho. “Um capital político multiplicado no trabalho genealógico”. In: *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 8, n. 15, 2011.

CANÊDO, Letícia Bicalho. “Héritage en politique, ou comment acquérir les dispositions et compétences nécessaires aux fonctions de représentation politique”. In: *Cahiers du Brésil contemporain*, n° 47/48, 2002.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Desenvolvimento econômico e empresário industrial*. São Paulo, Difel, 1964.

CARIELLO, Rafael. “Vultos da República: o Chefe”. *Revista Piauí*, v. 96, 2014.

CASTRO, Iná Elias de. *O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino vol I*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 1992.

CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CHARLE, Christophe. “A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas”. In: HEINS, Flávio (org.) *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, v. 445, 2006.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

COLLOVALD, Annie. "Identité (s) stratégique (s) ". In: *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 73, n. 1, 1988: 29-40.

CORADINI, Odaci Luiz. "A formação da elite médica, a Academia Nacional de Medicina e a França como centro de importação". In: *Revista Estudos Históricos*, v. 1, n. 35, p. 3-22, 2005.

CORADINI, Odaci Luiz. "A politização em condições politicistas: alguns problemas analíticos e resultados de trabalhos". In: *Política & Sociedade*, v. 16, n. 37, p. 36-75, 2017.

CORADINI, Odaci Luiz. "As elites como objeto de estudo". In: _____. *Estudos de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

CORADINI, Odaci Luiz. "Os usos das ciências humanas e sociais pelo catolicismo e pelo luteranismo e as relações centro/periferia". In: *Revista pós ciências sociais*. São Luís, MA. Vol. 9, n. 17 (2012), p. 67-99, 2012.

CORADINI, Odaci Luiz. "Panteões, iconoclastas e as ciências sociais". In: *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, p. 209-235, 1998.

CORADINI, Odaci Luiz. "Representação profissional e elites políticas no Brasil no período recente". In: *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 5, n. 9, p., out. 2006: 123-161.

CORADINI, Odaci Luiz. *Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas*. Rio de Janeiro: Relumè-Dumará, 2001.

CORADINI, Odaci Luiz & REIS, Eliana T. dos. "Transações culturais, intelectuais e as ciências sociais". In: *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 9, n. 17, p. 09-17, 2012.

CRUSIUS, Yeda Rorato. "A busca dos fundamentos, sem choques". In: *Análise econômica*. Porto Alegre. vol. 5, n. 8 (mar.), 1987.

CRUSIUS, Yeda Rorato. *Coragem e determinação: um infinito ainda por fazer*. Porto Alegre: AGE, 2014.

DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant. "A dolarização do conhecimento técnico profissional e do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado, 1960-2000". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 43, p. 163-176, 2000.

DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant. "Le Washington consensus: Contribution à une sociologie de l'hégémonie du néolibéralisme". In: *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 121-22, 1998.

DOBRY, Michel. *Sociologia das crises políticas: a dinâmica das mobilizações multisetoriais*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

DOGAN, Mattei. "Les professions propices à la carrière politique. Osmoses, filières et viviers". In: OFFERLÉ, Michel. *La profession politique: XIXe-XXe siècles*. Paris: Belin, 1999.

DOGAN, Mattei. "Political cleavage and social stratification in France and Italy". In: Free Press, 1967.

DOS ANJOS, José Carlos. Elites intelectuais e a conformação da identidade nacional em Cabo Verde. In: *Estud. afro-asiát.* [online] vol.25, n.3, 2003.

DULONG, D. "La technocratie (au) miroir des sciences sociales. La réflexion technocratique en France (1945-1960)". In: DUBOIS, Vincent & DULONG, Delphine. *La question technocratique: De l'invention d'une figure aux transformations de l'action publique*. Strasbourg: Presses Universitaires de Strasbourg, 1999.

DULONG, Delphine. "Quand l'économie devient politique. La conversion de la compétence économique en compétence politique sous la Ve République". *Politix*, n. 3, 1996.

ELIAS, Norbert. *O Processo civilizador* vol. I: uma história dos costumes. Rio de Janeiro Zahar: 2011a.

ELIAS, Norbert. *O Processo civilizador* vol. II: formação do Estado. Rio de Janeiro Zahar: 2011b.

ESCOBAR, Arturo. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Siglo del Hombre, 2007

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: história e historiografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. "A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968". In *Educar em Revista*, v. 22, n. 28, 2006: 17-36.

FELDHUES, Paulo Raphael Pires. *Tradição e modernidade no Recife do Estado Novo: considerações à luz das propagandas políticas e comercial*. Dissertação de mestrado, UFPE, 2010.

FORTES, Márcio. *A Virada do Rio*. Texto e Arte, 1996.

FOURCADE, Marion. "The construction of a global profession: The transnationalization of economics". In *American journal of sociology*, v. 112, n. 1, p. 145-194, 2006.

FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966

GARCIA JR, Afrânio. "A dependência da política: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil". In: *Tempo Social*, v. 16, n. 1, p. 285-300, 2004.

GARCIA JR., Afranio. "La construction interrompue [Celso Furtado, la guerre froide et le développement du Nordeste]." In: *Actes de la recherche em sciences sociales* 121.1, 1998.

GARCIA JR., Afrânio. “Os vice-reis do Norte: reconversão de elites agrárias e a Revolução de 1930 (1920-1964)”. In: *Revista de Ciências Sociais*, v. 38, n. 2, 2007.

GARRIGOU, Alain. “Le vote et la vertu: comment les français sont devenus électeurs”. In: *Les Presses de Sciences Po*, 1992.

GAXIE, Daniel. “Économie des partis et rétributions du militantisme”. In: *Revue Française de Science Politique*, 1977.

GAXIE, Daniel. “Les logiques du recrutement politique”. In: *Revue Française de Science Politique*, 1980.

GAXIE, Daniel. “Rétributions du militantisme et paradoxes de l'action collective”. In: *Swiss Political Science Review*, v. 11, n. 1, 2005.

GAXIE, Daniel. *La democracia representativa*. Chile: Lom Ediciones, 2004.

GAXIE, Daniel. *Le cens caché: inégalités culturelles et ségrégation politique*. Paris: Le Seuil, 1978.

GRILL, Igor G. “Especialização política: bases sociais, profissionalização e configurações de apoios”. In: SEIDL, E. _____. *As Ciências Sociais e os Espaços da Política no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2013.

GRILL, Igor Gastal & REIS Eliana Tavares Dos. *Elites parlamentares e a dupla arte de representar: intersecções entre " política" e " cultura" no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

GRILL, Igor Gastal & REIS, Eliana Tavares dos. “O que escrever quer dizer na política? Carreiras políticas e gêneros de produção escrita”. In: *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 9, n. 17, 2012.

GRILL, Igor Gastal. *Parentesco, redes e partidos: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul. Porto Alegre*. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

GRILL, Igor Gastal. *Heranças políticas no Rio Grande do Sul*. São Luís: EDUFMA, 2008.

GRILL, Igor. Gastal. “As múltiplas notabilidades de Afonso Arinos: biografias, memórias e a condição de elite no Brasil do século XX”. In: *Revista de Sociologia e Política*, v. 23, no 55, 2015

GRÜN, Roberto. “Convergência das elites e inovações financeiras: a governança corporativa no Brasil”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 58, p. 2005: 67-90.

GRYNSZPAN, Mario. “A teoria das elites e sua genealogia consagrada”. In: *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, v. 41, 1996: 35-83.

GRYNSZPAN, Mario. “Origens e conexões norte-americanas do *agribusiness* no Brasil”. In: *Revista Pós Ciências Sociais*. v.9, n.17, jan/jun. 2012.

GUILHOT, Nicolas. “Os profissionais da democracia em ação”. In: LINS, Daniel & WACQUANT, Loic. *Repensar os Estados Unidos: por uma sociologia do super poder*. Campinas: Papyrus, 2003: 209-239.

KLÜGER, Elisa. “Mario Henrique Simonsen e Antonio Delfim Netto: Socializações Desiguais, Carreiras Análogas, Modalidades Díspares de Exercício do Poder”. In: *Dados*, v. 61, n. 4, 2018: 301-339.

KLÜGER, Elisa. *Meritocracia de laços: gênese e reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil*. Tese de Doutorado. USP, 2017.

LACROIX, Bernard. “Ordre politique et ordre social”. In: GRAWITZ, M. & LECA, J. (Dir.) *Traité de science politique: La Science Politique, Science Sociale; L’Ordre Politique*. v. 1. Paris: PUF, 1985.

LAGROYE, Jacques. “Être du métier”. In: *Politix: Revue des sciences sociales du politique*, v. 7, n. 28, 1994.

LAGROYE, Jacques. “La spécialisation de roles politiques”. In: LAGROYE, J; FRANÇOIS, B; SAWICKI, F (Orgs.). *Sociologie politique*. Dalloz: Presses de la fondation nationale des sciences politiques, 2006.

LAGROYE, Jacques. “Os processos de politização”. *Política & Sociedade*, v. 16, n. 37, 2017: 18-35.

LANDÉ, C.H. “Introduction: the dyadic basis of clientelism”. In: SCHMIDT, S.W. et alli. (Eds.). *Friends, Followers and Factions. A Reader in political clientelism*. Berkeley: University of California Press, 1977.

LE BART, Christian. “L’écriture comme modalité d’exercice du métier politique”. In: *Revue française de science politique*, v. 48, n. 1, p. 76-96, 1998

LE BART, Christian. *La politique en librairie: les stratégies de publication des professionnels de la politique*. Paris: Armand Colin, 2012.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEBARON, Frédéric. “La croyance économique dans le champ politique français”. In: *Regards croisés sur l’économie*, n. 1, p. 32-44, 2016

LEBARON, Frédéric. “A formação dos economistas e a ordem simbólica mercantil”. In: *REDD—Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, v. 4, n. 2, 2012.

LENOIR, Remi. “Objeto sociológico e problema social”. In: LENOIR, Remi; MERLLIÉ, Dominique; PINTO, Louis. *Iniciação à prática sociológica*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

LOUREIRO, Maria Rita. *Os economistas no governo: gestão econômica e democracia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1997.

MACEDO, Roberto. “Antônio Delfim Netto”. *Estudos avançados*, v. 15, n. 43, p. 375-388, 2001.

MAGALHÃES, Sérgio. *Problema do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Editora Civilização brasileira, 1960.

- MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- MANTEGA, Guido & REGO, José Márcio. *Conversas com economistas brasileiros II*. Editora 34, 1999.
- MARENCO DOS SANTOS, André. “Experiência política e liderança legislativa na Câmara dos Deputados”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, v. 59, p. 153-171, 2001.
- MARENCO DOS SANTOS, André. “O que podemos explicar estudando carreiras políticas?”. In: _____ (org). *Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias*. Porto Alegre: UFRGS, 2013.
- MAYER, Adrian C. A importância dos “quase-grupos” no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Global, 1987: 127-158.
- MEDVETZ, Thomas. “Think tanks as an emergent field”. In: *Social Science Research Council*. Nova York: 2008.
- MICELI, Sérgio. Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. *História geral da civilização brasileira*, v. 3, p. 557, 1981.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. Companhia das Letras, 2001.
- MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Ed, 1962.
- MONTORO, André Franco. *Participação: desenvolvimento com democracia*. São Paulo: Editora Nossa, 1990.
- NEIBURG, Federico. “Economistas e culturas econômicas no Brasil e na Argentina: notas para uma comparação a propósito das heterodoxias”. In: *Tempo social*, v. 16, n. 2, 2004.
- NEIBURG, Federico. “Os sentidos sociais da economia. Horizontes das ciências sociais no Brasil–Antropologia”. In: ANPOCS/Barcarolla/Discurso Editorial, 2010.
- NETTO, Antonio Delfim. *Planejamento para o desenvolvimento econômico*. Livraria Pioneira Editora, 1966.

NETTO, Antônio Delfim. *Só o político pode salvar o economista*. Delfim Netto, 1986.

OFFERLÉ, Michael. “Los oficios, la profesión y lavocación de la política”. In: *Boletín electrónico*, 2011.

OFFERLÉ, Michel. “Entrées en politique”. In: *Politix*. Revue des sciences sociales du politique, v. 9, n. 35, 1996: 5-6.

PALMEIRA, Moacir & HEREDIA, Beatriz. *Política Ambígua*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2010.

PALMEIRA, Moacir. “Nordeste: violência e política no século XX”. *Revista de Ciências Sociais*, v. 37, n. 1, 2006.

PALMEIRA, Moacir. “Política, facção e voto”. In: _____ & GOLDMAN, M. *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro, Contra Capa: 1996: 41-56.

PASSOS, Hélio. *César Cals, sua vida, outras vidas*. Fortaleza: Folha do Ceará, 1997.

PATRIAT, Claude. “Perspective cavalière. Où il est question de personnes éligibles naturellement et légitimement par voie d’héritage”. In: _____. *L’hérité en politique*. Paris: Economica, 1992:1-22.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PEREIRA, Ariel Tavares. *Disputas faccionais e construções de “ismos”:* inscrições político-jornalísticas no Maranhão (1930-1960). Tese de doutorado, UFMA, 2018.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. O empresário industrial e a revolução brasileira. *Revista de Administração de Empresas*, v. 3, n. 8, p. 11-27, 1963.

PHÉLIPPEU, Eric. “Sociogênese da profissão política”. In: GARRIGOU,A; LACROIX, B. *Norbert Elias: a política e a história*. São Paulo: Perspectiva. 2001.

PINTO, Louis. *L'invention du consommateur: sur la légitimité du marché*. Paris: Presses universitaires de France, 2018.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*, Ed. Campus, Rio de Janeiro, 2000.

POLLAK, Michael. "La planification des sciences sociales". In: *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 2, n. 2, 1976: 105-121.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Revista estudos históricos*, v. 2, n. 3, 1989: 3-15.

POPEAU, Franck. Sur deux formes de capital international. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 151, 2004.

RADOMSKY, Waterloo & FRANCISCO, Guilherme. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de "modernidades". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n. 75, 2011

REIS, E. T.; GRILL, I. G. Trajetórias de multinotabilidades no parlamento brasileiro: dinâmicas políticas, produção escrita e reputações pessoais. *Dados*, v. 2, n. 58, 2015.

REIS, Eliana Tavares dos & GRILL, Igor Gastal. "Fundações partidárias e processos de politização no Brasil: domínio de atuação, amálgamas e ambivalências". In: *Política & Sociedade*, v. 16, n. 37, 2017a.

REIS, Eliana Tavares dos., & Grill, Igor Gastal. "Estudos de elites políticas e as bases das multinotabilidades no Brasil". In: *Tempo Social*: 2017b.

REIS, Eliana Tavares dos. "Um tipo diferente de diferença na elite política: perfis políticos e inserções culturais de parlamentares brasileiras". In: *Cadernos Pagu*, n. 43, 2014.

REIS, Eliana Tavares dos. *Contestação, engajamento e militância: da "luta contra a ditadura" à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul*. Tese de doutorado. UFRGS 2007.

REIS, Eliana Tavares Dos & GRILL Igor Gastal. “Letrados e votados: lógicas cruzadas do engajamento político no Brasil”. In: *Tomo*, n. 13, 2008: 127-168.

RIBEIRO, Renato Ferreira. *Nacional-desenvolvimentismo e política externa brasileira: o pensamento político de San Tiago Dantas entre 1950 e 1960*. Dissertação de mestrado. UFSCAR, 2016.

RIBEIRO, Renato Ferreira. San Tiago Dantas e a política externa para o desenvolvimento na década de 1950. In: *Revista Neiba. Cadernos Argentina Brasil*, v. 5, n. 1, 2017.

RIST, G. *The history of development: from western origins to global faith*. 3rd ed. London, Zed books, 2008.

ROCHA, Daniella de Castro. “Compétences acquises en France et fabrication des élites politiques du Brésil contemporain. La trajectoire de Cristovam Buarque”. In: *Cahiers des Amériques latines*, n. 48-49, 2005.

RODRIGUES, Caio Bastos. *Produção escrita de “herdeiros políticos”*: perfis e trajetórias de parlamentares brasileiros. Dissertação de mestrado. UFMA, 2015.

RODRIGUES, Deyse Leite. “Mulheres nos bastidores da política paraibana: Lúcia Braga e o movimento de ação feminina na campanha eleitoral de 1982”. In: *XVII Encontro Estadual de História – ANPUH-PB*, v. 17, n. 1, 2016.

RODRIGUES, Deyse Leite. *Mulheres e política no estado da Paraíba: a atuação de Lúcia Braga em meio às práticas políticas locais*. Dissertação de mestrado. UFPB, 2017.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos políticos, ideologia e composição social*. São Paulo: Edusp, 2002.

SAES, Flávio Azevedo Marques de; CYTRYNOWICZ, Roney. “O ensino de economia e as origens da profissão de economista no Brasil”. In: *LOCUS: revista de história*, Juiz de Fora, v. 6, n. 1, p. 37-54, 2000

SAFATLE, Claudia. O homem que se reinventou. In: *Valor Econômico*, v. 10, n. 02, 2012.

SAPIRO, Gisèle. “Modelos de intervenção política dos intelectuais: o caso francês”. In: *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 9, n. 17, p. 19-50, 2012.

SAWICKI, Frédéric. “Por uma sociologia dos meios e das redes partidárias”. In: *Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias*, 2013.

SCHNEIDER, Ben Ross. *Politics within the state: elite bureaucrats and industrial policy in authoritarian Brazil*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1991.

SERRA, José. *Cinquenta anos esta noite: o golpe, a ditadura e o exílio*. São Paulo: Editora Record, 2014.

SIGAL, Silvia. “Intelectuais, cultura e política na Argentina”. In: *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 9, n. 17, p. 51-66, 2012.

STEPAN, Alfred C. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Artenova, 1975.

TAVARES, Maria da Conceição & SERRA, José. “Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente no Brasil”. In: SERRA, José (org) *América Latina: ensaios de interpretação econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

TRINDADE, Hégio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Editora Cultrix, 2004

WOLF, Eric. Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México. In: *Antropologia e Poder*. FELDMAN-BIANCO, B & RIBEIRO, G.L; São Paulo: Editora Unicamp, 2003.